



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**DIEGO CAVALCANTI ARAÚJO**

**TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIZADOS NO BAIXO JAGUARIBE-  
ARACATI – CEARÁ NO SÉCULO XVIII**

**FORTALEZA**

**2021**

DIEGO CAVALCANTI ARAÚJO

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIZADOS NO BAIXO JAGUARIBE-  
ARACATI-CEARÁ NO SÉCULO XVIII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social. Área de concentração: Trabalho e Migração.

Orientador: Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

---

A688t      Araújo, Diego Cavalcanti.  
              Trajetórias e experiências de escravizados no Baixo Jaguaribe-Aracati-Ceará no século XVIII  
/ Diego Cavalcanti Araújo. – 2021.  
              175 f. : il. color.

              Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa  
de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021.  
              Orientação: Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes.

1. Ceará Colonial. 2. Escravidão. 3. Resistência. 4. Charqueadas. 5. Jaguaribe. I. Título.

CDD 900

---

DIEGO CAVALCANTI ARAÚJO

TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIZADOS NO BAIXO JAGUARIBE-  
ARACATI NO SÉCULO XVIII

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social. Área de concentração: Trabalho e Migração.

Aprovada em: 12/03/2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Elisgardênia de Oliveira Chaves  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof. Dr. Frank Pierre Gilbert Ribard  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

**AGRADECIMENTOS**

Os anos nos quais esse trabalho foi desenvolvido foram muito difíceis. Desde cortes nas áreas essenciais de saúde, de educação e de segurança social; até uma grande pandemia que agravou diversas vulnerabilidades sociais. Passar por essa conjuntura caótica e buscar desenvolver um trabalho de qualidade, sem deixar a saúde mental desmoronar, só foi possível graças aos que, a seguir, mencionarei.

Agradeço, em primeiro lugar à minha família, sem esses não teria tido condições mínimas de lidar com as dificuldades, pois sempre me ajudaram a achar amparo nos momentos de necessidade. De forma ainda mais particular à minha mãe, Janaina e meu tio César, que sempre me motivaram e me apoiaram nesse desafio do mundo acadêmico. E minha companheira Anna Beatriz, por todo carinho diário e que sempre esteve ao meu lado, nos melhores e nos mais difíceis momentos.

Ao professor Doutor Eurípedes Antônio Funes, pelo voto de confiança e ativa presença durante todo o processo, desde a elaboração do projeto de pesquisa submetido à seleção, até o presente momento.

Aos professores Doutor Francisco Régis Lopes Ramos e Doutora Kenia Sousa Rios, por todo o cuidado enquanto tutores do programa PET, no qual estive como bolsista durante a graduação, pois sem esse espaço e incentivo, não teria dado seguimento ao desejo de pesquisar as experiências dos sujeitos escravizados.

Ao professor Doutor Mário Martins Viana Júnior, o qual foi essencial no meu processo de amadurecimento intelectual, além de um importante conselheiro ao longo da graduação.

Ao professor Doutor Francisco José Pinheiro, o qual foi o primeiro a me apresentar aos autos de querela do século XVIII, documentação esta que deu bases para todo o trabalho posteriormente desenvolvido.

Ao professor Doutor Frederico de Castro Neves, o qual foi essencial para aprofundar os debates da História Social, perspectiva esta que perpassou todo o horizonte de indagações junto às fontes, ao longo do trabalho.

Aos diversos outros professores do programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, por todas as críticas e motivações ao longo desse processo de mestrado.

Aos colegas ingressantes do mestrado em História de 2018, com os quais pude compartilhar ótimos momentos de troca e aprendizado mútuo.

Às minhas amigas Karen de Alencar, Bianca Caetano e Viviane Teixeira com as quais sempre pude contar como rede de apoio e para os desabafos e compartilhamentos do processo de escrita.

Assim como ao meu amigo Ronald Tavares, que sempre teve uma escuta extremamente empática, frequentemente me motivando a enfrentar os desafios, além de ter me apresentado a diversas documentações do século XVIII.

A Wesley e Mayra, com os quais pude ter diversos momentos e compartilhamentos que tornaram mais doces os últimos anos.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará, pelo trabalho na conservação de nossos acervos documentais, assim como pela marcante disponibilidade nas minhas manhãs e tardes de buscas e digitalizações de fontes.

## RESUMO

No século XVIII, a economia do Baixo Jaguaribe, com centralidade Aracati, uma foi marcada pela produção das charqueadas, que centralizou nessa região um constante fluxo de mercadorias, de ideias e de pessoas. O presente trabalho buscou compreender a inserção e experiência de trabalhadores escravizados nessa dinâmica social. Nesse sentido, a partir da História social, problematizamos as relações de trabalho, as possibilidades de resistência, a construção de espaços de autonomia, a forja de sociabilidades e solidariedades; assim como a negociação entre escravizados e senhores, que demonstra dimensões potentes, da ação desses atores sociais. Com isso, nosso trabalho busca construir uma análise que pensa as trajetórias de sujeitos escravizados, a partir de uma perspectiva multifacetada sobre suas ações, no ensejo por compreender como estes trabalhadores e trabalhadoras lutaram, a partir das possibilidades existentes e forjadas, por formas de existir.

**Palavras-chave:** Ceará. Escravidão. Trajetórias. Resistência.

## **ABSTRACT**

In the eighteenth century, the economy of the lower Jaguaribe region, with Aracati at its center, was marked by the production of jerky, which centralized in this region a constant flow of goods, ideas and people. The present work seeks to understand the insertion and experience of enslaved workers in this social dynamic. In this sense, based on social history, we discuss labor relations, the possibilities of resistance, the construction of spaces of autonomy, the forging of sociabilities and solidarities, as well as the negotiation between slaves and masters, which demonstrates powerful dimensions of the action of these social actors. Therefore, our work seeks to build an analysis that thinks about the trajectories of enslaved subjects from a multifaceted perspective of their actions, in an attempt to understand how these workers fought, from the existing and forged possibilities, for ways of existing.

**Keywords:** Ceará. Slavery. Trajectories. Resistance.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População das vilas do Ceará no em 1804 .....	21
Tabela 2 - Inventários do Aracati século XVIII .....	60
Tabela 3 - Escravarias de Manoel Fonseca <sup>1</sup> e Carlos Lins Vasconcelos <sup>2</sup> .....	61
Tabela 4 - Número de senhores por patente, que perderam um escravizado. ....	70
Tabela 5 - Número de senhores por patente, que perderam dois escravizados. ....	71
Tabela 6 - Senhores que perderam três ou mais escravizados.....	71
Tabela 7 - Charqueadores do Aracati com registros de escravizados em óbitos.....	72
Tabela 8 - Escravizados falecidos do Mestre de Campo Pedro Joze da Costa e Barros. ....	74
Tabela 9 - Escravizados atribuídos aos Gentil de Angola, Guiné, Loanda e Costa. ....	74
Tabela 10 - Sexo e condição social nos registros de casamentos, freguesia de Aracati, 1740- 1820 .....	77
Tabela 11 - Registros de batismos no Aracati 1740-1800.....	90
Tabela 12 - População nos registros de batismos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Aracati, 1740-1800.....	92
Tabela 13 - Padrinhos de escravizados no Aracati, XVIII .....	93
Tabela 14 - “Parvulos” de origem africana .....	94
Tabela 15 - Crianças forras e cativas sepultadas em hábito de tafetá.....	95
Tabela 16 - Locais de sepultamento de escravizados e forros no Aracati no século XVIII...	107
Tabela 17- Escravizados e Forros sepultados na Igreja do Rosário dos Homens pretos do Aracati, no século XVIII.....	108
Tabela 18 - Forros Sepultados na Matriz do Aracati.....	109

## LISTA ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Desenho da Vila do Aracati.....	48
Figura 2 - Locais das oficinas de charqueada aforadas até 1780, no Aracati.....	49
Figura 3 - Jantar Brasileiro, 1827.....	84
Figura 4 - Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Aracati....	110
Mapa 1 - Província do Ceará, 1860.....	19
Mapa 2 - Caminhos "de dentro" e "de fora" dos sertões.....	52
Mapa 3 - Estradas da capitania do Siará Grande.....	54
Quadro 1 - População da vila do Aracati em 1813.....	22
Quadro 2 - Secas do Ceará, XVIII.....	57

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
CPAB	Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia
DLN	Diocese de Limoeiro do Norte

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>Historiografia da escravidão.....</b>	<b>25</b>
<b>1.2</b>	<b>Contato e reflexão sobre o corpus documental.....</b>	<b>33</b>
<b>2</b>	<b>UM SERTÃO CONECTADO: PROCESSO DE CONQUISTA E A PRESENÇA DE ESCRAVIZADOS NO ARACATI.....</b>	<b>41</b>
<b>2.1</b>	<b>A conquista dos sertões e as charqueadas como instrumento de consolidação do poder imperial.....</b>	<b>50</b>
<b>2.2</b>	<b>O perfil dos escravizados no Aracati a partir dos Inventários Post-Mortem e da documentação paroquial.....</b>	<b>58</b>
<b>3</b>	<b>NASCER E MORRER: AS EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIZADOS A PARTIR DOS REGISTROS ECLESIAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>3.1</b>	<b>A criança escravizada, libertação na Pia Batismal, táticas familiares e possibilidades de liberdade e autonomia dos escravizados.....</b>	<b>82</b>
<b>3.1.1</b>	<i>A libertação em pia, compadrio e os laços de solidariedade dos escravizados.....</i>	<b>83</b>
<b>3.1.2</b>	<i>Os “parvulos” cativos a partir dos registros de óbito do Aracati.....</i>	<b>94</b>
<b>3.2</b>	<b>Condições de vida e morte dos escravizados, a partir dos registros de óbito do século XVIII.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2.1</b>	<i>As irmandades de pretos e a Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos.....</i>	<b>109</b>
<b>4</b>	<b>A AGÊNCIA COTIDIANA DOS ESCRAVIZADOS: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E NEGOCIAÇÃO NA BUSCA POR LIBERDADE E AUTONOMIA.....</b>	<b>116</b>
<b>4.1</b>	<b>A Negação ao Trabalho Escravizado: Resistência, Negociações e Fugas .....</b>	<b>118</b>
<b>4.1.1</b>	<i>A experiência de Francisco: micro acúmulos e a violência “irracional” .....</i>	<b>125</b>
<b>4.1.2</b>	<i>Escravizada Izabel.....</i>	<b>128</b>
<b>4.1.3</b>	<i>Sociabilidades, Jogos e Conflitos.....</i>	<b>130</b>
<b>4.1.4</b>	<i>O envenenamento de senhores: serviço doméstico e a agência escrava.....</i>	<b>138</b>

<b>4.1.5</b>	<b><i>Tempo de festas, tempo de promessas, tempo de secas: fuga, sociabilidade e solidariedade na construção de espaços de autonomia</i></b> .....	146
<b>4.1.5.1</b>	<b><i>André, Francisco e Francisca: os quilombos e as zonas de refúgio nos sertões</i></b> .....	153
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	161
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	163
	<b>APÊNDICE A – FONTES</b> .....	172

## 1 INTRODUÇÃO

O Aracati e os sertões do Ceará não vieram inicialmente como objetos de pesquisa. Os primeiros sinais de interesse pelo século XVIII foram por conta das narrativas nos autos de querela que traziam tensões entre trabalhadores escravizados e a camada senhorial. Inicialmente a ótica da resistência era o que mais chamava a atenção, no sentido de querer entender como esses sujeitos se opuseram ao longo daqueles anos ao domínio escravagista.

Entretanto, à medida que dialogávamos com as fontes, outros elementos passaram a chamar tanto a atenção quanto ao que entendíamos inicialmente apenas por resistência. Começamos a perceber que a complexidade da vida dos escravizados, como bem nos lembra João José Reis, não estava marcada nos extremos da submissão ou da revolta, mas sim da negociação cotidiana<sup>1</sup>. Daí passamos a compor novas perguntas. Como eles estabeleciam suas relações de afetividade e possibilidades de criação de suas vidas em um contexto de controle social como se afirmava a sociedade escravagista?

A partir dessa indagação passamos a tentar entender como esses sujeitos articulavam, cotidianamente, formas de se libertar ou atenuar a exploração. Ou seja, como em um cotidiano marcado pelo controle do poder escravocrata encontravam formas de existir e de se afirmarem enquanto humanos dotados de afetos e potências? Nesse sentido, a partir da análise das fontes criminais, eclesiais e da administração da capitania pudemos ter contato com diversas situações em que essas ações poderiam ser vislumbradas: nos espaços de sociabilidade, na constituição das afetividades e família, na fuga, no envenenamento, no roubo, no “corpo mole”, nos usos da fé cristã, dos festejos religiosos, do quilombo, entre outras formas de resistências à sua condição de cativo.

Esse rico cenário anunciado pela investigação e cruzamento de fontes nos fez também inquirir sobre o que era o Aracati e como refletiríamos sobre essa sociedade marcada pelo fluxo de pessoas por conta do comércio de gado, da produção de charque.

Situada na foz do rio Jaguaribe, “o antigo povoado do Porto dos Barcos” foi elevado à condição de Vila de Santa Cruz do Aracati em 1748<sup>2</sup>. Segundo Jucá Neto, a região do Aracati se configurava como, além de produtor das carnes secas do Ceará, uma zona portuária estratégica para comercialização com “Recife, Salvador e Rio de Janeiro”<sup>3</sup>. E ressalta que o

---

<sup>1</sup> REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo negocia. *In*: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>2</sup> JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. *Op. Cit.*, p. 331.

<sup>3</sup> *Idem*.

volume de navegações que comercializavam anualmente couro e carnes chegava a trinta embarcações<sup>4</sup>. Na consulta do Conselho Ultramarino, enviada à Lisboa para D. João V, em 11 de abril de 1747, afirma:

Capitão mor, que foy da capitania do Ceará Don Francisco Ximenez de Aragão, em carta de auto de Janeiro de mil setecentos e quarenta e trez, que por copia sobe a Real presença do Mag.e fez a Mag.e presente ser preciso, que no Lugar do Aracaty de Jagoaribe, onde porião os barcos, que todos os anos vao aly fazer carnez, assiste hum Juiz ordinário com hum tabelião da Villa do Aquiraz, em quanto os mesmos barcos se ditiverem naquelle lugar, para se evitarem varias dezordenz que aly se comessão. E ordenandosse ao Ouvidor geral daquela cappitania informasse sobre esta matéria, satizfez por carta de vinte e quatro de julho de mil setecentos e quarenta e quatro, que tao cem por copea sobe incluza; dizendo ser conveniente, quando o lugar se erigisse em hua Villa, a pontando, além dos motivos que sabia para a ereção dela; as circunstancias que sedevião guardar na sua fundação.[...]Parece ao Conselho, que Magestade se sirva mandar fundar sua Villa em este porto do Aracaty e encarregar a creação desta ao Ouvidor do Ceará Manoel Jozé de Faria, ordenando-lhe que passe logo ao dito porto, e escolha citio que sendo maes livre das inudaçãoz do Ryo, fique igualmente commodo afim as embarcações e forasteiros que vão nellaz comerciar como aos moradores da dita Villa<sup>5</sup>

O surgimento da vila foi fomentado pelo “rápido crescimento do povoado, o aumento populacional e os pedidos recorrentes para que se instalassem um juiz ordinário e um escrivão”<sup>6</sup>. Mas para entendermos o contexto desse crescimento do povoado, o aumento populacional e os pedidos recorrentes de instalação de oficiais precisamos antes entender em que medida o Aracati se tornou um local vantajoso do ponto de vista da administração colonial.

Corroborando esta visão, Gabriel Parente afirma:

[...] percebemos que Aracati diferiu dos outros casos de criação de vilas na capitania, pelo fato de – além da motivação de sua elevação ter sido de caráter econômico – ter sido a única vila da capitania a que, à sua elevação à categoria de vila, precedeu a constituição de um núcleo populacional de maior expressão.<sup>7</sup>

Pensar o contexto de crescimento econômico e populacional do Aracati pode ser bastante enriquecido se refletirmos sobre as particularidades do *modus operandi* de uma sociedade pecuária focada na criação e manufatura em forma de charque destes gados e como se davam as relações de trabalhadores escravizados numa situação produtiva com ritmos de trabalhos diferentes dos da região de plantation.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Consulta do conselho ultramarino ao rei d. João V, sobre a necessidade de se criar uma nova vila em Aracati de Jaguaribe. 12 de dezembro de 1746. Caixa 05, documento nº304.

<sup>6</sup> ROLIM, Leonardo Cândido. **Tempo das carnes no Siará Grande**: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802). 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

<sup>7</sup> NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fimbrias do império**: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). 2010. 358 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2877>.

Diante disto, Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes ajuda a visualizar algumas questões sobre a pecuária no sertão:

Esse sertão vem a ser, dessa forma, economicamente viabilizado pela expansão do gado: ‘muito ao contrário do que ocorria com a açucareira, a economia criatória não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva’. Nascendo como uma cultura econômica complementar à cultura açucareira, fornecendo carne e animais de tiro, aos poucos foi crescendo e ganhando espaço nas teias comerciais, inclusive no mundo atlântico, visto ‘uma proporção maior de carne seca e salgada brasileira entrar nas carreiras africanas no decorrer do século XVIII’.<sup>8</sup>

Dando mais peso à particularidade da pecuária no Aracati, Geraldo da Silva Nobre afirma que: “seria errôneo supor-se, no entanto, que a pecuária se desenvolveu como apêndice da lavoura. Ela era impraticável sob o mesmo sistema, do que resultou ser impelida ou repelida para o sertão [...]”<sup>9</sup>. O autor advoga que a expansão da pecuária nos sertões foi marcada por uma dinâmica diferenciada e estranhada aos interesses da lavoura canavieira e da produção açucareira, inclusive por conta de aquela possibilitar o consumo feito da própria produção.<sup>10</sup>

Essa contraposição ao senso de que a pecuária se desenvolveu como apêndice da produção açucareira também é corroborada por Clóvis Ramiro Jucá:

Para o Ceará, ou para o sertão nordestino, a pecuária deixou de ser uma atividade acessória da economia açucareira. Desde sempre foi a principal ou a única atividade econômica, com possibilidades lucrativas, embora com uma reduzida produtividade e um pequeno rendimento, e, conseqüentemente, baixo poder de acumulação. Não foi, portanto, uma atividade secundária. Se foi subsidiária do açúcar no longínquo litoral, a atividade comercial das boiadas, a manufatura e a comercialização da carne salgada e dos couros e similares a conformaram como uma atividade essencial para o desenvolvimento da Capitania cearense durante todo o século XVIII.<sup>11</sup>

Aproximadamente a partir de 1720, o comércio de gado que integrou o sertão e o litoral pelos caminhos do interior começou a dar sinais de decadência e crise, principalmente pelo aumento da frequência de longos períodos de estiagem que inviabilizavam as chamadas “longas marchas” pelo sertão. Tendo isso em vista, o processo de beneficiamento de carnes ou o “charqueamento” foi um fator fundamental para o restabelecimento da competitividade do Aracati com os outros produtores de carnes.<sup>12</sup>

Nesse sentido é que devemos pensar o cenário social dos sertões no século XVIII, como marcado pela consolidação dos processos de conquista e de fixação das forças colonizadoras. E nesse contexto o Aracati se projeta como lugar de contato a partir dos caminhos estabelecidos

<sup>8</sup> MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do rio piranhas, 1700-1750. 134f. 2009. (Dissertação de Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2009.

<sup>9</sup> NOBRE, G. S. **As oficinas de carnes do Ceará**. Fortaleza: Gráfica editorial cearense LTDA, 1977 p. 26.

<sup>10</sup> Idem, p. 22-26.

<sup>11</sup> JUCÁ NETO, Clóvis R. Op. Cit., p. 88.

<sup>12</sup> ROLIM, Leonardo Cândido. Op. Cit., p. 68-71.

para o fluxo de mercadorias, da população e do gado que se utilizavam das estradas como também do porto fluvial, e essa é sua principal característica de importância nesse momento.

Tendo isso em vista, que esses caminhos não representavam percursos aleatórios, Aracati era central para essa conexão, pois se tratava de um dinâmico e importantíssimo porto de escoamento das mercadorias dos sertões que segundo Almir Leal de Oliveira:

Durante todo o século XVIII prosperaram as atividades de salga da carne bovina e do tratamento dos couros para a exportação, tornando a vila do Aracati o centro econômico mais dinâmico da Capitania do Siará Grande, posição que manteve durante boa parte do século XIX. A vila, criada em 1748, especializada nessa economia do charque e do couro, teve seu traçado urbano marcado por esta atividade, inclusive com as indicações do Conselho Ultramarino exigindo ruas largas para o trânsito das boiadas do sertão para o lugar do abate, salga e exportação. Jose Alípio Goulart descreve um quadro bastante esclarecedor sobre a importância desta atividade durante o século XVIII: "basta dizer que só Recife, em 1788, consumiu o carregamento de carne seca de 14 barcos, embora muito bem suprido de carne verde (...). Em média, cada sumaca transportava a produção de cerca de dois mil bois."<sup>13</sup>

Essa centralidade, enquanto escoador de mercadorias, era somada às diversas condições mutuamente favoráveis à produção do gênero comercial de charque, segundo Renato Braga:

Um anônimo teve a ideia genial de industrializar a carne desses rebanhos costeiros do Ceará, aproveitando a técnica de preparo da carne seca, conhecida de todos os criadores. A ideia dominou o litoral pastoril que, além da matéria prima abundante, possuía outros factores locais asseguradores de êxito: vento constante e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisava destacar; barras acessíveis à cabotagem na época.<sup>14</sup>

Gerardo Nobre faz considerações sobre essa centralidade do Aracati nos escoamentos de mercadorias, afirmando que:

Daquelas três desembocaduras era a do Jaguaribe a mais próxima de Pernambuco, tendo, por conseguinte, melhores perspectivas de estabelecer comércio, por via marítima, com praças do litoral oriental do Brasil. Por vários motivos, tardou o aparecimento de um entreposto comercial naquele ponto, praticamente ainda desabitado em fins do século XVIII. As dificuldades naturais de navegação durante a maior parte do ano, a divisão do Brasil em dois Estados, ficando o Ceará a pertencer durante algum tempo ao do Maranhão, as invasões holandesas e, depois, as guerras constantes contra a índia, tudo isso dificultou a penetração do colono tanto no vale Jaguaribe como no restante da Capitania. [...] Já em 1725, ou em 1729, segundo afirmações discrepantes de J. Brígido, o Icó teria sido contemplado, ao passo que o Aracati esperou até 1747 para receber as honras de termo, ou município.<sup>15</sup>

A centralidade como porto foi um dos elementos que fizeram do Aracati um ponto de mais fácil contato com uma parcela significativa de outras Capitanias. E, mesmo com sua tardia

<sup>13</sup>OLIVEIRA, Almir Leal de. **A força periférica da empresa comercial do charque: Ceará e as dinâmicas do mercado atlântico (1767-1783)**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-for%C3%A7a-perif%C3%A9rica-da-empresa-comercial-do-charque-Almir-Leal-de-Oliveira.pdf>

<sup>14</sup>BRAGA, Renato. **Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste**. Rio de Janeiro: Revista Cultura Política, Ano IV, nº 38, 1944. p. 150

<sup>15</sup>NOBRE, Gerardo Da Silva. Op. Cit., p. 42.

contemplação enquanto Vila, seu crescimento econômico e proeminência comercial foram tão destacados ao longo do XVIII, que a vila de Icó, que houvera sido elevada anteriormente, passou a estar em orbita do negócio das carnes secas do Aracati, assim como posteriormente a vila de Russas, que seria elevada em 1766.

Sobre essa relação entre Icó e Aracati, Gerardo Nobre afirma que:

O Aracati e o Icó tendiam, porém a uma concorrência desastrosa para a Capitania, sendo a pecuária, para uma e outra Vilas, a atividade econômica indispensável ao bem estar de suas respectivas populações. A primeira, situada no litoral, precisamente na saída do Jaguaribe para o mar, podia aspirar à condição de porto de certa importância, enquanto a navegação se fizesse mediante simples jangadas, ou veleiros de pequeno porte.<sup>16</sup>

Para compreendermos o Aracati enquanto porto dos sertões tem que ser destacada sua localização e os fluxos que eram possibilitados a partir disso, segundo José Nilo Bezerra Diniz:

Inicialmente conectada ao comércio do gado, a vila de Aracati foi fundada na foz do Jaguaribe, no cruzamento de dois caminhos da capitania do Ceará. De um lado, a vila era cortada pela estrada velha – a mais antiga das estradas reais [...] Já no sentido norte-sul, seguia a estrada geral do Jaguaribe, desde a foz do rio homônimo até o Cariri, na chapada do Araripe [...] Com a ativação do comércio marítimo que ligava o porto de Aracati – e depois Camucim – com Pernambuco tornou-se possível maior acúmulo dos lucros dentro da capitania Ceará, permitindo a inversão de capitais dentro das vilas envolvidas com essa atividade, além disso, diversificou a economia com a exportação dos produtos já beneficiados, como o couro em cabelo, atanados e meios de sola.<sup>17</sup>

Esse entrecruzamento de caminhos tornava o Aracati um local privilegiado dos fluxos de pessoas e mercadorias. Soma-se a isso o fato de ter estabelecido uma relação comercial com os sertões e suas fazendas de gados, estes são alguns elementos para perceber a centralidade do Aracati para as dinâmicas de comercialização das carnes secas. Esse comércio, como afirma Gerardo Nobre, foram:

[...] uma solução local de um problema econômico [...] e uma demonstração da capacidade dos primeiros povoadores do Jaguaribe de fazer uso de uma técnica, senão de inovar um processo, com o qual auferiram um grau de prosperidade e bem estar infelizmente não preservado.<sup>18</sup>

Claro que a prosperidade mencionada não era para os trabalhadores pobres, dos quais se extraía a força de trabalho, conseqüentemente a riqueza, mas para os comerciantes da região, que puderam, mesmo que por um curto período de tempo, gozar de uma posição de poder

<sup>16</sup>Idem. p. 44.

<sup>17</sup>DINIZ, José Nilo Bezerra. Paisagens marginais: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014. p. 44,45,48,49.

<sup>18</sup>NOBRE, Gerardo Da Silva. Op. Cit., p. 63.

econômico, o que permitiu o acúmulo de escravizados, de propriedades e de gêneros de comércio que mesmo após o período de declínio das charqueadas, garantiu a alguns desses comerciantes uma posição ainda destacada socialmente, o que seria bastante interessante para investigar a herança desse processo colonizador e explorador, na formação dos potentados locais da região até os dias atuais.

Valdelice Girão aborda como essa configuração econômica da charqueada e a importância que o Aracati ganha nesse momento podem ser entendidas a partir dos fluxos e contatos de mercadorias e pessoas entre sertão e litoral que, segundo ela:

As boiadas que antes se deslocavam para as feiras de pernambucanas e baianas, começavam a rumar em direção à foz de suas próprias ribeiras. Esse movimento revolucionou a feição econômica, social e política da Capitania. O litoral e o sertão interpenetravam-se comercialmente e os laços administrativos entre as duas zonas tonaram-se mais significativos. Aracati, possuindo as duas zonas: a sertaneja e a praiana foram, por muito tempo, a localidade de maior influência do processo histórico da formação econômica, social e política do povo cearense em função das oficinas de carne-seca ali existentes, responsáveis por intenso comércio com as praças de Pernambuco.<sup>19</sup>

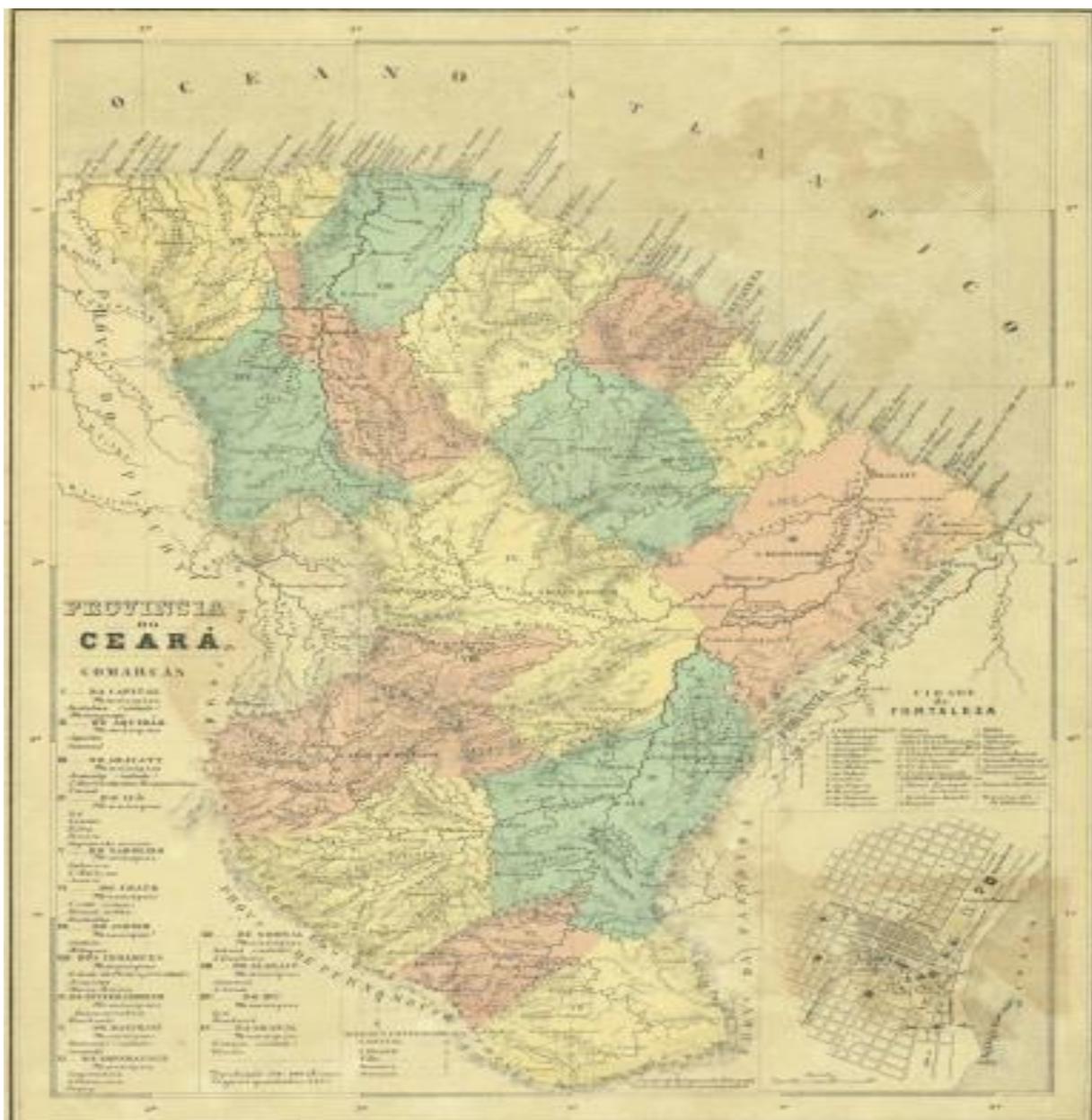
Portanto, esses caminhos e a centralidade do Aracati dos fluxos comerciais eram aspectos estratégicos na conexão do território colonial como afirma Clóvis Ramiro Jucá:

Exatamente pelos fluxos das boiadas, a atividade comercial desenvolvida em torno da economia pecuarista alcançou os fluxos do Atlântico, estabelecendo uma conexão econômica entre o sertão, a zona açucareira, a Metrópole e a África – com exportação do tabaco - via portos do litoral nordestino e viceversa. Esta conexão só foi possível porque distâncias foram vencidas, caminhos foram abertos pelos vaqueiros e vilas fundadas em pontos estratégicos dos fluxos que se estabeleciam. Estes caminhos interligaram diversos núcleos pelo sertão adentro e levaram os produtos da pecuária ao litoral, para depois seguir em forma de couro e similares para a Metrópole, via portos de Pernambuco e Paraíba. Eles foram os verdadeiros vetores da ocupação e do povoamento da região a oeste do açúcar, responsáveis pela integração territorial de todo o Nordeste, e deste com o restante da América Portuguesa.<sup>20</sup>

<sup>19</sup>GIRÃO, Valdelice Carneiro. Estudos históricos e de evolução urbana da cidade do Aracati. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, 2001. p. 37-38. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2001/2001-EstudiosHistoricosEvolucaoUrbanaAracati>.

<sup>20</sup>JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Primórdios da rede urbana cearense. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 08, n. 16, 2009. p.88. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2691/1/2009\\_art\\_crJucaNeto](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2691/1/2009_art_crJucaNeto).

Mapa 1- Província do Ceará, 1860



Fonte: Atlas do Império do Brasil, de Cândido Mendes, 1860. <sup>21</sup>

<sup>21</sup>MENDES, Cândido. **Atlas do Império do Brasil compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias**: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrução publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473>. p.49.

Corroborando essa visão, Leonardo Cândido Rolim afirma sobre a vila do Aracati que:

[...]durante a segunda metade do século XVIII a mais importante da capitania, gerando em torno de si um movimento constante de pessoas que entravam no Siará Grande vindos por terra da vizinha capitania do Rio Grande ou ainda adentrando pelo porto.<sup>22</sup>

É nesse espaço de fluxo de pessoas, de experiências e de um comércio e produção que implicam tanto fixação quanto deslocamentos a partir da consolidação das oficinas, das fazendas e do Aracati enquanto principal porto dos sertões, que buscaremos compreender as trajetórias de sujeitos escravizados investigadas a partir dos processos criminais e das fontes administrativas.

Nesse contexto foi observado, a partir de nossas fontes, que as principais modalidades de trabalho dos escravizados no baixo Jaguaribe, eram: o trabalho doméstico, o trabalho nas charqueadas ou como escravizados de aluguel.

Nos capítulos seguintes debateremos sobre as condições de vida, vulnerabilidades nas ocupações, sociabilidades, tensões, adoecimentos, morte e outras particularidades das vidas desses sujeitos levando em conta seu universo simbólico, afetivo e material, permeados pelas dimensões de sua condição como trabalhadores escravizados.

Muito se discute sobre a presença da escravidão no Ceará ser diminuta em relação à plantation, mas tomamos como ponto de partida que esse segmento de trabalhadores pobres era percentualmente significativo na população do Aracati, mas não sendo a maior dentre as outras freguesias.

---

<sup>22</sup>ROLIM, Leonardo Cândido. Op. Cit., p. 102.

Tabela 1 - População das vilas do Ceará no em 1804

Vilas	Branços	Pretos e Pardos		Total da população
		Livres	Escravizados	
Aquiraz	2679	2145	702	5526
Aracati	2339	1490	1102	4931
São Bernardo	3753	2769	943	7465
Icó	3822	3522	1507	8851
Crato	6797	12793	1091	20681
S. João do Principe	5361	3231	1856	10448
Granja	1047	1656	799	3502
Sobral	2781	4193	2978	9952
Campo Maior	1757	2986	1270	6013

Fonte: Revista do Instituto do Ceará (RIC), Tomo XXIX [1925] p. 79.<sup>23</sup>

Segundo a tabela acima a população escrava do Aracati correspondia a 22,34% da população total do Aracati enquanto a população livre de pretos e de pardos correspondia a 30,21%. Então é de se pensar que houve um processo de inserção e crescimento destes sujeitos que correspondiam a mais da metade da população da Vila. Ainda mais marcante o fato da população escravizada do baixo Jaguaribe (Aracati, São Bernardo e Icó), estas que compunham o circuito das charqueadas, com um expressivo número de 3.552, quase 30% dos trabalhadores cativos da capitania do Ceará.

<sup>23</sup>Esta tabela foi elaborada por Eurípedes A. Funes, a partir de dados da Revista do Instituto do Ceará (RIC), Tomo XXIX, p. 79. Ver FUNES, Eurípedes. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 104.

Quadro 1 - População da vila do Aracati em 1813

Branços**									
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Brancos	Total de Mulheres Brancas
0 a 20	7	28	716	693	-	-	1444	1274	174
20 a 40	183	244	117	148	16	25	733	Total de Mulheres Brancas	1339
40 a 60	132	83	22	25	15	36	313	Total da População Branca	2613
60 a mais	37	24	8	5	21	28	123		
Total	359	379	863	871	52	89	2616		
Pretos Livres									
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Pretos Livres	Total de Mulheres Pretas Livres
0 a 20	1	3	63	57	-	-	124	210	171
20 a 40	27	33	25	22	2	3	112	Total de Mulheres Pretas Livres	171
40 a 60	16	23	55	12	5	6	117		
60 a mais	8	5	6	4	2	3	28		
Total	52	64	149	95	9	12	381		
Pretos Cativos									
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Pretos Cativos	Total de Mulheres Pretas Cativas
0 a 20	-	-	142	185	-	-	327	448	486
20 a 40	21	28	160	146	5	8	368	Total de Mulheres Pretas Cativas	486
40 a 60	20	16	72	76	4	3	191		
60 a mais	8	8	15	13	1	3	48		
Total	49	52	389	420	10	14	934		
Mulatos Livres									
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Mulatas Livres	Total de Mulheres Mulatas Livres
0 a 20	10	52	508	472	-	-	1042	848	942
20 a 40	123	150	83	113	10	21	500	Total de Mulheres Mulatas Livres	942
40 a 60	70	47	18	34	1	32	202		
60 a mais	14	8	4	4	7	9	46		
Total	217	257	613	623	18	62	1790		
Mulatos Cativos									
Idades	Homens Casados	Mulheres Casadas	Homens Solteiros	Mulheres Solteiras	Homens Viúvos	Mulheres Viúvas	Total	Total de Homens Mulatos Cativos	Total de Mulheres Mulatas Cativas
0 a 20	2	6	88	85	-	-	181	169	181
20 a 40	9	12	49	56	1	1	128	Total de Mulheres Mulatas Cativas	181
40 a 60	2	6	11	10	3	1	33	Total da População Parda**	3455
60 a mais	1	1	3	3	-	-	8	3455	6068
Total	14	25	151	154	4	2	350	População Total da vila	6068

Fonte: BN – Sessão de Manuscritos Documentos II – 32,23,003. Mapa da População da Capitania do Ceará extraído dos que derão os Capitães Mores em o ano de 1813.<sup>24</sup>

<sup>24</sup>Esse quadro foi elaborado por Gabriel Parente, a partir de dados referentes à vila de Aracati contidas no mapa da população da capitania do Siará Grande levantados pelos capitães mores a pedido do Governador Manoel Inácio de Sampaio. Ver. NOGUEIRA, G. P. Um porto do sertão, um centro regional: a vila de santa cruz do Aracati no século XVIII. **Revista Porto**, v. 3, n. 4, p. 2-26, 5 dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/porto/article/view/10921/7678>. Acesso em 21 set. 2019.

Quando comparamos os dados do Aracati entre 1804 e 1813, alguns elementos chamam a atenção. A população da vila aumentou em 23%. Se comparamos os dados de todos os grupos sociais percebemos que o número de pessoas consideradas pretas e pardas cresceu em uma proporção maior do que as demais. Enquanto a população branca aumentou apenas em 12%, a população de pretos e pardos teve um ganho de 46% de seu valor inicial. Um crescimento percentual quase quatro vezes maior do que o da população branca.

Tendo isso em vista, é interessante notarmos o dado da população cativa, que passa de 1102 a 1284, o que significa um aumento bastante expressivo, ainda mais quando levamos em consideração o momento econômico em que o Aracati se encontrava, pois em 1804 a charqueada já estava em declínio e, em 1813, esta conjuntura se consolida. Ou seja, ainda havia, em alguma medida, o emprego dessa mão de obra escravizada em outras ocupações, como, por exemplo, no trabalho agrícola e doméstico, em contraste com o fim do breve período de prosperidade proporcionado pelo comércio das carnes. Nesse sentido, as bases escravagistas do Aracati, que foram formadas durante as charqueadas, ainda encontravam em suas tramas cotidianas e nas suas relações de trabalho uma presença significativa de 21% da população cativa.

Por outro lado, a população de pessoas negras livres passa de 1490, em 1804, para 2171, em 1813. Um aumento extremamente significativo da presença desses sujeitos pode ser influenciado por diversos fatores. Dentre eles, é possível conjecturar, que as táticas dessas pessoas de busca por liberdade e construção de redes de apoio e solidariedade, reverberaram positivamente, apesar do aumento da população cativa nesse intervalo e do período de crise que decorreu das secas do final do século XVIII, que foram uma das questões que corroboraram o declínio das charqueadas e, de certo, para o agravamento de situações de vulnerabilidade e exposição à fome e ao adoecimento.

A partir das questões apontadas anteriormente, gostaríamos de chamar atenção para outros marcadores da composição dessa população. Em 1804, de 4931 pessoas, 52,56% eram negras. E, em 1813, de 6071, 56,09% eram negras. Ou seja, pensar o Aracati desse período, é vislumbrar uma população majoritariamente não branca; portanto, uma cidade marcada por um conjunto significativo de sujeitos que buscavam cotidianamente, a partir de suas demandas da condição de livres ou cativos, negociações e formas de resistir aos conflitos de classe, às imposições de uma classe senhorial e, por fim, à escravidão.

Freire Alemão, em visita ao Aracati no século XIX, relata sua impressão sobre a população. Nesse sentido indica haver poucos índios e “muitos pretos e mestiços ou pardos,

dão ao povo um caráter especial, ou diverso, do que tenho observado em outros lugares”<sup>25</sup>, o que corrobora a observação de que a composição social do Aracati era extremamente mestiça.

Nesse sentido, estes dados chamam a atenção para a importância de compreendermos as estratégias de formação familiar; o contato dessas pessoas a partir do mundo do trabalho; dos espaços de sociabilidade como festejos; lugares de danças e jogos e também em relação aos processos migratórios.

Esses indícios são mais alguns dos elementos que dialogamos com outras fontes eclesiais e cartoriais, além de estudos historiográficos sobre as populações e o processo de formação familiar no Aracati e baixo Jaguaribe<sup>26</sup> que nos ajudam a perceber o cenário dinâmico de contato, trocas de experiências, formação de vínculos e estabelecimento de circuitos de sociabilidade desses segmentos de trabalhadores. Certamente, precisa ser levado em conta o fato de que nem todos que compunham as bases populacionais de matriz étnica africana, no Ceará, são necessariamente pobres ou que compartilhavam esses circuitos de sociabilidade<sup>27</sup>.

E essa é uma questão central para o presente estudo: a partir das documentações eclesiais, administrativas e criminais buscamos perceber de que formas, quais os usos fizeram desses espaços e quais os possíveis significados de suas ações ao estabelecerem trocas de experiências, de afetos, de irmandades, de solidariedades, de formação familiar e as mais diversas outras formas de resistência ao sistema escravagista.

Ou seja, não negando que havia conflito entre esses segmentos de trabalhadores, mas percebendo que a composição populacional da Vila do Aracati, por ser majoritariamente de trabalhadores cativos e livres, estreitavam os contatos, como veremos mais adiante, em um sumário de querela de quatorze de fevereiro de 1780, sobre o “ajuntamento de negros e de outra gente plebea”<sup>28</sup>. Registros como esse são provas de sociabilidades e dos contatos entre esses diversos segmentos de trabalhadores, o que nos aguça o olhar em relação ao cruzamento desses diversos corpos documentais, que fazem refletir sobre as diversas questões interpretativas que talvez nos aproximem mais de uma melhor compreensão de como esses sujeitos interagiram,

<sup>25</sup>ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão**: Fortaleza-Crato, 1859.

Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 91

<sup>26</sup>Para saber mais desse tema ver: CHAVES, Elisgardenia de Oliveira. **População e família mestiça nas freguesias de Aracati E Russas-Ceará 1720/1820**. 2016. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

<sup>27</sup>Raimundo Nonato, em sua tese, aborda como na historiografia certas pessoas devido a sua matriz étnico-social serem associada à impossibilidade de ascensão e mobilidade. Entre seus diversos exemplos de bens de famílias negras, está José Monteiro de Melo que possuía títulos de terra e escravizados acumuladas, segundo ele “adquirida em meu trabalho e não herdada”. SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. “Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho”: negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822). Fortaleza: UFC, Programa de pós graduação em História Social, 2015. 223 f. Tese.

<sup>28</sup>**Livro Nº13** Autos de Querela p.53v. 14 de fevereiro de 1780. APEC.

conflitaram e estabeleceram vínculos forjando as diversas possibilidades de experiências e ações num cenário social de controle.

O recorte temporal corresponde ao período das charqueadas e seu declínio, entre os anos de 1748 e 1800, que representou intensas trocas e relações econômicas frente a uma maior demanda por carnes secas em mercados locais de Recife e de Salvador<sup>29</sup> e teve seu apogeu por conta de diversas contingências já bastante exploradas pela historiografia<sup>30</sup>. Por conta de o Aracati ser um polo da produção de charque, este elemento traz indícios para compreendermos a presença significativa de trabalhadores escravizados e das dinâmicas de mobilidade pelo espaço dos sertões como polo escoador das mercadorias ali produzidas, devido à sua especificidade de principal porto fluvial da região naquele momento. Apontamos, assim, que os seguimentos de trabalhadores pobres aprenderam e articularam formas de resistência a partir da compreensão das correlações de forças, da estrutura marcada pela produção de carnes, pela ocorrência de enchentes, por períodos de secas, pelos festejos e pelo fluxo de pessoas e de mercadorias.

### 1.1 Historiografia da escravidão

A produção sobre escravidão já possui um mais de um século de debates entre continuidades e fortes rupturas e que nos ateremos a dar um breve destaque na década de 1950 e aprofundaremos nas contribuições dos estudos a partir da década de 1970 para nosso trabalho. Na década de 50, a chamada “Escola Paulista de Sociologia” da USP composta por autores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Emília Viotti da Costa que se punham em contraposição às teses de Gilberto Freyre<sup>31</sup>.

Esse grupo construía seu discurso a partir de perspectivas pautadas como vertentes do marxismo. Por conta disso refletiram sobre a organização escravista como processo de acumulação de capital e obtenção de lucro, ao compreenderem a lógica da sociedade escravista

---

<sup>29</sup>ROLIM, Leonardo Cândido. **Tempo das carnes no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802)**. 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

<sup>30</sup>Segundo Almir Leal de Oliveira considera “a seca como fator desarticulador da economia das carnes secas do Ceará a partir do final do século XVIII, principalmente da Seca Grande de 1790 a 1794, que dizimou o gado, impedindo a reorganização das oficinas, e também pela concorrência, a partir daí, com o charque no Rio Grande do Sul”. OLIVEIRA, Almir Leal de. **As carnes secas e o mercado do atlântico do século XVIII**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/As-carnes-secas-do-Cear%C3%A1-e-o-mercado-Almir-Leal-de-Oliveira.pdf>

<sup>31</sup>FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

como parte do desenvolvimento das relações capitalistas globais<sup>32</sup>. Nesse sentido, ainda vale ressaltar que essas perspectivas, em linhas gerais, acabavam por tratar o tema da escravidão entendendo que a estrutura era tão violenta que seus efeitos sob os sujeitos seriam de reificação e da anomia<sup>33</sup>.

Os trabalhos empreendidos a partir das décadas de 1970 e 1980 tem como marca a presença da História Social em diálogo com a História da escravidão. Os trabalhos empreendidos a partir de então passam a tratar da escravidão com um olhar mais atento às experiências dos escravizados, aos espaços de sociabilidade, às solidariedades, à formação familiar centrando suas análises nos cativos enquanto atores sociais e não apenas subprodutos de relações macroeconômicas.

Do ponto de vista mais ortodoxo de análise sobre o que foi a escravidão no Brasil, Jacob Gorender, em seu estudo “O escravismo colonial” defende a perspectiva de que, para compreendermos o desenvolvimento econômico em torno do escravismo, a chave de interpretação seria pensá-lo enquanto um modo de produção particular, o qual seria chamado de “modo de produção escravista colonial”. Essa análise inseria o Brasil nas dinâmicas globais, ao pensar a “plantagem” e a escravidão, como definidas a partir da produção de gêneros agrícolas para exportação, sem interesse particular no mercado interno, mas que tinha sua apropriação nas relações internas de exploração da força de trabalho dos sujeitos escravizados. E todo esse modo de produção encontrava sua síntese na estrutura produtiva das unidades agrícolas, que possuíam uma complexa divisão do trabalho, aliando beneficiamento e cultivo em um mesmo local.<sup>34</sup>

Dentre os primeiros trabalhos que deram fôlego a essa nova onda de reflexões, os escritos de Katia Mattoso “Ser escravo no Brasil” trazem um importante olhar sobre como a multiplicidade de experiências de escravizados, sejam eles vindos de África, nascidos aqui,

---

<sup>32</sup>Para uma maior compreensão desse debate ver. PALERMO, Luís Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. *Dimensões*, v. 39, jul.-dez. 2017, p. 324-347. ISSN: 2179-8869. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/18638/12660>; Disputas

<sup>33</sup>FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico**, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997. p. 27.

<sup>34</sup>GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. Editora Ática. São Paulo, Brasil. 1922; GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. No seio desses debates, Gorender argumentava sobre a necessidade de se pensar o modo de produção desenvolvido na escravidão colonial, a partir de suas particularidades e não de forma meramente comparativa, como algumas reflexões que pensavam em que fase de sistema produtivo o Brasil estava, numa lógica mais etapista do desenvolvimento das forças produtivas, com similaridades ao que, na Europa, foi o Feudalismo: uma grande propriedade, a figura centralizada de um senhor e a predominância de uma sociedade rural. Para compreender mais sobre esse debate, ver. ABREU, Capistrano de. 1853-1924. Capítulos de história colonial: 1500-1800. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p.

sendo libertos etc., forjavam conflitos e contatos específicos com os mundos da sociedade colonial. E por conta disso, de perceber como estes se adaptavam à nova realidade, forjavam solidariedades, buscavam superar as contradições entre seu mundo antigo e seu mundo novo e quais as formas pelas quais estes encontravam caminhos de liberdade e quais os limites dessa liberdade<sup>35</sup>.

Outro estudo que ajuda a ampliar o nosso horizonte analítico é de João José Reis com Eduardo Silva<sup>36</sup>. Segundo Reis, pelo tom em que se discutiam as dimensões da escravidão, costumava-se pensar sempre os sujeitos escravizados ou totalmente conformados, ou, então, completamente revoltosos. O que ele traz de mais rico para os nossos olhares, é a dimensão da negociação, pois ao virarmos nosso olhar para os cotidianos, fica evidente que os sujeitos não estão, na maior parte do tempo, sendo totalmente dominados ou resistindo. Em boa parte de seus momentos, eles estão apenas vivendo. E, nesse viver, o jogo em disputa é, predominantemente, o da negociação. Como olhar para as fontes e perceber isso? Tentando ir além do que salta aos olhos de maneira mais imediata e fazendo o esforço de perceber o que está em jogo nas entrelinhas e como os sujeitos vão tomando decisões a partir de situações contingenciadas e desiguais de poder.

Maria Helena Pereira Toledo, apesar de não utilizar em si o conceito de negociação, argumenta sobre as relações não estarem polarizadas entre opressão absoluta e a revolta. Ela analisa o espaço social de Taubaté e Campinas do séc. XIX e afirma que seria ilógico pensar a manutenção do sistema escravagista sem negociações e espaços de atenuação dos conflitos. Segundo ela:

Dessa maneira, floresceram no Brasil escravista inúmeros ‘contratos’ entre senhores e escravos, regulamentados não mais que por leis costumeiras ou direitos adquiridos na vida diária, acordos esses extremamente variáveis segundo as regiões geográficas, vicissitudes da produção, mas que, entretanto, parecem ter evoluído ao longo dos séculos, tornando-se, no oitocentos, um caudal crescente de reivindicações escravas<sup>37</sup>

Outro importante debate historiográfico, que tem como principal expoente o historiador Robert Slenes em seu livro “Na senzala, uma flor”, propõe a reflexão sobre a família escrava enquanto forma de resistência e conflito com as classes. Em sua análise, aborda quais eram as implicações dos arranjos matrimoniais; dos espaços de moradia; das formas de cultivar em

---

<sup>35</sup>MATTOSO, Katia. **Ser escravo no Brasil**. 3ªed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 98-241.

<sup>36</sup>REIS, João José. Op. Cit., p. 13-22.

<sup>37</sup>MACHADO, Maria Helena P.T. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

benefício próprio e como essas articulações representavam pontos de conflitos com as classes dominantes, sobretudo, na região de Campinas no século XIX<sup>38</sup>.

Alguns outros debates foram extremamente enriquecedores, por tratarem de temáticas como a ideologia senhorial, as experiências de quilombos e a brecha camponesa.

Sobre a ideologia senhorial, Ronaldo Vainfas em “Ideologia e escravidão”<sup>39</sup> aborda a dominação como um conjunto de práticas, de discursos e de significações que configuram a relação de uma classe sobre o restante da sociedade. Nesse sentido, ideologia e poder são aspectos que combinados formam o que entendemos como persuasão e dominação. Nessa linha reflexiva aborda as noções de trabalho e de sua função social imposta aos escravizados. Trata também de como a subsistência destes sujeitos era ideologicamente percebida como uma obrigação moral do senhor. E trata mais adiante de duas questões que são muito caras ao nosso trabalho: a) sobre o dilema em relação ao cultivo dos escravos para si, a chamada “brecha camponesa” que se manifestava, em geral, no trabalho dos escravizados nos roçados aos domingos e dias santos para manutenção da subsistência; b) sobre a educação religiosa e a noção de escravo cristão como um sujeito obediente. Debate em que o autor empreende a reflexão sobre como a doutrinação desses trabalhadores era uma condição necessária do exercício cristão da classe senhorial, isso se manifestava, segundo ele:

Em primeiro lugar, ensinar a Doutrina: mistérios da fé, preceitos divinos, orações, virtudes, pecados e sacramentos [...] socializar o africano como escravo/cristão, eis a intenção explícita da norma religiosa que se propunha no discurso. Em segundo lugar, ministrar os santos sacramentos da Igreja: o batismo, a eucaristia, a confissão, a extrema unção, e tudo que mandava a religião cristã, notadamente o matrimônio<sup>40</sup>

Essas reflexões nos ajudaram a construir uma análise sobre a expectativa de dominação ideológica e prática da classe senhorial contraposta às ações e apropriações que os sujeitos escravizados faziam dos santos sacramentos<sup>41</sup>, dos signos da fé, assim como das festas religiosas. Por fim, o autor também nos ajuda a compreender quais as noções de punição que se achavam justas ou injustas para alguns letrados que versavam sobre o tema no período colonial; a perceber como a rebeldia abalava a consciência senhorial seja a partir dos quilombos ou mesmo no “corpo mole” ao trabalhar manifestado a partir do que se entendia como ócio que

<sup>38</sup>SLENES, R. W. **Na Senzala, uma Flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

<sup>39</sup>VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

<sup>40</sup>Idem. p. 111-112.

<sup>41</sup>Os sacramentos são rituais cristãos que introduzem o sujeito na comunidade e na doutrina cristã. São eles: Batismo, Crisma ou Confirmação, Eucaristia, Reconciliação ou Penitência, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio.

era entendido pela classe senhorial como uma “propensão do negro, naturalmente ‘pecador’ e ‘insolente’”<sup>42</sup>

Ciro Flamarion Cardoso em “Escravo ou camponês? O Protocampesinato negro nas américas”<sup>43</sup>, ajuda-nos a compreender o que era a brecha camponesa no sistema escravista. Tal noção auxilia a compreender melhor as ações de alguns dos sujeitos escravizados que aparecem em nossa pesquisa e a refletir como a subsistência destes sujeitos era um tema complexo para a classe senhorial, pois se por um lado fazia sentido os deixar produzir para si com forma de garantir essa produção, em que medida isso gerava certo temor por conta da afirmação da possibilidade de autonomia do escravizado?

O autor desenvolve, ao longo de sua análise, reflexões sobre como a brecha no Brasil gerava certos conflitos também com o setor religioso e o uso dos domingos e dias santos como momentos em que os escravizados faziam o plantio, já que isso atrapalharia o exercício da doutrinação cristã. Essas reflexões nos ajudaram a pensar como no Brasil e pensando esses sujeitos, essas experiências constituem um protocampesinato que possibilitou a disputa e formação de certos espaços de escolha e autonomia na subsistência desses sujeitos trabalhadores.

Silvia Hunold Lara no artigo “trabalhadores escravos”<sup>44</sup> argumenta como a relação entre senhores e escravizados era “essencialmente assentada no castigo físico”, mas não se limitava apenas a isso. Esse domínio também necessitava se expandir para o máximo possível das relações sociais se constituindo enquanto conjunto de práticas e ideias que de fato sujeitassem homens e mulheres à condição de escravidão.

Além disso, nos ajuda a compreender também o aspecto da exploração da mão de obra escrava por meio do chamado “negros de ganho” que executavam ações para terceiros e recebiam uma remuneração em troca disso e isso nos ajuda a pensar sobre a mobilidade dos escravizados no espaço colonial, pois diversas das tarefas que eram atribuídas pelos senhores acabavam por exigir que os escravos se deslocassem. Isso faz um bom diálogo com alguns dos processos crimes que analisamos, no sentido de perceber como essa mobilidade era um espaço de obrigação, mas também de oportunidade para os sujeitos escravizados conhecerem outras

---

<sup>42</sup>Idem. p. 124.

<sup>43</sup>CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou Camponês?** O protocampesinato negro nas américas. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

<sup>44</sup>LARA, Silvia Hunold. **Trabalhadores escravos**. Campinas: Trabalhadores, 1991. Ver mais em: LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

peessoas, estabelecerem vínculos e adquirir um aprendizado sobre o espaço colonial que poderia ser usado para diversos fins como a fuga.

Outro aspecto importante é o de possibilitar uma análise interessante sobre como, enquanto forros, os sujeitos poderiam possuir alguma margem de autonomia em relação ao seu antigo senhor. Segundo ela:

Às vezes, ser livre significava poder viver longe do teto senhorial ou poder ir e vir sem controle ou restrições. Outras vezes, significou poder reconstituir laços familiares e mantê-los sem perigo de ver um membro da família ser comercializado<sup>45</sup>

Essas reflexões são centrais para compreender, mais adiante, o caso do forro André e do escravizado Francisco. André, já forro, conseguiu uma casa e um espaço em que poderia estabelecer certa autonomia com o roçado e criação de animais, mas que, além disso, também buscou levar outro companheiro de nome Francisco para essa casa. Portanto, a conquista da liberdade por parte de André também o levou a buscar possibilitar esse espaço para outros companheiros.<sup>46</sup>

Nesse sentido, a tese de Eurípedes Antônio Funes “Nasci nas matas, nunca tive senhor”<sup>47</sup> nos ajuda a compreender como a experiência dos quilombos significavam não apenas a escolha de um local de estabelecimento, mas também algumas prioridades desses sujeitos enquanto agentes de uma nova experiência social de quilombolas: botar um roçado como prioridade; plantar para além do sustento individual como forma de garantir o sustento de outros companheiros vindouros; e, talvez o mais importante, o forte sentimento de tentar levar mais companheiros para o quilombo<sup>48</sup>.

Essas reflexões nos ajudaram a perceber de forma mais complexa as ações de sujeitos escravizados que foram investigados ao longo dessa pesquisa e possibilitou que déssemos mais cor aos fragmentos das trajetórias que tivemos acesso configurando um olhar que levasse cada vez mais em conta uma leitura a contrapelo, ou seja, questionando o discurso e buscando valorizar os resquícios das ações de escravizados no Aracati e nos sertões do Ceará.

Adiante, sobre as formas de resistência das populações escravas e suas articulações que poderiam ter cunho impetuoso, mas também havia diversos casos de planejamento estratégico das ações<sup>49</sup>, é o estudo do historiador Sidney Chalhoub de nome “Visões da liberdade”. Um dos

<sup>45</sup>Idem. p. 18.

<sup>46</sup>**Livro Nº12** Autos de Querela. 20 de março de 1781.

<sup>47</sup>FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo amazonas**. 1995. 456 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

<sup>48</sup>Idem. p. 72, 74, 77, 78, 90, 94 e 95.

<sup>49</sup>No debate que o autor faz sobre o espancamento de um comerciante de escravos por diversos escravos, é

pontos considerado de maior relevância para a presente pesquisa é a crítica que Sidney Chalhoub faz sobre a tese de Fernando Henrique Cardoso, não dar conta da experiência social dos sujeitos escravizados. Segundo esta tese:

A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. Os homens livres, ao contrário, sendo pessoas, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios<sup>50</sup>

Para Sidney, restringir a experiência social à condição jurídica na qual o sujeito escravizado estava é mais uma forma de mistificação, pois não leva em conta as formas de criação de valores e formas de subversão feitas pelas próprias populações escravas<sup>51</sup>.

Alguns autores somam o debate da escravidão e ajudam a entender mais sobre essas relações no Ceará. Raimundo Nonato, nos ajuda a melhor compreender as possibilidades de ascensão social de famílias negras, pardas no sertão do Acaraú. Nesse sentido, faz-nos refletir sobre as estratégias de sujeitos escravizados, de livres e de libertos em sua mobilidade social, formação familiar, laços de parentesco, acumulação de pecúlio e sobre as negociações e conflitos que essas pessoas articularam.<sup>52</sup>

Jofre Teófilo, por sua vez, trata de um acontecimento, realizado na embarcação Laura Segunda, abordando o motim e os eventos em torno dos sujeitos escravizados que se rebelaram. Nesse sentido, associa esse motim ao conjunto de transformações sociais durante a década de 1830, associando as rebeldias a uma conjuntura de instabilidade política e social. Nesse sentido, ajuda-nos a perceber noções de aprendizado e de elaborações táticas pelos escravizados, além de permitir pensar como a temática ganha com o contato entre escalas distintas de análise e relação de eventos.<sup>53</sup>

---

extremamente interessante, pois ele percebe como há uma grande articulação estratégica para justificar o espancamento, além da combinação dos testemunhos de todos os envolvidos.

<sup>50</sup>CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.125.

<sup>51</sup>CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

<sup>52</sup>SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **Minha riqueza é fruto do meu trabalho**: negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822). 2015. 223f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2015.

<sup>53</sup>VIEIRA, Jofre Teófilo. **Uma tragédia em três partes**: o motim dos pretos da Laura em 1839. 2010. 302 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2010.

Partindo da perspectiva de que o tráfico interprovincial foi comum na vida social e que teve diferentes significados, especialmente para os cativos, acompanhamos na obra de José Hilário, experiências de Bernardo, de Anna, e de Nicolau e suas lutas por liberdade, que nos ajuda a pensar sobre as apropriações que esses sujeitos faziam dos tramites legais e, quando falhava essa negociação, formas como crime e fugas se tornavam a tônica das ações.<sup>54</sup>

Elisgardênia de Oliveira, ao analisar, em uma perspectiva da história demográfica, a formação de famílias mestiças e mistas, por pessoas de diversas qualidades étnicas e condições jurídicas em Aracati e Russas; não apenas ajuda a compreender as particularidades dessas relações, mas também traz importantes dados populacionais a partir dos registros eclesiásticos de batismos e casamentos, que auxiliam, em nossas reflexões. Dessa forma, traz um complexo panorama em torno da formação familiar e seus arranjos de legitimidade, de ilegitimidade, de concubinato, de endogamia, de exogamia, dentre outros.<sup>55</sup>

Na perspectiva de compreender a família escrava, Ana Sara Cortez analisa o processo de formação familiar da população escravizada do Cariri, no século XIX. Este trabalho ajuda na percepção de que os arranjos familiares formados pelos escravizados estavam para além da noção nuclear, pois era forjada, principalmente, por composições mistas, nos quais os laços de parentesco mesclavam sujeitos livres e libertos, assim como etnias distintas. Além disso, ao analisar o acúmulo de pecúlio, por escravizados, demonstra as relações de conflito, de negociação e até mesmo vínculos de amizade e convívio com senhores, na busca desses trabalhadores pela liberdade<sup>56</sup>

Já Analúcia Sulina, ao pesquisar sobre as irmandades e confrarias de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ajuda-nos a debater sobre como os sujeitos, a partir desses espaços, forjaram alternativas para recuperar ou ressignificar suas noções de pertença, compulsoriamente tomadas pelos colonizadores. Dessa forma, traz mais elementos para debater sobre essas instituições, seu funcionamento e formação e os festejos como marcas de sociabilidade e resistência dessas populações.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup>FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. "**Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais te vê, Amaru Mambirá**": o Ceará no tráfico interprovincial - 1850-1881. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

<sup>55</sup>CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. **População e família mestiça nas freguesias de Aracati E Russas-Ceará 1720/1820**. 2016. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

<sup>56</sup>CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri cearense (1850 - 1884)**. 2008. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2008.

<sup>57</sup>BEZERRA, Analúcia Sulina. **A confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quixeramobim (Ceará - Brasil): identidades e sociabilidades**. (2009). 323f. Tese (Doutorado em Sociologia)

## 1.2 Contato e reflexão sobre o corpus documental

A presente documentação utilizada na pesquisa, que é constituída por registros administrativos, eclesiásticos e criminais, se encontra bastante fragmentada. Por um lado, temos as diversas lacunas dos deslocamentos pelos quais esses documentos passaram, que fizeram com que alguns registros se perdessem dos demais ou que registros de locais diferentes acabassem por se misturar, além de que estão em vários locais, alguns se encontram no Arquivo Público do Estado do Ceará, outros Arquivo Histórico Ultramarino e, por fim, na Diocese de Limoeiro do Norte, em cada lugar com um acondicionamento, condição de acesso e organização distintos. Por outro, a deterioração, seja pelo acondicionamento ou pela passagem do tempo, acabou por deixar o estado de manuseio e leitura desses registros bastante dificultados. São manchas de água, acúmulo de fungos, ferrugem, dentre outras fragilizações estruturais, o que demanda uma restauração urgentemente, pois algumas dessas deteriorações são reparáveis.

A partir desses registros fragmentados, que buscamos elaborar nossa reflexão sobre as trajetórias de vidas de africanos e seus descendentes, no Aracati do século XVIII. A partir dessa documentação foi possível uma compreensão mais associada do universo do trabalho, das tramas cotidianas, dos conflitos, dos afetos, das negociações e das tentativas que esses trabalhadores tiveram de construir alternativas frente a um sistema extremamente opressor.

Tendo em vista essas considerações sobre o estado dessas documentações, que se fez necessária uma perspectiva metodológica que ajudasse a lidar com essas informações segmentadas. Por conta disso, algumas perspectivas metodológicas se fizeram essenciais para a condução do presente estudo, como: o método indiciário, a microanálise e os jogos de escalas. Apresentaremos, a seguir, como potencializaram a capacidade de refletir sobre algumas dimensões de nossa problematização.

O método indiciário ajuda-nos a voltar o olhar para as pistas, para os vestígios, entendendo que as fontes revelam interesses, visões de mundo, enfim, pistas para problematizar experiências sociais e relações entre diversos sujeitos. Nesse sentido se faz imprescindível o cruzamento de fontes para que possamos contrastar as diversas perspectivas e formular perguntas que deem complexidade ao nosso objeto de estudo. Dessa forma, um olhar focando no micro se faz necessário para dar conta de questões que muitas vezes podem passar de forma despercebida e, nesse sentido, buscamos estabelecer um contato entre as diversas escalas de

análise levando em conta aspectos das experiências sócias, dos fragmentos de trajetórias dos indivíduos e de como as ações de sujeitos escravizados, mesmo quando descritas pelos dominantes, nos permitem aguçar a reflexão sobre uma miríade de tensões e disputas no cenário colonial.<sup>58</sup>

A microanálise nos permite, a partir da redução da escala do olhar, destacarmos particularidades e detalhes que em outras formas de abordar o objeto acabariam por não se atentarem para certas especificidades dos vestígios. Essa perspectiva nos permite por “a ação do sujeito como ator histórico importante na definição do rumo dos fenômenos e dos processos históricos”.<sup>59</sup>

Os jogos de escala, por sua vez, ajudam-nos a perceber a variação do foco analítico como um refinamento do potencial heurístico. Entende-se a partir desse ponto de vista, que a micro história surge como forma de dar conta das experiências de indivíduos e suas relações com outros indivíduos. Entretanto, quando colocamos o nosso objeto em múltiplas escalas de observação, podemos entender novas facetas da realidade analisada podendo, assim, aguçar o entendimento do conjunto de níveis pelos quais se fazem a produção do social.<sup>60</sup>

Devido a isso, o presente estudo se utiliza dessas abordagens para evitar cair em noções generalizantes das experiências dos sujeitos escravizados buscando, nos vestígios de suas ações, compreender de forma multifacetada as experiências de resistência, de negociação, de formação familiar, de conflito com seus senhores, da formação de espaços de sociabilidade, das possibilidades de articulação de instrumentos dos dominantes etc., que aqui nos propusemos a problematizar.

Nossas fontes estão localizadas no Arquivo Público do Estado do Ceará<sup>61</sup>; no Projeto Resgate Barão do Rio Branco disponível digitalmente<sup>62</sup>, na Diocese de Limoeiro do Norte e também a partir da transcrição de documentos feitas por: Gerardo Nobre<sup>63</sup> e Francisco

<sup>58</sup>Sobre o método indiciário. Ver. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

<sup>59</sup>OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de. (org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, 300p.LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *In*: TOPOI, v.6, nº11, p.289/326. Julho/dezembro, 2005.

<sup>60</sup>Para mais sobre o debate sobre escalas, ver: REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 262 p.

<sup>61</sup>A partir de agora, APEC.

<sup>62</sup> Disponível em: <http://www.resgate.unb.br/>.

<sup>63</sup>NOBRE, G. Da Silva. **As oficinas de Carnes do Ceará**, 1977. O autor faz a transcrição de alguns documentos administrativos referentes ao Aracati que possibilitam problematizar certas relações ligadas à produção de carne e como isso afetava o cotidiano dos moradores da Vila. São eles: “Auto de audiência geral de 18 de junho de 1767”; “Livro de Registro das escrituras dos Foros pertencentes ao Senado da Vila do Aracati, aberto em 11 de setembro de 1756 – fls. 167 e 168”; “Auto de audiência geral de 12 de fevereiro de 1781” e o “Auto de segunda Audiência geral que requerere a Camara nesta Vila do Aracati”.

Pinheiro<sup>64</sup>, atividade de transcrição esta que em muito ajuda, pois boa parte dessa documentação acabou por se perder seja pela deterioração temporal ou pelas más condições de acondicionamento e manuseio.

Nesse ponto de vista, dividimos essa documentação em três categorias: documentação criminal (Autos sumários de querela) estes estão localizados no Arquivo Público do Estado do Ceará. Documentação administrativa (Autos de audiência geral, arrematações, aforamentos, cartas, inventários post mortem e requerimento) essa documentação, por sua vez, encontra-se tanto no Arquivo Público como disponível digitalmente no projeto do Arquivo Histórico Ultramarino<sup>65</sup>. E, por fim, documentações eclesiais (registros de batismo, de casamento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia) os registros encontram-se na Diocese de Limoeiro do Norte e as Constituições estão disponíveis online<sup>66</sup>.

Sobre a importância dos processos crime, Carlos Bacellar, no capítulo “Uso e mau uso dos arquivos” faz algumas considerações:

Os processos crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor. São fontes preciosas para o entendimento das atividades mercantis, já que são recorrentes os autos de cobranças judiciais de dívidas e os papéis de contabilidade de negócios de grande e pequeno porte.<sup>67</sup>

Nessa perspectiva, percebemos a importância dos autos de querela como meio pelo qual encontramos indícios das experiências de sociabilidade, de resistência e de solidariedade entre diversos seguimentos de trabalhadores pobres. Em adição, também aponta sobre uma das partes que pode ser bem aproveitada do processo, diz ele:

A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado.<sup>68</sup>

Os autos e sumários de querela trazem, com grande riqueza, diversas informações sobre as ações dos sujeitos, das situações em que determinados crimes aconteceram, além das visões das testemunhas em relação às ações e às valorações dos indivíduos envolvidos nas denúncias. O interessante disso é que conseguimos investigar alguns pontos de cisão, ou seja, do confronto direto pelo qual alguns sujeitos escravizados acabaram por enveredar; mas, também, vemos as

---

<sup>64</sup>PINHEIRO, Francisco José (org.). *Os Debaixo Resistem: As formas de resistência dos escravos no Ceará*. Fortaleza: UFC/Departamento de história – PT Fortaleza, 2002. O autor fez a transcrição de três processos crime envolvendo escravizados no Ceará que nos foram essenciais para construção de nosso estudo.

<sup>65</sup>Disponível em: <http://ahu.dglab.gov.pt/>

<sup>66</sup>Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>.

<sup>67</sup>BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. 2º.ed., I reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 36.

<sup>68</sup>Idem. p. 37.

situações em que aconteceram, podendo ser: no espaço doméstico, em casas de jogos organizadas por eles, em fugas combinadas a partir de festejo etc.

Ao perceber esse universo interessantíssimo de transgressão percebemos que a agência desse segmento de trabalhadores acontecendo exatamente na agência cotidiana, nas negociações entre dominantes e dominados e, algumas vezes, na transgressão assumida do discurso público<sup>69</sup> como são os casos de fuga ou ofensas e agressões diretas aos senhores de escravos, pois quando a negociação não se faz mais possível, vem a agência pelo crime.

Ao investigar os processos crime, ocorridos nas lavouras paulistas, percebeu um aumento dos homicídios contra feitores, Maria Helena Machado<sup>70</sup> possibilitou uma ampliação no cuidado e na dimensão interrogativa às documentações criminais, ao relacionar essas questões com processos mais amplos dentro do espaço colonial, como, por exemplo: práticas punitivas mais severas, uma maior inflexibilidade dos senhores em relação aos limites que os sujeitos escravizados entendiam de extensão do trabalho, de tolerável, etc. Essas considerações nos fazem entender que os crimes são o momento em que a negociação falha e outras formas de resistência se fazem necessárias. Além de nos atentar para a importância de relacionar diferentes escalas de análise.

Outras fontes, nessa perspectiva, são os inventários *post mortem*, que nos ajudam a investigar mais a fundo qual a incidência de escravizados arrolados como bens e qual a valoração se fazia deles. Quanto a alguns aspectos dos inventários sabemos que: eram documentos exigidos pelo Estado como forma de relacionar os bens do indivíduo e formalizar a partilha entre herdeiros e sucessores<sup>71</sup>. Logo, era um instrumento de perpetuação da propriedade e da riqueza. Os inventários contêm uma infinidade de caracterizações sobre os bens arrolados dos sujeitos que pode ser tanto sobre materiais como madeira, pedras, ouro, roupas, cálices etc; quanto também, e é a parte que mais nos interessa, a presença de escravizados.

Além disso, ao investigar as documentações administrativas, pudemos perceber a conexão desses sertões que a partir da economia pecuária, já que o gado era trazido dos sertões, transformado em charque e escoado através do porto do Aracati que era o mais importante porto dos sertões nesse momento como aponta Clóvis Ramiro Jucá:

---

<sup>69</sup>SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: Discursos Ocultos. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

<sup>70</sup>MACHADO, Maria Helena P.T. **Crime e escravidão**: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo, Brasiliense, 1987.

<sup>71</sup>ARAÚJO, Maria Lucília Viveiro de. **Os caminhos de riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos**. São Paulo: Hucitec, 2006.

A vila do Aracati foi o principal porto do Ceará durante o século XVIII. Em seu espaço, localizavam-se as principais oficinas de charque do período. Antes mesmo da elevação à condição de vila, comercializava-se de “*vinte a vinte cinco mil bois*” para a produção de carne seca. Na segunda metade do século XVIII, no espaço da vila podia ser encontrado tanto o animal vivo como a carne salgada e ainda “*couro de bois salgados, vaquetas, couro de cabra e pelicas brancas*”<sup>72</sup>

Dessa forma, as fontes que encontramos sobre trabalhadores pobres livres e escravizados vindos do Aquiraz, de Russas, do Icó, passaram a constituir um sentido pela análise em escala do que era o Aracati nesse período. Ou seja, compreender o nosso objeto e o que passamos a compreender como Aracati, também implica entender as redes que conectavam não apenas comercialmente e administrativamente, mas que possibilitaram contatos entre as populações pobres livres e escravizadas.

As fontes eclesiásticas, por sua vez, possibilitaram compreender que não havia um isolamento dos sujeitos escravizados em relação a outros segmentos sociais e que constituíam entre si relações de afetividade, de solidariedade, sem negligenciarmos, obviamente, os conflitos. A partir dessa documentação problematizamos os indícios sobre as estratégias de formação familiar, os arranjos possíveis entre eles e os demais segmentos de trabalhadores e também e, a partir do cruzamento com outras fontes, buscamos compreender os circuitos de sociabilidade e possibilidade de ações de liberdade como no caso da libertação na pia batismal. Essa documentação traz informações como: cor, idade, condição, naturalidade, configuração familiar, entre outros dados.

Por conta do que foi até então debatido percebemos a demanda por dialogar com essa diversidade de fontes, que nos permitiram problematizar de forma mais contundente e multifacetada o que era essa sociedade e suas tensões.

Tendo isso em vista, algumas questões tomam relevo: como se dá a construção dessa espacialidade a partir dos processos de conquista dos sertões? Como o negócio dos charques tem relação com o processo de fixação do poder metropolitano naquele espaço? O que significava o Aracati no espaço da Capitania? O que significava o Aracati na escala do Ceará colonial? Como o entendimento desse contexto nos ajuda a refletir sobre as experiências e práticas de resistências dos sujeitos escravizados? O que as diversas ações dos escravizados nos ajudam a entender sobre as relações e tensões sociais desse recorte? Quais eram os circuitos de sociabilidade desses trabalhadores? Como seu aprendizado e experiência nos ajudam a problematizar as possibilidades de construção de espaços de autonomia e liberdade?

---

<sup>72</sup> JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A urbanização do Ceará Setecentista**: as vilas de nossa senhora da expectativa do Icó e de Santa Cruz do Aracati. 2007. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

Essas questões poderão ser respondidas a partir da problematização de um rol de fontes mais amplo e aqui jogamos com a dimensão das escalas em nossa pesquisa: estamos investigando uma dimensão focal da vida dos sujeitos escravizados, mas esta não está apartada de uma série de questões estruturais e conjunturais.

Portanto, essas são algumas das questões que levantamos na busca de compreender mais sobre as vidas desses trabalhadores; a presente dissertação foi estruturada em três capítulos além da introdução.

No **segundo capítulo**, “Um sertão conectado: processo de conquista e a presença de escravizados no Aracati”, trata-se sobre o processo de conquista e fixação argumentando sobre a relação dos trabalhadores escravizados com a charqueada. Percebendo, nela, os fatores centrais para compreender a consolidação da disputa pelo domínio dos sertões. Além disso, buscou-se compreender como era o trabalho nas charqueadas, ao analisar registros de memórias, registros de crimes, inventários post mortem, com intuito de compreender os perfis de senhores, as relações de trabalho, assim como as específicas de agência escrava e elaboração dos horizontes de resistência.

No primeiro tópico iniciamos com um panorama do processo de conquista dos sertões, compreendendo o papel do Aracati, que era o principal porto dos sertões no século XVIII, além da sua centralidade e força econômica a partir das charqueadas. Ademais, foi exposto a relação entre as secas, os caminhos dos sertões e os fluxos de pessoas poderiam vir a ser fatores de construção de alternativas de resistência, para os sujeitos escravizados.

No segundo, foi feita a análise da composição e tamanho dos plantéis, a partir dos inventários *post-mortem* e da documentação paroquial. Buscando compreender quem eram esses sujeitos escravizados, de onde viam, suas idades; quem eram os principais proprietários. Portanto, o conjunto de aspectos que pudessem vir a somar na compreensão sobre as relações sociais no Aracati.

No **terceiro capítulo**, “Nascer e morrer: as experiências de escravizados a partir dos registros eclesiais”. Temos como interesse discorrer sobre as experiências de sujeitos escravizados, com enfoque nos ritos fúnebres e nas irmandades; assim como sobre as estratégias familiares para alcançar a libertação de seus filhos.

No primeiro tópico, refletimos sobre os aspetos relativos às experiências de crianças cativas e sobre as estratégias familiares para libertações em pia. Abordando como a ideologia da classe senhorial pensava o batismo e quais as possibilidades, forjadas pelos escravizados, de libertação de seus filhos, a partir do aprendizado e articulação da “Doutrina” e dos “Santos Sacramentos”.

No segundo tópico, buscamos compreender as nuances sobre as diversas facetas da morte de sujeitos escravizados, a partir dos registros de óbito entre os anos 1780-1800. Buscando, assim, compreender as nuances e tensões em torno do sepultamento, a expectativa de vida, as causas de morte e a importância das irmandades, no campo simbólico e material, das trajetórias de escravizados no Aracati.

**No quarto capítulo**, “A agência cotidiana dos escravizados: resistência, negociação na busca por liberdade e autonomia”, fazemos diversos estudos de caso, a partir dos sumários de querela e registros de memória, para assim compreender, com esses registros fragmentados, as trajetórias de Francisco, Izabel, Manoel, Romana, Rita, André, Francisco e Francisca.

Na primeira parte, é feita a problematização da memória do Vereador Manoel Esteves D’Almeida, de 1782, na qual temos acesso a um episódio sobre o escravizado Francisco, envolvido no assassinato de um famoso charqueador do Aracati. A partir dela, buscou-se compreender aspectos específicos dessa memória e o que ela permite interrogar sobre as relações de conflito entre senhores e escravizados.

Na segunda parte, refletimos sobre a experiência de Izabel, a partir de um registro de denúncia, que era uma mulher escravizada alugada em uma oficina de charque e que, em um conflito, feriu o seu feitor.

Na terceira parte, trabalharemos as experiências de dois sujeitos: Manoel e Romana. Levando-se em conta as particularidades de suas possibilidades de ação tendo em vista que a condição de cada um articula diversas outras circunstâncias nas ações dos sujeitos pondo-os em situações de poder em disputas na verticalidade e horizontalidade. Aqui trabalhamos algumas noções como: negação do trabalho e da ordem escravista, construção de espaços de sociabilidade, discurso de controle sobre os escravizados, tensões entre trabalhadores pobres e as especificidades das táticas de uma mulher escrava.

Na quarta parte, problematizamos as experiências de Rita e como ela nos ajuda a melhor compreender o trabalho escravo doméstico e sobre as táticas tomadas por ela nos conflitos contra seu senhor. Pensando, nesse sentido, mais do que apenas uma manifestação individual de resistência, como um ponto para compreender a complexidade das possibilidades de resistência e agência escrava a depender de seus contextos de inserção no mundo do trabalho e da relação com seus senhores. Nesse tópico tratamos sobre algumas questões como: trabalho doméstico, discurso da ideologia senhorial sobre punição/violência justa; práticas de resistência a partir do envenenamento e o aprendizado sobre o espaço colonial por parte dos escravos.

Na quinta parte, apresentaremos as trajetórias de André e Francisco a partir de um processo crime. Buscando, dessa forma, compreender a articulação que fizeram de uma fuga, a

importância do espaço do festejo para a agência escrava, como esses sujeitos ativavam possibilidades em momentos de rupturas dos ciclos produtivos, como no caso das enchentes; assim como compreender as nuances em torno da ambígua figura de Santo Antônio para este caso. Tendo isso em vista, problematizaremos o espaço de festejo como lugar da afirmação de autoridade e sociabilidade cristã, mas, também, situação em que a agência escrava se afirmava de forma inesperada para a classe senhorial. Refletindo sobre os diversos agentes no festejo, os significados das festividades no calendário colonial e investigando sobre as apropriações que os sujeitos escravizados poderiam vir a fazer desses espaços.

Na última parte, refletiremos sobre as possibilidades de fuga e das “zonas de refúgio” nos sertões sob duas perspectivas: um lugar de temor por parte dos dominantes e um lugar de esperança por parte dos dominados. Por fim abordaremos as possibilidades de se pensar a agência de quilombo nos sertões cearenses; da afirmação de uma vida protocampesina e das ações de solidariedade entre forros e escravizados. Para isto utilizaremos o processo crime sobre os trabalhadores pobres André e Francisco e das tensões e possibilidades existentes nas ações destes dois sujeitos. Após isso trataremos de, em que medida, é possível falar sobre buscar a liberdade que não implique necessariamente a fuga apesar de forma igualmente radical desafiar a norma e o controle. Nesse segundo tópico discutimos questões como: festejos religiosos e espaços de sociabilidade; as especificidades da seca em uma sociedade agropecuária como momento para fugas; a formação de quilombos e a tentativa de agregar companheiros e os usos do imaginário sagrado das promessas por parte dos escravizados.

## 2 UM SERTÃO CONECTADO: PROCESSO DE CONQUISTA E A PRESENÇA DE ESCRAVIZADOS NO ARACATI

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá [...] Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.<sup>73</sup>

Estudar as charqueadas no Aracati é se defrontar com um contexto extremamente efêmero de prosperidade econômica, que se inicia quase em meados do século XVIII e encontra seu apogeu em seus últimos dois decênios. Os registros dos viajantes que por aqui passaram e de memórias, ao longo do século XIX, são essenciais para compreendermos o declínio e a brevidade das charqueadas nessa localidade.

Sobre a importância das charqueadas para o breve período de prosperidade do Aracati, o governador Luiz Barba Alado de Menezes, tece algumas considerações, em 1814, “em cujo lugar eles tinham as suas oficinas de carnes secas, tão decantadas ainda hoje com o título de carne do Ceará, por serem, todavia, as melhores deste continente”.<sup>74</sup> O número de gados era tão vultoso ao longo do século XVIII, que mesmo com a grande seca que assolou a região jaguaribana nesse período, Thomaz Pompeu Sobrinho citou um cálculo “da existência de 103.200 reses, baseando-se na cobrança de dízimos”<sup>75</sup>

O vereador Manoel Esteves D’almeida, em seus registros de memória, aponta para algumas dimensões sobre as enchentes, principalmente de uma que ocorrera em 1789, a qual gerou diversos transtornos pela altura que chegou em relação ao rio. Adiante, faz diversos apontamentos sobre questões que podemos utilizar para compreender o declínio das charqueadas, segundo ele:

No anno de 1790 principiou, além de outras mais moderadas, uma secca tão terrível e rigorosa, que durou o espaço de 4 annos, porém no anno de 1791 e 1792 mais excessiva, de tal sorte que derrubou, destruiu e matou quase todos os gados dos sertões desta comarca, e por isso veio a perder aquelle ramo do commercio das fabricas de carnes secas desde o anno de 1793 exclusivo, por que no anno de 1794 já não houve

<sup>73</sup>SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p. 39.

<sup>74</sup>MENEZES, Luiz Barba Alado de. Memória sobre a capitania independente do Ceará grande, escripta em 18 de abril de 1814. In: Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p. 45.

<sup>75</sup>NOBRE, Gerardo Da Silva. Op. Cit., p. 37.

mais gados que se matar, e pereceriam todos, se da Capitania do Piauí não socorressem aos dos sertões desta comarca com seus gados, cujo domínio se espera ser reparado em razão de já ir agora havendo gados com que se poderá continuar a referida fábrica de carnes.<sup>76</sup>

Somado a essa questão, Valdelice Girão aponta que:

Não deve ser esquecido, porém, que naquele período o Ceará não apenas perdeu parte do rebanho e ganhou um competidor no comércio da carne seca; um outro fato foi acrescido à economia cearense, a partir daí: foi incrementada a cultura do algodão, herança indígena, jamais desaparecendo do cenário colonial, porém relegado a um plano secundário, simples matéria-prima de rudimentar indústria caseira. Atingia agora a categoria de utilidade negociável.<sup>77</sup>

A partir dos registros dos viajantes, será possível dimensionar os impactos dessa grande seca e perda de domínio comercial pelo Aracati, em relação ao mercado de carnes secas. Ficando evidente que o período de prosperidade atribuído à charqueada é curto e, após seu apogeu, poucas marcas deixou da força que antes possuía.

Em dezembro de 1811, Henry Koster, um viajante inglês, chega ao Aracati. Uma de suas primeiras impressões é sobre as casas, pois não eram parecidas com de qualquer outro lugar que houvera passado em sua viagem, pois elas tinham um andar a mais. Sobre a razão disso, tem relação com as já referidas enchentes, segundo ele:

As casas são diferentes das dos outros lugares por onde passei, tendo um andar superior sobre o térreo. Perguntei a razão e explicaram-me que era devido às inundações do rio, as quais forçavam os moradores a se refugiarem na parte mais alta de suas residências.<sup>78</sup>

Sobre um dos empregos da mão de obra escravizada no Aracati, temos o trabalho doméstico, que é evidenciado assim que o inglês chega à casa de um senhor de nome Barroso. Segundo ele apareceram três escravizados, “um com bandeja cheia de deliciosos manjares salgados e doces, e vinho; outro com bacia de prata e toalha de rendas para as abluções; o terceiro somente para saber se precisava de mais alguma coisa”.<sup>79</sup>

<sup>76</sup>Registro de memória dos principais estabelecimentos. “Factos, e casos raros acontecidos nesta villa da Santa Cruz do Aracaty, feita segundo a ordem de S. M., de 27 de julho de 1782 pelo vereador Manoel Esteves D’Almeida desde a fundação da dita villa, até o anno presente. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1887/1887-RegistrosdosPrimeirosEstabelecimentos.pdf>

<sup>77</sup>GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Oficinas ou Charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 1984. p. 127.

<sup>78</sup>BARROSO, Gustavo. **À margem da História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p. 155.

<sup>79</sup>Idem. p. 155

Luiz Barba Alado de Menezes, que foi governador da província do Ceará, entre 1808 e 1811, comenta sobre as inundações, que afligiam a população do Aracati, segundo ele:

[...] e porque a vila fica situada em uma grande vargem, está conseqüentemente muito exposta as continuas inundações, que, além de causarem gravíssimo prejuízo aos seus moradores, lhes podem vir a ser funestas algum dia si se não acautelarem; visto que a agua chega a uma grande altura dentro da villa, que arruinando casas, obriga os moradores a precipitada fuga, de que fui testemunha em 1812.<sup>80</sup>

A região correspondente ao Aracati, não se limitava apenas ao centro da vila, de acordo com Barba Alado, outras povoações compunham seu distrito:

Conta as seguintes povoações: Beirada, Canôa Quebrada, Barra da Canavieira, Poço das Pedras, Jequi, Catinga do Goes, Matta Fresca, Corgo do Coronel, Lagôa do Matto, Retiro Pequeno, Retiro Grande, Ponta Grossa, Erseada Redonda, Picos, Barreiras, Mutamba, Cajuás, Caissara, Arêas, Tibau, Morro grande vermelho e a barra do rio Mossoró.<sup>81</sup>

Ou seja, o desenvolvimento da região a partir da charqueada, não apenas trouxe prosperidade ao centro da vila, mas acabou por gerar uma série de outros povoadamentos, que, ao longo do caminho das boiadas que vinham de Icó e de Russas, poderiam servir de pontos de pausa, o que também geraria algum fluxo econômico para essas localidades.

Quanto aos negociantes da vila de Aracati, Barba Alado faz algumas considerações:

Também são dignas de atenção as casas dos principais negociantes, por serem a moderna; e como ficam todas na rua principal, de grande extensão e largura, fazem uma perspectiva muito agradável: estes negociantes, em não pequeno, número não só são os mais ricos da capitania, mas até os mais polidos e bem educados. Os gêneros do seu comercio são algodões, couros secos e vaquetas, que lhes vem do Icó e Caririz e que exportam para Pernambuco. Tem mais de Dois mil moradores, três companhias de regimento de infantaria miliciana das marinhas do Ceará e Jaguaribe e oito ditas de ordenanças.<sup>82</sup>

A perspectiva de Barba Alado, em 1814, ainda corresponde a uma visão da vila do Aracati enquanto próspera, mesmo com o recente declínio das charqueadas, destacando a riqueza e prosperidade de seus negociantes.

O naturalista britânico, George Gardner, em viagem pelo Brasil, em 1838, passa pelo Aracati, por recomendação de comerciantes portugueses habitantes de Icó, os irmãos Pinto. Eles eram, no século XVIII, grandes negociantes da vila do Aracati, o que, em grande medida,

---

<sup>80</sup>MENEZES, Luiz Barba Alado de. Memória sobre a capitania independente do Ceará grande, escripta em 18 de abril de 1814. *In*: Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p. 45.

<sup>81</sup>Idem. p. 45.

<sup>82</sup>Idem. p. 45.

foi bastante afetada pela morte de um dos irmãos, Bernardo, por um sujeito escravizado de nome Francisco, caso que falaremos mais profundamente no capítulo IV.

De momento, sobre esses negociantes e esse incidente, Gustavo Barroso faz algumas considerações:

Dominaram ali o grande negócio das charqueadas no século XVIII o capitão-mor João Pinto Martins e seu irmão Bernardo Pinto Martins. Até o ano de 1787, quando este foi tragicamente morto ao tentar impedir um escravo de esfaquear a mulher. Esse negro, de nome Francisco, tomado de verdadeira fúria assassina, depois de prostra-lo a facadas, apunhalou um dos sobrinhos que lhe acodia e uma pobre indiazinha, cria da casa, que se pôs a berrar por socorro, cortando em seguida a própria goela.<sup>83</sup>

Ao chegar ao Aracati, Gardner teve bastante dificuldade em entrar, diz ele:

Por volta das doze horas do terceiro dia chegamos à barra do Aracati; mas sendo então a hora da vazante, rasa demais para podermos entrar, tivemos de ficar de fora até quatro horas, quando veio a bordo um piloto, que nos conduziu às águas profundas e plácidas da foz do rio.<sup>84</sup>

Sobre a população, menciona que:

A população conta cerca de cinco mil almas, gente paupérrima, na maioria. Grande quantidade de carne seca se preparava aqui, em tempos idos, para exportação a outras partes do Brasil, mas este comércio tem declinado grandemente, sendo atualmente algodão e couros os principais artigos de exportação.

Em contraste à dita prosperidade econômica pela qual passou o Aracati, a constatação atual é de uma população extremamente empobrecida e de um comércio, outrora no auge, agora decadente, tendo apenas dois gêneros de exportação, o algodão e couro.

Entretanto, ao falar sobre a alimentação, Gardner tem sua atenção chamada pela abundância de carnes e ovos, além de leite e rapadura. Segundo ele:

Logo após a chegada, mandei Pedro procurar leite para o almoço, trazendo-me ele uma grande vasilha cheia, pela qual, disse, nada lhe haviam cobrado; e no correr da tarde iguais presentes me foram mandados por duas outras pessoas. Durante a estação das chuvas e mesmo alguns meses depois, o leite é abundante e de excelente qualidade; mas não se encontra mais, durante os quatro ou cinco meses de seca, senão nas grandes cidades. Os habitantes fazem algum queijo, mas de manteiga nem cogitam: o leite que sobra do almoço, porque só se ordenham as vacas de manhã, fica de lado até a noite, coalhando-se ao calor do dia. Este prato, grandemente apreciado pela gente da terra, adoça-se com açúcar mascavo, a que chamam rapadura e que vem da zona acima de Icó [...] Por muito tempo fui obrigado a usá-la como sucedâneo do açúcar. Embora não a apreciasse muito a princípio, acabei por achá-la tão boa, que a

<sup>83</sup>BARROSO, Gustavo. *À margem da História do Ceará*. Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p.104.

<sup>84</sup>GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1975. p. 84.

preferia ao açúcar, como toda gente desta zona, a quem vi muitas vezes fazer sua refeição só de rapadura com farinha.<sup>85</sup>

Sobre as secas que assolavam a região, este naturalista menciona que:

Toda província é sujeita por vezes a prolongadas secas, a última ocorrida no ano de 1825, durante a qual absolutamente não choveu. Grande foi o sofrimento resultante desta calamidade, de que o povo ainda fala com supremo horror. Extinguiram-se gado e cavalos e a perda de vidas humanas na província avalia-se em trinta mil habitantes. Gente sem conta pereceu quando procurava chegar à costa; animais selvagens e domésticos sucumbiam por falta de água e de alimento. Tem-se notado que tais secas ocorrem periodicamente.<sup>86</sup>

Gardner também menciona sobre a sua impressão de violência da vila, segundo ele:

Para o europeu acostumado a viajar com relativa segurança, sem recurso ao porte de armas, o encontro de viajantes trigueiros com ar de salteadores, cada qual armado de pistolas, espada, adaga, faca e espingarda, dá ideia muito desfavorável da moral dessa gente. Assassínatos e roubos são frequentes entre eles, raramente se verificando um sem o outro, e sempre por traição. Por tudo o que tenho ouvido e visto, não creio que se registre caso de um brasileiro enfrentar corajosamente o outro e exigir-lhe a bolsa. Talvez uma das razões disso seja que ele sabe que o outro está armado de faca e por isso evita pôr-se ao alcance dela.<sup>87</sup>

A partir da fala de Gardner, fica evidente que o Aracati se tratava de uma sociedade em que os conflitos se intensificavam pelo acesso mais generalizado a alguma arma. Entretanto, também fica evidente que parte da desconfiança que ele tinha, é pela postura de superioridade de um Europeu que chega ao Brasil, com toda a pomba de um sujeito vindo da “civilização”, sendo um fator central para sua impressão e medo, o fato dos viajantes serem “trigueiros”, colocando o fator racial como uma das associações à violência.

Uma das viagens mais célebres é a de Francisco Freire Alemão. Ele chega ao Aracati, em 23 de agosto de 1859, motivado pelos comentários de que ali se localizava um ponto comercial, em virtude de ser “mais perto do Jaguaribe”. Entretanto, ao chegar à cidade, constata que apesar do que se ventilava sobre ser um centro comercial, a realidade o aparentou mais decepcionante. Segundo ele:

[...]todavia, não vejo esse movimento que se viu dizer. Vejo a rua quase sempre quieta e deserta – portas e janelas sem gente ou fechadas, de vez em quando passam pela rua grandes carros com fardos de algodão puxados por seis e oito juntas de boi. O gado

<sup>85</sup>GARDNER, George. Op. Cit., p. 85.

<sup>86</sup>Idem. p 84.

<sup>87</sup>Idem. p. 84. Trigueiro é um termo que faz alusão ao trigo maduro, palavra utilizada para se referir-se a pessoas não brancas, mais retintas.

aqui é sem comparação superior ao da capital, onde via sempre bois pequenos, magros, raquíticos[...]<sup>88</sup>

Ou seja, ao ouvir sobre o que a cidade já havia sido e sua importância enquanto centro comercial, Freire alemão esperava ruas mais movimentadas e um cenário que lembrasse suas memórias do que era um ponto ou centro comercial. Em contraste, constata um lugar em certa medida, ermo. Entretanto, as marcas do que já houve da charqueada, apesar de não repercutirem na arquitetura da cidade, deixam marcas na questão da escolha reprodutiva dos gados, ao se preservar as crias mais fortes e grandes, que pudessem passar adiante essas características, como ele constata ao se referir ao gado da cidade, em contraste com os que encontrara na Capital.

Adiante, ele menciona sobre como foi seu jantar:

A cidade é muita farta, principalmente de peixe e ovos; as galinhas são raras no mercado, tudo muito mais barato. Ontem à noite compramos aqui quatro camurins de três palmos cada um e duas patacas, mas a gente da terra os tem ainda mais baratos; os ovos custam a vintém; a carne é boa e abundante; verduras não há, ou há muito poucas.<sup>89</sup>

A alimentação é outro fator que destaca como o comércio de carnes, no século XVIII, não apenas trouxe um breve período de prosperidade, mas também construiu uma estrutura alimentar naquela população que, segundo o relato, era fartamente composta por proteínas de origem animal, mas com pouca ou quase nenhuma variedade de verduras. Esse fator é essencial, para percebermos como um contexto econômico não interage apenas com a estrutura física da região e, mesmo sem deixar marcas relevantes nela, as interações sociais, a cultura alimentar etc., ficam marcadas nos corpos e costumes dos que ali habitam.

Sobre algumas matérias primas da região de Aracati, Russas e Icó, que é a carnaúba, a partir da qual o Aracati tem destaque. Segundo ele:

Da haste de carnaúbas se faz todo o madeirame da casa, mais esteios ou forquilhas, fazem-se bicas, ribas etc. O lenho ou madeira externa é meio duro e pesado, de cor parda escura, fazem dele bengalas [...] Da raiz fazem cestas e cestinhas de costura e dela se servem como da salda, do grelo se faz a farinha e excelente tapioca, das folhas novas se fazem tucum ou fios do dorso das folhas como nós tiramos das do tucum, que é excelente em força e duração; as formas de suspender redes são desta. Da mesma folha se fazem bons chapéus, cestinhas, peneiras etc., do talo da folha se faz muita coisa, como caçuás[...]<sup>90</sup>

<sup>88</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. Op. Cit., p. 60.

<sup>89</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. Op. Cit., p. 50.

<sup>90</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. Op. Cit., 76-77.

A descrição ainda se estende mais, dando conta de diversos outros usos que se faz da carnaúba, demonstrando um tipo de indústria, mas também de lógica comportamental, a partir da qual se empreende o uso de um recurso, de forma a não desperdiçar qualquer mínimo componente.

Adiante, menciona que não encontrara pianos e que, sobre a impressão em relação às pessoas, “As moças cantam modinhas acompanhadas pelo violão; daqui tenho ouvido meninas solfejar e aprender o canto. Em geral os homens aqui, como na capital, são mesquinhos e um tanto ciganos”.<sup>91</sup> Freire Alemão também menciona sobre locais que davam medo no imaginário da população, e comenta sobre uma conversa que tivera com um sujeito, do qual não se lembrava do nome, mas que contava a história de Franklin do Amaral, que morreu aos 80 anos, após entrar desacompanhado na gruta, da qual se alertava ser assombrada.<sup>92</sup>

Após esse momento, ele faz uma visita a um sítio, no Pacheco, de um negociante e proprietário rico, de Aracati. Menciona que as condições do sítio são bem melhores do que houvera visto até ali, com disponibilidade de água doce, oriunda de diversos olhos d’água que nasciam nos morros. Menciona que o sítio tinha um engenho de água ardente, uma grande casa de moendas, “feita de madeiras lavradas”. Comenta que a casa de vivenda era bastante espaçosa, “com uma boa varanda, sustentada por grossos pilares cilíndricos, ladrilhada e muito levantada sobre o terreno, que é encostado ao morro que fica por detrás”<sup>93</sup>

No dia 12 de setembro, Freire Alemão menciona como era a rua principal, segundo ele:

Esta rua tem quase 400 braças [**aproximadamente 700 metros**] de comprimento e na frente da nossa casa tem de largura 109 palmos [**aproximadamente 24 metros**] e é toda ela quase da mesma largura; e parece um pouco torta e mal nivelada, de areia fina escura, e profunda no meio, e à beira das casas pelo lado do mar, tem capim [...] Ainda para o lado do campo, ou vargem, outra rua larga e direta, e que apenas tem casas do lado da cidade e algumas do lado oposto; esta rua em projeto acaba pelo norte em frente da Matriz, e tem do lado do campo as duas igrejas, a dos pretos (Rosário) e a dos pardos (Prazeres).<sup>94</sup>

---

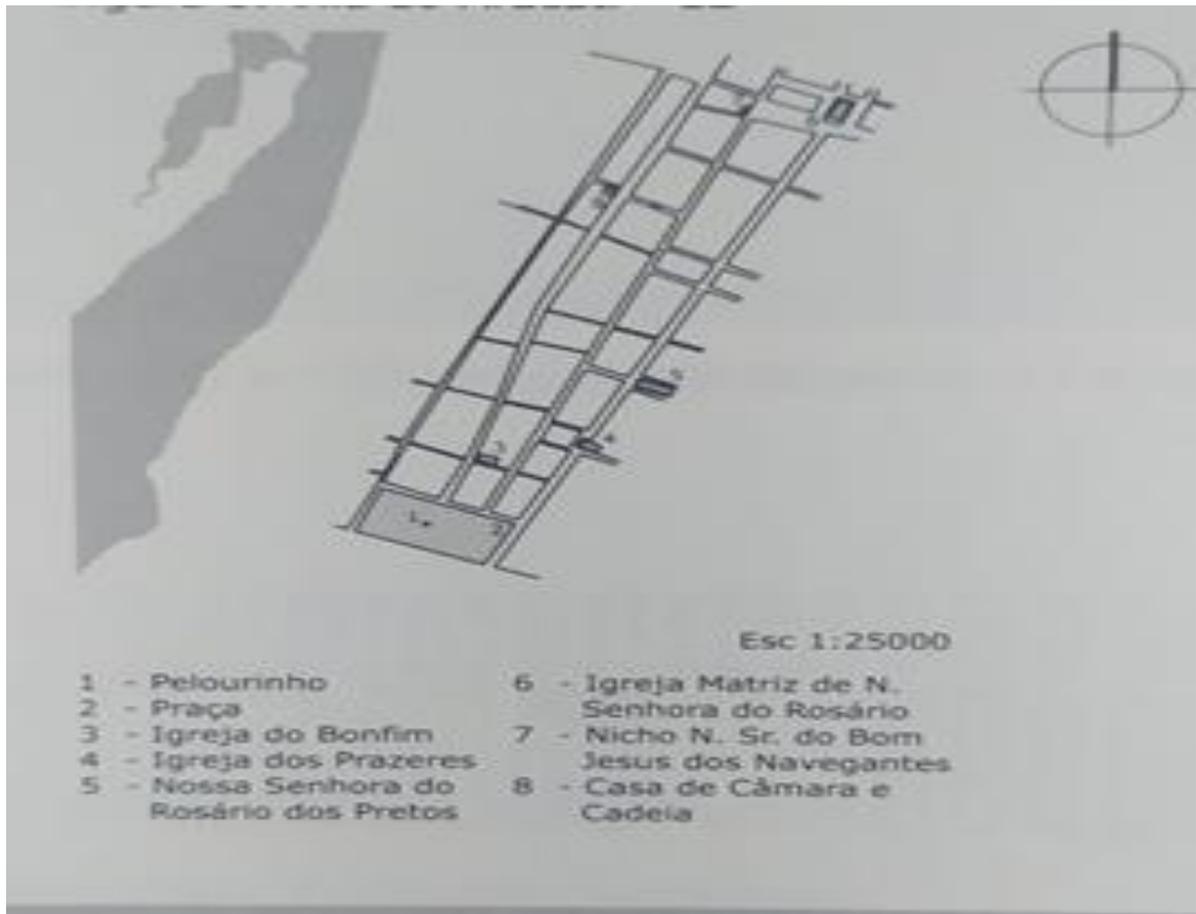
<sup>91</sup>Idem. p.77.

<sup>92</sup>Idem. p.78.

<sup>93</sup>Idem. p.79.

<sup>94</sup>Idem. p.90. [Grifo nosso].

Figura 1- Desenho da Vila do Aracati



Fonte: Desenho elaborado por Clóvis Ramiro Jucá.<sup>95</sup>

A largura da rua chama atenção, talvez se dê em virtude dos constantes alagamentos ocasionados pelo rio Jaguaribe ou também como marca da passagem das diversas reses, que por ali se deslocavam no período das charqueadas. Ao fim desse trecho, chama atenção sobre duas igrejas, a dos pretos e dos pardos, o que indica a existência de duas irmandades, assunto que, de momento, apenas mencionamos, mas que voltaremos a tratar ao logo deste trabalho.

Sobre as enchentes e a matança de gado, Freire afirma que:

Se esta cidade vier ainda a prosperar abrindo-se lhe ou desobstruindo [...] não será mais difícil dar às casas e ruas uma elevação conveniente para as pôr a salvo das inundações, pois estas não excedem no meio das ruas e nas portas mais baixas de 12 palmos [...] Dissera mais que a grande matança do gado antigamente era no campo que fica para baixo da cidade e que vinham até aqui navios costeiros trazer gêneros e carregar carnes, couros etc.<sup>96</sup>

<sup>95</sup>JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. Cit., p. 58.

<sup>96</sup>ALEMÃO, Francisco Freire. Op. Cit., p. 91 e 93.

Figura 2- Locais das oficinas de charqueada aforadas até 1780, no Aracati.



Fonte: Figura elaborada por Clóvis Ramiro Jucá, a partir dos livros de aforamento da vila de Santa Cruz do Aracati, de 1775.<sup>97</sup>

Ao compararmos com a visão de Silva Paulet, assim como Freire Alemão, já não percebem na vila a prosperidade que já foi mencionada um dia. Segundo ele:

O porto é mui mesquinho, por bancos de areia movediça: entram n'elle sumacas, e só nas conjunções das luas; a saída é mais dificultosa, por ser necessário combinar precisamente certos dias depois dos dois períodos da lua com o terral a uma determinada hora, circunstancias que as vezes faltam, e fazem a demora de um, dois e três meses, depois dos barcos carregados. Augmentou-se a vila rapidamente em relação às outras, mas acabou-se o motivo. A villa do Icó, Campo-maior e São-João do Principe surtiem-se do Aracati, hoje os negociantes do Icó surtem-se de Pernambuco, e fazem com o Crato e São-João do Principe o que dantes fazia o Aracati.<sup>98</sup>

Ou seja, a partir dos relatos de Freire e Silva Paulet, fica evidente que a vila, que já esteve em grande auge econômico em momentos anteriores às suas visitas, não é mais sequer a memória do que já fora. Entretanto, isso nos dá mais elementos para entender como o Aracati estava conectado com outras vilas, como é mencionado no registro acima. Esse fluxo se encerra ou diminui drasticamente, ao longo do século XIX, o que demonstra como as charqueadas foram um fator essencial, apesar de breve, para o desenvolvimento econômico da vila e de geração de fluxo de pessoas na região.

<sup>97</sup>JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. Cit., p. 383.

<sup>98</sup>PAULET, Antônio Jozé da Silva. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará. In: Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997. p. 14.

Tendo em vista esses relatos de viajantes, que nos inserem um pouco nas dinâmicas sociais do Aracati, apesar de forma posterior ao nosso recorte, dão elementos centrais dos costumes e da organização social da região. A partir disso, faremos um trabalho regresso de compreender esse período de breve prosperidade, para compreendermos mais sobre o Aracati e as experiências de trabalhadores escravizados nessa vila.

Situar o Aracati no processo de conquista dos sertões ajuda-nos a compreender do ponto de vista diacrônico como foi feita essa fixação e como os agentes da conquista tem papel preponderante no estabelecimento das oficinas de carnes secas, por terem sido estes alguns dos que fizeram requerimento de sesmarias e procederam com a empreitada de consolidação da conquista. No presente capítulo se discutirá alguns elementos do processo de conquista e, a partir de levantamentos populacionais e inventários post mortem, da presença de escravizados no Aracati; além de problematizar aspectos das experiências desses sujeitos nas oficinas de charque.

## **2.1 A conquista dos sertões e as charqueadas como instrumento de consolidação do poder imperial**

O processo de mobilização colonizadora se fazia, ao longo do século XVII, “um continuo de escaramuças que desestruturavam as sociedades Tapuias nos sertões de Açu, Piancó e Jaguaribe”<sup>99</sup>. Este momento é marcado por diversas tensões, entre as forças colonizadoras e as populações nativas massacradas pelos invasores. Tinha-se a percepção do território como propício à criação do gado, sendo a terra um vetor de disputas pelo espaço e que “se irradiaram, ligando a guerra de Açu ao Jaguaribe, e estendia-se até as ribeiras do rio Salgado”.<sup>100</sup>

A dimensão de “guerras defensivas”<sup>101</sup>, recomendações da Metrópole para efetuar guerra aos povos nativos, “era apenas uma formalidade, pois o ritmo de expansão e os grandes embates nas fronteiras coloniais deixavam os sertões cada vez mais explosivos”<sup>102</sup>

---

<sup>99</sup>OLIVEIRA, Antônio José de. **Os Kariri - resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. 2017. 313f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2017.

<sup>100</sup>Idem. p. 120.

<sup>101</sup>Sobre o assunto, recomenda-se a leitura de PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil. 1650-1720**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

<sup>102</sup>Op. Cit. OLIVEIRA, Antônio José. 2017. p. 124.

Sobre o interesse pelas terras e a criação de expedições, Antônio José Oliveira afirma:

[...]bastante peculiar, os desejos pelas terras dos Cariris novos e Icó sondados desde meados do séc. XVII, mas só no início do XVIII é que se intensificaram as doações de sesmarias para os aspirantes a ocuparem aqueles sertões [...] Para enfrenta-los, várias expedições particulares, o chamado ‘sertanismo de contrato’, e aqueles financiados pelo governo colonial, foram planejadas, organizadas e executadas.<sup>103</sup>

Por conta dos conflitos entre as populações nativas e os capitães, “muitos sesmeiros batiam em retirada para outros espaços”<sup>104</sup>. Segundo as cartas de sesmaria analisadas por Geraldo da Silva Nobre observamos pelo menos quatro requerentes de terras: “Felipe Coelho de Moraes, Jerônimo Coelho, Bernardo Coelho de Andrade e Francisco Dias de Carvalho”<sup>105</sup>. Entretanto, apenas o capitão Francisco Gil Ribeiro, que recebera sua sesmaria em 1702, afirmava a intenção de povoar com seus gados.<sup>106</sup>

Tendo isso em vista, fica mais clara a relação entre os possuidores de sesmaria que afirmavam a prestação de serviços de armas à coroa e o processo de instalação das oficinas de carnes. São exatamente ou majoritariamente estes os sujeitos envolvidos com os massacres e que agora se focavam em um processo de fixação no território.

Dessa forma, situamos os vetores da colonização dos sertões que seguiram duas direções os “sertões de fora” e os “sertões de dentro”<sup>107</sup>, esse sentido inicial de estabelecimento de caminhos tem profunda relação com as estradas criadas que viriam a conectar todas as vilas da Capitania. No mapa a seguir temos a indicação desses caminhos e suas ramificações:

---

<sup>103</sup>Idem p. 125.

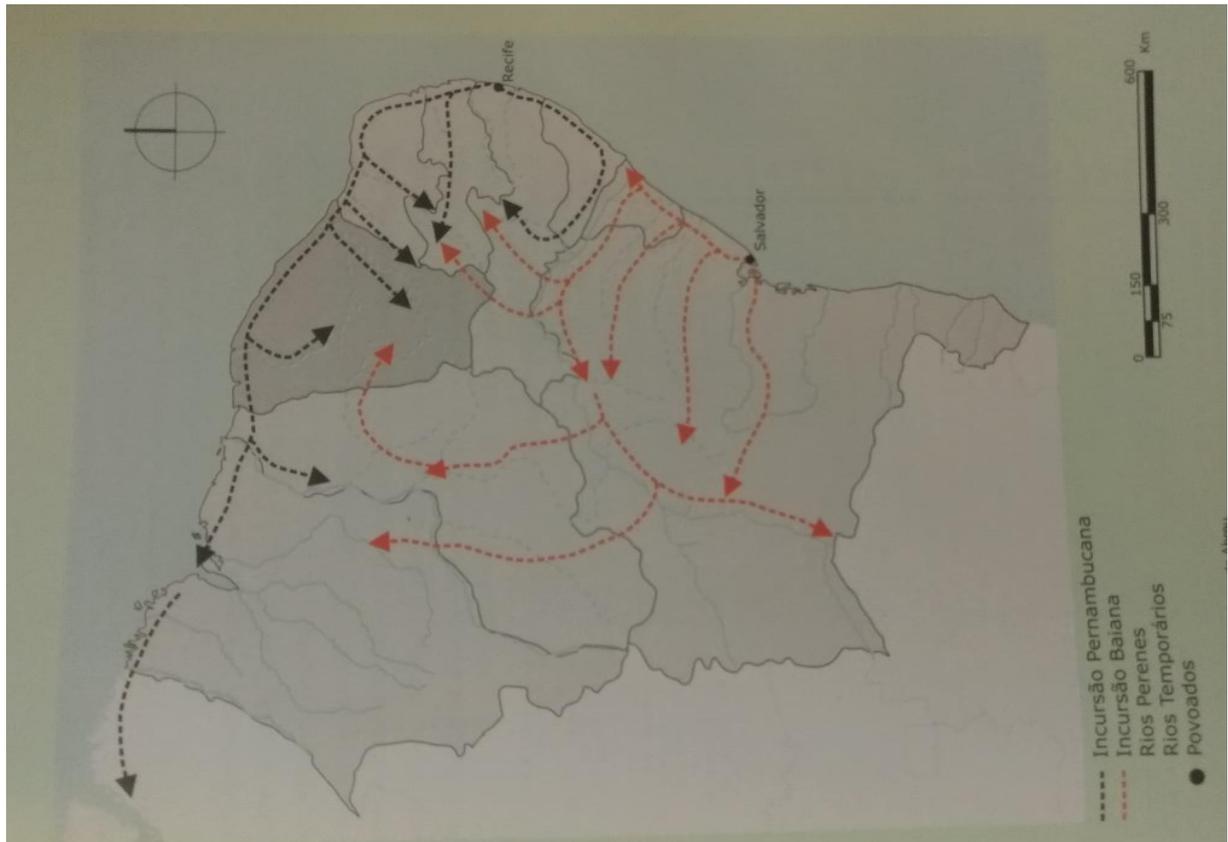
<sup>104</sup>Idem. p. 121.

<sup>105</sup>NOBRE. G. S. Op. Cit., p. 33. Aponta que essas sesmarias são de 1680 e 1682.

<sup>106</sup>Idem. p. 33.

<sup>107</sup>Segundo Capistrano de Abreu, o território ocupado pela corrente baiana se denomina “sertões de dentro” e o da corrente pernambucana chama-se “sertões de fora”. In: ABREU, Capistrano de. 1853-1924. Capítulos de história colonial : 1500-1800. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p.

Mapa 2- Caminhos "de dentro" e "de fora" dos sertões



Fonte: Mapa elaborado por Clóvis Ramiro Jucá Neto<sup>108</sup>

Em relação aos caminhos e entradas, Elisgardênia de Oliveira Chaves afirma:

No Ceará, esses caminhos/estradas por onde se davam os deslocamentos das boiadas, mercadorias e populações no processo de colonização pontilhavam e ligavam os cursos e as embocaduras dos principais rios, interligando as ribeiras da capitania, confluindo-se com outras circunvizinhas, bem como com o restante do Brasil e do mundo<sup>109</sup>

Segundo a “Descrição Geografica Abreviada da Capitania do Ceará” feita pelo “Coronel de engenheiros” Antonio Jozé da Silva Paulet, entre 1811 e 1820, diz:

Há na comarca 17 villas, começando de E. para O. A’ ribeira mar se encontra a villa de Santa Cruz do Aracati, São-Jozé de Ribamar do Aquiraz, Mecejana, Fortaleza, Arronches, Soure. Daqui caminhando ao S. O. se vae á villa do Sobral; descendo á beira mar se encontra a Villa de Granja; cortando ao S. se vae a Villa-Viçosa, e Villa-Nova de El-Rei: dahi caminhando a E. está a villa de Campo-maior: ao S.d’esta a de São João do Principe: para E.S.E. a villa do Crato: no mesmo rumo a de Santo-Antonio

<sup>108</sup>JUCÁ NETO, Clovis Ramiro Jucá. Op. Cit., p. 239.

<sup>109</sup>CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. Cit., p. 97

do Jardim; descendo pelo rio Salgado rumo de N. se vae á Villa do Icó. e no mesmo rumo á villa de São-Bernado e della ao O. Monte-mór o Novo.<sup>110</sup>

Além de sua centralidade pela fácil comunicação com outras capitanias vizinhas, a região do vale do Jaguaribe já era conhecida no século XVII pela sua destacada quantidade e qualidade dos gados. Segundo Gerardo Nobre “Já em 1647, o valle do Jaguaribe era tão rico em gados, que João Barbosa Pinto, oficial de João Fernandes Vieira, d’ahi conduzio 700 bois para abastecimento do exército independente; sendo certo igualmente, que já por esse tempo, os criadores do Ceará iam levar os seus cavalos ao mercado da Bahia”<sup>111</sup>

E relaciona essa dinâmica da relação da criação de gado, com as estratégias de expansão territorial, diz ele que:

Como o gado era a ‘máquina’ com a qual o homem alargava as áreas geográficas no sertão nordestino, desduz-se que a penetração dos potentados jaguaribanos no território da Capitania vizinha se processou com vistas à expansão dos currais, já existentes, então, na ribeira daquele rio cearense.<sup>112</sup>

Em relação à dimensão geográfica do rio Jaguaribe, ele possui 610 quilômetros de curso “nasce nas ‘serras da Joanhina’ e de São Joaquim do Cordão Central” confluindo “formam-se o Carrapateira, o Trici e o Favela. Depois do encontro dessas três correntes é que toma o nome Jaguaribe e desliza para o oceano, vencida a inflexão no ponto em que recebe o afluente Salgado, em linha aparentemente reta. A sua foz é abaixo cerca de 15 quilômetros da cidade de Aracati”<sup>113</sup>. Ou seja, pensar sobre o contato do Aracati com o Rio Jaguaribe é essencial para compreendermos os deslocamentos pelo espaço colonial e nos dá indícios para compreender como ele, nas escalas de conexão do reino, conectava os sertões com o litoral e ao restante do império.

No mapa a seguir podemos observar as conexões a partir de diversas Estradas Reais entre as vilas do território. Isso reforça a dimensão de que o território colonial e as empreitadas de ordenação do espaço possuíam conteúdo de estratégia<sup>114</sup> e nos permite situar, cartograficamente, as rotas que interligavam a produção das carnes secas e visualizar uma leitura dessas conexões entre os sertões e o litoral.

<sup>110</sup>Descrição Geografica Abreviada da Capitania do Ceara pelo Coronel de Engenheiros Antonio Jozé da Silva Paulet. In: **Documentação Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1977.

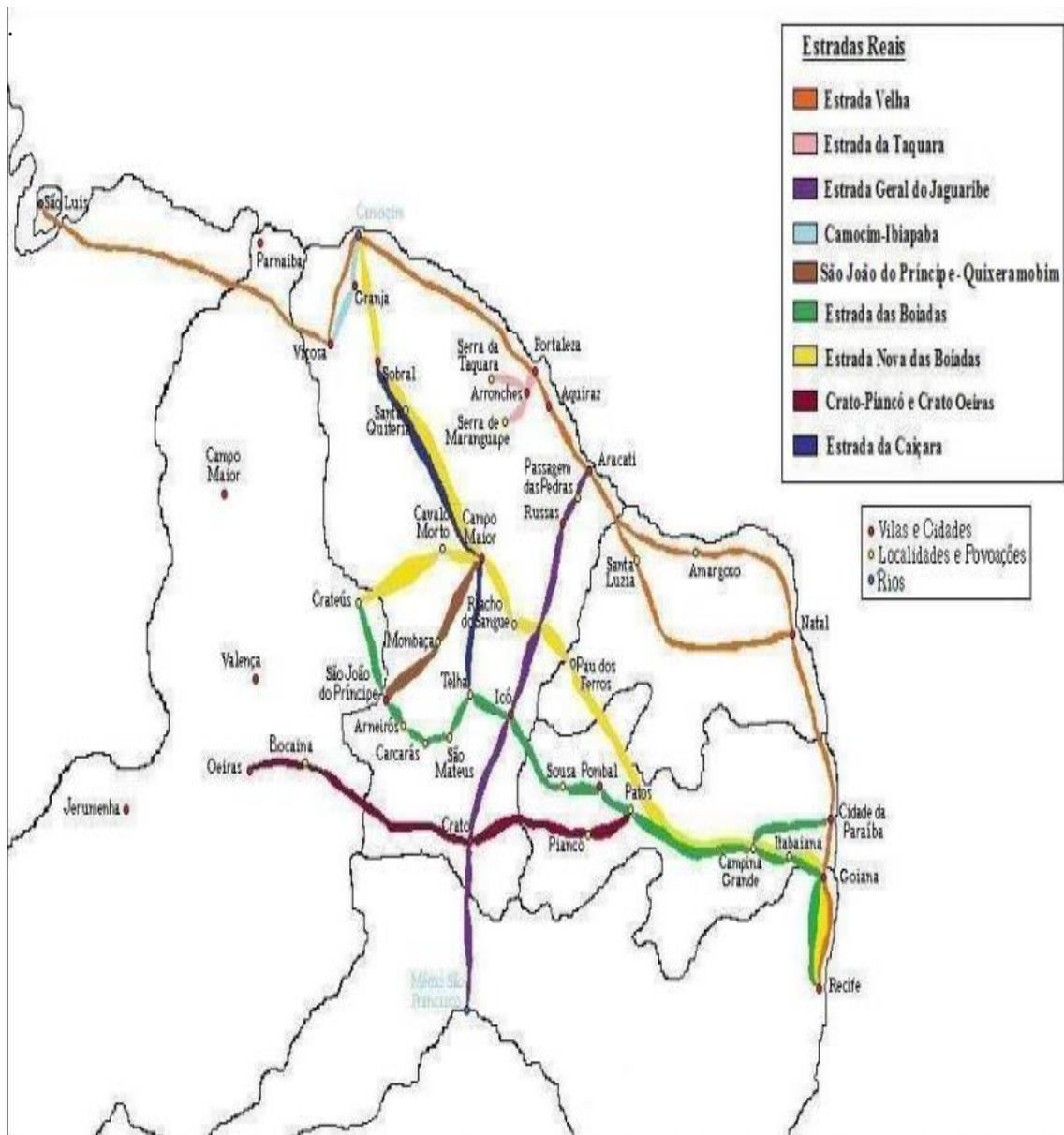
<sup>111</sup>NOBRE, Gerardo Da Silva. Op. Cit., p. 29.

<sup>112</sup>Idem. p. 31.

<sup>113</sup>GIRÃO, Valdelice Carneiro. Op. Cit., p. 11.

<sup>114</sup>JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da urbanização no Ceará**. Fortaleza: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

Mapa 3 - Estradas da capitania do Siará Grande.



Fonte: Estradas da capitania do Siará grande<sup>115</sup>.

Tendo isso em vista, compreender a importância que a malha econômica e de caminhos entre as fazendas de gados, a produção de charque e sua mercantilização, nos permite pensar a circulação de sujeitos no espaço colonial. Essa conexão possibilitou trocas e contatos entre sujeitos de toda essa região. Isto será um importante elemento para compreendermos casos, que veremos mais à frente, de processos crimes que ocorreram em Aquiraz, em Icó e em Russas e que foram trazidos até o Aracati; ou o caso de um sujeito que foi acusado de furtos por boa

<sup>115</sup>NOGUEIRA, Gabriel Parente, Op. Cit., p. 71.

parte da ribeira do Jaguaribe e a dimensão em torno desse processo mobilizou-se em Aquiraz, em Fortaleza, em Russas, no Icó e no Aracati.<sup>116</sup> Portanto, nossa concepção de espacialidade do Aracati se dá a partir da compreensão da articulação entre a fundação de vilas e estabelecimento de caminhos entre elas; a forma como a charqueada conectava os sertões e o litoral e, por fim, a ramificação do aparato administrativo jurídico no que tange aos processos de apuração criminal.<sup>117</sup>

Em 18 de junho de 1767, em audiência geral sobre os provimentos do Aracati, foi apresentado o seguinte requerimento:

[...] que havendo nesta Villa varias oficinas de fabricar carnes secas das quais a maior parte delas já tinham o exercício do mesmo ministério em tempo que as posuhia o próprio Senhor da Terra em que estavam e como esta por ordem de Sua Magestade Fidelissima lhe fosse mandada tomar por ereção desta mesma Villa e pelo Ministro que a fundou focem demarcadas para o seo proprio patrimônio mil e quientas brassas em quadra ficando pertencendo a mesma Camera delas se acharem posuhidas as ditas oficinas por pessoas particulares sem serem aforadas pela mesma Camera [...] e só as ditas oficinas se conservarão como livres e unicamente pagando cada Barco dos que carregam nelas dez mil reis para a mesma Camera de virem ao porto dela fazer o dito negocio e pelas madeyras de que carecem e pastouradouro dos gados de sua matança sendo costume pagar cada hum dos ditos Barcos além da referida penção dos dez mil reis mais trinta ao proprio domno da officina [...] <sup>118</sup>

No documento supracitado, fica claro que o Procurador do Conselho estava se referindo às oficinas de charqueada e às dinâmicas de taxaço que deveriam ser feitas em relação a elas por conta de só pagarem pelo transporte feito pelos barcos que iam em direção ao mar para vazão das carnes já abatidas e salgadas. Segundo o Procurador, os donos das oficinas deveriam achar que a cobrança era “racionável e que parecesse justo”<sup>119</sup>. Essa preocupação em proceder com a taxaço nos aparece como um indício de que o comércio de carnes apresentava uma lucratividade razoável e que isso era observado pela administração local como algo que daria retorno à Câmara.

Em relação à especialização técnica na charqueada, deve-se levar em conta que existe um processo simples do ponto de vista técnico se compararmos ao açúcar, pois a produção do charque basicamente necessitava do abate do animal, da feitura de mantas ou de postas de suas

<sup>116</sup>27 de outubro de 1759. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei, sobre a conta que deu ouvidor do Ceará, Vitorino Soares Barbosa, acerca da aplicação da justiça naquela capitania, em especial os procedimentos contra Domingos José dos Nascimento, mulato das margens do Jaguaribe, ladrão público de gado e bestas. Caixa 07, documento 465. AHU.

<sup>117</sup>Percebemos a partir do processo de cruzamento e averiguação dos processos crime que muitos eram tensões de outras localidades como Aquiraz, Icó, Russas, mas que acabavam por ser registradas e resolvidas no Aracati. O que demonstra certo fluxo de sujeitos tanto pelo comércio, nas charqueadas, quanto na resolução de querelas.

<sup>118</sup>Auto de audiência Geral de 18 de Junho de 1767. Livros dos provimentos em audiências gerais na Vila de Santa Cruz do Aracati, aberto em 26 de novembro de 1758 – fls. 31. In: NOBRE. G. S. Op. Cit., p. 75.

<sup>119</sup>Idem.

carnes, feitura de porções, salga e a espera. Apesar do aspecto técnico, destacamos que a atividade da pecuária e sua divisão do trabalho tinha também um fator de conexão no território da capitania, pois até o gado chegar ao Aracati havia todo o caminho por onde trabalhadores pobres, vaqueiros e tangerinos, deslocavam esses bois entre os currais e fazendas e que interligavam os caminhos entre as vilas dos sertões e o Aracati.

Sobre este processo, Renato Braga elucida que:

Reportaram fábricas, oficinas ou feitorias, como se chamavam estes centros de beneficiamento, nas ribeiras mais criadoras, salineiras, abordáveis. Constavam de toscas instalações que fabricavam duas espécies de carne seca: de posta e de trassalho. A primeira provinha dos quartos da rês, que davam seis postas, duas por trazeiro e uma por dianteiro; a segunda originava-se das mantas, em número de duas, formadas pelas massas musculares que cobrem o pescoço, as costelas, os flancos.<sup>120</sup>

Capistrano de Abreu, em Capítulos da História Colonial, sobre a quantidade de trabalhadores e as dinâmicas comerciais em torno do gado vacum, afirma que:

[...] pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rara; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes, e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões.<sup>121</sup>

Ressalte-se que, pelo fato de a produção das carnes secas ser realizada, em grande medida, no interior da vila provocava certas tensões entre a população e os produtores, o que também nos faz pensar sobre alguns dos sinais da crise de produção do charque por fatores climáticos e sociais. Como aponta o “Auto de Audiência Geral” de 12 de fevereiro de 1781:

Foi mais representado pella câmera e uniformemente por todos os Respublicos que a mesma Camera sentia gravíssimo prejuízo, os moradores discomodo, e a vila notável deformidade [...] **as ditas oficinas estão também per sido fazendo outro gravíssimo prejuízo ao Povo pellas muitas immundicies que gerão e fétidos que cauzão de que notoriamente resultão muitas doensas que todos os annos faz perecer muitos indivíduos;** e porque este mal pestilento se deve evitar sem demora por ter por objetivo a Saude publica, e os referidos chaons se devem aforar para se fazer a villa mais decente e populosa [...] <sup>122</sup>

Em relação à dependência de condicionantes naturais, como fora apontado no trecho anterior, a pesquisadora Valdelice Girão afirma que, apesar de carente na historiografia, um dos

<sup>120</sup>BRAGA, Renato. Op. Cit., p.150.

<sup>121</sup>ABREU, Capistrano de. 1853-1924. **Capítulos de história colonial: 1500-1800.** Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 213-214

<sup>122</sup>Auto de Audiência Geral de 12 de fevereiro de 1781. In: NOBRE. G. S. Op. Cit., p. 80. Algo extremamente interessante é o debate, ainda no século XVIII, sobre saúde pública, algo que parece ser um advento das políticas sanitárias do século XX já tinha algum tipo de ensaio em certa medida em alguns discursos mais antigos.

elementos que trazia grande prejuízo aos produtores de carnes salgadas era, além das secas, os períodos de enchentes do Jaguaribe<sup>123</sup>. Além disso, essas quebras nos ritmos produtivos da economia do charque, que representavam momentos de crise e, nesse sentido, se faz importante compreender a charqueada, enquanto dependente de condicionantes climáticos, suscetível às enchentes, que impediam o processo de secagem das carnes, assim como as secas que eram péssimas para a produção de gado.

Quadro 2 - Secas do Ceará, XVIII.

Ano	Intensidade da seca
1710-1711	Seca intensa
1721	Seca intensa
1723-1727	Seca parcial
1736-1737	Seca parcial
1744-1746	Seca parcial
1772	Seca parcial
1776	Seca parcial
1777-1778	Grande seca
1784	Seca parcial
1790-1793	Grande seca

Fonte: POMPEU SOBRINHO, Thomaz. O Ceará no começo do século XX. Fortaleza: Tip. Lythographia a Vapor, 1909. P.282-283<sup>124</sup>

Dessa forma, em períodos de seca, podemos pensar na forte possibilidade dos preços da cabeça de gado diminuírem, causando prejuízo ao criador e lucro aos donos da oficina. Em contra partida, isso também causava uma mudança no ritmo produtivo e na dinâmica de trabalho, por conta da maior incidência de morte de gados. Do ponto de vista das secas, veremos no capítulo IV, a trajetória de Francisco que, em uma dessas ocasiões, conseguiu fugir para a casa de um companheiro. Ou seja, as dinâmicas da natureza estão profundamente relacionadas às possibilidades de construção de táticas de resistência dos sujeitos escravizados.

Em 23 de outubro de 1707, o Comissário Geral requeria que:

[...] desde o anno de outenta e três até o tempo presente está povoando a ribeira do Jaguaribe com gados seus, e mais criações, sendo ele o primeiro descobridor, com o Tapuyô, que nella habitava, com grande dependio de sua fazenda, e agora de presente anno de setecentos e seis recebeu ele notável perca nos gados, donde perdo mais de mil, e quinhentas cabeças, e muitas bestas pelo apertaram tanto com os muitos curraes

<sup>123</sup>GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1982.

<sup>124</sup>Tabela elaborada por Valdelice Girão a partir do autor. In: GIRÃO, Valdelice Carneiro. Op. Cit., p. 10.

de gado varias pessoas, de que também experimenta grande perca a fazenda real, pela quantidade de gados, que morrerão em toda a ribeira.<sup>125</sup>

Além das secas, a região do Aracati também estava suscetível às enchentes.

Nas memórias do vereador Manoel Esteves D’Almeida, de 27 de julho de 1782, ele narra como as enchentes no Jaguaribe. Segundo ele “Não deixa esta villa de padecer alguns encomodos em alguns annos, pois está situada nas margens do rio Jaguaribe, com enchentes do sobredito rio, que a tem alagado com as suas cheias: algumas vezes, porém, e no anno de 1789 foi tão extraordinária que cresceram as aguas nella em toda sua circumvisinhança á altura, ou baixio do lugar. No anno de 1790 principioum, além de outras mais moderadas, uma secca tão terrível e rigorosa que durou o espaço de 4 annos, porém no 1791 e 1792 mais excessiva, de tal sorte que derrubou, destruiu e matou quase todos os gados dos sertões desta comarca, e por isso veio a perder aquelle ramo de commercio das fabricas de carnes secas desde o anno de 1793 exclusivo, que no ano de 1794 já não houve gados que se matar<sup>126</sup>

A partir dessas questões, compreendemos que as dinâmicas produtivas do Aracati mantinham uma relação orgânica com as próprias oscilações da natureza e das tensões entre senhores e escravizados. Esses momentos de ruptura são uma das chaves de compreensão para pensarmos sobre as possibilidades de agência dos sujeitos marginalizados, que utilizavam da percepção das relações de força; mas também poderiam ter a experiência, nesses momentos de quebra da normalidade produtiva, a abertura de horizontes de expectativa, que lhes permitiam elaborar possibilidades outras de resistência. Considerando a regularidade em que as secas e as enchentes são manifestadas a partir da documentação trabalhada, é de se questionar até mesmo se a própria ruptura do ritmo de produção, já não se configura como uma normalidade esperada.

## **2.2 O perfil dos escravizados no Aracati a partir dos Inventários *Post-Mortem* e da documentação paroquial**

Na perspectiva de melhor compreender sobre a relação, entre escravizados e a organização e composição social do Aracati, temos como objetivo, no presente tópico, trazer alguns elementos, a partir dos inventários post mortem e dos registros de óbito no século XVIII, com intuito de perceber os perfis de escravizados.

<sup>125</sup>NOBRE, Gerardo Da Silva. Op. Cit., p. 21.

<sup>126</sup>Registro de memória dos principais estabelecimentos. “Factos, e casos raros acontecidos nesta villa da Santa Cruz do Aracaty, feita segundo a ordem de S. M., de 27 de julho de 1782 pelo vereador Manoel Esteves D’Almeida desde a fundação da dita villa, até o anno presente. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1887/1887-RegistrodosPrimeirosEstabelecimentos.pdf>

Os inventários eram, basicamente, o meio pelo qual a administração colonial averiguava os bens de um indivíduo, para que fosse formalizada a partilha entre os herdeiros e cobrados os devidos impostos. Por padrão, eram avaliados todos os objetos domésticos e divididos por material: madeira, cobre, ouro, prata; os materiais religiosos como imagens, cálices etc., e, por fim, roupas e bens pessoais em geral.

Num segundo momento, fazia-se a análise dos bens semoventes, assim como a palavra sugere, tratava-se de bens que poderiam se deslocar. Nessa categoria, estavam: animais, e os escravizados, que também eram avaliados a partir da idade, do estado de saúde e do gênero. É um dos dados que escancara a violência, não apenas material, mas simbólica em torno do escravismo: os cativos correspondiam à mesma categoria jurídica de um animal doméstico assim como força de trabalho ou potencial reprodutivo. Por fim, os inventários apresentam os bens de raiz, sendo estas as propriedades e os bens móveis.

Essa documentação, mesmo fragmentada, revela uma série de questões interessantes, como por exemplo: registro de pequenos valores a serem dados após sua morte em virtude de alguma promessa feita ao longo da vida, às vezes até mesmo para escravizados; o que mostra a complexidade das relações entre senhores e escravizados. Podendo servir de indício para interrogar sobre os arranjos que sujeitos escravizados faziam com senhores, a fim de conseguir algum ganho, dentre outras possibilidades.

Os cativos, nessa documentação, não apareceram sempre nos bens semoventes. Havia a categoria de “escravos”, em alguns dos inventários, colocando-os de forma específica. A presença de escravizados, mesmo quando diminuta, representa um símbolo de poder, de posse e do lugar social do inventariado.

A produção documental de inventário evidencia, sobretudo, uma demarcação de poder: o poder de passar a diante, assim como legitimar, um capital acumulado durante a vida, em cima do sangue de muitos dos que compunham a camada marginalizada da sociedade. Os inventários são vestígios riquíssimos e que tem um enorme potencial para revelar as complexidades das relações sociais.

Em relação à documentação investigada, mesmo considerando o estado precário de conservação, ao todo, foram encontrados sete inventários, de tamanhos variados, com quantidade total de páginas entre quinze e oitenta páginas, assim como suas comprovações e contendas entre herdeiros. O tamanho do inventário é diretamente proporcional ao número de bens inventariados, assim como as suas comprovações.

Tabela 2 - Inventários do Aracati século XVIII

Data	Inventariado	Inventariante	Bens de Raiz	Escravizados
1762	Manoel da Fonseca Martins	"a cabeça do cazal" Maria Angela do Valle	Não consta	5
1776	José Cardoso	Pedro José da Costa Barros	Casas armadas com carnaúba	1
1782	Manoel Gomes Pereira	Antonio Rios	Não consta	Não consta
1793	Antonio José Ferreira	Joaquim José Ferreira	Não consta	1
1796	Carlos Lins de Vasconcelos	Ilegível	Não consta	3
1800	Manoel de Oliveira Porto	Maria Dias e filha Anna Oliveira	Não consta	2

Fonte: Tabela elaborada de nossa autoria, a partir dos Inventários post-mortem. Caixa 01, Processos 01 - 6, 1762 - 1800, Aracati. APEC.<sup>127</sup>

Dos poucos inventários obtidos do século XVIII, não havia dados significativos ou estavam demasiadamente ilegíveis, sobre bens de raiz. Um dado que costuma ainda aparecer, são alguns bens móveis, como no caso do inventário de Manoel Gomes Pereira, 1782, que consta haver uma cela velha, uma espingarda e uma “catana” velha. Quanto à precificação dos escravizados, fica evidente que a idade é um fator central na avaliação dos inventários. Algo que chama atenção, é que mesmo em um pequeno número de inventários, aos quais tivemos acesso, quase todos possuem algum escravizado, com plantéis que variavam entre 1 a 5 escravizados.

No inventário de Manoel da Fonseca Martins, de 1762, no Aracati, constam cinco escravizados, o processo em que encontramos o maior contingente. Seus nomes são Luiz, Aleria, Antônia, Rita e outra pessoa que, infelizmente, estava ilegível. No de Carlos Lins Vasconcelos, o segundo maior contingente, de três cativos de nomes: Francisco, Joze e Thereza. Como veremos na tabela a seguir:

<sup>127</sup>Caixa I, processos 1 a 6. Essa documentação foi obtida na APEC em 2017, quando ainda estava em fase de limpeza e catalogação. Por conta disso, adotaremos, como referência da documentação: a tipologia, a caixa, o processo o ano e a instituição.

Tabela 3 - Escravarias de Manoel Fonseca<sup>1</sup> e Carlos Lins Vasconcelos<sup>2</sup>

Nome	Idade	Origem	Valor	Observação
Luiz <sup>1</sup>	28	Africana - Cabo Verde	80\$000 réis	Aleijada e Doente
Aleria <sup>1</sup>	35	Africana - Angola	45\$000 réis	
Antônia <sup>1</sup>	18	Crioula	Ilegível	Filha de uma das escravizadas desse senhor.
Rita <sup>1</sup>	1.8	Crioula	22\$500 réis	
Ilegível <sup>1</sup>	20	-----	Ilegível	
Francisco <sup>2</sup>	30	Africano - Costa	50\$000 réis	
Joze <sup>2</sup>	50	Africano - Costa	30\$000 réis	
Tereza <sup>2</sup>	Ilegível	Ilegível	80\$000 réis	

Fonte: Inventários post-mortem de Manoel Fonseca e Carlos Lins Vasconcelos. Caixa 01, Processo 01, 1762 e processo 05, 1796. Aracati. APEC.

Alguns elementos nos chamam a atenção, que são os escravizados com suas origens descritas a partir de regiões da África, como é o caso de Luiz, Aleria, Francisco e Joze; o que não necessariamente significam os locais de suas origens, mas sim os seus supostos portos de embarque. De qualquer forma, a presença desse escravizado é um indício da relação que Aracati tinha com o tráfico interno de escravos, já que a maioria dos escravizados africanos chegava ao Ceará via porto do Recife.

Mesmo que em número diminuto, encontrado em nossos processos, falam sobre as relações que o Aracati tinha com as dinâmicas do cenário colonial. A relação de alguns proprietários com o tráfico de escravos não é algo estranho ao Aracati. Segundo Almir Leal de Oliveira, ao falar de um grande proprietário de nome João Pinto Martins, afirma que:

Podemos considerar também que em 1773 os negócios de João Pinto Martins não se limitavam às oficinas e comércio de couros e charque: neste ano ele importou, pelo menos, seis toneladas de farinha de mandioca, aguardente e vários gêneros de molhados, o que poderia indicar que ele também supria seus fornecedores de reses nos sertões do Jaguaribe. Não se sabe se ele também se dedicava ao comércio de escravos. **Sabemos, entretanto, que em uma das quatro entradas de 1773 o mestre da embarcação declarou vir carregado de "sujeitos" de Pernambuco.** Isso tudo sem contar que o comércio do sal na ribeira do Assu na Capitania do Rio Grande poderia representar para ele uma possibilidade de investimentos, uma vez que ele dependia do produto para a salga das carnes. Todas essas informações nos levam a afirmar que, antes da seca de 1777, ele era o mais importante charqueador do Aracati, com negócios que não se limitavam à produção do couro e do charque, possivelmente tratando com gêneros alimentícios no Aracati e vale do Jaguaribe. Seus investimentos na compra dos barcos tinham relação direta com os seus interesses comerciais, que se

irradiavam pelo interior das Capitanias do Seará Grande e Rio Grande, assim como na praça do Recife.<sup>128</sup>

Voltando aos escravizados encontrados no inventário de Manoel Fonseca, a criança de um ano e oito meses, que aparece com a menor precificação dentre todos os demais aponta para o aumento da escravaria de um senhor, a partir da fertilidade reprodutiva das mulheres cativas. A discussão sobre crianças escravizadas será mais bem explorada a partir do capítulo seguinte, mas, para dar uma dimensão da mortalidade, dos 66 registros de óbitos, entre os anos 1780-1800, 54 destas morreram antes de completar sete anos de idade<sup>129</sup>. Ou seja, daí é possível compreender um tanto sobre a fragilidade desses seres, se levarmos em conta os adoecimentos e condições precárias de vida.

Em adição, os inventários nos chamam a atenção sobre o momento da partilha dos bens, para a classe senhorial, era um momento de grande expectativa por parte dos herdeiros. Para os escravizados, no entanto, era um momento de grande tensão. No inventário de Manoel de Oliveira Porto, seus bens são repartidos entre Maria Dias e sua filha Anna Oliveira. Apesar do inventário muito deteriorado, é possível identificar que deixou um cativo de nome Manoel para Maria e Thereza Maria para Anna. Esses dois poderiam ter algum vínculo, seja familiar, romântico ou fraterno, mas que o que nos resta é apenas os indícios em torno dessa separação.

130

Sobre esse momento, Sidney Chalhoub menciona que:

Por um lado, o testamento é a manifestação máxima de uma vontade senhorial, sendo ao mesmo tempo o encaminhamento da continuidade de uma política de domínio que precisa sobreviver ao ato derradeiro daquela vontade específica. Por outro lado, a situação do testamento, e posterior inventário, apresenta sempre um potencial de tensão e conflito: os herdeiros defendem seus interesses, e freqüentemente se desentendem, no processo de partilha dos bens; os agregados e dependentes em geral vivem a incerteza da permanência de arranjos passados; e os escravos, via de regra o elo mais frágil, enfrentam o risco de ver suas famílias e comunidades divididas entre os herdeiros ou bruscamente destruídas por transações de compra e venda.<sup>131</sup>

Cristiany Miranda Rocha, em seu artigo “A morte do senhor e o destino das famílias escravas”<sup>132</sup>, analisa uma série de inventários buscando compreender como o momento da partilha dos bens, poderia ou não representar vulnerabilidades que a família escrava poderia vir

<sup>128</sup>OLIVEIRA, Almir Leal de. **A força periférica da empresa comercial do charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado atlântico (1767-1783)**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-for%C3%A7a-perif%C3%A9rica-da-empresa-comercial-do-charque-Almir-Leal-de-Oliveira.pdf>. (grifo nosso)

<sup>129</sup>Dados elaborados a partir dos livros 12 e 13 dos registros de óbitos. Disponível na Diocese de Limoeiro do Norte.

<sup>130</sup>Inventário post-mortem de Manoel de Oliveira. Caixa 01, Processo 06, 1800, Aracati. APEC.

<sup>131</sup>CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 14-15.

<sup>132</sup>ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 175-192, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a08v2652>.

a passar; levando em consideração que a menção em lei sobre a separação de casais ou de pais e filhos, só passa a ter texto em 1871.

Segundo ela, ao analisar o caso de Campinas, conclui que:

Portanto, ao que parece, muito antes de a lei de 1871 proibir a separação de casais e de pais e filhos menores de 12 anos (em qualquer tipo de transmissão de propriedade), a prática entre os senhores de escravos de Campinas já era a de preservar esses núcleos familiares nas partilhas, sobretudo os casais. Assim, podemos considerar que aquela lei veio formalizar uma prática já existente desde a primeira metade do Oitocentos<sup>133</sup>.

José Hilário Ferreira Sobrinho, ao falar sobre a fragilização da unidade familiar escravizada evidencia ser esta mais significativa no contexto do tráfico interprovincial. Por conta disso, a fuga foi uma ferramenta essencial para manutenção dos laços desses sujeitos. Apesar do contexto distinto, a análise do autor nos ajuda a compreender como, em certos contextos, a possibilidade de negociação entre senhores e escravizados se torna mínima. Assim, o momento da partilha dos bens, poderia a vir representar esse receio de separação entre sujeitos escravizados.

Segundo o autor, ao falar dessa quebra dos laços de afetividade, afirma que:

A fuga dos escravos, no período de intensificação do tráfico interprovincial, fora motivada pela quebra de laços afetivos e de parentescos - talvez a principal causa, não a única. Alguns exemplos revelam que, em tal circunstância, o escravo procurava retomar o perdido. O escravo, mesmo capturado, não desistia de seu objetivo. Apreendido, retornava à situação que o motivara a fugir e, com sentimento de frustração, tinha o que mais temia: a venda no tráfico. Entretanto, nessa situação o cativo não abandonava o desejo de impedir a separação do grupo.<sup>134</sup>

Segundo Jonis Freire, ao argumentar sobre a divisão de bens para um indivíduo escravizado, afirma que:

No ato da divisão dos bens de um indivíduo, este aspecto fez toda a diferença para as relações familiares dos cativos, pois não nos esqueçamos que o escravo era um bem, uma mercadoria e, portanto, poderia ser alvo de venda, troca, pagamento de dívidas, etc. O “fazer parte” de uma propriedade pequena, média ou grande podia influir não só nesta estabilidade, mas também nas possibilidades de convívio dos membros da família, e na consecução de relações de parentesco, fossem elas consanguíneas ou fictícias<sup>135</sup>

O que nos interessa, nesse caso em específico, é apontar alguns questionamentos iniciais sobre as expectativas e possíveis entraves sobre o destino de crianças escravizadas. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que, a partir do constatado no inventário, de o preço da

<sup>133</sup>Ibid., p. 185.

<sup>134</sup>FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais te vê, Amaru Mambirá"**: o Ceará no tráfico interprovincial - 1850-1881. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

<sup>135</sup>FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (Minas Gerais, século XIX). **História Unisinos**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 23-30, 6 maio 2011. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos. <http://dx.doi.org/10.4013/htu.2011.151.03>.

criança, no inventário de Manoel Fonseca, ser mais elevado que os dos adultos, a punha em uma posição de, possivelmente, grande cobiça por parte dos herdeiros. Por conta que o escravizado era, apesar de tudo, tratado como mercadoria e poderia vir a ser usado como valor de troca, de pagamento de dívidas e de venda.

Sobre a separação dos membros de uma unidade familiar a partir das questões de herança, Freire afirma que:

Entretanto, vale ressaltar que muitas famílias senhoriais procuraram por meio do casamento entre seus “pares” manter e/ou aumentar suas posses. Essa prática também se deu nos momentos da morte de um(a) patriarca ou matriarca. Mesmo com a partilha dos bens efetuada perante a lei, muitos herdeiros permaneceram unidos na tentativa de não fragmentar suas propriedades<sup>136</sup>

A partir dos inventários, Freire aponta uma possibilidade, de que mesmo quando separados em virtude da partilha de bens para herdeiros distintos, não significaria, necessariamente, que os laços familiares da família escrava seriam rompidos. Lutando a partir da proximidade afetiva e das possíveis proximidades geográficas.<sup>137</sup>

No inventário de Pedro José da Costa Barros encontramos outra criança, também apontada sem nome, apenas com a menção de ser um “muleque de Angola”<sup>138</sup>. Esse senhor tinha apenas um escravizado, uma criança. Seu valor fora avaliado em 70 mil réis. A menção aos sujeitos com “Angola”, “Cabo Verde”, “escrava Angola”, aparecem vez ou outra na nossa documentação. São indícios que não temos como afirmar exatamente sua intencionalidade, pois a documentação que tivemos acesso apenas dá conta desses escravizados já em território de charqueadas. Entretanto, algumas possibilidades que se pode ressaltar, é que esse tipo de informação, menção de localidade, é frequentemente levantadora de debates em torno de se referir à origem portuária na qual o escravizado fora embarcado em África; se é um termo usado para referir-se às origens desse escravizado e, por se tratar de uma documentação oficial, muitas vezes se trata de uma imposição por parte da classe senhorial, sem necessariamente nos dar uma informação precisa sobre a identificação desses sujeitos e de onde vieram.

Eurípedes Funes, em seu texto “Negros no Ceará”, ao falar sobre a introdução da mão de obra africana, afirma que:

Todavia, a introdução da mão de obra africana não deixou de ocorrer, tornando-se mais acentuada a partir das últimas décadas do século XVIII, quando a lavoura algodoeira, ao lado da pecuária, constituiu-se num dos principais atrativos para a população advinda de outras áreas nordestinas e da metrópole portuguesa. No final do referido século, praticamente quase todas as terras cearenses já estavam tomadas pelos “colonizadores”. O Ceará estava incorporado ao mercado colonial graças à força de

---

<sup>136</sup>Idem. P. 29

<sup>137</sup>Idem. P. 25

<sup>138</sup>Inventário post-mortem de Pedro José da Costa Barros. Caixa 01, Processo 02, 1776, Aracati. APEC.

trabalho do nativo, do homem pobre livre - em especial do negro e mestiço liberto - e do cativo nacional e africano.<sup>139</sup>

E continua dizendo:

Negros apanhados nos campos, matas e rios da distante África, em especial da região congo-angolana, de cultura bantu. Separados de sua gente, expatriados, os africanos vinham para o outro lado do oceano com destino selado: ser força de trabalho capaz de realizar os sonhos de muitos colonos europeus. Aos poucos, africanos e afro-brasileiros cativos foram-se incorporando ao processo de ocupação das terras e da construção da história da sociedade cearense.<sup>140</sup>

Ainda sobre a questão da origem dos escravizados vindos da África, Elisgardênia de Oliveira, ao analisar os registros de batismos e casamentos de Aracati e Russas, afirma que:

Em relação à presença africana em Aracati e Russas, é patente na documentação analisada a alusão aos gentios da Guiné, gentio da Angola, da Costa e da Costa da Mina. A historiografia tem destacado que os africanos genericamente chamados de minas ou escravos da Guiné eram oriundos da África ocidental. Como referência ao local de embarque, mina associa-se ao castelo de São Jorge da Mina, de onde saíam os escravos do Golfo do Benin. O termo da Costa aparece também relacionado a estes escravos e geralmente refere-se a Costa dos escravos. Essa região africana, habitada por grupos sudaneses (que também recebiam nomes de Nagô, Fom, Cabo Verde, dentre outros), corresponde aos atuais Benin, Nigéria e se estende ao norte até Senegal. Já os angolanos (bantos) - provenientes dos portos de Luanda, Benguela, Cabinda e Congos, dentre outros - eram procedentes da África Central Ocidental (além de Angola e Congo, essa área era composta pelos atuais países de Gabão, Guiné Equatorial e Camarões). Portanto, de toda África Ocidental e Central provinham os escravos para as freguesias de Aracati e de Russas. Trata-se, então, de regiões amplas e, como todo o continente africano, complexas, plurais, formadas por diversos povos e costumes.<sup>141</sup>

A partir desses autores, fica evidente que o Ceará e, mais especificamente, no Aracati, houve a integração de mão de obra africana e afro-brasileira, aquela, muito provavelmente, vinda do tráfico interprovincial, vindos da praça de Pernambuco.

Almir Leal de Oliveira, ao mencionar os negócios de João Pinto Martins, um importante senhor do Aracati, afirma que este não se limitava às oficinas e comércio de couros e charque. Segundo ele: “Não se sabe se ele também se dedicava ao comércio de escravos. Sabemos, entretanto, que em uma das quatro entradas de 1773 o mestre da embarcação declarou vir carregado de "sujeitos" de Pernambuco.”<sup>142</sup>

Ou seja, os vestígios nos inventários, nos fazem perceber que a desconfiança do autor, de que havia senhores ligados também ao tráfico de escravos, tem uma relevância e que nos dá mais pistas sobre essa composição social dos negros no Aracati: sujeitos livres e cativos, vindos

<sup>139</sup>FUNES, E. A. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 106.

<sup>140</sup>Idem. p. 107.

<sup>141</sup>OLIVEIRA, Elisgardênia. Op. Cit., p. 165-166

<sup>142</sup>OLIVEIRA, Almir Leal. Op. Cit., p.117

de África ou nascidos no Brasil. Nesse sentido, o Aracati tinha relevância naquele momento para, mesmo de forma periférica, inserir-se nas redes de negociação de escravizados. Ainda que, como aponta Eurípedes Funes:

A ocupação das terras cearenses foi diferente do processo ocorrido em outras áreas do Nordeste açucareiro. Foi um processo mais lento, com suas fronteiras sendo rompidas pelo gado que possibilitou uma configuração social diferenciada das sociedades do engenho, exigindo pouca mão de obra, contando desde o início com a força do trabalho nativo e um estilo de vida que não foge ao padrão encontrado para outras regiões tidas como economicamente periféricas. Isso de certa forma, refletia no poder aquisitivo dos proprietários cujo *modus vivendi*, em sua maioria, estava dentro de um padrão de riqueza bastante relativo, marcado pela simplicidade, beirando a rusticidade [...] <sup>143</sup>

Por enquanto, continuemos a analisar o perfil dos escravizados presentes nos inventários post mortem. Um dado que chama a atenção, foi no inventário de Manoel de Oliveira Porto ter uma longa lista, descrita como “Parte que deixou aos vivos” de pequenos valores a serem entregues para diversos sujeitos, dentre eles, três escravizados. Apenas o nome de uma dessas pessoas é dito no documento.

Nessa documentação, consta no oitavo item da lista, um escravizado que era de sua filha “Anna” e lhe foi deixado oitocentos réis; outro, que aparece no décimo primeiro item da lista, e, por fim, décimo sexto item, Manoel, que era escravizado de Maria, lhe foi deixado um valor de trezentos e quarenta réis. <sup>144</sup>

O fato de um valor ser deixado para os escravizados, longe de ser entendido como um indício da “benevolência” de um senhor, serve-nos para aguçar o olhar sobre as relações estabelecidas pelos escravizados. Veremos, no capítulo IV, fragmentos da trajetória de André, um sujeito forro, que conseguiu uma casa a partir de uma dívida com seu senhor. O que fica evidente, é que os escravizados estabeleceram relações com seus senhores a fim de conseguir algum tipo de ganho ou atenuação do sofrimento da vida. Esses pequenos valores deixados poderiam ser somados aos esforços de uma alforria, poderiam vir como gratificação por algum serviço prestado ou mesmo como sinal de que o escravizado poderia ter conquistado alguma simpatia por parte de seu senhor. Independentemente de qual delas seja, mostra-nos quais as armas dos mais fracos.

Segundo essa perspectiva, a possibilidade dos escravizados poderem acumular pecúlio tinha várias dimensões. Por um lado, era um recurso que esses sujeitos poderiam utilizar como

<sup>143</sup>FUNES, E. A. Negros no Ceará, Op. Cit., p. 106.

<sup>144</sup>Inventário post-mortem de Manoel de Oliveira Porto. Caixa 01, Processo 06, 1800, Aracati. APEC

forma de comprar suas liberdades de seus senhores. Além disso, revela relações complexas sobre a possibilidade de escravizados serem credores de senhores, o que inverte, em certa medida, a lógica escravista, já que um sujeito em posição de dominação, passa a ter certo poder em relação a seu senhor. Dessa forma, o pecúlio era também uma maneira de manter o sujeito sob determinada noção de trabalho, com a possibilidade de que este lhe garantisse a chance de conquistar sua liberdade. Certamente essas tramas geraram diversas situações de conflitos e de negociações protagonizadas por esses agentes.

Uma questão que fica evidente a partir do inventário que trouxemos, é que esse valor seria repassado para dois escravizados deixados para as filhas, Maria e Anna. Assim como para um escravizado de nome Manoel, valor esse intermediado, aparentemente, pelos seus respectivos senhores. Não seria de estranhar que isso gerasse uma situação de tensão. Por um lado, os proprietários poderiam vir a negar, omitir esse valor aos que eram de direito. Entretanto, isso poderia vir a gerar uma grande revolta e sentimento de vingança por parte dos escravizados. Fica evidente que não é uma situação simples e que na possibilidade de acumular pecúlio, morava uma motivação para os trabalhadores, pois isso significaria mais alternativas na busca por possibilidades de conquistar suas liberdades; assim como, também, poderia vir a representar uma possibilidade de receio dos senhores.

O trabalho de Raimundo Nonato Rodrigues de Souza, intitulado “Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho”: negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822). É mais um que se soma a essa perspectiva e nos lança a questão de ir além da visão do pecúlio como forma de controle e do “liberto dependente”. Ao analisar a trajetória de diversos senhores negros, que eram proprietários de terras e de escravizados, aponta para a possibilidade de perceber a ascensão social desses trabalhadores pobres. Segundo ele:

Por fim, não devemos perder de vista que a distinção, sócio jurídica, entre livres e escravos era um dado definidor da qualidade (leia-se posição social) dos indivíduos na colônia. Liberto, porém, ainda sanguineamente negro e de liberdade marcadamente precária. Nos relatos fica clara a ascensão social de um daqueles tipos que começaram suas vidas econômicas como simples vaqueiro e depois se tornaram homens de cabedais. Todavia, tornar-se vaqueiro, ser escravo, negro forro ou livre pobre não significava que estavam fechadas as portas de toda mobilidade social e independência financeira.<sup>145</sup>

Análise essa que demonstra o quão complexa são as relações de dominação na escravidão. E de que os sujeitos marginalizados conseguem e fazem constantemente, a ruptura com as expectativas de seus senhores. Um mecanismo como o pecúlio, que poderia vir a ser um

---

<sup>145</sup>SOUZA, Raimundo Nonato. Op. Cit., p. 158-159.

instrumento de dominação, ambigualmente é também uma possibilidade de libertação e, não apenas, como também de enriquecimento.

Numa situação social em que as posições estão articuladas em complexas redes de dominação, o que resta são as lutas cotidianas e a capacidade desses sujeitos de se articularem coletivamente e individualmente. Ao longo do nosso trabalho tentaremos expor, a partir de diversos fragmentos de trajetórias, como os sujeitos escravizados inventaram possibilidades de enfrentar essa realidade adversa das mais diversas formas possíveis, nem necessariamente se insurgindo ou aceitando a dominação, mas, negociando com a realidade imposta.

Se, por um lado, nos inventários *post mortem*, o número de escravizados que conseguimos observar foram diminutos, ao olhar para os **registros de óbito**, esse número se multiplica visivelmente. A análise dessa documentação permitiu que cruzássemos diversas mortes de sujeitos escravizados, assim como algumas de suas relações familiares, para termos mais pistas da organização dos plantéis do Aracati.

Sobre a documentação, foram trabalhados os livros 12 e 13 dos registros de óbito do Aracati, que compreendem o período de julho de 1780 a outubro de 1807. Totalizando 1572 registros de óbitos de sujeitos livres e escravizados. Dessa documentação, interessou, a nós, os registros de cativos, de forros, de crianças livres e escravizadas, assim como sujeitos que destoavam da regularidade no processo de sepultamento, sendo isso: diferenciação nos ritos, usos de tecidos de teor mais nobre como tafetá, lugar do sepultamento - podendo ser esse das grandes acima, como sinal de distinção - dentre outros elementos que serão trabalhados nesse tópico, para além dos perfis sociais dos escravizados.<sup>146</sup>

Feitas as devidas introduções sobre nosso corpus documental do presente tópico, prosseguiremos com a análise dos dados obtidos. Em um primeiro momento, deve-se ressaltar que a partir desses dados, foi possível perceber que 104 senhores perderam um escravizado, 36 perderam 2 e apenas 8 senhores perderam 3 ou mais escravizados.<sup>147</sup>

Esses dados não nos indicam o tamanho dos plantéis, mas sim sobre as perdas que esses senhores tiveram no período destacado, ou seja, é indicio de que esses senhores poderiam possuir plantéis superiores aos números indicados das perdas.

Estes dados são interessantes para pensarmos como a sociedade aracatiense é marcada por uma quantidade significativa de escravarias, já que nos vinte anos de recorte, tivemos acesso

---

<sup>146</sup>A presente documentação pode ser consultada a partir do acervo de registros de óbito guardado pela Diocese de Limoeiro do Norte.

<sup>147</sup>Tabela elaborada a partir dos dados obtidos dos livros 12 e 13 dos registros de óbitos. Disponível na Diocese de Limoeiro do Norte.

a uma quantidade bastante relevante de senhores e seus escravizados falecidos, o que nos ajuda a perceber, com maior força, a presença de cativos na organização social aracatiense.

Enquanto a partir dos inventários, tivemos acesso a uma pequena quantidade de escravizados, já nos registros de óbito foi possível localizar, nominalmente, 203 pessoas cativas. Ou seja, desse total, os dados não são todos sobre falecidos, mas também sobre os parentes ou cônjuges escravizados, que eram mencionados no registro de óbito. Quando as crianças morriam, as mães eram citadas, assim como sua condição social e a que senhor pertenciam; igualmente no caso em que uma esposa ou marido faleciam, seus respectivos companheiros eram mencionados. A partir desse cruzamento chegamos aos dados acima citados. Nesse sentido, esse número final é composto dos registros de óbitos, somado ao número de parentes escravizados localizados na mesma documentação.

Explorando mais afundo particularidades qualitativas dessa documentação, uma pergunta inicial foi sobre qual a relação entre patente e tamanho do plantel de escravizados. Levando em conta que os dados ao qual obtivemos acesso foram, predominantemente, dos escravizados que vinham a óbito, com poucos registros referentes aos familiares, ou seja, isso não representa a totalidade dos planteis, mas nos ajuda a ter uma leitura sobre o que era o regime escravocrata no Aracati.

É importante termos em vista que a patente era um signo de distinção social, assim como a posse de escravizados. Segundo Gabriel Parente, que faz seu estudo a partir do Aracati, ao falar da relação dos serviços militares e o caráter de distinção nas elites, afirma que:

Apesar da importância e destaque que teve ao longo dos vários momentos de conquista e incorporação de territórios da América à lógica do Império – que em sua grande maioria ocorreram ao longo dos séculos XVI e XVII – os serviços militares, passaram a vivenciar, sobretudo a partir do século XVIII, um processo de ampliação de seu caráter distintivo entre as elites locais.<sup>148</sup>

E continua dizendo que:

A prestação de serviços de caráter militar, referendada por meio da confirmação de patentes pelo rei, representava para os membros das elites locais a confirmação ou mesmo a reafirmação de um pacto onde os serviços por eles prestados eram recompensados com base na legitimação de suas autoridades em âmbito local. Devemos ter em conta que no jogo que envolvia as relações assimétricas que ligavam o rei a seus vassallos do ultramar – baseado no código que estabelecia a relação entre —serviço e recompensa – além da concessão de patentes, a confirmação da concessão de terras com base no instituto das sesmarias, configurava-se como uma solicitação bastante recorrente, sobretudo nos períodos de conquistas de novas regiões. A concessão de terras por meio das sesmarias constituía-se como um elemento estruturante das elites estabelecidas na região, na medida em que conferia ao beneficiário e a sua descendência a posse e usufruto da terra que lhes garantia, além de proveitos econômicos, proveitos políticos tendo em vista que o privilégio de acesso à terra, para alguns sesmeiros, constituía-se na base a partir da qual criavam e

<sup>148</sup>NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. Cit., p. 243.

mantinham sob sua órbita uma série de — apadrinhados e despossuídos, que compunham, juntamente com seus familiares, algumas das —parcialidades que controlavam o poder local.<sup>149</sup>

A seguir, iremos apresentar alguns dados sobre a relação entre patentes e número de escravizados, para buscarmos estabelecer as possíveis relações entre esses dois elementos, para percebermos a predominância ou não de sujeitos com patentes enquanto proprietários de escravizados, assim como o tamanho possível de seus plantéis.

Tabela 4- Número de senhores por patente, que perderam um escravizado.

<b>Título</b>	<b>Nº de senhores</b>
Capitão	14
Sargento Mor	5
Coronel	2
Tenente Coronel	2
Alferez	3
Sargento	1
Capitão Mor	2
Capitão Regente	1
Total:	30

Fonte: Livros 12 e 13 dos registros de óbito do Aracati. (Diocese de Limoeiro do Norte)

Dentre os 104 senhores que tinham a posse de ao menos um escravizado falecido, 30 possuíam patentes, sendo quase metade desse número com o título de Capitão. O que representa quase um terço número do total de senhores que perderam um escravizado nesse período. Demonstrando que de fato havia relação entre patentes e a posse de escravizados, já que os dois atuavam enquanto signo de distinção. Seria até estranho imaginar como um sujeito de patentes, que possivelmente reivindicava um status de apreciação social, não se incluísse em um dos signos de poder, que era a posse de escravizados.

<sup>149</sup>Idem, p. 245.

Tabela 5 - Número de senhores por patente, que perderam dois escravizados.

<b>Título</b>	<b>Nº de senhores</b>
Capitão	3
Sargento Mor	4
Alferez	2
Capitão Mor	2
Total:	11

Fonte: Livros 12 e 13 dos registros de óbito do Aracati. (Diocese de Limoeiro do Norte)

Dentre os 36 senhores que observamos com dois escravizados registrados, 11 desses tinham patentes, novamente quase um terço dos proprietários possuía o signo de distinção militar. A partir da próxima tabela, que trará os senhores com mais do que 3 escravizados, poderemos ter uma noção do panorama da relação entre patentes e posse de escravizados.

Tabela 6 - Senhores que perderam três ou mais escravizados.

<b>Nome</b>	<b>Escravizados</b>
Capitão Antonio Francisco Bastos	4
Mestre de Campo Pedro Joze da Costa e Barros	7
Capitão Antonio Francisco de Barros	3
Capitão Antonio Pereira	3
Tenente Albano da Costa dos Anjos	3

Fonte: Livros 12 e 13 dos registros de óbito do Aracati. (Diocese de Limoeiro do Norte)

A partir dos registros de óbitos e dos inventários, uma questão que ficou latente, é quantos desses senhores poderíamos associar diretamente às charqueadas, como proprietários de oficinas. Com auxílio dos principais estudos empreendidos até então sobre os negócios das carnes no Aracati, foi possível levantar o nome de diversos produtores e cruzar com nossa documentação.

Tabela 7- Charqueadores do Aracati com registros de escravizados em óbitos

Charqueadores	Óbitos
Capitão João Coelho Bastos	1
Mestre de Campo Pedro José da Costa Barros	7
Sargento Mor Bernardo Pinto Martins	2
Capitão Antonio Francisco Bastos	1
Alferes José de Mattos	1
Capitão mor João Pinto Martins	2
José Rodrigues Pinto	1

Fonte: Registros de óbito do Aracati século XVIII.<sup>150</sup>

Dos dezenove charqueadores aos quais tivemos acesso, sete deles aparecem diretamente na nossa documentação, sobretudo nos registros de óbitos, indicando a perda de escravizados que possivelmente estavam diretamente inseridos nas oficinas. Esses dados nos ajudam a qualificar a percepção de que uma quantidade significativa de escravizados poderia estar inseridos não apenas no trabalho doméstico ou como escravizados de aluguel, mas, fortemente, ao trabalho de produção das carnes secas.

Os irmãos Pinto Martins, que aparecem em diversos registros como um dos principais charqueadores do Aracati, tiveram 4 registros de escravizados falecidos ao longo do recorte de vinte anos dos registros de óbito. Bernardo, um desses irmãos, foi assassinado por um escravizado, de nome Francisco, do qual falaremos mais especificamente no quarto capítulo desse trabalho.

<sup>150</sup>A presente tabela foi elaborada a partir do cruzamento dos nomes obtidos de charqueadores do Aracati por diversos estudos, com os registros de óbitos e inventários post mortem do Aracati no século XVIII. Para consultar os estudos utilizados, ver. OLIVEIRA, Almir Leal. **As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII.** Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/As-carnes-secas-do-Cear%C3%A1-e-o-mercado-Almir-Leal-de-Oliveira.pdf>; OLIVEIRA, Almir Leal. **A força periférica da empresa comercial do charque: Ceará e as dinâmicas do mercado atlântico (1767-1783).** Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-for%C3%A7a-perif%C3%A9rica-da-empresa-comercial-do-charque-Almir-Leal-de-Oliveira.pdf>; NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804).** Fortaleza: UFC, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010. Dissertação; JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **Primórdios da urbanização no Ceará.** - Fortaleza: edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.; GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará.** Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1982; NOBRE, Gerardo Da Silva. **As oficinas de Carnes do Ceará: uma solução local para uma pecuária em crise.** Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977. 221p.

Um charqueador que aparece em grande destaque, pelo número significativo de escravizados falecidos, é o Mestre de Campo Pedro Jozé da Costa Barros. Junto aos Irmãos Pinto Martins, ele é reconhecido como um dos principais negociantes da Vila. Segundo Gabriel Parente:

O perfil de origem identificado para o grupo formado pelos irmãos Pinto Martins e a família Coelho Bastos é percebido também para o segundo grupo familiar de perfil mercantil a compor a elite camarária de Aracati. A família Costa Barros teve como sua principal figura, no último quartel do XVIII e início do XIX, o Mestre de Campo Pedro José da Costa Barros, sujeito cujo destaque nos negócios era reconhecido não somente no âmbito da vila do Aracati, mas também na capitania do Siará grande, de onde temos nota que seria o principal homem de negócios no início do século XIX. O ingresso de Pedro José nos circuitos econômicos dos sertões das carnes secas se deu através da intermediação de seu sogro, Salvador de Souza Braga, um Mestre de embarcações que atuava no circuito de produção e comercialização das carnes secas do Aracati. Acerca do trato de Salvador neste circuito, temos nota que, já em 1768, o sogro de Pedro José atuava em Aracati, por ter sido neste ano Mestre de um barco que atracou no porto da vila no intuito de carregar carnes. Tanto Pedro José da Costa Barros quanto Salvador de Souza Braga, não se tratavam de coloniais, sendo, respectivamente, naturais do reino e dos Açores, de onde vieram para a América, onde, através do trato mercantil que desempenharam no sertão das carnes secas, não somente enriqueceram, mas nele estabeleceram-se e constituíram-se como —elite local, passando a ter acesso a uma série de espaços poder que lhes conferia prestígio social e honras, que, apesar de se caracterizarem pela atribuição em caráter pessoal, tendiam, geralmente, a serem estendidos à toda família.<sup>151</sup>

Um fator comum e marcante entre esses dois grandes negociantes é o pertencimento comum como sujeitos vindos de Portugal, demonstrando como o negócio das carnes foi um fator atrativo para esses negociantes, que fizeram grande fortuna na colônia.

Ainda sobre o Mestre do Campo Pedro Joze da Costa e Barros, que foi o maior proprietário que conseguimos registrar na nossa documentação, a partir dele gostaríamos de propor algumas análises sobre a dimensão de africanos escravizados trazidos ao Brasil por um charqueador.

---

<sup>151</sup>NOGUEIRA, Gabriel Parente. Op. Cit., p. 160-161.

Tabela 8 – Escravizados falecidos do Mestre de Campo Pedro Joze da Costa e Barros.

<b>Nome</b>	<b>Data do óbito</b>	<b>Idade</b>
Caetana gentil de angola	14.08.1791	24
Joana	12.03.1782	4
Inacia	Mãe de Joana	xx
Joze do Gentil de Angola	xx.xx.1783	30
Jozé do gentio de Angola	5.04.1784	25
Manoel do Gentio de Angola	20.04.1784	40
Francisco do gentio de angola	19.07.1785	25

Fonte: Livros 12 e 13 dos registros de óbito do Aracati. (Diocese de Limoeiro do Norte)

A partir dos registros de óbitos pertencentes ao Mestre de Campo Pedro Joze da Costa e Barros, chamam a atenção por alguns fatores: 1) o fato de os escravizados desse senhor estarem todos em idade produtiva, esse fator pode vir a ser indicativo das condições precárias de trabalho de um dos plantéis mais ativos do Aracati. Sobre o adoecimento de escravizados e sua relação com a charqueada, desenvolveremos com maior enfoque no terceiro capítulo. 2) o número majoritário de cativos africanos, o que indica a conexão desses negociantes com o tráfico interprovincial, por conta de terem vivenciado um súbito auge econômico por conta das charqueadas. 3) Joana, a filha de Inacia, pois nos revela essa dupla faceta do processo de acumulação de escravizados. Por um lado, temos o acúmulo por meio da compra e, por outro, da reprodução das mulheres escravizadas, seja por meio de suas relações afetivas ou de estupros cometidos, inclusive, por seus senhores.

Em relação ao aspecto referente aos escravizados não nascidos no Brasil. Do total de 206 registros referentes aos escravizados, 72 referiam-se às localidades de Angola, Guiné, Loanda e Costa. Na tabela a seguir, os números referentes a cada localidade:

Tabela 9 - Escravizados atribuídos aos Gentil de Angola, Guiné, Loanda e Costa.

<b>Localidade</b>	<b>Nº de escravizados</b>
Gentil de Angola	57
Gentil de Guiné	7
Gentil de Loanda	4
Gentil da Costa	4
Total	72

Fonte: Livros 12 e 13 dos registros de óbito do Aracati. (Diocese de Limoeiro do Norte)

Os dados nos chamam a atenção para uma porcentagem de 34,95% dos escravizados mortos num período de 27 anos<sup>152</sup>. Ou seja, há uma circularidade de mercadorias e de pessoas no Aracati, que justifica um fluxo de escravizados vindos de outras localidades, por meio do tráfico interprovincial. Isso significa que os senhores dessa região, apesar de estarem em uma economia periférica, tinham a intenção de expansão dos seus plantéis, seja para aumentar a força de trabalho disponível, contando também com a mão de obra de sujeitos forros e livres; assim como sinal de distinção, considerando que o sujeito escravizado, na perspectiva senhorial, tinha essa dupla faceta de força de trabalho e signo de prestígio.

Voltando ao segundo aspecto que tomamos de exemplo o plantel do Mestre de Campo Pedro Joze da Costa e Barros, está Joana, que morreu tão cedo, aos quatro anos de idade. Dos registros que tivemos acesso, 25 crianças mortas são atribuídas aos plantéis de senhores juntas às suas mães. Do total de escravizados, 59 eram mulheres e, dessas, 25 eram mães vivas atribuídas às crianças mortas nos registros de óbito. Desse total, apenas 2 pais foram apontados, um sem a mãe e outro com a mãe.

Ou seja, 96% dos filhos vêm de relações fora do casamento, não necessariamente implicando que o pai não fosse reconhecido, pois a mãe, de certo, sabia quem o era. No período colonial, os filhos nascidos fora do matrimônio eram chamados de filhos naturais. Uma comparação com crianças livres, temos os seguintes dados: das 64 crianças livres presentes nos registros de óbito, entre os anos de 1780 a 1791, apenas uma delas foi apontada como “filho natural”. Esses registros mesclam posições sociais, desde Manoel, morto aos quatro anos de idade filho de uma “mameluca que morreu 4 dias depois e foi sepultada na Igreja dos pretos”<sup>153</sup>; até Antonio, filho do Capitão Mor Joze de Castro, de 8 dias de idade, “foi envolto em tafeta das grades para cima”. A única criança livre que foi apontada como natural, foi Joze que morreu aos 4 dias de idade, filho natural de Leonarda Ferreira. Ou seja, a partir dos registros de óbito, é observável que há um descompasso entre o reconhecimento da paternidade quando comparamos crianças livres e escravizadas.

Elisgardênia de Oliveira traz dados interessantes para analisarmos a composição dos casais de escravizados. Entre 1740 e 1800, são 38 casais endogâmicos de africanos de angola, ambos pertencentes a uma mesma escravaria. Além desses, um casal é apontado como de dois forros de angola, apenas três casais são de angolanos escravizados, não pertencentes ao mesmo senhor, o que nos revela de certa facilidade de formação de casais a partir de um mesmo plantel,

---

<sup>152</sup>Os registros de óbito compreendem o período de julho de 1780 a outubro de 1807.

<sup>153</sup>Registro de 15.09.1791 - Livro 12 dos registros de óbito do Aracati Aracati. Disponível na Diocese de Limoeiro do Norte.

seja por conta da proximidade cotidiana, ou por negociar melhor com as pressões do senhor, que poderia vir a gerar alguma tentativa de dificultar no caso do casal pertencer a senhores distintos; adiante, aponta para apenas um casal de africanos vindos de guiné, de senhores distintos. De pretos forros, crioulos, é apenas dois casais e, por fim, 1 casal de africanos da região de Mina, ambos forros. Sobre os casais exogâmicos, no total, ela apresenta 38 casais, que mesclam diversas condições como índios com guiné, índios com escravizados, angola e mina, angola e pardos, escravizados com forros; enfim, essa diversidade nos fala muito sobre as tentativas de reconstruir laços de solidariedade e familiaridade no Aracati, pois a partir desse seio familiar poderiam se formar diversas estratégias e também da reconstrução de laços afetivos.<sup>154</sup>

Falar sobre filhos naturais e sobre as tensões em torno da mãe escravizada é discutir, ao menos, sobre dois aspectos: 1) sobre as relações violentas em torno da mulher escravizada, tendo filhos a partir de abusos, inclusive de seu senhor; 2) falar sobre as uniões consensuais entre escravizados e livres; portanto, problematizando a dupla dimensão da família escrava enquanto reprodução da força de trabalho e também como ameaça à hegemonia senhorial.

Algumas tensões surgem dessa constatação. Existe alguma intervenção, por parte do senhor, para que o pai não seja reconhecido? Quantos desses filhos poderiam, também, virem de abusos cometidos com as escravizadas, por seus senhores? No caso de um pai livre, poderia haver alguma tensão sobre o direito à liberdade do filho ou questionamento da propriedade do senhor que detinha a mãe escravizada? Não ter pai reconhecido pela igreja, é necessariamente não ter um pai presente no cotidiano da criança? Quais noções de família podemos discutir que não sejam a nuclear cristã, seria possível, então, pensar uma dimensão comunitária de trabalhadores pobres, de amparo e proteção dessa criança escravizada?

A questão da naturalidade ou ilegitimidade referente às crianças livres vai além do reconhecimento dos pais, podendo esses também serem os próprios senhores dentre outras possibilidades. Dessa forma a naturalidade pode também ser compreendida por um lado como um ocultamento de quem era o pai, assim como também a questão de pais que não passaram pelo sacramento cristão do casamento. Se os pais e as mães não eram casados, quais seriam os interesses dos párocos que ali estavam representando os interesses das igrejas e também partindo de seus próprios preconceitos sobre formas não nucleares de família, de legitimar e colocar o nomes dos pais das crianças nos registros?

---

<sup>154</sup>CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. Cit., p. 223-225.

A partir dessas considerações, os filhos naturais são aqueles vindos de relações fora do casamento, uma necessidade primária é saber quantos escravizados se casavam. Pois, apesar do número significativo, a partir dos registros de óbito, de crianças escravizadas tidas como filhos naturais, é possível que apenas não houvesse uma adesão ao casamento de forma tão significativa no Aracati.

Na tabela a seguir, temos alguns dados compilados por Elisgardênia de Oliveira, que nos ajudam a entender as relações matrimoniais no Aracati do XVIII:

Tabela 10 - Sexo e condição social nos registros de casamentos, freguesia de Aracati, 1740-1820

Décadas e sexo	Homens				<u>Mulheres</u>				
	Condição	Livre	Escravo	Forro	Total	Livres	Escrava	Forra	Total
1740		11	2	-	13	11	8	-	19
1750		63	4	-	67	63	4	-	67
1760		39	5	-	44	40	4	-	44
1770		50	3	1	54	46	7	1	54
1780		289	31	4	324	290	30	4	324
1790		417	27	3	447	419	26	2	447
1800		395	32	5	432	395	31	6	432
1810		186	9	1	196	187	8	1	196
1820		7	-	-	7	7	-	-	7
Total		1457	113	14	1584	1458	112	14	1590
%		91,9	7,1	0,8	100	92	7	0,8	100

FONTE: Assentos de casamentos da freguesia de Aracati (1740-1820), livros 01 ao 04. (ADLN)<sup>155</sup>

A tabela acima sugere alguns dados muito interessantes. Primeiro, o fato de o número de escravizados casados serem significativamente menor que o número de pessoas livres. Ainda mais, quando passamos a ver o número de sujeitos forros que se casaram. Isso nos leva a questionar, por conta de os dados remeterem a 80 anos, em que medida o casamento fez parte da realidade dos sujeitos escravizados e forros no Aracati.

Por conta desses indícios, é possível afirmar que o concubinato e os encontros eventuais foram a forma predominante de relação entre sujeitos cativos no período colonial no Aracati.

<sup>155</sup>CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. Cit., p. 120.

## Segundo Elisgardênia de Oliveira

Se para a Igreja Católica, na Colônia e no Império, a única forma de união admitida para os casais era a determinada por ela, não produziam efeitos todas as outras que porventura ocorressem. Todavia, dentre as muitas formas de negação, impossibilidades, impedimentos econômicos, religiosos ou fruto de uma escolha pessoal, uma das formas de se constituir família se deu pela consensualidade ou concubinato. Os amores ilícitos entre um homem e uma mulher, as formas de organização familiar concubinas ou consensuais, representavam para a Igreja transgressão às normas. Contudo, as diferenças entre casamento e concubinato, na Colônia e no Império, alcançam dimensões que iam além das normas tridentinas. —O casamento era, sobretudo, um arranjo familiar calcado em interesses de ordem socioeconômica e/ou política. Era, portanto, um projeto e uma escolha que visava à satisfação da familiar. Já o concubinato —abria espaço para a satisfação de interesses pessoais, inclusive os de cunho afetivo e sexual. O casamento era —o local privilegiado e socialmente reservado para a construção de alianças familiares seladas entre partes que tinham valores a se oferecerem mutuamente, quer fossem eles de ordem financeira, de prestígio social e/ou político enquanto que —no concubinato, os interesses pessoais encontravam espaço e estes não se pautavam necessariamente pela igualdade dos envolvidos. Por esse prisma, parece que o que estava em questão —nem sempre era o relacionamento em si, mas sua durabilidade porque trazia grandes implicações.<sup>156</sup>

Dessa forma, fica evidente que a relação predominante entre sujeitos escravizados foi a partir das relações não reconhecidas oficialmente pela Igreja. Isso significa que a nossa primeira pergunta, se poderia haver alguma intervenção do senhor para que o pai não fosse reconhecido oficialmente, é prudente afirmar que, por conta de uma maior adesão a formas mais livres de se relacionar, não parece ser uma questão em torno dessas relações.

Talvez o que faça mais sentido, seja pensar que não era necessária uma intervenção na presença do pai para a criação da criança, mesmo nos casos de o pai ser um sujeito livre, liberto ou então um escravizado de outro senhor. Considerando que a legitimidade de posse de uma criança escravizada vinha por linhagem matriarcal, o senhor que fosse proprietário da mãe escravizada teria legitimidade jurídica, para não precisar intervir, mesmo que fosse o caso a criança ser filha de um pai livre. O que não implica que os pais não pudessem buscar estratégias para conseguir a libertação dessa criança, como veremos ao longo do tópico sobre batismo no terceiro capítulo.

Nos parece que, para uma maioria dos sujeitos escravizados, no Aracati, não houve a vivência do casamento como um espaço central de suas decisões. Robert Slenes, ao analisar a formação familiar escrava em Campinas e, em específico, ao falar do processo de casamento e o papel dos senhores nisso afirma que:

Uma preocupação tão grande com o ato simbolizando a criação do ‘lar’ escravo não se coaduna com um desinteresse no processo de seleção dos cônjuges que o antecede. Ao contrário, sugere uma participação ativa nesse processo. Isso não quer dizer que eram os senhores que normalmente faziam a escolha e impunham suas decisões a seus cativos. Afinal, é difícil acreditar que uma política de casamentos forçados, sem base

<sup>156</sup>Idem. p. 236-237.

alguma nos desejos dos trabalhadores, pudesse ser eficaz; ao invés de promover a reprodução, a disciplina e a (aparente) submissão, uma tal política provavelmente teria efeitos contrários. A hipótese mais provável, portanto, é a de que o interesse dos donos no casamento escravo se tenha traduzido numa política de encorajar os cativos a procurarem uniões formais, deixando a escolha aos casais, mais reservando ao senhor o direito 'paternalista' de sugerir, persuadir, pressionar e, finalmente, aprovar ou vetar os nomes escolhidos.<sup>157</sup>

A colocação do autor sugere que havia um espaço de negociação em torno das uniões dos sujeitos escravizados. No Aracati, fica evidente que houve uma baixíssima adesão dos sujeitos escravizados e forros ao casamento. Seja por não reconhecer vantagens nesse processo, pelos custos, ou por algum impedimento das classes dominantes.

Ainda sobre os casamentos, Slenes continua dizendo que:

Em suma, não defendo a hipótese de que os escravizados podiam escolher seus cônjuges à vontade, longe da influência da casa-grande, como tampouco a de que os proprietários impunham sua seleção à revelia da senzala. Ao formar seus 'lares', os cativos tinham um poder real de escolha, mas o exercício desse poder esbarrava sempre na prepotência dos senhores.<sup>158</sup>

Entendemos as arbitrariedades em torno da avaliação da intensidade de uma seca. Entretanto, esses dados nos lança a seguinte hipótese: o acontecimento das secas e sua periodicidade são possíveis espaços de instabilidade e de articulação de resistência em que, como veremos na análise dos processos crime, *o campo de ação*<sup>159</sup> estava possibilitado de disputa e modificação.

Portanto, esse aspecto da produtividade da charqueada no contexto de uma Vila que também era o principal porto dos sertões no século XVIII envolvia interesses de lucratividade e fixação, mas também conflitos e teve como resultado as dinâmicas de certo investimento de capital e técnica por parte do Estado Português e a produção econômica conectando os sertões ao litoral. Esse cenário, como vimos até então, conectava o território de forma muito intensa e não é improvável pensar que a mobilidade por esse espaço trazia experiências e trocas entre os trabalhadores pobres que poderiam estabelecer vínculos de amizade e de compartilhamento de experiências, além, obviamente, de conflitos. Veremos, mais adiante nesse trabalho, em um dos autos de querela que trabalhamos, um caso curioso em que essa mobilidade pelo território

<sup>157</sup>SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma Flor**: Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1999. p. 102.

<sup>158</sup>Idem. p.103

<sup>159</sup>O antropólogo Gilberto Velho advoga a teoria da ação social, que se trata da concepção de que as pessoas agem negociando com a realidade, em função do contexto que se abre para elas. Ele desenvolve o conceito de *Metamorfose e Projeto*. Neste momento nos interessa entender que o projeto é a forma como o sujeito planeja a ação. O interessante é que o projeto não corresponde causalmente à consequência e tem profundas relações com as possibilidades de ação em cada contexto. In: VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

possibilitou a troca de experiências entre um forro e um escravo e que resultou em uma combinação de fuga.

Por fim, tivemos como objetivo esclarecer ao leitor as diversas dinâmicas em torno do processo de conquista, de fixação e de como a compreensão do contexto socioeconômico possibilita abrir questionamentos ao cruzarmos problematizações e informações a partir de uma diversidade de fontes. Dessa forma, o Aracati se configura como um espaço fundado no conflito entre forças conquistadoras e nativos que foram, formalmente, empregados no trabalho cativo até 1758 e que, mesmo com o diretório pombalino que veio a proibir a mão de obra cativa indígena, não fecha a possibilidade dos usos continuarem a serem feitos seja pelo uso cativo ou por outros arranjos que desejavam contornar essa tomada de postura da coroa. Em adição, é nesse contexto que o trabalhador escravizado foi inserido e estabeleceu um quantitativo significativo da população da Vila e formou vínculos com diversos trabalhadores pobres a partir dos casamentos e de outros arranjos sociais. Afirmamos, também, que as especificidades dos ritmos de produção da charqueada exigem uma análise diferenciada do que foi dado à ação dos escravizados na região da *platación*. E que esse território, por conta da atividade produtiva e também pela própria ação colonizadora, criou diversos caminhos de estradas que interligavam as diversas vilas da Capitania.

Destarte, buscamos compreender as possibilidades de ação dos sujeitos escravizados; quais articulações de solidariedade, de barganha e de resistência eram possíveis; como se davam os jogos de poder entre as diversas classes, levando em conta a perspectiva que não dicotomiza as relações, meramente, entre opressivas e de resistência. João José Reis ajuda a compreender essas questões mais claramente:

As reivindicações, e mesmo a luta dos escravos nos engenhos ou fazendas, não se esgotavam na defesa de padrões materiais de vida, mas incluíam, no mesmo passo, a defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma. Ao lado de demandas por terra e melhores condições de trabalho, os rebeldes do engenho Santana, na Bahia, também exigiam o direito de poderem ‘cantar, folgar e brincar’ sem consentimento prévio do feitor.<sup>160</sup>

Assim, em vistas de uma estruturação social escravista, como estes sujeitos se articulam e estabelecem seus laços de solidariedade e suas relações de negociação com e apesar das

---

<sup>160</sup>REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo negocia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. Uma das questões centrais neste trabalho é a averiguação de que que os nossos olhares, frequentemente, tenderam a ver os sujeitos escravizados entre as figuras de pai João e Zumbi. Ou seja, entre o conformado e o revoltoso. Entretanto, como ele aponta, grande parte do tempo de um sujeito escravizado não é resistindo diretamente ou se conformando, mas, sim, em jogos de negociação, articulando, inclusive, os mecanismos e valores dos próprios dominantes.

experiências repressivas estruturais? Em que medida é possível visualizar o escravizado tendo um tempo que não é destinado ao trabalho? Quais as tensões em busca destes espaços de certa “liberdade”? Como o escravo cantava, folgava e brincava no contexto das charqueadas? Essas são algumas das questões que tentaremos abordar ao longo desse trabalho.

O que sugere a nós, ao pensar sobre o Aracati, é que os parâmetros de formação do ‘lar’ e da família escrava, passaram por outros recortes que não o do casamento como fator central. Fica evidente que outras lógicas familiares devem ser pensadas para além da unidade nuclear cristã; como, por exemplo, as uniões consensuais, mas não reconhecidas pela Igreja, como também noções de familiaridade ampliada, com relações para além da perspectiva sanguínea. Faz-nos refletir, também, sobre como eram formadas as redes de apoio para a criação das crianças, entre trabalhadores pobres.

Dessa forma, seria razoável conjecturar que os sujeitos escravizados poderiam já esperar esses momentos de ruptura para colocar em prática algum planejamento de fuga de seus senhores. Sendo um caso ou outro, fica evidente que as relações com a natureza e as possibilidades de agência são elementos que fazem parte da experiência e do aprendizado dos sujeitos escravizados nas dinâmicas do baixo Jaguaribe no século XVIII.

### **3 NASCER E MORRER: AS EXPERIÊNCIAS DE ESCRAVIZADOS A PARTIR DOS REGISTROS ECLESIAIS**

No presente capítulo buscaremos compreender os aspectos das vidas dos sujeitos escravizados a partir das fontes eclesiásticas: dos batismos, dos óbitos e dos festejos religiosos. Inicialmente refletiremos sobre as experiências de forros e de escravizados, assim como de adultos e crianças, a partir dos registros de óbito.

Entendemos a importância da compreensão destes registros enquanto fontes para compreensão dos perfis sociais de escravizados, presentes no Aracati, como uma forma de aguçar nossa atenção para o fato de que é um grupo diversificado, complexo e que seu aprendizado envolve a interação e troca com diversos grupos do cenário colonial cearense.

Buscaremos, nesse sentido, compreender as particularidades em torno do morrer e em que medida isso pode nos ajudar, no exercício de imaginação, das fagulhas reveladas sobre as vidas desses sujeitos. Em seguida, iremos abordar a questão das libertações em pia e sobre a busca de libertação das crianças cativas. E, por fim, acompanharemos o fragmento das trajetórias do forro André, do escravizado Francisco e de Francisca, que buscaram construir um espaço de autonomia e afetividade, longe das amarras dos senhores.

Nesse sentido, entender a agência desses escravizados, parte da busca por investigar suas relações sociais, seus circuitos de sociabilidade, suas relações com as relações de força, seus arranjos cotidianos para se confrontarem com essa realidade escravista. As relações que esses sujeitos estabeleceram ao se defrontarem e forjarem essa realidade complexa; além disso, as possibilidades de existência mais digna e as buscas por autonomia e liberdade, ainda que precárias, são elementos decisivos para compreender as escolhas dos sujeitos escravizados no Ceará do XVIII.

#### **3.1 A criança escravizada, libertação na Pia Batismal, táticas familiares e possibilidades de liberdade e autonomia dos escravizados**

No presente tópico problematizaremos as particularidades sobre a experiência de crianças cativas; assim como aspectos sobre libertação na pia batismal, no Aracati, suas implicações, seus limites e como essa prática pode ser lida dentro das ações de busca por autonomia e liberdade, por parte dos escravizados. Para tal, utilizaremos os registros de batismos, entre os anos de 1742 e 1788; assim como os registros de óbito entre os anos 1780 e 1800. Para somar a essa reflexão traremos, dessa forma, uma análise sobre algumas premissas

dispostas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que continha todo o ideário, do nascimento ao óbito, de todos os membros da comunidade eclesial, apontando suas obrigações e detalhes das mais diversas facetas da organização da doutrina cristã.

### ***3.1.1 A libertação em pia, compadrio e os laços de solidariedade dos escravizados***

Katia Mattoso, em seu texto “O filho da escrava”, nos convida a algumas reflexões, que é de pensar esse sujeito de dupla invisibilidade. Segundo ela:

O que se pode então dizer das crianças escravas que são duplamente mudas, e duplamente escravas, uma vez que, geralmente, entende-se que todo escravo, mesmo adulto, é criança para o seu senhor, menor perante a lei e eterno catecúmeno para a Igreja?<sup>161</sup>

Seria um pensamento simplista reduzir a explicação sobre a experiência da criança escravizada, ao simples argumento de que esses sujeitos são igualmente cativos, assim como seus pais, sem buscar compreender particularidades de suas vidas.

E em que medida a experiência dos filhos das cativas, que até a lei do ventre livre eram igualmente escravizados, pode ser entendida de forma diferente da de um cativo adulto? A partir desse questionamento, Katia Mattoso propõe uma segunda provocação: existe algum momento da experiência de sociabilização dessas crianças, na qual pese, sob ela, mais o fato de ser criança do que efetivamente a escravidão? Existe, em alguma parcela de sua sociabilidade, a possibilidade de brincar ou toda essa tenra idade é já uma preparação para o árduo trabalho que virá?<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup>MATTOSO, Katia Mytilineou de Queirós. O filho da escrava. In: Mary del Priore (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 78.

<sup>162</sup>Idem. p. 80.

Figura 3- Jantar Brasileiro, 1827.



Fonte: JEAN-BAPTISTE DEBRET. Um jantar brasileiro, 1827.<sup>163</sup>

Nas pinturas de Debret, é possível compreender o olhar senhoril sobre as populações negras. As crianças aparecem nuas, ao chão, comendo e buscando restos e são retratados quase como mascotes, de forma sub-humana. O olhar da senhora de escravos, levemente inclinado, sem feições fortes transmite uma ideia de certa simpatia ou então condescendência, em contraste do olhar intenso do escravizado adulto, que aparenta fixamente observar o farto jantar posto à mesa. O seu aparente marido, também continua a comer tranquilamente, sem demonstrar algum incomodo com aquela cena.

De certa forma, esse quadro nos ajuda a problematizar em que medida a experiência de uma criança escravizada tem suas particularidades da de um adulto, no sentido de que em algum momento ela pode estar nesse meio termo, entre o futuro cativo de árduo trabalho e uma maior proximidade com os senhores, mesmo que nessa visão inferiorizada.

Algo que deve se pôr em questão, de pronto, é que a noção de criança, de infância, dentre outros, é histórica.

Houve poucas palavras para nomear as crianças brasileiras no passado. Os termos meúdos, ingênuos, infantes foram destacados por Mary Del Priore como sendo expressões encontradas nos documentos referentes à vida social dos pequenos no Brasil colonial (PRIORE, 2002, p.84). Nas Ordenações Filipinas, o termo criança não existia. Para designar aqueles com menos idade apareciam os termos menor, órfão e enjeitado.<sup>164</sup>

<sup>163</sup>Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/obra-o-jantar/>. Acesso em 23 nov. 2020.

<sup>164</sup>PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O Trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. *Afro-Ásia*, v. 1, n. 32, 2005. p. 160.

Maria Cristina aponta que havia diferenças na percepção sobre a iniciação das crianças no universo do trabalho, a partir dos viajantes, segundo ela:

A presença do trabalho na vida da criança escrava foi observada por muitos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no decorrer do século XIX. Os olhos atentos de Jean-Baptiste Debret registraram várias cenas de trabalho exercido por esses cativos. Na visão desse viajante francês, por volta de cinco ou seis anos os meninos passavam a compartilhar com os escravos adultos as “fadigas e dissabores do trabalho. Porém, segundo Rugendas, a iniciação no trabalho regular dar-se-ia muito mais tarde “Até a idade de doze anos as crianças não são obrigadas a trabalhar; apenas limpam os feijões e outros cereais destinados à alimentação dos escravos ou cuidam dos animais, e executam pequeninos trabalhos domésticos. Mais tarde, as moças e os rapazes são encaminhados para os campos. Quando um menino mostra disposições especiais para determinado ofício, é-lhe este ensinado, a fim de que o pratique na própria fazenda.”<sup>165</sup>

Ou seja, é possível compreender que certos espaços poderiam servir como iniciação da criança em certos ofícios, como, por exemplo, o serviço doméstico. Segundo Maria Cristina, ao falar desse tipo de trabalho, afirma que:

O trabalho doméstico teve para a criança escrava, independente do gênero, o significado de um adestramento, da internalização do lugar que ela ocupava naquela família e na própria escravidão. Significava também vivenciar uma teia de relações próxima à família senhorial, que tinha a responsabilidade de prover as necessidades básicas desses escravos, enquanto estes lhe deviam obediência e trabalho. Os meninos e meninas desempenhavam múltiplas tarefas, como servir à mesa, abanar moscas, carregar água, lavar pratos, servir café, auxiliar na cozinha e na limpeza da casa, esvaziar e limpar os urinóis, preparar o banho dos senhores.<sup>166</sup>

Rafael Domingos Oliveira, também reforça essa leitura sobre o trabalho nos primeiros anos ter esse caráter de preparação para a vida adulta, mais do que uma função extenuante. Segundo ele:

Os termos relacionados à infância eram construídos com base numa experiência de trabalho, quando, por exemplo, “moleque” e “negrinho” fossem utilizados não somente em relação à criança, mas também como uma forma de tratamento empregada ao escravo. O trabalho da criança escrava, era visto, entre outras coisas, como uma forma de “adestramento” para a vida de escravo. Nesse momento a criança deveria internalizar a sua posição na sociedade, aprendendo que, embora compartilhasse das brincadeiras e folguedos infantis com os filhos do senhor branco, era, antes de tudo, o filho de uma escrava. Essa “pedagogia senhorial” manifestava-se de diversas formas, como os castigos. O francês Debret apontou que, “sendo ainda criança o escravo, o peso da corrente é de apenas 5 a 6 libras, fixando-se uma das extremidades no pé e outra a um cepo de madeira que ele carrega à cabeça durante o serviço<sup>167</sup>

<sup>165</sup>Idem. p. 172.

<sup>166</sup>Idem. p. 177-178.

<sup>167</sup>SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. Negrinhas” e “negrinhos”: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX) Revista de História, 5, 1-2 (2013), p. 107-134 Disponível em:

Parece-nos um tanto inverossímil uma criança sendo capaz de cortar um boi em mantas, tanto pela força necessária para tal função, seja pelo peso das peças ou então do uso dos instrumentos. Dessa forma, é coerente imaginar, que, eventualmente, pudessem desempenhar alguma função secundária nesse processo, no auxílio da atividade principal. Entretanto, é mais provável que o trabalho doméstico fosse o principal iniciador dessas crianças no universo do trabalho.

Na busca por compreender aspectos da experiência e possibilidades de liberdade da criança cativa, o alforriamento na pia batismal, em muito, chamou nossa atenção, a partir dos registros de batismos do Aracati, entre os anos 1742-1788.

É importante, inicialmente, compreendermos o que são os alforriamentos na pia batismal. As possibilidades de liberdade, numa sociedade escravocrata, eram fruto de negociações e, também, de particularidades na relação entre senhores e escravizados. Alguns lutavam por essa liberdade através do acúmulo de pecúlio, através do qual, futuramente, poderiam até vir a se tornarem proprietários<sup>168</sup>. Era possível conquistar a liberdade de forma condicionada, que é o caso das libertações a partir dos testamentos de seus senhores. E, dentre outras formas possíveis, existe a libertação na pia batismal. A criança, quando ia ser batizada, poderia vir a receber, por meio deste advento, sua alforria que poderia ser cedida condicionalmente, comprada ou simplesmente concedida, sem ônus, pelo senhor.

Aqui entra a importância de compreender que, toda forma de alforria conquistada pelos escravizados, é fruto do estabelecimento de relações de sociabilidade, de estratégias de negociação, de vínculos afetivos e resistência. As facetas em torno da escolha dos padrinhos, nesse sentido, são de grande importância. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a escolha dos padrinhos deveria ser feita pelos pais dos batizados ou “pessoa, a cujo cargo estiver a criança”<sup>169</sup>, assim como se excluía outros perfis de pessoas:

o pai, ou mãe do baptizado, nem tambem os infieis, hereges, ou publicos excommungados, os interdictos, os surdos, ou mudos, e os que ignorão os principios de nossa Santa Fé. nem Frade, Freira, Conego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo de Religião approvada, (excepto o das Ordens Militares) por si, nem por procurador<sup>170</sup>.

---

[http://www.revistahistoria.ufba.br/2013\\_1/a07.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2013_1/a07.pdf)

<sup>168</sup>Sobre acúmulo de pecúlio por escravizados, ver: SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. “Minha Riqueza é Fruto do meu Trabalho”: negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822). Fortaleza: UFC, Programa de Pós Graduação em História Social, 2015. Tese. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/14819>.

<sup>169</sup>VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Título XVIII p. 26.

<sup>170</sup>Idem. p. 26.

A partir do que é expresso nesse fragmento, se faz importante destacar que estar regular perante os ritos sagrados e à autoridade eclesial, era uma imposição da classe senhorial frente aos escravizados, mas que poderia ser utilizada como recurso de se ter legitimidade no apadrinhamento dos filhos de seus aliados. Prestar deferência e aprender sobre os signos de funcionamento da fé cristã, era uma das facetas necessárias para se conseguir pleitear legitimidade em torno de alguns ritos, como o batismo; para, com isso, poder investir em outras estratégias de resistência, como no caso que analisaremos, a libertação em pia batismal.

Segundo Jonis Freire, ao falar das relações estabelecidas a partir dos batismos, afirma que:

Para além de seu caráter religioso, as relações advindas desse sacramento extrapolavam o ritual católico. Em tal ato estabeleciam-se fortes vínculos entre pais, mães, padrinhos, madrinhas e batizados. O parentesco espiritual, que se constituía a partir desse momento, se desdobrava no cotidiano das pessoas alargando laços afetivos e de amizade, estreitando sociabilidades e estabelecendo solidariedades.<sup>171</sup>

Se pensarmos sobre a relação de compadrio entre os escravizados, é possível estabelecer uma leitura sobre solidariedades e fortalecimento de vínculos. Mas como pensar esse vínculo quando uma das partes está em uma posição de domínio em relação à outra? Em alguns lugares do Brasil, inclusive, era bastante incomum. E nesse sentido, fica evidente que as formas de se organizar a partir das relações de poder tem suas diferenças de experiências. Em um contexto em que os plantéis eram menores, poder-se-ia pensar em um estreitamento das relações entre senhores e escravizados, que fazia parecer uma alternativa proveitosa ter como padrinho de seus filhos um senhor?

Na Bahia, essa realidade foi um pouco diferente, os escravizados muito raramente se associavam em compadrio com os senhores. Fator que chama muito a atenção. Segundo Stephen Gudem e Stuart Schwartz ao perceberem, nos registros de batismos da Bahia, o padrão de escravizados não escolherem senhores enquanto padrinhos no século XVIII, apontam o seguinte:

A Igreja sem dúvida fez sua própria conciliação com a escravidão, mas sugerimos que a não escolha dos senhores é resultado direto de um conflito entre dois idiomas e instituições: a Igreja e a escravidão. Cada uma destas implica um tipo diferente de relações; quando as duas se encontram no singular evento do batismo, só pode haver silêncio e estranhamento, não superposição. O batismo cria, acima de tudo, uma relação espiritual; esta é o vínculo “pensado” que une batizando e padrinhos. O laço expresso significa ou indica esta dimensão invisível. O compadrio é um vínculo não do corpo, ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ele representa, ao contrário, associação ou solidariedade, através da comunhão de “substância espiritual”. Como era dito no tempo de Justiniano, “pela mediação de

---

<sup>171</sup>FREIRE, Jonis. **Batismos de inocentes e adultos entre escravos do Norte fluminense** – Rio de Janeiro, 1808 e 1858. In: 2º ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 2., 2019, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2019. p. 1-11.

Deus suas almas estão unidas”. Não obstante as funções a que possa submeter-se, para a Igreja o compadrio significa relação espiritual.<sup>172</sup>

Em nota sobre a libertação em pia, Henry Koster menciona que:

O preço de uma criança recém-nascida é de 5 .f. (20. 000 reis), e o amo é obrigado a alforriar o infante na pia batismal se lhe apresentarem essa soma. Essa é a forma que tem levado à liberdade grande número de pessoas. A modicidade do preço anima muitos homens livres que tiveram ligação com mulheres escravas a manterem seus bastardos, e existem exemplos de padrinhos que praticam esse ato tão louvável. Comumente as mulheres escravas pedem às pessoas de consideração para que sejam padrinhos de seus filhos, na esperança de que o orgulho que essa gente possui no mais alto grau, as leve a não permitir que os afillhados continuem na escravidão (7). Assim, por seus esforços, pelo favor dos amos ou por outros meios, os indivíduos que se libertam, cada ano, são verdadeiramente numerosos.<sup>173</sup>

Segundo a perspectiva de Koster, a libertação em pia batismal era um acontecimento conhecido pelos populares, desde o senhor à escravizada. O conhecimento dessa prática colocava, na pauta dos interessados, uma chance de garantir, mesmo que formalmente, a libertação de seus filhos. Do ponto de vista senhorial, como afirma Koster, havia a própria vaidade que esses sujeitos poderiam vir a ter. Dessa forma, as escravizadas e os demais interessados na libertação da criança viam, no estabelecimento e fortalecimento, das relações com senhores ou pessoas de posse, a possibilidade de conseguir a libertação de seus filhos.

De acordo com os autores apresentados anteriormente fica evidente a importância de compreender os porquês dessas escolhas serem tomadas, mais do que quem de fato escolheu o padrinho. Dessa forma, a escolha estava marcada por muitos lugares de interesse e coerção por parte dos diversos agentes sociais, que permeavam o nascimento daquela criança e a vida de seus pais.

Entretanto, fica evidente que esses sujeitos escravizados foram agentes frente às possibilidades e escolheram de formas distintas a depender das relações de força e chances que tinham de conquistar algo.

Como afirmam Stephen Gudem e Stuart Schwartz

Certamente, o padrão de não selecionar senhores como padrinhos foi resultado de escolhas e estratégias individuais, mas estamos menos interessados em quem fez a escolha do que em por que ela foi feita.<sup>174</sup>

Em contraste às essas conclusões sobre quem os escravizados preferiam enquanto padrinhos, no Aracati percebemos um cenário com suas especificidades. Elisgardênia de Oliveira, ao analisar os batismos em Aracati e Russas, afirma que encontrou seis casos de

<sup>172</sup>GUDEM, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e a Invenção da Liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. Editora brasiliense, São Paulo, 1988.

<sup>173</sup>KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Companhia Editora Nacional, 1942. p. 497. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/305>.

<sup>174</sup>GUDEM, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. Op. Cit., p. 41.

libertação em pia entre os anos de 1740 e 1820. Apesar de não especificar as datas dessas libertações, a partir da nossa análise de fontes concluímos que o maior número de libertações aconteceu em um período posterior à 1780. Segundo ela:

Não tenho qualquer informação sobre as formas de alforrias dos nubentes. Na documentação de batismo, encontrei alguns casos de alforrias com as informações —forro(a) na pia e quantidades pagas por essas libertações. Com relação aos forros em Aracati, dos 33 casos, seis trazem evidência de alforrias na pia e apenas três dos registros fazem referência ao pagamento recebido no valor de 25 mil réis. Os demais assentos se referem a crianças com dias de nascidas ou designadas de —“parvulas”. Em Russas, as alforrias registradas nos batismos aludem a 24 casos (mais de 50%) de alforrias concedidas na pia batismal. Desses, sete trazem referência a pagamento, cujos valores variavam entre 20 mil réis e 25 mil réis e um caso de 30 mil réis. Dos 46 batismos de libertos, 10 foram realizados na matriz. Em Aracati, constatei que, dos 33 registros de batismos, 18 também foram realizados na matriz. Os demais casos foram realizados nas capelas e fazendas das freguesias.<sup>175</sup>

Entre os anos de 1742 a 1780, nos 1136 registros de batismo que analisamos, a maioria em estado precário de preservação, foi encontrado apenas um caso de libertação em pia. O caso em questão é de Catiana, filha da escravizada Vicência. Seus padrinhos foram o Capitão Arnaldo e Dona Roza Maria, em 26.03.1743, mas não foi indicado qualquer valor de pagamento<sup>176</sup>.

Esses indícios nos apontam para que os alforriamentos em pia só ocorriam quando os padrinhos tinham posses, para ter a condição de pagar o valor apontado pela autora, de no mínimo 20\$000 réis. Nesse sentido, a razão de poucos casos de libertação na pia, não é necessariamente pelos plantéis pequenos, mas por conta dos padrinhos, no geral, não terem dinheiro para pagar a libertação. Fica evidente que muitos dos cativos que batizavam seus filhos, traziam seus compadres escravizados ou pobres livres, pois em sua ausência poderiam cuidar dos seus filhos, no sentido da formação de laços comunitários de familiaridade, para além dos sanguíneos. O que demonstra a importância de se pensar essas construções de vínculos como fator central para a existência e resistência desses sujeitos em um contexto de uma sociedade escravagista.

Alguns elementos podem somar à interrogação do porquê dessa prática se alargar um pouco após o período de 1780. A crise na produção das carnes secas se inicia junto às secas ocorridas durante os anos.

Entretanto, fica um questionamento: em que medida era comum, na sociedade Aracatiense, a prática de libertação em pia, tendo em vista a quantidade reduzida dos plantéis? Se levarmos em conta que o preço de uma criança escravizada é demasiadamente significativo,

<sup>175</sup>CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. Cit., p. 125.

<sup>176</sup>Registros de batismo do Aracati, 26.03.1743, livro 9. Arquidiocese de Limoeiro do Norte.

em que medida o conflito de interesses entre o já citado “orgulho” ou “ vaidade” da classe senhorial e o interesse na manutenção de sua escravaria, assim como a possibilidade de acúmulo progressivo de capital, poderia dificultar as ações dos escravizados, em prol da busca pela libertação de seus filhos?

Tabela 11 - Registros de batismos no Aracati 1740-1800

Ano	Condição e sexo							
	Homens				Mulheres			
	Livres	Escravizados	Forros	Total	Livres	Escravizadas	Forras	Total
1740	26	8	-	34	25	12	-	37
1750	79	16	-	95	65	13	7	79
1760	199	26	-	225	188	20	2	210
1770	235	23	-	258	202	22	1	225
1780	690	36	2	728	648	34	7	689
1790	860	92	2	954	872	74	2	948
1800	993	126	4	1123	942	129	4	1075
Total	3082	327	8	3417	2942	304	17	3263
Total de registros								6680

Fonte: Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1800), livros 01 ao 14 (ADLN)<sup>177</sup>

Na tabela acima, podemos analisar o número de escravizados e forros em relação aos livres nos registros de batismo, no nosso recorte, entre os anos de 1740 e 1780. Em 1780, o número de batismos aumenta para pessoas livres. Já para os escravizados, esse número passa a ter maior relevância entre 1790 e 1800. E, para sujeitos forros, essa modalidade de sacramento não parece ter tido tanta adesão. Isso nos indica que, a grande diferença de acesso entre escravizados e libertos, pode se dar por conta dos senhores fazerem o pagamento dos custos de batismos. Dessa forma, os cativos tiveram mais acesso a essa modalidade sacramental, assim como a tática de buscar formas de se utilizarem disso em prol de seu bem e de seus familiares. Como, por exemplo, ao buscar a libertação em pia de seus filhos, assim como a consagração de certos laços de compadrio. Entretanto, não devemos esquecer que a doutrina cristã, por meio das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia previam que o batismo era uma obrigação moral dos senhores, para com a igreja. Ou seja, havia uma pressão de que os escravizados fossem postos ao batismo e, a partir dessa conjuntura, buscaram formas de estabelecer relações de negociação e resistência.

<sup>177</sup>CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. Cit., p. 121.

No título 3 “Como são obrigados os pais, mestres, amos e senhores a ensinar, ou fazer ensinar a doutrina cristã aos filhos, discípulos, criados, e escravos”, os artigos 3 e 4, são taxativos:

3- Porque não só importa muito, que a Doutrina Cristã e bons costumes se plantem na primeira idade, e puerícia dos pequenos, mas também se conservem na mais crescida dos adultos [...] 4- **Mandamos a todas as pessoas, assim Ecclesiasticas, como seculares, ensinem, ou fação ensinar a Doutrina Cristã a sua família, e especialmente a seus escravos, que são os mais necessitados desta instrução pela sua rudeza, mandando-os a igreja, para que o Parocho lhes ensine os Artigos da Fé, para saberem bem crer; o Pai Nosso, e Ave Maria, para saberem bem pedir; os Mandamentos da Lei de Deos, e da sua Madre Igreja, e os pecados mortaes, para saberem bem obrar; as virtudes para que as sigão; e os sete sacramentos, para que dignamente recebão, e com eles a graça que dão, e as mais orações da Doutrina Cristã, para que sejam instruídos em tudo, o que importa a sua salvação**<sup>178</sup>. (Grifo nosso)

Ou seja, o batismo, assim como a introdução dos demais sacramentos, eram campos de conflitos de interesses e que a apropriação de forma potente por parte dos escravizados, para buscar ali alguma oportunidade, era um uso no campo da resistência às imposições do sistema escravista. Talvez por isso o número de forros seja tão baixo nos registros, pois se considerarmos que não havia a pressão dos senhores para que tal ato fosse realizado, não se visse ali também um campo de conflito para construir alternativas ao que era imposto.

Mesmo que não se fizesse a libertação em pia, é de se compreender que havia outros interesses em torno da escolha do padrinho, como, por exemplo, as redes de proteção e solidariedade, assim como a conquista da simpatia de um senhor, como forma de buscar diminuir os sofrimentos da vida daquela criança. É evidente que, por parte do senhor, também havia o interesse, já que, assim, conseguiria autoridade sobre aquela criança, seja em terra, assim como no universo celeste. Dessa forma, os padrinhos eram os “fiadores para com Deos pela perseverança do baptizado na fé, e como por serem seus pais espirituais, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Christã, e bons costumes”<sup>179</sup>.

Portanto, a busca por liberdade de suas crianças ou o estabelecimento de redes de solidariedade pelo compadrio, é uma preocupação central na organização da família escrava. Essa libertação, que nos parece muito frágil, mas que precisa ser analisada, não apenas em uma dimensão fatalista, mas também em todas as dinâmicas e expectativas dos múltiplos agentes que fazem parte de seu acontecimento. Inclusive, buscando compreender como essa poderia vir a ser uma ferramenta da família para barganhar a não separação dos núcleos familiares, como exemplo, no caso da partilha de bens.

<sup>178</sup>VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Título XVIII p. 36.

<sup>179</sup>Idem. p. 26.

Portanto, ficam evidentes duas questões: primeiramente, não podemos tomar as enunciações oficiais, como é o caso das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, enquanto símiles da prática social, mas, ainda assim, podem nos ajudar a perceber formas de definir o que é e qual função tem o ato batismal, para, a partir daí, tornar complexas as possibilidades de confrontarmos significações distintas dadas por diversos sujeitos, a partir das fontes; em segundo lugar, que os interesses em torno do batismo são heterogêneos, o que torna ainda mais evidente que esse acontecimento envolvia diversas negociações, conflitos e interesses.

Tabela 12 - População nos registros de batismos segundo a qualidade e a condição social, freguesia de Aracati, 1740-1800

Con./cor.*	Branco	Preto	Negro	Pardo	Mulato	Cabra	Crioulo	Total
Livre	663	15	7	502	59	2	15	1263
Escravo	-	14	24	51	9	9	50	157
Forro	-	2	0	11	0	0	2	15
Total	663	31	31	564	68	11	67	1435

FONTE: Assentos de batizados da freguesia de Aracati (1740-1800), livros 01 ao 14. (ADLN)<sup>180</sup>

Os dados aqui, como já apontado anteriormente nesse trabalho, indicam fortemente uma composição social do Aracati marcada por uma população extremamente mestiça. Dos 1435 batizados ocorridos no período compreendido pelos dados acima, 772 são de sujeitos não brancos. O que é um indício de quanto esses sujeitos se apropriaram dos sacramentos eclesiais, como recurso de reconstrução de laços de compadrio e de vínculos afetivos/familiares, sanguíneos e fictícios.

O baixo número de forros que aparecem na tabela acima pode sugerir que o batismo não configurasse como interessante para esses sujeitos, talvez principalmente pelos custos, já que o senhor de escravos tinha a obrigação de batizar e pagar pelos custos desse, para seus escravizados. Os escravizados crioulos e pardos, tem predominância nos registros de batismo entre a população escravizada, somando quase dois terços do total de cativos batizados no período registrado, o que pode indicar que dentre esses grupos houve maior adesão a este sacramento, seja por imposição dos senhores ou então por avaliação desse mecanismo social, como potencial na forja de redes de apoio. Para isso, devemos pensar sobre quem eram os padrinhos predominantes nessa documentação.

<sup>180</sup>CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. Cit., p. 183 e 196.

A tabela a seguir, nos dá alguns dados para avaliar esse cenário a partir do batizado de 864 crianças:

Tabela 13- Padrinhos de escravizados no Aracati, XVIII

Padrinhos/Madrinhas	Homens	Mulheres
Livres	688	492
Forros	17	13
Escravos	121	121
Madrinhas santas	x	53
Sem referência	38	238

Fonte: Assentos de batizados da freguesia de Aracati. Livros 01 ao 14.<sup>181</sup>

A partir da tabela acima, alguns dados chamam a atenção. Primeiramente é o fato da predominância de padrinhos de filhos de escravizados serem pessoas livres; a segunda predileção é por outros escravizados e só por último a forros. Essa variedade de condições sociais dos padrinhos, com predominância por pessoas livres, pode indicar que o batismo teve como função principal, no Aracati, não a libertação, mas a construção de laços de solidariedade e sociabilidade, entre escravizados e com pessoas livres, mesmo quando pobres, pois eram essas redes que poderiam vir de fato socorrer a criança em momentos de necessidade e de auxílio na luta diária por sobrevivência. Por esse ângulo, escolher padrinhos, que tivessem proximidade com o grupo de interesses dos escravizados, nos parece que foi a principal decisão estratégica tomada por esses sujeitos.

Tendo em vista as considerações feitas no tópico, fica evidente que, quando se debate libertação na escravidão, o conceito de liberdade precária dá conta, com bastante vigor, das particularidades em torno da experiência de vida de um liberto. Nessa lógica, mesmo que a possibilidade de liberdade da criança fosse diminuta, sua experiência de vida, ainda seria profundamente marcada pela escravidão; para seus pais e rede de apoio, essa poderia ser uma importante conquista na busca por liberdade, ainda que precária.

<sup>181</sup>Dados obtidos por Elisgardenia de Oliveira Chaves, em sua Tese. Ver. CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. Op. Cit., p. 251

### 3.1.2 Os “parvulos” cativos a partir dos registros de óbito do Aracati

Tendo feita essas considerações, quem são as crianças da nossa documentação? Nessas fontes, o termo utilizado para designar essas idades mais tenras, do que foi observado entre 0 e 14 anos, era de “parvulos” ou “muito jovem”. Nesse sentido, foram registrados 63 óbitos de crianças cativas e 3 de forras, ao longo dos anos 1780-1791.

A grande maioria das crianças encontradas em nossa documentação foi sepultada na Igreja Matriz, com apenas três exceções: Izabel, de seis meses, sepultada na Igreja dos Pretos; João, de três meses, também na mesma capela; e Vitoriano, de 2 meses, na Capela da Conceição. João era um “criolo filho de João da Costa e de Anna da Costa, forros” e Izabel, que não aparece menção sobre sua mãe, era escravizada por “João Francisco e Edividez Maria Ribeiro”. No caso do menino, é possível pensar que seus pais pudessem ser membros da irmandade de pretos do Aracati. Mas e Izabel? Quais motivos levariam os senhores a sepultá-la na outra capela? Uma possibilidade é a mãe escravizada ter morrido no parto e ser participante da irmandade, o que justificaria mesmo sem menção à mãe, a filha ser enterrada nesse templo, já que é um caso atípico dentre a totalidade dos dados.<sup>182</sup>

Outro dado que chama bastante atenção, é o número de crianças que são atribuídas aos gentios.

Tabela 14 – “Parvulos” de origem africana

<b>Data</b>	<b>Sepultamento</b>	<b>Nome</b>	<b>Origem</b>	<b>Idade</b>
30.07.1781	Matriz do Aracati	José	Africano - Guiné	13
30.06.1783	Matriz do Aracati	José	Africano - Angola	14
8.07.1784	Matriz do Aracati	Joaquim	Africano - Angola	4
22.02.1785	Matriz do Aracati	Antônio	Africano - Angola	12
4.08.1789	Matriz do Aracati	Francisca	Africano - Angola	11
8.06.1790	Matriz do Aracati	Joanna	Africano - Angola	6
10.06.1791	Matriz do Aracati	Rita	Africano - Angola	2
19.06.1791	Matriz do Aracati	Maria	Africano - Angola	13
28.07.1791	Matriz do Aracati	Catarina	Africano - Angola	1 mês
10.09.1791	Matriz do Aracati	Joze	Africano - Angola	14

Fonte: Livros 12 e 13 dos óbitos do Aracati. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte

Das 66 crianças encontradas nos registros de óbito, 10 têm origem africana. Ou seja, os indícios nos sugerem que diversas mães africanas vinham ainda gestantes ou com suas crias

<sup>182</sup>Registros 2.12.1789, 8.04.1789 e 12.06.1790. Livro 13 dos registros de óbito do Aracati. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

ainda muito pequenas, o que fortalece o processo violento de sequestro que essas pessoas passaram, pela estrutura escravagista. Isso, de certo, demandava dessas mães estratégias específicas para lidar com a nova realidade encontrada, pois, além da sua vida, seus filhos muito pequenos estavam postos às diversas vulnerabilidades, o que agrava a mortalidade dessas crianças, como veremos mais adiante.

E dessas, apenas três são “crias de pé”, o que indicaria que as demais, já poderiam vir a ser utilizadas em trabalhos mais introdutórios das relações de trabalho no Aracati, assim como as maiores, já teriam uso como força de trabalho em ocupações mais pesadas. Então, é possível que fosse bem conveniente para um senhor comprar uma escravizada que já viesse com um filho, ainda mais se ele já fosse um pouco mais velho, pois poderia imediatamente começar a ser feita a sua exploração.

Os ritos fúnebres nos dão diversos indícios das relações sociais. Um caso que chamou a atenção, durante o processo de investigação da documentação, foi das crianças sepultadas com mortalhas de tafetá, que era um tecido nobre e extremamente não usual para escravizados. Tanto é que só encontramos o uso dessa mortalha, dentre os cativos, em crianças.

Tabela 15 - Crianças forras e cativas sepultadas em hábito de tafetá.

Nº dos Registros e data	Sepultamento	Nome	Idade
10.06.1791	Matriz do Aracaty	Rita Gentil de Angola	2
10.02.1786	Matriz do Aracaty	Manoel	1 dia
22.10.1786	Matriz do Aracaty	Manoela Rodrigues Feliciano	5 meses
8.04.1789	Igreja da Conceição	Vitoriano	2 meses
30.04.1790	Matriz do Aracaty	Thereza	1 mês

Fonte: Livros 12 e 13 dos óbitos do Aracati. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte

Rita era uma criança forra africana, que morava na casa de Luiz de Oliveira o que indica que brevemente chegando ao Brasil, sua liberdade foi comprada por esse senhor; o mais curioso nesse caso, é que ele não a comprou como cativa, mas a criou como liberta. E, em seu sepultamento, foi utilizado um hábito “da freira de tafetá”, isso nos indica que havia alguma relação de afetividade para com a criança, a ponto de gastar em tecidos mais caros.

Manoel era filho de Benta, escravizada pelo Capitão João Rodrigues e para ele foi utilizado um “tafetá de cetim azul”. Manoela era filha de Luiza, ambas escravizadas por João da Cunha. Vitoriano era filho de Laura “preta solteira escrava da viúva Elena da Costa” e foi

sepultado com tafetá roxo. E, por fim, Thereza, que era escravizada pelo “Capitão Joze Lopes da Sylva”.

Dos 5 sepultamentos que tiveram o tecido nobre de seda, apenas um deles era de uma criança forra e todas as outras eram escravizadas. Quais indícios poderiam nos ajudar a compreender o porquê da utilização de tal tecido para seus sepultamentos? O caso de Rita, que era uma criança forra poderia ser o caso de Luiz de Oliveira ter uma relação parental não sanguínea com ela e isso ser o motivo de afetividade que contribuiria para o uso dessa mortalha. Mas e os demais, que eram escravizados?

Um dado que se repete é o pai da criança não ser mencionado e todas as escravizadas não terem mais que um ano de idade. Isso pode contribuir na problematização que sugerimos inicialmente, se haveria algum momento em que a criança não é vista apenas como escrava. Quais as hipóteses que nos parecem possíveis a partir desse cenário? O de que eram filhas não reconhecidas dos senhores, a partir de abusos com suas escravizadas. Consideramos como abuso, pois a própria noção de consentimento fica de difícil aplicação, pois estamos falando de uma sociedade de relações tão excludentes e que, violentamente, estigmatizava certos grupos de pessoas pobres e não brancas.

Nessa lógica, por mais que a paternidade não viesse a ser reconhecida, de alguma forma esse ato simbólico no sepultamento poderia vir a ser algum sinal de afetividade e apreço por aquela criança, que tão cedo se foi. Fica evidente que o uso de tafetá é um elemento importante, pois dentre os 120 registros de crianças livres, dos quais tivemos acesso, apenas uma foi sepultada com hábito de tafetá e era filho do Capitão Mor Joze de Castro<sup>183</sup>.

Portanto, a partir desse tópico, é possível compreender um pouco mais sobre as experiências de crianças e famílias cativas e forras. Por um lado, da fragilidade das vidas de moleques e “parvulos”, que aparecem com angustiante frequência nos registros de óbito sinalizando para um contexto que essas vidas se encerravam muito cedo. Além disso, também foi possível compreender que havia trajetórias de mães africanas, que vinham com suas crias; nessa perspectiva, o Aracati estava profundamente inserido nas dinâmicas do tráfico interno da colônia. Por outro lado, também foi possível refletir sobre as táticas de busca por liberdade desses sujeitos, a partir da formação de laços de compadrio e solidariedade. E, em alguns raros casos, até mesmo a alforria a partir da libertação na pia batismal, que revela as relações de negociação entre escravizados e senhores, tendo em vista que essa prática demandava que seus padrinhos fossem pessoas de posses. Ou seja, os escravizados buscaram construir laços de

---

<sup>183</sup>Livro 13 dos óbitos do Aracati. Registro do falecimento de Antônio, em 20.06.1787. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

solidariedade entre seu grupo de interesses comuns, quando possível negociaram com seus senhores e, com isso, buscaram construir alternativas de uma existência melhor, mesmo em condições tão adversas.

### **3.2 Condições de vida e morte dos escravizados, a partir dos registros de óbito do século XVIII**

No presente tópico, a partir dos registros de óbito, buscaremos compreender alguns elementos sobre a condição dos sujeitos escravizados, forros e das crianças cativas no Aracati. Essa será uma escrita sobre Joãos, Marias, Quiterias, Ritas e Manoeis. Trajetórias que tivemos acesso a partir de seu fim, mas que nos permitem olhar de forma mais plural para as formas de viver e de morrer dos sujeitos escravizados no Aracati.

Os registros de óbito são um dos mais amargos quando estamos fazendo as transcrições. Em contraste com outros registros, que a cada nova folha que passamos, muitas vezes lidamos com o pouco registro de escravizados, nestes que serão trabalhados agora, o caso era distinto: a cada folha que passava, a certeza de encontrar, dentre aqueles falecidos, um número relativamente alto de escravizados, era um fato incontornável.

Talvez na morte, seja o momento em que mais encontremos registros da existência desses sujeitos que, muitas vezes, morriam em tenra idade. Os registros que iremos trabalhar nesse tópico remetem aos escravizados que faleceram entre os anos de 1780 e 1800, relativo aos livros 12 e 13 dos óbitos do Aracati. No total foram analisados 1496 registros e, dentre esses, selecionamos 219 registros de negros.

A partir dessa seleção identificamos que apenas oito escravizados e forros tiveram as causas especificadas nos registros oficiais. Dentre eles temos o caso de Gonçalo, um garoto de breves 13 anos de idade. Morreu no dia 21 de junho de 1791, por afogamento, não sendo apontado se este foi acidental ou como assassinato. Ele era um escravizado de João dos Santos e Feliciano Oliveira dos quais tivemos acesso ao registro de outro escravizado que compunha seu plantel, que era Sebastião, natural de Loanda, que faleceu aos 28 anos<sup>184</sup>. Gonçalo era crioulo, mas diferentemente de outros registros de crianças escravizadas, seus pais não são diretamente mencionados. Ele foi sepultado na Igreja Matriz do Aracati sem qualquer tipo de sacramento por, segundo o registro, “por morrer afogado”<sup>185</sup>.

<sup>184</sup>Livro 12 dos óbitos do Aracati, registros de 21.06.1791 e 29.01.1789. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

<sup>185</sup> Idem.

Outro registro em que temos acesso à causa da morte, é de “Antonio do Gentil de Angola de setenta anos”, falecido em 16 de setembro de 1791. Foi escravizado de Floriana de Barros, uma das famílias com maior incidência de proprietários dentre os registros de óbito. Este também foi sepultado na Matriz do Aracati, sem sacramentos “por morrer desgraçadamente queimado”.<sup>186</sup>

Algumas causas de morte são bem vagas, como o caso de Antonio, falecido 12 de março de 1787. Escravizado por Manoel Antonio da Bahia. Não recebeu sacramentos “por morrer de repente e havia batizado 3 dias antes”. Esse trabalhador morreu aos 25 anos e não sabemos em qual igreja foi sepultado.<sup>187</sup>

Outros dois casos aparecem como causa da morte o “afogamento”. São eles: Antonio, de 30 anos, falecido em novembro de 1788, e Francisco “natural da Costa da Mina”, de 25 anos, falecido em 28 de dezembro de 1788. O primeiro foi escravizado por Manoel da Silva de Jesus e o segundo por Antonio Pinto. Ambos sem sacramentos e sepultados na Matriz do Aracati.<sup>188</sup>

Um caso que chama atenção é o de “Simões do gentil de Angola, de 20 anos, que faleceu em 22 de maio de 1789. Foi escravizado do Sargento Mor Matheus Pereira Rabello. Simões foi sepultado na Matriz do Aracati, sem sacramentos, segundo o pároco por “não virem procurar e morreu fora da vila”. Era possível que Simões tivesse fugido e foi assassinado fora da vila, assim como estivesse fazendo algum serviço a seu senhor, talvez enquanto escravo de aluguel, modalidade de venda da força de trabalho observada outro caso, que será debatido posteriormente. O que chama a atenção é o fato de “não virem procurar”.<sup>189</sup> Da documentação investigada, 35 foram os casos de escravizados que morreram sem receber sacramentos, mas apenas 5 desses são atribuídos pelo fato dos senhores “não procurarem”.

Havia um custo pelo sepultamento e pelo sacramento, mas considerando o total da documentação investigada, é possível afirmar que a maior parte dos senhores buscava pagar os custos pelo falecimento de seus escravizados com o básico garantido: hábito branco de algodão e sacramentos. O que vemos é uma mistura da percepção do sujeito cativo enquanto mercadoria, com as noções paternalistas e cristãs. Se por um lado alguns senhores podem achar desnecessário o gasto a mais nesses ritos finais, a grande maioria parece considerar central garantir o básico para os ritos finais desses trabalhadores.

<sup>186</sup>Livro 12 dos óbitos do Aracati, registro de 16.09.1791. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

<sup>187</sup>Livro 13 dos óbitos do Aracati, registro de 12.03.1787. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

<sup>188</sup>Livro 13 dos óbitos do Aracati, primeiro registro sem dia, mas datando de novembro de 1788 e o segundo de 28.12.1788. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

<sup>189</sup>Livro 13 dos óbitos do Aracati, registro de 22.05.1789. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

Um fator que não pode ser negligenciado sobre esse cuidado com os ritos fúnebres dos sujeitos escravizados, é o medo do imaginário popular sobre almas penadas e espíritos vingativos. João José Reis, abordando sobre esses casos na Bahia, nos aponta características comuns entre portugueses e africanos nas significações dos ritos de passagem. Segundo ele:

A Bahia da primeira metade do século XIX tinha uma cultura funerária com as características que acabo de descrever. E era assim em grande parte por suas raízes em Portugal e África. Em ambos os lugares encontramos a ideia de que o indivíduo devia se preparar para a morte, arrumando bem sua vida, cuidado de seus santos de devoção ou fazendo sacrifícios a seus deuses e ancestrais. Tanto africanos como portugueses eram minuciosos no cuidado com os mortos, banhando-os, cortando o cabelo, a barba e as unhas, vestindo-os com as melhores roupas ou com mortalhas ritualmente significativas. Em ambas as tradições aconteciam cerimônias de despedida, vigílias durante as quais se comia e bebia, com a presença de sacerdotes, familiares e membros da comunidade. Tanto na África como em Portugal, os vivos - e quanto maior o número destes melhor - muito podiam fazer pelos mortos, tornando sua passagem para o além mais segura, definitiva, até alegre, e assim defendendo-se de serem atormentados por suas almas penadas. Para protegerem-se e protegerem seus mortos desse infeliz destino, portugueses e africanos produziam elaborados funerais, o que os tornava mais próximos uns dos outros do que, por exemplo, os católicos dos protestantes, estes últimos adeptos de funerais ritualmente econômicos<sup>190</sup>

Tendo isso em consideração, faz sentido pensar que, mesmo não garantindo os sacramentos, era por bem próprio, na perspectiva do senhor, garantir um funeral minimamente digno. Até mesmo para evitar intervenções desses espíritos no cotidiano que seguiria. É difícil afirmar com certeza o quanto essa significação poderia pesar nessas decisões, mas considerando que todos os registros que tivemos acesso, o pagamento do sepultamento foi feito pelo senhor; isso nos faz considerar que havia uma profunda mistura da lógica paternalista, das visões sobre a importância dos ritos funerários na doutrina cristã, assim como a relação dessa população com essa geografia extracorpórea<sup>191</sup>.

Ademais, nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia preveem a seguinte resolução:

E porque é alheio da razão e piedade Christã, que os senhores, que servirão de seus escravos em vida, se esqueçam delles em sua morte, lhes encomendamos muito, que pelas almas de seus escravos defuntos mandem dizer Missas, e pelo menos sejam obrigados a mandar dizer por cada escravo, ou escrava que lhe morrer, sendo de quatorze anos para cima, a missa de corpo presente, pela qual se dará a esmola consumada.<sup>192</sup>

Somado às outras questões que envolvem as justificativas de tantos senhores pagarem pelo sepultamento de seus escravizados, temos a questão da compreensão da Igreja, que aponta

<sup>190</sup>REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 90.

<sup>191</sup>Quando o pagamento era feito pela igreja - como caridade - isso era registrado no óbito.

<sup>192</sup>Título LI, p. 294, Artigo 838. Disponível em: VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/22229>.

como obrigação moral dos senhores, “que serviram de seus escravos em vida”, que lhes garantissem o sepultamento, assim como seu nome dito na missa.

Voltando aos registros com causa da morte especificada, os dois últimos registros foram os de Francisco e Izabel, que serão explorados melhor no capítulo seguinte, pois se trata de um assassinato que ficou bastante famoso no Aracati do século XVIII.

Dos poucos casos que foi especificada a causa da morte, ainda resta um grande número de óbitos, aos quais demanda um exercício hermenêutico e heurístico, para buscarmos nos indícios da organização do trabalho nas charqueadas que, além dos esforços físicos, eram mortos por outras questões que afligiam a população escravizada do Aracati.

Em 12 de fevereiro de 1781, em uma Audiência Geral, os moradores reclamavam sobre o mau cheiro causado pelo abate dos bois assim como a grande quantidade de moscas e de doenças causadas por elas:

Foi mais representado pella câmera e uniformemente por todos os Respublicos que a mesma Camera sentia gravíssimo prejuízo, os moradores discomodo, e a vila notável deformidade [...] **as ditas oficinas estão também per sido fazendo outro gravíssimo prejuízo ao Povo pellas muitas immundicies que gerão e fétidos que cauzão de que notoriamente rezultão muitas doensas que todos os annos faz perecer muitos indivíduos;** e porque este mal pestilento se deve evitar sem demora por ter por objetivo a Saude publica, e os referidos chaons se devem aforar para se fazer a villa mais decente e populosa [...] <sup>193</sup>

A população apontava como as oficinas causavam doenças, certamente por conta dos dejetos oriundos da morte dos animais e grande concentração de moscas. É de se imaginar que os sujeitos escravizados, assim como os livres pobres, que estavam inseridos na produção de charque, eram as populações mais fragilizadas frente às enfermidades possíveis dessa atividade econômica. O fato de haver grande concentração de moscas era um possível facilitador de micoses e de disenterias, que fragilizavam ainda mais a saúde desses trabalhadores.

E, alguns dias depois dessa primeira audiência geral houve uma segunda, em 19 de fevereiro de 1781, que afirmava:

[...] havia tomado na Audiencia geral, da presente Correição no dia doze do corrente a respeito de se demolirem as oficinas que estavam desfigurando a beleza e arruinando a saúde publica desta Vila, parecia que só continha o inconveniente de se demorar a execução da dita resolução para depois da safra vindoura, pois era de muita necessidade que se executasse já sem perda de tempo; porque só assim se evitavam, e removiam os prejuízos, e inconvenientes que se haviam de sentir com a demora da dita execução; porquanto hera bem notório que a matança dos gados nas sobreditas oficinas dentro da vila geravam todos os anos hum morbo pestilento, fétido, e imundícias, que não só duravam o tempo das matanças, mas também pelo discurso de todo o anno porque cada vez que chovia se renovava, e parecia coisa incompatível

<sup>193</sup>Auto de Audiência Geral de 12 de fevereiro de 1781. Ver na página 56.

com o bem público conservarem-se as tais oficinas que só faziam cômodo particular aos donos delas para haver mais hum ano de peste, e de incômodos, os quais até se estendiam a impedir a decência com que se devia celebrar o Sacro Santo Sacrificio da Missa que por mais cautelas que hajão em estar o acolito continuamente abanando as moscas, e levantar o sacerdote o sagrado Calix cuberto contra o Rito Romeno, sempre nelle caem as moscas e as imagens e Ornamentos da Igreja sempre estão sórdidos, e indecentes pela mesma cauza, o que principalmente acontece na Igreja Matriz, por estarem as oficinas contiguas a ella [...] E porque as referidas oficinas herão umas casas, ou edificios insignificantes em forma de telheiros formados de paus e telha que em pouco tempo se podem mudar, e construir de novo com os mesmos paus, e telha no lugar que está destinado, que he o mais conveniente para as mesmas oficinas e mais perto do porto dos barcos, e daqui até ao principio da futura safra decorrião pouco mais ou menos três mezes tempo muito bastante para se mudarem as ditas oficinas.<sup>194</sup>

Ou seja, é visível que diversos sujeitos eram prejudicados pela produção de charques e que havia um profundo conflito de interesses, pois por um lado esse gênero certa prosperidade econômica à vila, mas que também beneficiava de forma totalmente desproporcional aos demais habitantes, apenas os proprietários das ditas propriedades. O relato traz uma grande ênfase à enorme quantidade de moscas sobrevoando, além desse cheiro profundamente desagradável mencionado, o que de fato deveria vir a mazelar não apenas os trabalhadores pobres sujeitos ao ofício, mas também outros habitantes, que não tinham o retorno financeiro oriundo dessa catástrofe. E fica evidente que não se quer o fim das oficinas, nem que ela seja menos desagradável aos que trabalham lá, apenas que seu local se desloque do centro da vila, para uma região mais afastada.

Sobre as toxinas oriundas das charqueadas em si, Gerardo Nobre afirma que:

Tendo o tecido animal de 70 a 75% de substância líquida, que é responsável pela formação de toxinas quando não circula, o problema da conservação implica em um processo de secagem, pelo fogo, ou, simplesmente pela ação do calor solar e do vento.<sup>195</sup>

O processo de secagem era justamente uma técnica de conservação desse alimento, mas também um fator de risco de doenças, que, de certo, os trabalhadores pobres expostos a essa atividade, eram os mais atingidos.

Como Stefan Ujvare argumenta, mesmo antes das noções científicas sobre os agentes causadores de doenças, já havia noções sobre os “locais imundos” que eram nocivos para os seres humanos, segundo ele:

Pela a teoria dos miasmas, os locais imundos contendo dejetos e lixo orgânico em decomposição emanava substâncias invisíveis, mas nocivas e causadoras das doenças infecciosas e epidemias, impregnando o ar. Portanto, contraía-se a infecção ao respirar o ar que continha tais substâncias miasmáticas (...). O contágio acarretaria a disseminação das infecções por meio de objetos contaminados pelo doente. Apesar de

<sup>194</sup>Auto de Audiência Geral de 19 de fevereiro de 1781. In: NOBRE. G. S. Op. Cit., p. 83-84.

<sup>195</sup>NOBRE, Gerardo Da Silva. Op. Cit., p. 49-50.

essa tese ser a correta, os miasmas dominavam o terreno científico. Seriam necessárias seguidas descobertas futuras para que essa teoria fosse ganhando terreno, até finalmente, ter a sua consagração com a identificação dos agentes causadores das infecções, os germes.<sup>196</sup>

Outra doença possível a partir do contato com o gado, é o carbúnculo, a pessoa acometida por essa doença, passa por processos de inflamações e é altamente mortal. Carlos Alberto Cunha Miranda aborda sobre diversas doenças que acometiam os sujeitos escravizados no período colonial, sobre o carbúnculo, diz ele:

Essa doença, também conhecida na época da Colônia como “antraz”, era, na verdade, uma infecção bacteriana transmitida ao homem através do contato com animais infectados. Os germes penetram, com maior frequência, através de um ferimento na pele, seja por um arranhão ou uma picada de inseto. A infecção pode ocorrer também pela inalação ou por ingestão de líquidos ou alimentos contaminados. Inicialmente, o carbúnculo anunciava-se por um doloroso ataque de coceira. Algumas horas depois, desenvolvem-se bolhas na pele do doente. Em seguida, os furúnculos incham e descarregam pus com sangue. Expulso o pus denso, as bolhas ficam ulceradas, formando-se uma cicatriz escura. Em casos graves, a doença pode evoluir para pneumonia ou até morte. Outras complicações que a doença pode produzir são as infecções secundárias e a meningite. Essa doença era comum entre os escravos africanos que morriam em virtude de sua complicação. O tratamento, que segundo os cirurgiões da época produziam “bons efeitos”, era realizado da seguinte forma: “Deitam em azeite de dendê alvaiade fino: fazendo ajuntar uma porção de farinha de milho, a mais apurada que possam conseguir, e sendo tudo bem misturado, estende este emplasto em qualquer pano: lavam de manhã, e de tarde com as águas de malvas mornas, ou com qualquer que seja fresca, continuam pelos dias sucessivos nestas lavagens antes de se pôr o referido emplasto; e pela continuação dele, o carbúnculo, ou antraz começa a abrir-se formando uma espécie de flor; de sorte que pelos dias seguintes, com esta repetição dos remédios, ele vem saindo com todos os seus olhos e raízes, sem que nunca por ele, ou pelas suas ramificações se puxe; até que afinal vem ele pegando o mesmo emplasto, ficando, a chaga e o lugar do carbúnculo, em carne viva; e se continua a pôr o referido emplasto, até que ela de todo se feche.”<sup>197</sup>

Outras doenças afligiam também os escravizados são aquelas trazidas pelas populações brancas, Carlos Alberto afirma que:

No caso específico dos escravos, a falta de uma alimentação adequada, os castigos físicos, as moradias insalubres, as vestimentas impróprias, o estresse e o excesso de trabalho comprometeram-lhes a homeostase, acarretando o surgimento de várias doenças, as quais contribuíram, sobremaneira, para a alta taxa de mortalidade entre indígenas e africanos. As doenças infectocontagiosas, como catapora, sarampo e suas complicações, varíola, gripe, tifo, meningite, tuberculose e hanseníase, foram as que mais afetaram as populações escravas. Contudo, com frequência, os cativos eram acometidos também de doenças de pele, venéreas, entre outras decorrentes de verminoses; além de enfermidades nutricionais.<sup>198</sup>

Nessa perspectiva, é possível perceber que: somada à exploração da força de trabalho dos sujeitos escravizados, às violências materiais e simbólicas; temos as péssimas condições de

<sup>196</sup>UJVARE, Stefan Cunha. A História e suas epidemias: a convivência do homem com os microrganismos. Rio de Janeiro: Editora SENAC São Paulo, 2003, p. 156.

<sup>197</sup>MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017. p. 396

<sup>198</sup> Idem. p. 385-386.

vida, com exposição às diversas doenças provenientes da transmissão humana e das próprias condições de higiene, por conta da forma de trabalho especificamente ligada ao abate de animais em massa.

Com base nos dados obtidos a partir dos registros de óbito tivemos também o interesse de estimar a expectativa de vida de um sujeito escravizado no Aracati, nos últimos decênios do século XVIII. Desconsideramos, para o cálculo médio, os registros em que a idade estava ilegível, assim como nos casos de morte em poucos dias, antes de completar ao menos um mês de vida. Com base neste recorte, o número obtido foi de 27,56 anos<sup>199</sup>; embora, esse dado poderia ter maior abrangência se tivéssemos tido acesso aos documentos referentes ao conjunto do século XVIII e não apenas aos últimos dois decênios. O que nos permitiria ter um olhar mais aprofundado sobre o período das charqueadas no Aracati. Entretanto, isso daria mais complexidade, mas não desqualifica os dados obtidos, que nos servem de indícios para compreender melhor as experiências dos sujeitos escravizados no contexto trabalhado.

O que nos chama a atenção, a partir desses dados, é compreender que a experiência de vida de um sujeito escravizado, era permeada frequentemente pela morte, junto às epidemias, doenças transmitidas pelo contato com os restos de animais e maus tratos; temos uma possível alimentação em quantidade precária somada às constantes secas, que flagelavam, sobretudo, as populações mais pobres.

Sobre os demais registros sem causa da morte apontada, ainda nos resta uma série de questões: o que nos revela morrer com ou sem sacramentos? Quais os possíveis significados da morte para os escravizados? Quais as diferenças de classe e de condição social que conseguimos perceber a partir dos registros de óbito? Quais são os casos em que os escravizados conseguem ser sepultados na Igreja dos Pretos e em que isso pode nos ajudar a perceber a função social das irmandades de pretos?

Compreender a lógica por trás da concessão de sacramentos dá-nos a possibilidade de levantar algumas hipóteses sobre as causas de morte, mesmo quando não são mencionadas. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia possuíam uma série de prerrogativas para o sepultamento. Uma delas é bastante curiosa mencionando a seguinte restrição:

E nem-uma pessoa, de qualquer estado, e qualidade que seja, poderá ser enterrado antes de nascer o Sol, ou ao depois de ser posto, sem especial licença nossa, ou de nossos ministros, que para isso poder tiverem. E o Parocho, que no contrario consentir, pagará dous mil réis por cada vez para a Sé, e Meirinho, e os clérigos que no dito enterro se acharem serão castigados a nosso arbitrio.

---

<sup>199</sup>Dados elaborados a partir do registro médio das idades de óbito a partir dos livros 12 e 13 dos óbitos do Aracati. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

O uso de oneração financeira no caso de descumprimento de alguma norma é algo regularmente visto nas Constituições. Considerando a presença periódica de um visitador, para conferir os trabalhos realizados pelos párocos, é possível supor certo cuidado com certas normas previstas, por preservação pessoal do patrimônio.

As Constituições também preveem cláusulas sobre o tempo hábil para o enterro de um sujeito, com a ressalva do caso de alguma doença contagiosa:

E por atalharmos alguns inconvenientes, que podem succeder: mandamos que fallecendo alguém de morte repentina, não seja enterrado senão passadas vinte e quatro horas, excepto no tempo de doenças contagiosas, e quando antes disso seja necessario enterrar-se, não será sem licença do nosso Provisor, Vigario Geral, ou da Vara de seus districtos, e antes de passarem as ditas vinte e quatro horas, não serão os taes defuntos amortalhados.

Considerando o fato de mortes súbitas não receberem sacramentos, conforme foi verificado na documentação; é possível entender que houve tempo hábil entre a morte do sujeito e seu sepultamento, o que pode ser indício de que boa parte dessas mortes não foi súbita, além do fator da expectativa de vida de 27 anos, nos faz acreditar na frequência de mortes decorrentes de adoecimentos.

Além do leque indiciário que se abre sobre a *causa mortis* dos sujeitos escravizados, os registros de óbito nos permitem compreender certos signos de diferenciação de classe, a partir de certos signos do sepultamento. Dois fatores acabam sendo marcantes nessa diferenciação: o primeiro, trata-se do tipo de mortalha usada para envolver o defunto; o segundo, é o local do sepultamento, podendo este ser das “grades acima” ou “das grades para baixo”, se referindo ao espaço que separava o corpo da igreja do altar.

A grande maioria dos registros aponta, como é de se esperar, para um tipo de mortalha comum para pobres, assim como do local de sepultamento ser das “grades para baixo”. O pano mais comum a ser utilizado era o “habito branco”, que se referia ao tecido de algodão. Este era comum tanto a livres pobres, como a escravizados.

Como exemplo dos sepultamentos que se distinguem temos o caso de Joze de Souza, falecido em 27.06.1787, aos 40 anos, “homem de Portugal”, que apesar de ter recebido o hábito franciscano, não foi enterrado das “grades para cima”<sup>200</sup>. Os tecidos que são associados à distinção social, a partir dos registros observados, são os hábitos de santos e os de tafetá, que é a seda trançada.

Outro caso é o de Manoel Rodrigues de Freitas, que faleceu aos 50 anos, em 26.08.1787. Natural da cidade do Porto, ele foi sepultado das “grades acima” e era casado com

---

<sup>200</sup>Livro 13 dos óbitos do Aracati. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

“Dona Antonia”. Além de receber todos os sacramentos, foi um dos poucos casos em que estava mencionado a feitura de um inventário, o que nos permite entender que era um sujeito de posses, assim como sua esposa, que tinha a distinção de ser uma “Dona”. O hábito utilizado em seu sepultamento era de “Nossa Senhora do Carmo”<sup>201</sup>. O uso de hábito de santos, era uma forma de tentar garantir uma maior proteção nessa transição entre o mundano e o além, pois buscava-se nessa proximidade tanto com o altar, como com seu santo protetor, uma garantia de expiação dos pecados.

Um dos casos mais pomposos foi o do Reverendo Padre Manoel Roiz de Freitas, que inclusive foi o pároco que fez boa parte dos registros que tivemos acesso. Ele morreu aos 60 anos, em 3.01.1780 e, além de fazer testamento, “foi levado para a Matriz em enterro Solene e ali sepultado das grades a dentro em hábitos sacerdotais”<sup>202</sup>. Fica evidente que parte do prestígio é por conta de sua posição como pároco, mas que também era um homem de posses, por deixar inventário.

O Padre Álvaro dos Santos de Andrade, que faleceu em 4.03.1782, que foi um dos primeiros registros que tivemos acesso sendo das grades para cima, mas morreu sem deixar testamento, aos cinquenta anos de idade. Também sepultado em vestes sacerdotais, mas sem toda a pompa de um enterro solene.<sup>203</sup>

Um caso que chama a atenção, por destoar da maioria, é o de Manoela Rodrigues Feliciano, uma parvula “escrava de João da Cunha”, que foi sepultada “em hábito de tafetá azul”. Morreu aos cinco meses de idade, em 22.10.1786<sup>204</sup>. Esse registro chama a atenção, por ser um dos dois casos de escravizados que não foram sepultados com mortalha branca, de algodão. Ela era filha de Luiza, também escravizada de João da Cunha. O que nos faz indagar da possibilidade de Manoela ser filha de João, pela completa atipicidade do uso de tecidos tão refinados para o enterro de escravizados.

O outro caso de um escravizado que recebeu um tecido diferente do usual foi Eva, que morreu com um mês de idade, em 27.02.1789. Ela era filha dos “pretos Antonio e Angela, escravos de João Francisco Gomes e Joana Ribeiro” e recebeu um hábito de seda preta. Aqui tanto há indícios de que os pais juntaram alguma quantia, para garantir a encomenda de seu filho com o melhor que poderiam oferecer, ou também de que os senhores dos pais tenham feito a encomenda desse tecido, como algum sinal de proximidade com essa criança. O que

---

<sup>201</sup>Idem.

<sup>202</sup>Idem.

<sup>203</sup>Idem.

<sup>204</sup>Idem.

demonstraria que não apenas em vida, as relações de negociação entre proprietários e escravizados acontecem. Já que também há uma disputa por ritos fúnebres dignos.

Nos registros de óbito houve dois lugares mais frequentes de sepultamento, na parte mais central da Vila do Aracati, são elas: a Igreja Matriz da Nossa Senhora do Rosário, que é mencionada apenas como Igreja Matriz do Aracati; e a chamada “Igreja dos Pretos”, que é a Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Das capelas que apareceram muito raramente, temos: Capela da Nossa Senhora da Soledade, um caso; Capela dos Santos do Bonfim, um caso; Igreja da Conceição, um caso e a Capela do Giqui, seis casos.

Ao perceber esse dado e que nem sempre sujeitos escravizados e forros eram sepultados na Igreja Matriz começamos a indagar sobre as disputas pelos locais simbólicos de despedida dos mortos.

Sobre a importância dos mortos na sociedade colonial, Reis afirma que:

Muitas são as sociedades nas quais prevalece a noção de que a realização de rituais funerários adequados é fundamental para a segurança de mortos e vivos. Nelas a morte não é, como lembra Hertz, “um ato instantâneo”; ela não é vista como mera destruição, mas como transição[...] se o morto passa ao outro mundo feliz e plenamente, ele poderá interceder pelos vivos juntos aos deuses, inclusive facilitando-lhes a futura incorporação na comunidade dos mortos. Daí terem as pessoas todo o interesse em cuidar bem de seus mortos, assim como da própria morte. <sup>205</sup>

Portanto, uma hipótese possível a partir desses apontamentos iniciais, é: aqueles que compartilhavam laços de solidariedade, assim como identificação enquanto grupo de interesses comuns, poderiam ter o anseio de guardar seus mortos com intuito de garantir essa barganha da intercessão no campo divino. Isso significa que é provável supor essa disputa, pois os campos da negociação e resistência, não se davam apenas no terreno material das relações sociais.

A tabela a seguir nos dá um panorama da divisão de local de sepultamento entre as duas igrejas principais, já mencionadas.

---

<sup>205</sup>REIS, João José, Op. Cit., p. 89-90.

Tabela 16 - Locais de sepultamento de escravizados e forros no Aracati no século XVIII

<u>Condição Social</u>	Local de Sepultamento		
	Igreja matriz	Rosários dos Homens Pretos	Outros locais ou Ilegível
Escravizados	146	27	24
Forros	12	10	1
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>37</b>	<b>25</b>

Fonte: Livros 12 e 13 dos óbitos do Aracati. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

A partir dos dados acima mencionados, é possível perceber algumas questões. Primeiramente, que há uma discrepância entre as proporcionalidades de enterros nas diferentes Igrejas, a depender da condição social do indivíduo. Enquanto para forros, a proporção é de quase 50%, entre as duas Igrejas; dos escravizados, apenas 16,43% foram sepultados na Igreja dos Pretos.

A partir desses dados propomos duas linhas de questionamento: 1) quem eram os sujeitos escravizados que conseguiam seus enterros na Igreja dos Pretos e se havia alguma particularidade em seus registros que nos dê pistas dessa divergência do padrão; 2) Há alguma diferença entre aqueles forros que escolheram entre a Igreja dos Pretos e a Matriz? Considerando que o dado foi bem mais dividido, isso demonstra que a predileção era equilibrada.

Quanto à primeira indagação faremos uma incursão no perfil dos escravizados que foram enterrados na Igreja do Rosário dos Homens Pretos do Aracati.

Tabela 17- Escravizados e Forros sepultados na Igreja do Rosário dos Homens pretos do Aracati, no século XVIII

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Data da morte</b>	<b>Condição Social</b>
Francisco do gentil de guiné	Ilegível	4.9.1781	Escravizado
Maria do gentil de Angola	38	4.11.1781	Escravizada
Thereza Franciscana de Jesus do gentio de guiné	Ilegível	30.09.1781	Forra
Jezebel da Silva	75	01.11.1782	Forra
João do gentil de guiné	40	8.01.1783	Escravizado
Miguel do Gentio de Angola	30	2.06.1783	Escravizado
Manoel	40	1.04.1783	Escravizado
Ignez Costa	70	30.03.1784	Forra
Maria da Fonseca	55	xx.05.1784	Forra
Maria do gentio de angola.	40	20.09.1784	Escravizada
João Monteyro	66	19.03.1785	Escravizado
Roza	60	25.09.1785	Forro
Maria	20	16.02.1786	Escravizado
Anna	20	15.01.1787	Escravizado
Sipriana	Ilegível	7.05.1787	Escravizado
Luiz	30	20.09.1787	Escravizado
Felicia	Ilegível	29.01.1787	Forro
Quiteria	80	13.08.1787	Forro
Maria	30	22.02.1788	Escravizado
Maria	36	19.06.1788	Escravizado
Thereza do gentio de Angola	Ilegível	3.04.1789	Escravizado
Maria do gentio de angola.	50	11.06.1789	Escravizado
Clara	50	22.06.1789	Escravizado
Antonia	70	22.10.1789	Escravizado
Izabel	6 meses	2.12.1789	Escravizado
Branca Francisca	80	xx.08.1789	Forro
Margarida de Lima	60	10.11.1789	Forro
Maria de Jesus	27	15.12.1789	Forro
João	3 meses	12.06.1790	Forro
Simão	44	24.06.1790	Escravizado
Maria Roiz Pinta	90	10.08.1790	Escravizado
Ilegível do Gentil de angola	20	21.06.1791	Escravizado
Elias	20	23.08.1791	Escravizado
João	43	23.08.1791	Escravizado
Rita	40	07.10.1791	Escravizado

Fonte: Livros 12 e 13 dos óbitos do Aracati. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

O que chama a atenção, inicialmente, é que não há regularidade entre as idades, nem de local de origem, pois há tanto crioulos, como escravizados africanos. Há tanto escravizados homens, quanto mulheres; assim como as datas de óbito não tem qualquer padrão da época do ano. Além disso, apenas um dos escravizados mencionados, “João do Gentil de Guiné” era casado e apenas cinco não receberam sacramentos.

Considerando essa falta de regularidade nos dados apresentados, faz-se necessária outra hipótese sobre outros fatores que eram decisivos para a definição do local de sepultamento.

Tabela 18 - Forros Sepultados na Matriz do Aracati.

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Data da morte</b>
Rita Gentil de Angola	2	10.06.1791
Catarina gentil de Angola	1 mês	28.07.1791
Quiteria	Ilegível	25.08.1791
Luiz	90	5.09.1782
Luiza	35	7.10.1783
Joaquim	14	3.08.1786
Isadora Ramos	Ilegível	30.12.1786
Agostino	Ilegível	8.01.1787
Estevam de Mendonça	50	2.04.1789
Francisco	11 meses	1.05.1789
Mariana da Costa	40	24.07.1789
Ursula	Ilegível	4.10.1789

Fonte: Livros 12 e 13 dos óbitos do Aracati. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

Novamente, os dados apontam uma variabilidade, que não sugere regularidade a partir da época do ano, do sexo, da idade etc. Portanto, quais eram os possíveis significados de ser enterrado na Igreja do Rosário dos Homens Pretos? Quais fatores poderiam contribuir para a escolha desse local de sepultamento? Tendo esses apontamentos feitos, um argumento que achamos fazer sentido para a análise dessa situação, é pensar o local social das Irmandades de Homens pretos no Aracati.

### ***3.2.1 As irmandades de pretos e a Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos***

No Aracati, encontramos a presença de duas igrejas relativas à questão da cor dos que a compunham, eram elas: a Igreja da Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos e, a que nos aprofundaremos nesse tópico, a Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. A

presença dessas duas igrejas, nos indica que havia ao menos duas irmandades, ligadas à questões de grupos étnicos específicos, a dos homens pretos e dos homens pretos.

Figura 4- Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Aracati



Fonte: <http://cearanordeste.blogspot.com/2011/07/igreja-do-rosario-dos-pretos.html>

Quanto à Igreja dos Homens Pretos, foi fundada em 12 de abril de 1775, ou seja, apenas 5 anos antes dos registros que tivemos acesso. Segundo os quadro 3 (P.85), os primeiros a serem sepultados na dita Igreja, foram: os escravizados Francisco do gentil de guiné, de idade ilegível, em 4.9.1781; Maria do Gentil de Angola, de 38 anos, em 4.11.1781. E a forra Thereza Franciscana de Jesus do Genticio de Guiné, de idade ilegível, em 30.09.1781. Outro registro que consta é da Maria do Gentil de Angola, aos 40 anos, em 24.10.1781 e foi escrito sobre ela, apenas que era mulher do “Índio Francisco Ferreira, sepultada em hábito branco”. Por não ser mencionado seu senhor, é possível que Maria fosse uma mulher forra.

No final do período de 10 anos (1781 - 1791), dos 37 registros de sepultados na Igreja dos Pretos, 29,72% são de trabalhadores cativos apontados como pertencentes às “nações”.

Quando comparamos com o total de sujeitos atribuídos aos “gentios”, de um total de 72 sepultamentos, 19,44% foram na Igreja do Rosário dos Homens Pretos.

Isso nos indica que a escolha pelos locais de sepultamento ainda eram uma menor parcela da totalidade de registros de óbito, pois dos 220 registros, apenas 16,81% foram na dita Igreja. O que há, de certo, é que para uma parcela desses sujeitos forros e escravizados, esse local de sepultamento representou uma alternativa à Igreja Matriz do Aracati e a própria fundação dessa Igreja, já nos faz questionar sobre uma demanda dessa população, por um local de sepultamento próprio, também da possibilidade de fazer seus festejos, dentre outras congregações.

Se levarmos em consideração a importância do rito dos mortos na África, esse argumento pode vir a ter um tanto mais de peso. Segundo João José Reis:

O culto dos mortos tinha uma relevância muito maior na tradição africana, embora não estivesse absolutamente ausente da portuguesa. Entre os angolanos, os espíritos ancestrais chegavam mesmo a influir mais no dia-a-dia do que as próprias divindades. Os africanos, de um modo geral, tinham meios rituais mais complexos de comunicação com os mortos, como o culto ioruba dos eguns. Enquanto isso, a doutrina da Igreja não se interessava especificamente em cultuar os mortos, concentrando-se em salvá-los. Os vivos, é verdade, podiam interceder por eles mediante orações e missas, mas os mortos, por ignorarem as coisas do mundo no momento em que aconteciam, pouco podiam fazer pelos vivos. Os mortos ganharam mais importância no catolicismo popular, ainda impregnado de fortes componentes mágicos e pagãos<sup>206</sup>

Claro que chama atenção o fato de mesmo sendo destinada aos “Homens Pretos”, era uma igreja católica, o que ainda representaria, em parte, um signo de dominação por parte da lógica senhorial. Segundo João José Reis, ao falar sobre os modos de morrer de sujeitos africanos, aponta que:

[...] há evidências de que os africanos mantiveram no Brasil muitas de suas maneiras de morrer, mas sobretudo incorporaram maneiras portuguesas. Isso se deveu em grande parte à repressão da religião africana no Brasil escravocrata, mas também a que a dramaticidade ritualística dos funerais portugueses se aparentava à dos africanos.<sup>207</sup>

Portanto, é coerente pensar que a demanda por uma Igreja dos Homens Pretos, que fica a 750 metros da Igreja Matriz, está profundamente relacionada com as demandas da irmandade de homens pretos. Tendo em vista que a igreja não era apenas um local para realização de ritos fúnebres, mas significativamente um espaço de sociabilidades, de festejos e, portanto, da forja de laços de resistência e apoio mútuo em momentos de necessidade.

Segundo Raimundo Nonato, ao falar do significado de participar de uma irmandade no período colonial, afirma:

<sup>206</sup>REIS, João José. Op. Cit., p. 90.

<sup>207</sup>Idem. p. 91.

Na sociedade colonial participar de um agrupamento, como força militares e irmandades, possibilitava a cativos e libertos um lugar diferenciado, prestigioso, diante da rigidez da sociedade estamental e do cotidiano nas atividades agropastoris e urbanas. Essas instituições criavam neles uma nova identidade, pois agora seriam reconhecidos como os pretos do Rosário. Nova identidade, ele era irmão e por isso era reconhecido no momento das solenidades de sua irmandade como também entre seus pares. Na irmandade, ele poderia ser eleito para os cargos na irmandade ou no cortejo real do Congo. Ele era um outro, diferente, prestigiado, respeitado, podendo ampliar suas relações de amizades, compadrios; ou seja, a irmandade abria uma porta para aliviar seu sofrimento e, sendo escravo, alcançar sua alforria<sup>208</sup>

Ou seja, ao refletirmos sobre as irmandades e, por sua vez, sobre a construção de um templo próprio, faz-se essencial pensarmos o sentido desse espaço, enquanto fortalecedor dos interesses desse grupo. Pensando do ponto de vista da sociedade escravista, esse foi um dos espaços em que trabalhadores forros e escravizados encontraram para poder se organizar e construir outras formas de existir.

José Reis aponta a importância dessas instituições, ao levar em conta a dimensão da construção de laços de parentesco no período colonial:

Aliás, a intensidade com que os escravos produziam parentescos simbólicos ou fictícios revela como era grande o impacto do cativo sobre homens e mulheres vindos de sociedades baseadas em estruturas de parentesco complexas, nas quais o culto aos ancestrais era uma parte importantíssima.<sup>209</sup>

Dessa forma, ao pensarmos uma estrutura social extremamente violenta, as irmandades poderiam vir a ser um local de refúgio para esses trabalhadores tentarem, em alguma medida, reconstruir laços que lhes foram roubados pela estrutura escravagista.

Sobre a irmandade dos homens pretos do Aracati, não conseguimos achar suas constituições no século XVIII. Entretanto, Eduardo Campos indica algumas regulamentações da dita irmandade no século XIX. Segundo ele:

Outras entidades religiosas não aceitavam brancos na confraria, como a de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da cidade do Aracati (lei 640, de 28 de dezembro de 1853). Determinava que a constituiriam ‘todas as pessoas pretas, que forem catholicas romanas, e apresentarem boa conducta moral’. A confraria desses pretos era rigorosa, não permitindo a pessoas estranhas participarem do exercício funcional de nenhum de seus officios, como se declara no art. 25, taxativo: ‘Nenhum sacristão, a não ser desta irmandade, poderá ter nella ingerencia alguma, quer nos actos festivos quer nos funebres, e todos os emolumentos que houver de perceber pertencerão à irmandade, designada a mesa quais os que tambem pertencerão ao sacristão’.<sup>210</sup>

Ainda sobre as irmandades, afirma que:

Não exageramos ao referir que, pelo menos no Ceará, tanto quanto possível, as confrarias eram estimuladas e aceitas pelo poder constituído simplesmente para

<sup>208</sup>SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. Op. Cit., p. 193.

<sup>209</sup>Idem. p. 55.

<sup>210</sup>CAMPOS, Eduardo. **As irmandades religiosas do Ceará provincial**: apontamentos para sua história. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980. p. 46.

empreender em favor da construção e conservação das igrejas, circunstância que não as impedia, de modo algum, de trabalhar em favor de problemas que afetavam sua convivência comunitária. Porém, o ponto alto das irmandades que mais impressionava os fiéis era o de seus festejos solenizados, momento em que os confrades tomavam suas vestes de maior distinção e ostentação para participar de procissões que praticamente mobilizavam todo o interesse das gentes ansiosas por assistirem a espetáculo em que, amiúde, profano e religioso se juntavam com requintes de encenação dramática.<sup>211</sup>

A irmandade de pretos do Aracati aceitava escravizados, porém não aceitava brancos, mesmo quando pobres. Nesse sentido, as demandas marcadas por serem negros tinham centralidade ao incluir seus companheiros cativos. Apesar do que é dito sobre a necessidade de todos serem católicos de “boa conducta moral”, não vemos como conclusão de que eles simplesmente reforçassem a lógica cristã dominante.

E isso chama a atenção para compreender como sujeitos que são tirados de sua terra natal, ou nascem no escravismo, lidam com os signos dominantes e se utilizam deles em seu benefício, nas disputas materiais e simbólicas.

Célia Maia argumenta sobre o fato dos sentidos dos ritos religiosos não serem unívocos, sobretudo para aqueles que participavam das irmandades, pois o fator de classe e de condição social, são essenciais para compreender como as ideias circulam e, a partir desses sujeitos, são reinventadas.<sup>212</sup> As missas, as procissões, os festejos, todos estes eram espaços de confraternização, nos quais os sujeitos escravizados forjavam seus afetos e fortaleciam a construção de um espaço de certa autonomia.

James Scott aborda sobre a infrapolítica e o discurso oculto, nos convida a olhar com cautela para o discurso do oprimido, quando estamos falando de um contexto público, ainda mais nas constituições que regulamentavam a irmandade, perante o poder dominante, já que uma das características desse discurso é estar “fora do raio de audição dos detentores de poder”.<sup>213</sup>

Isso significa que, para entender o papel de uma irmandade de homens pretos, é importante buscar seus significados em ações em prol de sua comunidade e não apenas na sua regulamentação oficial; apesar de que esta, também nos revela, nas entrelinhas, suas intenções enquanto grupo de interesses, que congregam demandas comuns, em certa medida.

As relações com os rituais fúnebres são centrais, já que o cuidado com seus mortos era uma das dimensões centrais das irmandades. Por outro lado, os festejos também revelam uma

---

<sup>211</sup>Idem. p. 8-12.

<sup>212</sup>BORGES, Célia Maia. **Devoção e Solidariedade em Minas Gerais: Séculos XVIII e XIX**. Juíz de Fora: Editora UFJF, 2005.

<sup>213</sup>SCOTT, James C. Op. Cit., p. 57;

dimensão importantíssima das relações sociais, já que representavam momentos de ressignificação e também de momentos de rupturas da vida cotidiana e potencializavam encontros e tomadas de decisão.

Ruptura em qual sentido? Talvez seja necessário entender o que eram as festas do Rosário, já que estas não eram dedicadas apenas à realização de ritos religiosos, mas havia também um segundo momento, de festejos.

Carlos Rodrigues Brandão, ao falar da festa da Nossa Senhora do Rosário, em Catalão, Goiás, nos ajuda nesse exercício de imaginar o que seria esse momento do ano, dos festejos e quais suas potencialidades:

Começando nove dias antes do “domingo da Festa”, é nele que os eventos da “parte religiosa” se concentram. Fora os eu segundo sábado, os “dias de novena” apenas reproduzem à noite a sequência dos três ritos religiosos: novena-terço-missa [...] No domingo, o “dia da Festa”, há a missa e a “comunhão geral da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”, ainda pela manhã [...] No cair da noite a procissão de Nossa Senhora do Rosário incorpora os padres, os festeiros, a família real, os ternos de Congada e uma pequena multidão de pessoas “da cidade e de fora” e circula pelas ruas centrais da cidade, saindo da igreja e retornando a ela. A missa da manhã de domingo, a procissão e os outros cortejos “da coroa” são os momentos em que os ternos da Congada aparecem congregados e sob o comando direto do presidente da Irmandade e do general dos congos. Desde a tarde do sábado até a madrugada de domingo para segunda e de segunda para terça-feira, os ternos da Congada estarão pelas ruas da cidade “malhando” suas “caixas” e visitando algumas casas. Desde o primeiro dia de novenas, os encarregados da “parte festiva” põem a funcionar um conjunto de situações e lugares de “atrações de festa”, oferecidas à população da cidade e a seus inúmeros visitantes, às vezes até mesmo alguns dias depois de oficialmente encerrada a Festa.<sup>214</sup>

Em outro exemplo, da irmandade dos homens pretos de Sobral, Raimundo Nonato afirma que:

Os negros transformaram suas irmandades e festas em momentos de identidade cultural, pois souberam reelaborar os significados cristãos, dando um outro sentido àqueles momentos e espaços permitidos pela Igreja e pelo Estado, usufruindo-se do direito de ter tempo livre para orações, celebrações e folguedos [...] os irmãos trabalhavam os espaços de possível negociação, reelaborando os significados da irmandade para o poder civil e clesialístico, para os quais a Irmandade tinha a finalidade de propagar a religiosidade cristã e controlar as reminiscências religiosas praticadas por negros (libertos e cativos). Os negros assumiam o discurso oficial, mas redefiniam-no com o poder da mesa ao escolher os seus membros, contratar um padre para celebrar suas festas e escolher seus reis e coroá-los, arrecadar e administrar seus bens, organizar os festejos, terços, e exigir de seus senhores permissão para que seus membros, quando escravos, participassem das solenidades e deliberassem pela aceitação ou não de seus senhores como membros da irmandade.<sup>215</sup>

<sup>214</sup>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A festa do Santo de Preto**. Rio de Janeiro: FUNARTE; Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985. p. 9-11.

<sup>215</sup>SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues. **Rosário dos Pretos de Sobral-CE Irmandade e Festa (1854-1884)**. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós Graduação, 2000. Dissertação. p. 54-55.

O entendimento chave, nesse sentido, é o da construção de tempo livre, mesmo num regime que controlava o tempo dos sujeitos escravizados. Isso é uma das evidências de como esses trabalhadores buscaram elaborar alternativas que lhes dessem certa autonomia, se apropriando engenhosamente do próprio incentivo da ideologia senhorial em torno dos ritos eclesiais, para construir um espaço próprio.

A irmandade dos homens pretos do Aracati era bem taxativa sobre a organização interna, como exposto no artigo 25 do compromisso da irmandade:

Nenhum sacristão, a não ser desta irmandade, poderá ter nella ingerência alguma, quer nos actos festivos quer fúnebres, e todos os emolumentos que se houver de perceber pertencerão à irmandade, designando a mesa quais os que também pertecerão ao sacristão.<sup>216</sup>

A importância do controle sobre as dinâmicas da irmandade representa como a expectativa do poder civil e eclesial, de que aquele era um espaço de controle, possibilitava aos sujeitos cativos e libertos, certo poder, em relação às decisões e dinâmicas que a irmandade e a Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos deveria ter.

O festejo, nesse sentido, mudava a dinâmica das relações e da vida das pessoas por dias seguidos, até se congregarem nos grandes festejos, que são esses momentos que apontamos como de grande potencialidade na construção de vínculos e de resistências. As festividades enquanto espaços de ruptura serão melhor observadas a partir das trajetórias de André e de Francisco, dos quais voltaremos a falar no quarto capítulo, buscando compreender como esses encontros culminaram na execução de um plano de fuga de um sujeito escravizado.

Portanto, as irmandades tinham funções essenciais de construção de companheirismo, fator essencial em uma sociedade extremamente estratificada como é a escravista. Aqueles que aqui chegavam, tirados de sua terra natal, ou que já nasciam marcados pelos estigmas da escravidão poderiam vir a encontrar novos laços e construir vínculos de proteção mútua, na vida e na morte. Pensar um cotidiano, no qual você tem irmãos que estão ali para lhe socorrer, é um fator decisivo para tolerar e lidar com as tramas da vida, com as violências, com a possibilidade de encontrar amizade, carinho e solidariedade daqueles que ali constroem novas significações do conceito de pertencimento e de família.

---

<sup>216</sup>CAMPOS, Eduardo. **As Irmandades Religiosas do Ceará provincial:** apontamentos para sua história. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980. p.46.

#### 4 A AGÊNCIA COTIDIANA DOS ESCRAVIZADOS: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA E NEGOCIAÇÃO NA BUSCA POR LIBERDADE E AUTONOMIA

Os eventos que chamam a atenção são aqueles que o Estado e as classes dominantes concordam em destacar em seus arquivos. Assim, por exemplo, uma pequena e fútil rebelião destaca-se tanto mais, quanto maior for o seu impacto sobre as relações de classe, enquanto os atos não anunciados de fuga, roubos, que podem ter um impacto muito maior são raramente noticiados<sup>217</sup>

Sobre o Aracati do século XVIII, alguns documentos chamam atenção pela riqueza de relações observáveis entre uma grande gama de trabalhadores pobres que compõem os setores mais marginalizados da sociedade local. Em registros de batismo, é observável o estabelecimento de relações de compadrio entre escravizados, brancos pobres, índios; não obstante, estes também estabeleciam relações com sujeitos que compunham a elite social como alferes, capitães, etc. Neste sentido, penso que o olhar para estes documentos deve ter uma preocupação sensível de compreender a resistência e ter em vista os processos de assujeitamento percebendo as dimensões das ações individuais e coletivas.

Pensar o trabalhador escravizado a partir de um olhar historiográfico é lidar com duas dimensões: a) uma diversidade de produção que teve vários momentos desde os mais economicistas, até uma visão mais ligada à reflexão sobre as experiências dos escravizados, formação familiar, laços de afetividade, solidariedades etc.; b) experiência social que articula e tenciona dimensões individuais e coletivas, que desafiam os pesquisadores a abrirem-se para pensarem os trabalhadores pobres escravizados, como pessoas que fazem escolhas que nem sempre se encaixam em expectativas das ações de um sujeito necessariamente resistente.

Corroborando com essa visão, James Scott também aponta, ao falar da importância de se analisar as pequenas ações não como reflexo da repressão ou parte menos importante que as grandes revoltas, as seguintes questões:

Noutro plano, vale a pena lembrar que a conjugação de milhares e milhares de actos de resistência “insignificantes” deste tipo pode ter poderosos efeitos econômicos e políticos. No plano da produção, seja nas fábricas, seja nas plantações, pode resultar em actuações que, não sendo suficientemente más para justificar um castigo, também não serão suficientemente boas para levar a atividade a bom porto.<sup>218</sup>

E finaliza dizendo:

A deserção em massa de servos ou camponeses recrutados contribuiu para derrubar mais do que um antigo regime. Em determinadas circunstâncias, a acumulação de

<sup>217</sup>SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 13 jun. 2002. p. 11.

<sup>218</sup>SCOTT, James C. Op. Cit., p. 264.

actos insignificantes pode, como flocos de neve numa íngreme vertente montanhosa, desencadear uma avalanche.<sup>219</sup>

Nesse sentido temos como uma de nossas preocupações centrais estabelecer relação em nosso repertório analítico com perspectivas que pensem a agência do sujeito escravizado e sua experiência de vida como elemento de existência; ou seja, não apenas situa-lo em dinâmicas de resistência ou submissão, mas pensa-lo na complexidade da vida e dos horizontes possíveis de ação e de escolhas que, indiferentemente para nós a serem certas ou erradas, são fundamentalmente históricas.<sup>220</sup>

Ao longo de nossa investigação dos processos crime do século XVIII presentes na APEC, nos defrontamos com uma questão central e um tanto óbvia, mas necessária de ser enfatizada: os sujeitos não agem de acordo com a expectativa muitas vezes exagerada que o pesquisador pode vir a estipular como “autênticas de um sujeito insurgente”; em grande parte do tempo, na verdade, ele está apenas vivendo e tomando decisões frente às possibilidades, avaliações das correlações de forças e de suas possibilidades de barganhar.

João José Reis trata pioneiramente a dimensão da negociação, o que amplia nossa capacidade de dialogar com nossas fontes e melhor empreitar na tentativa de compreender as experiências de vida dos escravizados. Como ele aponta, grande parte do tempo desses sujeitos não é resistindo diretamente ou se conformando, mas, sim, em jogos de negociação, articulando, inclusive, os mecanismos e valores dos próprios dominantes<sup>221</sup>.

Apesar da população escravizada do Aracati ser bastante acentuada, são poucos os documentos que trazem especificamente o sujeito escravizado como alvo de uma querela. Essa dimensão nos faz refletir sobre diversas questões: a) o próprio estado de conservação dos processos torna precária a manutenção material dessas fontes; b) por uma outra chave podemos nos apropriar do apontamento de Scott em que parte da dimensão invisível/oculta das ações dos grupos subalternos é deliberada e pode ser feita de forma discreta aos olhares dos dominantes<sup>222</sup>.

---

<sup>219</sup>Idem.

<sup>220</sup>Em relação a pensar o sujeito escravizado e sua agência social e sobre a dimensão do escravizado não polarizado entre resistência e submissão ler, respectivamente: ALVES, Máira Chinelatto. Quando falha o controle. Crimes de escravos contra senhores – Campinas, 1840/1870. São Paulo: Alameda, 2014. REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo negocia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>221</sup>REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo negocia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>222</sup>SCOTT, James C. Op. Cit., p. 253-254.

#### 4.1 A Negação ao Trabalho Escravizado: Resistência, Negociações e Fugas

As diversas facetas da resistência debatidas pela História Social, são extremamente caras a esse trabalho. Quando buscamos compreender as relações entre senhores e escravizados, fica evidente que o domínio senhorial é cotidianamente tensionado pelos que por ele são dominados.

Sendo assim, percebemos que as ações dos sujeitos escravizados, agentes de destaque em nosso trabalho, questionam, se apropriam, se conformam quando é conveniente, negociam em torno e por dentro das relações de dominação. Por conta disso, tomamos enquanto preocupação central, um olhar atento à complexidade do que é o cotidiano de um sujeito escravizado e quais as possibilidades de buscar relações, mesmo que minimamente, menos violentas e, em certos casos, buscar construir outras realidades mesmo sob o domínio senhorial.

Nesse sentido, as diversas ações construídas a partir do aprendizado e da experiência dos escravizados, estavam constantemente questionando o *status quo*, se apropriando dos signos do poder eclesial; agindo entre as possibilidades de constituição familiar; exercendo espaços de sociabilidade e afetividade em torno de lugares de diversão e confraternização; constituindo zonas de refúgio para os quais levavam seus companheiros em oportunidades de fuga. Enfim, forjando novas possibilidades e conflitos nas relações com a camada senhorial e também criando novos espaços de afirmação de suas existências. E para entender isso é que veremos ao longo desta pesquisa momentos das vidas de André, Francisco, Rita, Manoel, Romana e tantos outros que compuseram esse cenário de conflitos, tensões, paixões, promessas e criaram suas possibilidades de agência.

Essas práticas de rupturas são resultado das tensões entre a classe dos escravizados e senhores, feitas de forma individual e/ou coletiva, que desestabilizam, se utilizando do aprendizado e da percepção das correlações de força como forma de tencionar suas estruturas, as redes de dominação que tinham como princípio subjuga-los para que aceitassem seus espaços de cativos. Entretanto, esses sujeitos não simplesmente aceitavam isso e as reflexões deste trabalho caminham no sentido de perceber como essas pessoas encontraram e criaram caminhos para uma tentativa de construir espaços de autonomia e liberdade.

Corroborando essa perspectiva, um apontamento de João José Reis dá potência reflexiva e criativa sobre esse rico cenário da busca constante de dar sentido à vida que os escravizados articulavam das mais diversas formas:

As evidências são claras: o escravo africano soube dançar, cantar, criar novas instituições e relações religiosas e seculares, enganar seu senhor, as vezes envenená-

lo, defender sua família, sabotar a produção, fingir-se doente, fugir do engenho, lutar quando possível e acomodar-se quando conveniente<sup>223</sup>

Para entender melhor essa chave de leitura que estamos buscando compreender, em que as experiências dos sujeitos e suas ações cotidianas de resistência alimentam nosso processo reflexivo sobre as fontes, seria indispensável trazer as contribuições de Edward P. Thompson e James C. Scott.

A perspectiva de experiência proposta por Thompson em diversos de seus trabalhos é, de certo, uma daquelas noções que altera as interlocuções das investigações historiográficas de gerações de pesquisadores, pois lança-nos a pensar sobre as camadas mais cotidianas das vidas dos sujeitos que, em uma situação de exploração, estabelecem seus laços de identificação e conseguem articular grupos de interesses em comum.

Este debate pode ser em grande medida compreendido a partir das leituras dos livros “A Miséria da teoria”<sup>224</sup> pelo qual o autor desenvolve como as perspectivas sobre a “experiência humana”. Em outra obra, “Formação da classe operária inglesa”<sup>225</sup>, Thompson alarga o debate com maior acuidade, na qual analisa as dimensões da classe enquanto processo e não como uma categoria que possa ser arbitrariamente imputada às relações.

Um outro título que em muito enriquece esse debate, do mesmo autor, é “Costumes em Comum”<sup>226</sup>, a partir do qual nos faz refletir, de forma central, sobre o conceito de “economia moral”; no qual infere a compreensão de que as relações sociais mesclam a relativa aceitação de certos valores paternalistas, mas também os tencionam, sobretudo em momentos de crise. À luz dessas reflexões, se torna essencial, pensarmos o papel da cultura, nesse conjunto de costumes, de tradições e de superstições, em estreito contato com os conflitos de interesses de classes antagônicas.

A cultura, neste sentido, passa a ter uma dimensão mais autônoma do que em outros estudos predecessores das análises de Edward Thompson. O autor tem como perspectiva de que a classe social, diferentemente de como é tratada por outra tradição marxista, se forma a partir da experiência social. Ou seja, a partir da articulação entre sujeitos de interesses similares e com traços de identificação mutua, se constituem os elementos de contradição ao outro, no caso,

---

<sup>223</sup>REIS, João José. Resistência escrava “poderemos brincar, folgar e cantar...”: O protesto escravo na América. Salvador: **Afro-Ásia**, n. 14, 1983. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20823/13424>. Acesso em: 21 maio 2019.

<sup>224</sup>THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução: Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

<sup>225</sup>THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>226</sup>THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo. Companhia das letras, 1998.

o dominante. Neste sentido, a classe se forma a partir das experiências sociais, cotidianas, plurais. Nesse caso, a experiência, enquanto a vida do sujeito, tem profundas determinações dos meios de produção; entretanto, a consciência de classe não. Para Thompson, é de vital importância compreender como as lutas de classe são processos historicamente situados.

James C. Scott, por sua vez, é muito caro no que tange às reflexões sobre as formas de resistências “brechtianas” sem muitas vezes entrarem em “confrontação direta” com os dominantes. Essas formas de resistir seriam, segundo ele:

Aqui tenho em mente as armas comuns dos grupos relativamente sem poder: fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses.<sup>227</sup>

Ampliando mais a visão que podemos ter das ações dos sujeitos, pois desequilibra a limitada perspectiva de que a resistência só acontece a partir dos grandes levantes e das grandes organizações coletivas. Segundo ele:

Para trabalhadores que operam, por definição, numa desvantagem estrutural e sujeitos à repressão, tais formas de luta cotidianas podem ser a única opção disponível. A resistência desse tipo não descarta os manifestos, os protestos e as batalhas mais rápidas que chamam a atenção, mas um território vital tem sido ganho e perdido também nela. Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes.<sup>228</sup>

As resistências e negociações, são esses acúmulos de aprendizado, criadas no cotidiano dos escravizados, a partir de suas estratégias de atenuação da violência que uma estrutura escravista lhes impunha. Essas dimensões exigem uma compreensão do funcionamento da estrutura e a elaboração de táticas, sejam no campo da negociação ou do conflito direto. Nesse sentido, a chave interpretativa da agência dos escravizados é pensada como a condensação de conjuntos de práticas e apropriações construídas pelos escravizados a partir de suas experiências, que levam em conta os aprendizados das correlações de força, das lógicas de dominação, dos signos de poder.

E que articulam, a partir desse conjunto, possibilidades de resistência a um sistema que exerce um domínio absoluto, que busca constantes práticas de reificação destes sujeitos. Dessa forma, esse segmento de trabalhadores afirmava, a partir de suas ações de resistência,

<sup>227</sup>Idem. p.12

<sup>228</sup>SCOTT. J. C. MENEZES, M. A. DE; GUERRA, L. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 13 jun. 2002. p. 11.

possibilidades de construção de espaços próprios de relativa autonomia, de uma liberdade ainda que precária e de contestação das relações escravistas. E isso nos revela como, de forma multifacetada, esses sujeitos agiram e criaram possibilidades, mesmo quando efêmeras, da construção de outras formas de viver sob o regime senhorial.

Liberdade, nesse sentido, não é uma situação ideal de vida sem controles coercitivos, tendo em vista que essa formulação sobre liberdade é deslocada das relações materiais. Não partimos de uma perspectiva idealizada sobre liberdade, mas da percepção de que os sujeitos podem ser agentes de suas relações, mesmo em contextos extremamente punitivos e espoliantes, como é o caso do escravismo.

Apesar de todas as espoliações, materiais e simbólicas, vindas desse tipo de sociedade para com os sujeitos marginalizados, em destaque, o escravizado. Temos como objetivo valorizar as ações que buscaram modificar as relações, na busca por negociar com a realidade os controles coercitivos por menos coercitivos. Compreender desta forma, ao contrário de flexibilizar a noção de liberdade, é significar a partir das ações dos sujeitos suas formas de tentar construir a liberdade, mesmo em contextos extremamente controladores.

A liberdade, longe de ser um fim, seria, então, um processo. Ela é alimentada pelas formas como os sujeitos compreendem o espaço e as relações em que vivem e buscam, das formas que veem possível, agir nesse contexto com intuito de construir outras formas de se viver. Nesse sentido, o aprendizado e o conhecimento que esses sujeitos acumulam em suas experiências de vida e a partir das relações inter geracionais, são as condições para se construir as noções de liberdades possíveis. Ou seja, o presente trabalho busca compreender as noções de autonomia e liberdade, a partir das construções que esses sujeitos fizeram das liberdades possíveis e não de uma liberdade que poderíamos projetar como ideal, pois estas estariam deslocadas das experiências e das possibilidades históricas. Compreender a liberdade enquanto processo construído, nos ajuda a valorizar as ações de sujeitos marginalizados e legitimar suas buscas por formas outras de se viver, mesmo que em um regime escravista.

Esse preâmbulo nos dá algumas das chaves de interpretação para iniciarmos as reflexões sobre escravidão, no Aracati, no século XVIII. A vida de um sujeito escravizado era, eminentemente, permeada pelo trabalho. Esses homens e mulheres buscaram, por diversas vezes, construir novas relações e buscar utopias. Entretanto, todas as relações sejam estas de afetividade ou de dominação, eram constituídas no seio de uma sociedade hierárquica, exploradora e punitiva. Não se faz, por mera formalidade, uma associação entre as tramas cotidianas e relações de trabalho, todos os arranjos sociais são, também, permeados pelo

processo produtivo. As alianças, as amizades, os amores, as desavenças, os rancores, todos são construídos nesse cotidiano complexo do mundo do trabalho.

Para compreender mais sobre essas tramas cotidianas, iremos refletir sobre elementos de dois fragmentos de trajetórias de escravizados nas oficinas de charque. Falaremos, pois, das experiências de Francisco, cativo do Capitão-mor João Pinto Martins; e Izabel, que estava alugada por Salvador Souza Braga, cativa de Francisco Rodrigues Soares. A memória sobre assassinato, que se sucederá, é potente para nos ajudar a investigar as espoliações cotidianas, que são materiais e simbólicas, por parte da classe senhorial para com os cativos. Essas tensões, que se amontoam diariamente acabam por eclodir de formas diversas, como demonstração dos limites aceitáveis e toleráveis das violências sofridas.

Os vestígios do passado, pelos quais temos acesso a algumas das cenas das relações entre senhores e escravizados na charqueada, nos revelam relações marcadas por constantes conflitos e negociações. Normalmente, se entende que o conflito direto, a agressão direta, o assassinato, são estratégias mais arriscadas de ação por parte dos que estão, nas relações de poder, em situação desprivilegiada. Dos poucos registros que temos sobre agressões diretas de escravizados aos seus senhores no Aracati, um nos chama bastante atenção a partir do registro de memória do Vereador Manoel Esteves D’Almeida, datada de 27 de julho de 1782.

Nela, somos apresentados ao breve fragmento de história de Francisco, um nome que encontramos bastante em nossos registros. Entretanto, esse Francisco tem um desfecho particular e afirma formas outras de agir frente às relações de força. Um ponto inicial de destaque, é ele ser um trabalhador escravizado numa oficina de charque, no corte das mantas, preparo, entre outras atividades, podendo denotar uma qualificação, especialidade, deste.

Um excelente exercício de imaginação histórica, feito por Leonardo Cândido Rolim, nos ajuda a dar mais cores ao cotidiano deste e de outros trabalhadores nas charqueadas:

Imaginarei nesse parágrafo, baseado na bibliografia e em documentos, como seria o processo de feitura das carnes secas dentro das oficinas. Primeiro o gado era abatido e cortado em dois tipos de manta: “de posta e de tassalho”, sendo que após a salga das mantas as carnes secavam ao vento e ao sol para sua melhor conservação, por fim as mantas eram amarradas com couro. Ou seja, era necessária mão-de-obra para levantar as oficinas, matar o gado, transportar o sal até a oficina, salgar as carnes, cortar madeira para espichar o couro, vigiar as carnes enquanto secavam para não passarem do ponto certo, espichar o couro para amarrar as mantas e também ser vendido, entre outras atividades. O que já podemos concluir é que alguns desses trabalhadores participavam de momentos da produção que podemos definir como cruciais e específicos, como o corte, a salga e a secagem. Essas são atividades que demandam mão-de-obra “especializada”, pela importância que elas têm no processo de feitura das carnes secas. Portanto, esses trabalhadores poderiam ser escravos (negros ou até mesmo índios que foram feitos cativos nas lutas pela terra) já que a técnica do preparo de carnes secas era praticamente a mesa e utilizada ano após ano. E os outros trabalhadores, com atividades menos especializadas, seriam homens livres pobres, até

mesmo uma mão-de-obra sazonal vinda do interior da Capitania – ou ainda da Capitania do Rio Grande ou Piauí – junto com os bois, para sobreviver no Aracati.<sup>229</sup>

Francisco, como dito, era cativo do Capitão-mor João Pinto Martins um dos quatro irmãos portugueses, da região de Meixomil. Seu irmão, José Pinto Martins viria a ser conhecido, no Rio Grande do Sul, como o sujeito que levava as charqueadas para a região de Pelotas. Como aponta Antônio Otaviano Vieira:

Ao longo do final do século XVIII e no avançar do XIX, o Rio Grande do Sul conheceu um significativo crescimento econômico, baseado na produção do charque. Dentre os maiores proprietários e fundadores das oficinas da região, encontrava-se José Pinto Martins, um dos quatro irmãos que partiu de Meixomil, no norte de Portugal, e ancorou em Recife. Embora tenha nascido pobre e no outro lado do Atlântico, José fez fortuna entre Recife, Aracati (no Ceará) e Pelotas. Nessa última vila, veio a falecer, não sem deixar uma invejável fortuna e uma intrigante trajetória de vida [...] Embora o sul do Brasil já produzisse carne salgada desde o século XVII, José Pinto Martins é considerado pela historiografia gaúcha como um dos fundadores das charqueadas na região. Seu suposto pioneirismo está atrelado ao grande volume de charque produzido em sua oficina<sup>230</sup>.

Segundo Almir Leal de Oliveira:

Os registros da entrada dos barcos no porto da vila de Santa Cruz do Aracati entre 1767 e 1776 são excepcionais para conhecermos as estratégias de capitalização e investimentos dos charqueadores, notadamente para João Pinto Martins e João Coelho Bastos. Através dos registros podemos acompanhar a trajetória produtiva e comercial daqueles que foram os maiores charqueadores do período em questão. João Pinto Martins, Bernardo Pinto Martins e José Pinto Martins, portugueses do Porto, foram considerados charqueadores por Nobre e Girão, por vezes considerados os introdutores da técnica da salga das carnes no Ceará no início do século XVIII. Desde o início do século XX, José Pinto Martins aparece como um biografado ilustre no Rio Grande do Sul, por ter levado as oficinas de charque para esta região em 1780, após a seca de 1777-79 no Ceará. Entretanto as fontes do período anterior a 1777 não nos autorizam a falar sobre as suas estratégias de acumulação no Aracati. A maior parte das fontes documentais falam de João Pinto Martins<sup>231</sup>

Sobre os irmãos Bernardo e João Pinto Martins, Almir Leal aponta que

Em 1765, João Pinto Martins recebeu do Capitão-Mor da capitania a patente de Capitão de Ordenanças dos Homens Forasteiros na vila de Santa Cruz do Aracati. Sabemos, através de Nobre, que em 1775 aforou quatro braças de terras no Senado da Câmara, nas quais possuía duas casas de morada na rua de Santo Antônio, a parte mais importante da vila, onde se localizavam as lojas de fazendas. Através de documentos da década de 1780 sabemos que seu irmão Bernardo possuía oficina de charque (marcada, ou melhor, 116 dizendo acordada pela Câmara em 1780) e que também possuía casas de morada (2 sobrados) na rua de Santo Antônio (1781). Não encontramos outras referências documentais sobre os Pinto Martins até o ano de 1795, ano da Mimória de Manuel Esteves, quando este relata o assassinato de Bernardo por

<sup>229</sup>ROLIM, L. C. O trabalho nas oficinas de carnes secas da Vila de Santa Cruz do Aracati: trabalhadores livres e escravos (1710-1799). *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 10, n. 25, 5 set. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/377>

<sup>230</sup>VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 187-214, dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18931>

<sup>231</sup>OLIVEIRA, Almir Leal de. Op. Cit., p. 116.

um de seus escravos em 1787. Neste ano os irmãos, charqueadores, eram também comerciantes de fazendas.<sup>232</sup>

O plantel de escravizados de João Pinto Martins, era bastante acentuada, segundo as memórias do Vereador:

Entre os commerciantes desta Villa, que para ella commerciavam, tanto com a fabrica de carnes seccas, se enumeravam o Capitão-mór João Pinto Martins e seu irmão Bernardo into Martins, os quaes para a fabrica das carnes tinham bastante escravatura, entre ella um preto de nome Francisco.<sup>233</sup>

Nos registros de óbito do Aracati foi possível localizar outros 4 registros de escravizados pertencentes aos irmãos Pinto Martins. Do Capitão mor João Pinto Martins tivemos conhecimento de Simão e Maria, que morreram, respectivamente, com 50 e 25 anos, o primeiro em 1780 e a segunda em 1787. Do Sargento Mor Bernardo Pinto Martins havia tanto o registro de uma menina, de nome Maria, que morreu aos 2 anos de idade em 1783 e sua mãe, ainda viva chamada Maria do gentil de Guiné; muito provavelmente também inseridos no trabalho nas oficinas.<sup>234</sup>

O caso icônico da morte de um dos mais importantes charqueadores e fazendeiros do Aracati no período, para além de um homem de posses, também um homem de patente de Sargento Mor. Fato este que, de certo, estremeceu as noções de segurança e poder que os senhores tinham em relação aos seus cativos, ao ponto de ser marcado de forma tão central neste registro de memória. O assassinato que será narrado a seguir simboliza além do conflito de um escravizado com seu senhor.

Nesse sentido, as ações de Francisco são narradas como lembranças de um “frenesi”. Segundo o vereador Manoel Esteves “em uma noite em que tivera ciúmes de sua mulher, fizera a maior destruição, obrando um caso muito horroroso”<sup>235</sup>, também escravizada do mesmo senhor, a matou com duas facadas. O Sargento Mor Bernardo Pinto, irmão do Capitão João Pinto Martins, fora descobrir do que se tratavam os gritos. Chegando lá, “o dito negro {lhe} cravou a faca, de que passados alguns dias morreu”.

<sup>232</sup>Idem. p. 117.

<sup>233</sup>D’ALMEIDA, Manoel Esteves. “Registro de memória dos principaes estabelecimentos”. Factos, e casos raros accoetecidos nesta Villa da Santa Cruz do Aracati. 27 de julho de 1782. P. 81. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1887indice.html>. Acesso em: 06 jul. 2019.

<sup>234</sup>Livros 12 e 13 dos registros de óbito do Aracati. Registros: 07.08.1780; 09.07.1787 e 24.09.1783. Disponível na Arquidiocese de Limoeiro do Norte.

<sup>235</sup>D’ALMEIDA, Manoel Esteves. “**Registro de memória dos principaes estabelecimentos**”. Factos, e casos raros accoetecidos nesta Villa da Santa Cruz do Aracati. 27 de julho de 1782. p. 81. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAnoHTML/1887indice.html>. Acesso em: 06 jul. 2019.

Em fuga do local, Francisco ainda encontrara com o sobrinho de Bernardo, no qual também aplicou um golpe com sua faca. Em seguida, também ali próximo, matara uma índia pequena. O desfecho desse episódio termina de forma ainda mais dramática, pois além da própria morte de uma pessoa importante da camada senhorial, ficaria gravado com bastante força na memória do Vereador, o dito escravizado:

[...] cercado de bastantes homens; como desesperado, meteu a faca em seu próprio corpo, de sorte que lhe fez um horroroso talho em cima do umbigo que logo saltaram os intestinos fora, e não satisfeito com este mal passara a faca a guela, cortando-a; de quem morrera no anno de 1787<sup>236</sup>

O caso em si já chama bastante atenção pela riqueza de detalhes possíveis de serem apreendidos indiretamente a partir dos indícios narrativos da memória. Primeiramente, temos uma certa noção sobre a disposição dos aposentos da trama. Francisco junto à sua mulher, Maria, viviam bem próximos a casa de Bernardo. Na casa deste senhor, encontrava-se uma índia pequena que, de certo, era uma escravizada sua

#### ***4.1.1 A experiência de Francisco: micro acúmulos e a violência “irracional”***

Para a camada senhorial, as ações dos marginalizados são postas sempre como um desvio da norma. O que cabe a nós, aqui, é refletir sobre como esses atos de agressão, não são apenas surtos ou então frenesis descontextualizados. As tensões entre senhores e escravizados amontoam, cotidianamente, situações de espoliações, de violências, enfim, de convivência. Pensar a partir desses elementos pode somar na interpretação do ocorrido e trazer algumas possibilidades, para refletirmos sobre como essa relação próxima, nas charqueadas, entre senhores e escravizados, era também elemento de intensificação da acumulação de tensões.

Vejam da seguinte forma, a escravidão espolia, verticalmente, os sujeitos em duas dimensões: material e simbólica. Do ponto de vista material, a produção do trabalho dos sujeitos é tida como propriedade de outrem e esse se vê, por diversas vezes, em uma situação de pobreza, apesar das possibilidades de acumulação de pecúlio<sup>237</sup>. Do ponto de vista simbólico, os conjuntos de valores, de normas e de posturas esperadas dos sujeitos em uma sociedade escravagista, também implicam uma vontade de dominação e afirmação da ideologia senhorial que deseja do escravizado uma postura submissa e obediente<sup>238</sup>.

<sup>236</sup>Idem. p. 81.

<sup>237</sup>Para aprofundar sobre a discussão de trajetórias de sujeitos escravizados, que acumularam pecúlio e conseguiram um certo patamar de riqueza. ver. SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **Minha riqueza é fruto do meu trabalho: negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822)**. 2015. 223f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2015.

<sup>238</sup>Vainfas analisa os discursos dos intelectuais do período colonial, que elaboravam noções sobre as formas ideais de que os senhores se portarem em relação às seus escravizados e como estes deveriam ser submissos. Para mais

Veremos, ao longo do presente estudo, outros casos de conflitos entre senhores e escravizados e essas diversas tentativas de espoliação simbólica e material e, em uma realidade adversa, como os sujeitos centrais de nossa análise lidavam com essa situação. E isso vem com o intuito de apontar uma questão: a negociação é a chave de menor risco das ações, mas ao mesmo tempo o desejo de se vingar e dar o troco naquele que lhe domina, é presente nas relações cotidianas.

Podemos entender, a partir das reflexões propostas por James Scott, que há dois tipos de comportamentos em relação ao poder, por parte dos sujeitos marginalizados: o primeiro, é aquela expressão subordinada, frente às figuras de autoridade, que seria um discurso público, que é aquele que dissimula a coreografia social esperada das figuras de poder. O segundo, é o qual se faz nos bastidores, pois está fora do campo de observação do dominador. Entretanto, há momentos em que esse discurso de rebeldia e não aceitação da dominação vem à tona, e revela as reais percepções dos dominados quanto aos dominadores. Nesse sentido, percebemos que a vingança dos oprimidos, é uma das formas mais radicais de expressar as contradições entre a postura submissa esperada e o real sentimento frente à dominação.<sup>239</sup>

Francisco é um sujeito que, ao que tudo indica, por conta de seu senhor ser um notório possuidor de oficinas de charqueada, tinha como este seu ofício, denotando uma qualificação do mesmo. Do ponto de vista do cotidiano do trabalho, a produção das carnes secas implica já uma relação de grande violência, pela própria relação entre seres humanos e animais. Pensemos nas diversas reses que chegavam ao Aracati com uma certa regularidade. O seguinte trecho, de uma audiência geral, ajuda a dar mais cores, sons e odores à essa realidade cotidiana de uma economia marcada pela charqueada:

“também per si fazendo outro gravíssimo prejuízo ao povo pellas muitas immundicies que gerão e fétidos que cauzão de que notoriamente rezultão muitas doensas que todos os annos faz perecer muitos indivíduos; e poruqe este mal pestilento se deve evitar sem demora por ter por objeto a Saude publica”<sup>240</sup>

O trabalho de abater esses animais que chegavam, abri-los em mantas e botar as carnes para secar, é um trabalho que parece ser extremamente desconfortável. O cheiro, é comentado, como visto no Auto de Audiência citado acima, como algo que atraia diversas moscas e que causava um mal cheiro insuportável. Imaginemos, então, como era o cotidiano de um

---

sobre essa discussão, ver. VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão**. Os Letrados e a Sociedade escravista no Brasil Colonial. Editora Vozes, 1986

<sup>239</sup>SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos**. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

<sup>240</sup>Livro de Provimentos em Audiências Gerais na Vila de Santa Cruz do Aracati, aberto em 26 de novembro de 1758 – fls. 74 a 75v. Disponível. In: NOBRE, G. S., Op. Cit., p. 80-82.

trabalhador que lidava com a produção desse gênero alimentício. Esse poderia ser um dos acúmulos de tensão entre Francisco e seu senhor.

Pensemos também sobre a proximidade das casas. Ao que indica o documento, as moradas de seu senhor e sua, eram suficientemente próximas para que pudessem escutar facilmente os gritos de sua companheira e viessem atrás de descobrir o que estava acontecendo. Além disso, Francisco, ao que podemos apreender da espacialidade de trama, rapidamente entra na casa e sobe as escadas deferindo golpes de faca em seu senhor e matando a pequena índia que ali se encontrava. Ele poderia ter fugido após o ocorrido, mas foi em direção à casa, seja por, no momento de adrenalina, desejar, também, dar fim àquele que lhe espoliava de diversas formas, ou então para calar aqueles que estariam testemunhando o acontecido. Ao investigar os registros de óbito, conseguimos descobrir que o ocorrido foi no dia nove de julho de 1787. A índia, indicada como pequena, se chamava Josefa e tinha quinze anos e era indicada como “índia da casa do Capitão mor João Pinto”, a partir dos registros é possível perceber uma certa frequência de índios atribuídos como criados nas casas de senhores. A esposa de Francisco, se chamava Maria e no registro indica “cazada com o preto Francisco culpado de matar com facada e se matar”. Ambas faleceram sem sacramentos, o que era comum em alguns casos como: “morrer de repente”, “não procurarem a tempo”, afogamentos e morrer queimado. Entretanto, o Capitão Bernardo Pinto Martins, que era natural da cidade do Porto, morreu sem o sacramento da unção, mas recebeu os da penitencia e eucaristia e foi envolto em um hábito mais especial, o de São Francisco. Apesar da morte violenta, o único caso em que o sujeito ainda recebe algum dos sacramentos<sup>241</sup>. O que nos demonstra as hierarquias do morrer, que serão melhor trabalhadas em um tópico posterior.

O fato citado pelo Vereador, em sua memória, como causador dessa tensão, é por motivos de ciúmes que Francisco viera a sentir de sua companheira. A primeira pergunta que fica, é: ciúmes causados por quem? Se tomarmos, obviamente, este enunciado enquanto indício, é verossímil pensar que a companheira dele pudesse vir a ser abusada sexualmente pelo seu senhor ou até mesmo a ter um caso com ele. Levando em conta as relações de poder implicadas entre senhores e escravizados, trabalheemos, pois, na hipótese de abusos.

Dessa forma, é possível pensar que Francisco tenha flagrado ou desconfiado de um envolvimento de sua companheira com seu senhor. Isso nos ajudaria a entender o porquê de ele ter ido, também, esfaquear aquele que viria a ser um rival que já acumularia, em uma trajetória, diversos micro tensões. Na perspectiva do Vereador, Francisco estava em um frenesi

---

<sup>241</sup>Livro 13 dos óbitos do Aracati, registros de 9 à 12 de julho de 1787. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

incompreensível. Entretanto, esse cotidiano violento, marcado por diversas violências simbólicas e materiais, pode nos ajudar a problematizar essa visão e dar um pouco mais de cor às possibilidades que se somaram na ocasião desse assassinato. E pensar, nesse sentido, que a relação entre os sujeitos marginalizados não é, necessariamente, de harmonia e solidariedade, mas também marcado por diversos conflitos que impunha lugares de poder, “horizontalmente” e verticalmente.

#### **4.1.2 Escravizada Izabel**

Ainda na perspectiva de explorar mais os fragmentos que permeiam as relações entre escravizados e os que lhe exploram, um caso chama bastante atenção por se passar em uma oficina de carnes. Em 1777, um outro caso de conflito chegou às autoridades locais. Em mais um dia de trabalho, na oficina de carnes secas de Salvador Souza Braga, estava alugada Izabel, uma escravizada. Seu feitor, Antônio Joze, ao acusa-la de não querer completar seu serviço “lhe havia dado com um chicote e ferido no rosto com um ferrão que tinha em uma vara de pau”. Até aí o caso ainda é tratado como em situação de direito ao lado do feitor, ao afirmar-se que “deste com causa justa pela negra faltar ao serviço lhe dera uma chicotada e a negra se avançara ao tal feitor com uma faca que tinha na mão”.<sup>242</sup>

O conflito resultara em “a tal preta tinha sobre a sobrancelha no canto de lá da parte esquerda uma ferida com esta mais cortada que fora feita com instrumento perfurante e que sobre o olho tinha um vergão feito com chicote com qual chicotada esfolara um bocado da cabeça da parte esquerda”. A partir do momento em que se aponta que Izabel havia sido fortemente ferida, a questão deixa de ter uma legitimidade por parte do feitor, que havia, nesse sentido, ferido o que era tratado judicialmente como propriedade de um senhor.

Até aí, podemos compreender que existia, ao menos dentro do senso comum, um senso de legitimidade de violência nos casos de dita “procrastinação” do serviço ou então de ele está sendo negligenciado. Mas como que os escravizados lidavam com esse tipo de violência? Normalmente o que se percebe pela narrativa, é que os golpes de chicote faziam parte da rotina,

---

<sup>242</sup>Devassa que procede o juiz ordinário, o capitão-mor Jozé Rodrigues Pinto, do ferimento feito de noite na preta Izabel de Francisco Rodrigues Soares pelo Feitor da oficina Souza Braga – Antônio José. Escrivão: José de Castro e Silva. Ano: 1777. Item documental que era pertencente ao Cartório Costa Lima (CCL) da cidade do Aracati. Transcrição disponível *In*: ROLIM, Leonardo Candido. “Metade dos habitantes desta comarca são vadios sem ofício, ou vagabundos por natureza”: Violência, roubo de gado e justiça nos sertões da Capitania do Ceará (Século XVIII). *In*: História do Banditismo no Brasil. Novos Espaços, novas abordagens. Organizadores: Francisco Linhares Fonteles Neto, Marcos Luiz Bretas, Mariana F. da. C. Thompson Flores – Santa Maria: Ed. UFSM, 2019. 312p.

mas que Izabel não tolerou mais. Com a reação, houve a intensificação da violência com o uso do objeto de ferro para feri-la, o que acabou esfolando parte do rosto de Izabel. Esses acúmulos de conflitos são os que acabam levando às tramas de assassinato que temos acesso. Nesse sentido, apesar de não ter conseguido, Izabel havia decidido que revidaria, segundo o documento: “levantara ao feitor com uma faca a querer dar lhe com ela e que tendo o dito feitor uma vara de ferrão na mão pondo-lhe a diante a negra não reparara e se espetara no ferrão de que resultou a ferida sobre o olho”<sup>243</sup>.

Aqui entra um ponto interessante, pois o feitor, a partir do momento que fere com maior intensidade Izabel, precisa elaborar uma narrativa de que fora acidente. Afirmando que ao ser ameaçado com uma faca levantara a vara de ferro, aponta que o ferimento decorreu de um acidente de ela não ver e se auto espetar no ferrão. Até por conta que, aqui, é perceptível pelos discursos que as relações de normatividade põem um limite do tolerável em relação ao dano que pode ser infligido a um escravizado. Mas esse é o limite moral da ideologia senhorial e das noções de um escravizado enquanto propriedade.

Tanto Francisco, no caso anterior, como Izabel, enfrentavam, diariamente, um cotidiano de violências, em suas particularidades, acumuladas ao longo de relações hierarquizadas de espoliações materiais e simbólicas<sup>244</sup>. No caso de Izabel, fica claro como é relativa a percepção do que é “tolerável” nessa relação de poder. Entretanto, Francisco acabou concretizando a vazão de toda a angústia acumulada ao longo do tempo contra seu senhor e sua situação de vida.

Ronaldo Vainfas, em “Ideologia e escravidão”<sup>245</sup>, aponta como os letrados do período colonial elaboraram as noções de “punição justa”. Apesar de não termos acesso às palavras dos escravizados, suas ações vem como testemunha de como lidavam com essa realidade. A própria noção de “tolerável” cai por terra, pois esse grupo de sujeitos agrupados como “escravos”, por seus senhores, lidam com essas situações a partir de subjetividades heterogêneas. Claro que a dimensão estrutural impõe relações de força determinadas. Entretanto, esses sujeitos estão, cotidianamente, lidando com uma diversidade de contingências e em estados emocionais que também oscilam. Quando o sujeito marginalizado age a partir de um lugar de submissão em determinada situação, não é necessariamente por ela ser “tolerável”, muitas vezes é o medo de uma punição ainda mais severa, já que está em jogo, também, o agravamento das espoliações cotidianas a partir dessa reação.

---

<sup>243</sup>Idem.

<sup>244</sup>SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos**. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

<sup>245</sup>VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

A partir dos registros encontrados sobre Izabel e Francisco, é possível compreender parte das dinâmicas em torno das oficinas de carnes. Elas tinham uma proximidade com as casas de seus senhores, o que intensificava certas relações de conflito e de vigilância, mas também expunham os senhores, mais facilmente, às ações dos sujeitos escravizados. Havia uma dinâmica de aluguel entre as oficinas, provavelmente de senhores mais abastados que intensificavam o contingente de trabalhadores em momentos de intensificação na produção e, possivelmente, garantindo a senhores um tanto menos abastados, que tinham plantéis menores, a possibilidade de ganho na locação por período.

Os indícios apontam um cotidiano de violência, de formação de vínculos afetivos entre esses trabalhadores pobres e de acúmulos de tensões entre a classe senhorial e de fatores para com os sujeitos escravizados. A produção das carnes secas, nesse sentido, se insere nas dinâmicas coloniais das relações acirradas entre as diversas classes, o que nos aponta a importância de buscar compreender as particularidades que os sertões tiveram nesse contexto do século XVIII. Homens e mulheres marginalizados forjaram experiências e aprendizados, a partir de dinâmicas específicas dos sertões, que revelam similaridades e especificidades em relação a outras localidades.

#### ***4.1.3 Sociabilidades, Jogos e Conflitos***

Nesse tópico, temos como objetivo investigar e levantar questões sobre os mecanismos, táticas, negociações e possibilidades que os trabalhadores pobres livres e escravizados estão a disputar ininterruptamente nas dinâmicas cotidianas em uma busca por espaços, mesmo que mínimos, de alguma autonomia. Acompanharemos aqui os fragmentos de trajetória de Romana, escrava do capitão Joze Ribeiro Freire; de Manoel, escravo de Ignacio Dos Santos de Magalhães; e dos demais contatos que esses sujeitos articularam em busca da construção de espaços de sociabilidade, trocas e aprendizados.

No dia quatorze de fevereiro de 1780, na vila do Aracati, o “crioulo Manoel” foi acusado pelo “Capitão Joze Ribeiro Freire homem branco casado”, por conta de “furto e descaminho de hua sua escrava”. Duas noites anteriores ao processo de apuração da acusação, diversos moradores ouviram gritos nas proximidades do rio. Segundo o depoimento de “Manoel de Santo Antonio homem branco casado, morador nesta vila que vive de pescador de idade que deve ser de trinta anos”:

“presenciara no dia anteontem pellas sete horas da noite mais ou menos estando ele testemunha em sua casa por detrás da rua do pelourinho junto a beira do rio ouvira vários gritos no mesmo rio e acodindo juntamente com hum seu cunhado Manoel Pereira acharam em huma ilha que faz o mesmo rio no lugar da passagem a dita preta

Romana escrava do querelante e o querelado o preto Manoel e outro negro que ele testemunha julga também ter acudido aos gritos e estava a dita negra escrava do queixoso gritando a vós el Rei contra o dito querelado que ele havia dado muitas pancadas”<sup>246</sup>

Segundo esse depoimento, o acontecimento não apresentou necessidade de ser reportado às autoridades por dizer achar “que erã questões de negros”, no caso, os escravizados Manoel e Romana, e também por só conhecer o querelado de vista, deixou isso de lado e voltou para sua casa para dormir. Esse mesmo sentimento de achar que eram questões que não lhe cabiam não foi o mesmo sob outros olhares. A costureira solteira Maria Joze do Nascimento, que tinha por volta de seus 46 anos apontava horrorizada sobre a cena mencionando que os gritos da dita escravizada:

“gritando a dita preta muito tempo a voz de ele Rey que lhe acudissem que o matavão com pancadas e acodio aquela vizinhança e também ela testemunha e conduidos da miserável preta se botarão ao rio para atirarem das mãos do dito preto que em hua coroa do rio lhe estava dando com hum pau de que a deixou maltratada e foi dali para a casa de seo senhor queixando-se que lhe tenha cortado sua mão”<sup>247</sup>

Os olhares das testemunhas se chocam e trazem algumas versões sobre os acontecimentos. Mas no geral todos apontavam que a agressão de fato tinha acontecido. A primeira questão que refletimos é se o problema foi, como apontado no sumário de querela, o fato de Manoel ter desencaminhado e agredido a dita escravizada. Pensemos sobre as dinâmicas de situação quanto à justiça civil e criminal para com os escravizados. Do ponto de vista civil, ambos eram apenas propriedades que tinham preço, valorização, serviam de entesouramento e como herança. Entretanto, do ponto de vista judicial eram amplamente tidos como sujeitos. O fato é que não era o direito de defesa do corpo da escravizada que estava sendo evocado, o grande problema era o desencaminhamento. O que isso significava, então? Que a agressão em si era problemática por ser feita por um outro escravo, no caso, Manoel.

O que estamos buscando aqui é compreender as ações tanto de Manoel quanto da Romana tendo em vista as especificidades de suas condições. Enquanto mulher, Romana lidava com outras dinâmicas de dominação e que implicava dimensões particulares de escolhas e táticas em relação ao Manoel.

Nesse sentido investigamos a experiência de Romana e Manoel como relações desiguais. E mesmo lidando com a dimensão da opressão masculina por parte do escravizado e do seu senhor, Romana buscava nas experiências de escrava mulher, espaços em que pudesse

---

<sup>246</sup>Livro N°13 Autos de Querela. 14 de fevereiro de 1780. APEC.

<sup>247</sup>Idem.

ter algum conforto e autonomia negociando com a realidade violenta que a cercava e testando o tolerável das violências que sofria.

Isso fica mais claro quando vemos o testemunho de Manoel Pereira, homem branco, que vive de seus negócios tendo por volta dos trinta e dois anos:

he publico que tem dado por muitas vezes varias pancadas de sorte que o queixoso por mais deligencia que tenha feito e castigado a mesma escrava para que com o querelado não tenha trato algum este fora afaz<sup>248</sup>

Segundo ele é de saber público que o querelante, que é proprietário da escravizada que se chama Romana, havia lhe dado diversos castigos e pancadas para que esta não se envolvesse com o Manoel. Nesse sentido, havia uma disputa pela Romana por parte do Escravizado Manoel e do senhor dela, capitão Joze Ribeiro Freire. Essa tensão entre eles revela que o contato dos dois escravizados já tinha certa data e que ela, de certo, vez ou outra ia ao encontro dele. O curioso aqui é que apesar de tudo o que se apresenta segundo a fala das testemunhas é que em certa medida estar ou não próxima ao Manoel era uma escolha da Romana. Apanhar era algo que ela também sofria em casa. Entretanto, quais as perspectivas de ações de autonomia que podemos perceber nesses dois sujeitos escravizados?

Primeiramente, pelo fato de o Manoel levar a culpa por desencaminha-la, ela estava livre de qualquer querela por parte das autoridades, até por não ser interesse de seu senhor vê-la presa e desviada de suas funções. O escravizado Manoel já tinha um aprendizado sobre as dinâmicas de controle e, de alguma forma, acabava por desafiar a autoridade dominante e, segundo os testemunhos “anda fora da obediência de seo senhor que he hum homem velho que não pode com ele ainda que o tenha feito prender varias vezes na cadea”<sup>249</sup>.

Mas ainda temos alguns elementos que não foram revelados dessa história. Serão essas as bases pelas quais caminharemos na investigação de quais eram as perspectivas de autonomia que esses sujeitos estavam disputando em seus devidos espaços de poder e possibilidades de ações. Tendo-se em vista que a situação dominação verticalizada é apenas uma das possibilidades dos jogos de poder, já que as relações de gênero implicam outras complicações de domínio nisso que aparentemente está nas relações horizontalizadas por ambos estarem nas condições de escravizados. O que trataremos aqui, pois, será de como esses sujeitos que estão em posições similares, do ponto de vista civil, articulam suas experiências e observação em relação aos diversos poderes, de forma desigual entre si.

---

<sup>248</sup>Livro N°13 Autos de Querela. 14 de fevereiro de 1780. APEC.

<sup>249</sup>Idem.

Avançaremos, agora, pelos diversos outros vestígios que temos sobre a experiência desses dois sujeitos e de como eles agiram de formas, por vezes conflitantes e por outras convergentes, em ocasiões anteriores ao caso da agressão narrada pelas outras testemunhas.

Dias anteriores a esse caso, Manoel e Romana estavam em outra situação. Segundo o depoente “Alferes Manoel da Silva Carneiro Homem branco solteiro, morador nesta vila que vive de seus gados de idade que desse ser de quarenta e oito anos”, eles estavam em uma casa na qual “ali tem tido a dita preta por varias ocazeoens recluza muitos dias usando della illicitamente maltratandoa depancadas, fazendoa faltar ao serviso de seo senhor”<sup>250</sup>. Segundo as outras testemunhas o único momento relatado de agressão teria sido no rio. Entretanto, o objetivo desse debate não é confirmar se ela apanhou uma vez ou várias vezes. O objeto é inquirir sobre os possíveis porquês de ela não fugir do Manoel. Como vimos anteriormente, as testemunhas apontaram que o senhor da Romana havia lhe dado diversos castigos para que ela não andasse com Manoel, isso nos revela que em grande parte estar com ele era uma escolha dela revelando que ali havia alguma possibilidade de melhor condição mesmo que ainda sob a perspectiva da agressão que poderia vir a sofrer dele assim como sofria de seu senhor.

Mas o que acontecia nessa casa? De quem era essa casa? A resposta que nos surpreende é: ela era alugada por Manoel. O questionamento que pode vir de imediato é: mas como um sujeito escravizado conseguia alugar uma casa? Bom, isso tem a ver com o que se fazia nessa casa. Segundo o testemunho do Alferes Manoel da Silva Carneiro seria “caza aonde continuamente há insultos, jogos, e inquietasois,”<sup>251</sup>. Da perspectiva dele de um homem branco, vivendo de seus gados que era o negócio mais lucrativo do Aracati naquele momento, de fato o que chama a atenção eram mais os insultos e inquietações que os jogos em si.

Entretanto, para nós, os jogos revelam uma série de possibilidades analíticas sobre as dimensões das experiências desses escravizados possibilitando refletir sobre os diversos usos que esses sujeitos fazem das oportunidades e dos aprendizados sobre a estrutura de dominação. Manoel alugava a casa, isso significa que ele tinha algum ganho para arcar com as despesas. Segundo os testemunhos afirma-se sobre o Manoel que “sendo certo que este negro sefaz intolerável por ser hum vadio sem ocupação [...] metido a valente fazendo dezatensoens a homens brancos”. Uma das possibilidades é que ele tirava alguns ganhos dos próprios jogos que envolviam apostas com “outros negros captivos e forros” e, por certo, pobres livres. Nesse sentido era possível enquanto escravo empreender alguma forma de renda por fora das teias de domínio escravocrata.

---

<sup>250</sup> Livro N°13 Autos de Querela. 14 de fevereiro de 1780. APEC.

<sup>251</sup> Idem.

Manoel se desviava tanto do controle em diversos momentos que no testemunho de “Manoel Pereira de Oliveira homem branco casado, morador nesta vila que vive de seu negócio de idade que deve ser de trinta e dois anos” disse que: “por ser o mesmo querelado um vadio sem ofício nem faz caso de seu senhor tanto assim que ele testemunha o teve algum tempo por forro”. Na perspectiva de algumas das testemunhas Manoel gozava de algumas práticas que o faziam parecer não ter senhor ou então ser um forro. Nesse caso, não é de se estranhar que Manoel, em sua astúcia, pudesse se passar por forro como forma de se esquivar das ações punitivas afirmando, nesse sentido, uma negação da ordem local.

Ou seja, havia algum entendimento comum do que seria possibilidades de ação de escravizados, de forros e de livres. Havia no entendimento popular um aspecto de diferenciação nos hábitos que segundo o que percebiam em Manoel chegava a parecer que era um sujeito alforriado por não prestar obediência a algum senhor.<sup>252</sup> Por conta disso, fica claro como as ações de Manoel geravam um grande estranhamento. Isso pode ser entendido, nas sensibilidades daquelas pessoas, como o momento em que o desafio aos signos de poder da elite local é de tal forma potente, que se torna quase impensável que aquele sujeito seja um escravizado, sobrando apenas pensa-lo enquanto alguém que é liberto. As formas de percebê-lo, nesse sentido, tentam rearticular o sentido da situação real aos valores estruturais. Manoel, de alguma forma, acumulou em sua experiência de vida certos aprendizados testando os limites. E avançou de tal forma, a ponto de conseguir incorporar em suas ações a coragem de desafiar e não obedecer a algum senhor.

Voltando à casa de jogos, esse era um espaço que causava, invariavelmente, muito incômodo aos moradores que se apresentaram como testemunha. Afinal, um lugar onde negros cativos, libertos e pobres livres poderiam se divertir conjuntamente gozando de certa autonomia realmente vinha a ser uma expressão de desafio, aos valores e organização das relações, às autoridades locais.

As diversas testemunhas veem a casa como um problema, mas falam dela de pontos de vista sociais distintos. O Alferes Manoel aponta que ali teria “ajuntamento de negros e de outra gente plebeia”. Considerando o ponto social de destaque que tinha por ser Alferes, para ele a desclassificação de “gente plebeia” servia a todos aqueles pobres livres, libertos e cativos. Já no testemunho da costureira solteira Maria Joze: “mora na qual casa faz o continuo ajuntamento de outros negros e gente vadia e perdida que jogão e fazem barulhos”. Nesse caso a desclassificação que fazia dos sujeitos não se dava por serem “gente plebeia” já que ela, por ser

---

<sup>252</sup>Livro Nº13 Autos de Querela. 14 de fevereiro de 1780. APEC.

uma costureira, também era pobre. Nesse sentido o que sobra é uma outra desclassificação: “outros negros e gente vadia”. Vale ressaltar que, no testemunho de uma mulher solteira e que vive do próprio trabalho em uma realidade colonial, ela por si era uma pessoa fora da régua e, também, estava naquele momento de apuração como testemunha tendo sua dignidade testada a partir de suas afirmações.

Segundo o depoente Manoel Pereira: “vive de jogos e dizem quietar os outros negros cativos e forros para o dito jogo fazendo motins e alarido como ele testemunha tem presenciado”. Para ele o problema era que o escravizado Manoel tirava os outros negros cativos e forros de uma situação de calma, ou seja, o problema é a mobilização destes sujeitos por parte do querelado.

Os diversos olhares se incomodam com essa casa de jogos, apontam que é barulhenta, que escutam insultos, que tiram a ordem social ao juntar e desarmonizar “negros cativos”, “libertos”, “gente plebeia”, “vadios”. O que não pode deixar de ser uma questão é: se a casa causava tanto incomodo e desconfiança por parte dos moradores e das autoridades, por que então que ela não foi desarticulada sendo feita a proibição desses encontros? Uma hipótese que lançamos é a seguinte: com a presença da casa de jogos e uma congregação de diversos sujeitos pobres, as relações de poder sutilmente se invertiam, pois atacar a casa seria atacar diretamente o divertimento já consolidado e fora de controle por parte das forças dominantes. Imagine só o quanto de ira causaria tirar um lugar onde as pessoas sentiam a possibilidade de gozar de maior autonomia para expressar-se afetivamente, para divertir-se coletivamente e para tentar algum ganho que permitisse acumular algum pouco de bens? De fato, os limites da resistência dos dominados não são os únicos limites existentes, os dominantes também lidam com limites da dominação e testam frequentemente até onde podem ir sem que isso gere uma convulsão social que seria perigosa principalmente para os que querem manter o domínio<sup>253</sup>.

Voltando às questões das escolhas tanto do escravo Manoel quanto da escrava Romana, a casa de jogos que era lugar de morada e divertimento apresentava-se como uma possibilidade de evadir-se, mesmo que momentaneamente das forças dominantes. Para a Romana, a possibilidade de autonomia e uso desse espaço de certa liberdade era problemático, mas ainda assim mais tentador que estar sob a égide de seu senhor. Essa questão só entrou em maior tensão quando em um conflito ainda mais grave com Manoel ela acabou por sair mais ferida do que o tolerável para aquela situação. Já para Manoel, enquanto homem, as possibilidades de autonomia a partir da casa de jogos eram um tanto maiores, pois conseguia evadir-se do domínio

---

<sup>253</sup>SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: Discursos Ocultos. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

de seu senhor, tinha a possibilidade de manter um local de morada próprio e disputar um status de importância enquanto mediador de toda uma dinâmica de sociabilidade com diversos outros sujeitos no espaço colonial.

Avancemos, pois, em outro aspecto que aparece frequentemente se referindo ao Manoel e aos diversos outros sujeitos que naquela casa se congregavam: o discriminante de vadio.

Nesse contexto, vadio vem como uma desclassificação social<sup>254</sup>, por conta disso, é interessante perceber que não era inconcebível extrapolar um termo normalmente utilizado em relação aos pobres livres<sup>255</sup>, para os demais seguimentos de trabalhadores pobres daquela localidade. Percebe-se, nesse sentido, que poderia ser pensado como agravante para denunciar um sujeito escravizado, mesmo este já estando submetido, em chaves formais, ao trabalho compulsório.

Uma dimensão importante que o conhecimento sobre a espacialidade nos dá é que as habitações tanto dos mais ricos quanto dos trabalhadores pobres no Aracati do século XVIII se concentravam na zona em que estava a casa de Câmara e Cadeira e onde, no século XIX se construíram, ali, os primeiros sobrados, era exatamente o local onde se concentravam as propriedades aforadas de maior valor – ou seja, havia distância pequena entre as zonas de produção e as zonas de habitação<sup>256</sup>.

Quando cruzamos esses dados sobre a dimensão urbanística com algumas outras fontes, fica mais clara essa mescla. No “Auto de Audiência Geral” de 12 de fevereiro de 1781, os moradores reclamavam sobre o mal cheiro causado pelo abate dos bois assim como a grande quantidade de moscas e de doenças causadas por elas:

Foi mais representado pella câmera e uniformemente por todos os Respublicos que a mesma Camera sentia gravíssimo prejuízo, os moradores discomodo, e a vila notável deformidade [...] **as ditas oficinas estão também per sido fazendo outro gravíssimo prejuízo ao Povo pellas muitas immundicies que gerão e fétidos que cauzão de que notoriamente rezultão muitas doensas que todos os annos faz perecer muitos indivíduos;** e porque este mal pestilento se deve evitar sem demora por ter por objetivo a Saude publica, e os referidos chaons se devem aforar para se fazer a villa mais decente e populosa [...] <sup>257</sup>

Essa proximidade espacial nos faz pensar sobre duas questões: a) em relação a como esse espaço era marcado por mesclas entre trabalho e morada, misturando, também, seguimentos sociais; b) sobre as táticas de como estes conseguiam articular possibilidades de

<sup>254</sup>SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

<sup>255</sup>Sobre o uso do discriminante de vadio e as populações pobres livres. Ver. PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará:** 1680-1820. Fortaleza, 2008. Livro N°24 Autos de Querela p. 53v. 14 de fevereiro de 1780.

<sup>256</sup>JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Op. Cit., p. 373-394.

<sup>257</sup> Auto de Audiência Geral de 12 de fevereiro de 1781. Ver na página 56.

ação ofuscando e muitas vezes desafiando abertamente os olhares vigiados. O aspecto apontado do Manoel ser um “vadio sem ocupação” foi acionada pelo “descaminho” que havia feito da mulher escravizada, mas não é possível de se perceber que a visão é apontada como se não fosse algo novo. Então, em certa medida, era um ponto de negociação a não intromissão destes outros agentes entre a relação do proprietário do Manoel e ele. O fato de ele ser um “vadio” aparece no discurso do Alferes como um agravante, mas não como justificativa para se fazer punição.

Talvez por essa dimensão de constante negociação, que esses sujeitos dominantes apresentem os preconceitos com uma articulação de raiva, que nos parece destilada até mesmo pela pena do escravidão. O ódio, através do qual o Alferes manifesta seu desprezo pelo Manoel, manifesta também quão traumático é quando os símbolos e as estruturas de dominação vêm a ser desafiados publicamente.

Dessa forma, o fato dos sujeitos, naquela casa alugada, fazerem jogos e encontros, somado ao fato do escravizado Manuel ser um sujeito que desafiava o controle, concatenavam-se em um ponto de ar onde algum ato de cisão do que se entendia pela formação do tecido social baseado na hierarquia senhorial, poderia vir a acontecer.

As ações dos escravos Manoel, Romana e dos outros que com eles entendemos como trabalhadores pobres livres, escravizados e libertos; nos lançam a refletir sobre as relações entre estrutura e os eventos. De fato, há uma dimensão que estrutura as relações sob a égide da escravatura; entretanto, as ações dos indivíduos estão frequentemente testando os limites desse domínio – não necessariamente por ações de resistência ou de negociação, mas também pela própria existência e vontade de se relacionar humanamente. James Scott ajuda a compreender sobre a dimensão desses limites e nos faz refletir sobre as como as condições de conhecimento deste jogo de forças é resultado, em grande medida, de uma experiência prévia:

O que é mais relevante para a nossa análise, no entanto, é que o verdadeiro equilíbrio de forças nunca chega a ser conhecido com exactidão, e que as estimativas que procuram determinar qual poderá ser esse equilíbrio são em grande medida inferidas partir dos resultados de confrontos e averiguações prévias. Partindo naturalmente do princípio de que todos os envolvidos querem levar a melhor, é provável que o equilíbrio seja constatemente posto à prova.<sup>258</sup>

Os jogos, os afetos, as sociabilidades, as brigas; enfim, todas essas dimensões humanas geram tensões em escalas diferentes e com formas de serem postas na arena dos conflitos com intensidades distintas. Entretanto, isso nos faz refletir como a própria existência desses sujeitos já se insere em determinadas relações sociais estruturadas como conflituosas e que, mesmo na

---

<sup>258</sup>SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: Discursos Ocultos. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

aparente repetição de ações, estão pondo os fundamentos da base escravagista em constante possibilidade de mudança.

Nesse sentido, o processo movido contra o Manoel tem como principal motivação o fato de desafiar as noções de autoridade e propriedade. Entretanto, fica evidente que mesmo não sendo o foco da denúncia, o esquema de jogos e encontros desses seguimentos de trabalhadores, articulado por Manoel, causava um grande incômodo para todos os depoentes e, de certo, representava um bom diagnóstico sobre a percepção desses contatos por parte dos setores dominantes.

Os chamados ajuntamentos geram desconfortos para camada senhorial justamente por ser um espaço de congregação. Dentre as suas diversas manifestações, seja enquanto um espaço de jogos e divertimento, ou então como lugar de celebração de seus deuses e antepassados<sup>259</sup>; fica evidente de que essas situações promoviam situações de criação cultural, de estabelecimento de vínculos e de complexas relações étnicas.

Portanto, a partir da análise desse caso sobre a escravizada Romana e Manoel, o que podemos perceber é que os jogos de poderes são extremamente voláteis e que o campo de possibilidades está aberto para a disputa seja dos dominantes, seja dos dominados. Além disso, percebemos que não há uma suposta horizontalidade que torne as relações entre os debaixo harmônicos. Os conflitos estão permeados nas diversas variáveis em torno das escalas de poder. Por um lado, Manoel tinha certo espaço de autoridade sob a Romana e ela também tentava negociar com esses diversos domínios, seja do Manoel seja de seu senhor. Os sujeitos estão constantemente testando as possibilidades de sentir-se mais aptos a tomarem decisões e a ativarem suas possibilidades humanas de se relacionarem com outros.

#### ***4.1.4 O envenenamento de senhores: serviço doméstico e a agência escrava***

O percurso das fontes, como apontado em nossa introdução, nos levou a perceber que o objeto que inicialmente tínhamos focado no Aracati estava conectado de forma muito mais complexa com os sertões do Ceará. Dentre esses contatos, o Icó nos chamou a atenção por conta da trajetória de uma mulher escravizada chamada Rita. Pudemos ter contato, até então, com escravizados que buscaram seus espaços de liberdade no enfrentamento da classe senhorial a partir das sociabilidades e dos jogos, como no caso de Romana e Manoel; também tivemos contato com como os festejos, as secas e os deslocamentos poderiam ser utilizados como espaço

---

<sup>259</sup>Para mais sobre ajuntamentos ver: MOREIRA, Carlos Eduardo et al. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 123-153.

de solidariedade e de elaboração da fuga de seu senhor, como foi o caso de Francisco e André. Nesse último tópico problematizaremos algumas dimensões específicas ligadas ao trabalho doméstico e às táticas de enfrentamento indireto que buscam atingir uma resolução de conflito entre pessoas em posições de poder discrepantes, mas de forma mais escondida, subterrânea.

No decorrer desse capítulo acompanhamos as trajetórias de Manoel, de Francisco, de André, de Romana que nos permitiram analisar alguns aspectos das possibilidades de existência enquanto escravizados no espaço colonial. Essas pequenas fagulhas documentais das vidas desses sujeitos são os resquícios de experiências repletas de conflitos, agências, negociações, afetos, solidariedades etc. Dentre os espaços de trabalho e sociabilidade, um que nos chamava a curiosidade, é o da escravidão doméstica. Quais as possibilidades e tensões que se apresentavam quando se exercia um trabalho tão próximo a seus senhores? Muitas vezes fazendo a comida deles e estando envolto de dinâmicas particulares em relação ao trabalho na fazenda?

A partir das experiências da escravizada Rita refletiremos sobre algumas dessas dimensões do universo do trabalho doméstico na escravidão e das possibilidades de ação desses sujeitos. Começamos primeiro trazendo alguns elementos sobre o caso.

No dia treze de março 1816, na Villa do Icó, o primeiro escrivão da comarca Antonio Ignácio de Torres Bandeira registrava a denúncia de Paulo Martins da Silva contra uma mulher escravizada chamada Rita. As testemunhas, todas brancas, apontam um certo caso que nos chama bastante atenção: segundo eles a Rita “deitou a fruta xamada zabumba pizada no caldo a seo senhor”<sup>260</sup>. A partir desse tópico problematizamos as ações de resistência de Rita, pensando-as como forma de perceber um pouco das táticas dos sujeitos escravizados. Além disso analisaremos como, em sua situação específica de escrava doméstica, ela se utilizou das relações cotidianas, articulando alternativas, construídas a partir da percepção das oportunidades.

Para compreender mais sobre o espaço em que esse ato de conflito entre senhor e escravizada aconteceu, se faz de grande valia entender um pouco mais sobre o que era o trabalho doméstico e como isso situa dificuldades e potencialidades particulares de Rita em relação a outros fragmentos de trajetórias que tivemos acesso até então.

Segundo Maira Chinellato ao falar de como a ideologia dominante visualizava a mulher negra do trabalho doméstico afirma:

---

<sup>260</sup>SUMÁRIO DA QUERELA que dá nesse Juízo Paulo Martins da Silva branco casado negociante desta vila de sua escrava a mulata Rita. In: PINHEIRO, Francisco José (org.). **Os debaixo resistem**: formas de resistência dos escravos no Ceará. Coleção Documentos Históricos. p. 13-16.

A “mammy”, associada a uma definição da mulher enquanto naturalmente propensa à maternidade e, como consequência, ao carinho, cuidado, sensibilidade e afeto, aproxima-se bastante da mãe preta e da ama de leite das senzalas brasileiras descritas, entre outros, por Gilberto Freyre. Escravas domésticas, elas eram descritas como mulheres gordas – talvez para indicar que eram bem tratadas e alimentadas – que estavam sempre disponíveis e dispostas a cuidar das crianças brancas e da casa senhorial. Trata-se da encarnação do ideal paternalista da instituição, que atribui aos cativos uma identificação direta com interesses senhoriais, em relações mediadas por benevolência e afeto recíprocos<sup>261</sup>.

E, adiante, afirma:

Por um lado, ocupar-se destas atividades constituía em si um privilégio, que podia significar o afastamento do duro trabalho de sol a sol nas lavouras, o acesso a melhor alimentação, vestuário e moradia ou mesmo o desenvolvimento de relações de afeto com a família que garantiriam melhor tratamento para os próprios escravos e para seus grupos familiares. Por outro lado, essa mesma proximidade significava que passavam “longas horas” trabalhando “constantemente sob os olhos vigilantes dos brancos e sujeitos a cada um de seus súbitos, vingativos ou sádicos caprichos”<sup>262</sup>

Na perspectiva de Rakel Galdino essa relação do serviço doméstico era:

Longe dos “rigores” da lavoura e podendo contar com certa proximidade em relação aos senhores, cujo contato e/ou intimidade poderia resultar em benesses (mas também em mais opressão), as escravas domésticas realizavam atividades variadas. Provavelmente preparavam o almoço, varriam, pilavam alimentos, lavavam roupas, e dependendo da distância, poderiam conduzir a comida de outros escravos aos locais do eito.<sup>263</sup>

Em diálogo com esses trabalhos percebemos que mesmo em situações distintas em recortes espaciais e temporais, sob a égide da escravidão o trabalho doméstico teve algumas similaridades do ponto das relações entre senhores e escravizados. Rita se insere nessas narrativas como o fragmento da trajetória de uma mulher escravizada que viveu um espaço de conflito e abusos físicos que culminou em uma ação de afirmação de sua potência de agir. O trabalho doméstico, além de apresentar particularidades sobre os regimes de trabalho e as tensões entre senhores e escravizados, também ajuda a entender o agravamento de certas relações de conflito que foi o caso das violências sofridas por Rita, assim como pensarmos sobre as formas de elaboração da vingança como ações contextualizadas que se valeram de avaliações e usos das relações cotidianas nas quais ela estava envolvida.

Nesse sentido, é importante compreendermos as experiências de cativos em pequenos plantéis, pelo fato de que os senhores estavam sempre muito próximos dos locais de trabalho e

<sup>261</sup>ALVES, Maíra Chinellato Alves. **Cativeiros em conflito**. Crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888). 2015. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós Graduação em História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 144.

<sup>262</sup>Idem. p. 150-151.

<sup>263</sup>GALDINO, Maria Rakel Amancio. **Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú (1750-1788)**. 2013. 277f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2013. p. 134.

também eram, normalmente, os responsáveis pela aplicação dos castigos físicos. Isso, de certo, intensificava as relações de conflito, assim como permitia a construção de pequenos atos cotidianos de desobediência. Segundo Ricardo Alexandre Ferreira:

Embora mais recorrente, nem sempre a resposta cativa aos desacertos no cotidiano com os seus senhores era imediata ao ato violento sofrido. Os processos evidenciam delitos pensados tanto em relação a sua prática como à tentativa de escapar da punição decorrente [...] os cativos, por terem momentos diversos de suas vivências atravessados pela vontade de seus donos, agiram de maneiras variadas: das pequenas desobediências ao revide também violento, o que podia chegar em alguns casos até a preparação de atentados fatais.<sup>264</sup>

Essas chaves de leitura são essenciais para compreender o caso de Rita, que se desenrola em virtude de uma surra, mas também pode ser resultante do acúmulo de diversas violências cotidianas, que poderiam vir a ser contestadas por meio de pequenos atos de desobediência, mas que vão se intensificando por conta da convivência.

A primeira testemunha, de nome Joaquim Rodrigues Barreira, alfaiate, apontou que ouviu, na cadeia, a Rita dizer sobre ter botado a dita fruta zabumba com o “fim de o matar, estando o querelante doente tinha delírios e vizões”. A segunda testemunha, de nome Barbosa, disse que “o vio ele testemunha algumas vezes com delírios e fernezis que era necessário seu zello ate que prendeo a escrava Rita e desde então melhorou e se restabeleceu o querelante”. A terceira testemunha, que se chamava João José de Souza, que vivia de sua agricultura, afirmou que “vio os frenezis e desvarios em que estava o querelante os quais todos secarão desde que se publicou que a mulata Rita escrava do dito lhe deitava zambumba nos caldos, e sendo preza a dita mulata nunca mais o querelante teve os ditos frenezis”<sup>265</sup>.

O que todas as testemunhas apontam é que percebiam o querelante Paulo Martins da Silva tendo diversos surtos. Dentre as coisas mencionadas estavam diversos sintomas que à primeira vista pareciam, segundo alguns dos testemunhos, “frenzis e desvarios”. O que podemos apreender dessas narrativas é que o dito querelante já estava a apresentar esses sintomas há um certo tempo e que não sabiam exatamente a causa até terem prendido a Rita. O início desse processo já lança algumas questões importantes para analisarmos e nos questionarmos: quais as possíveis motivações de Rita se dispor a correr o risco de ser pega envenenando seu senhor? Ao se envenenar alguém tem-se como objetivo matá-lo ou havia outras possibilidades nessa ação?

<sup>264</sup>FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos**: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Editora UNESP, 2005. p.61. p. 71.

<sup>265</sup>SUMÁRIO DA QUERELA que dá nesse Juízo Paulo Martins da Silva branco casado negociante desta vila de sua escrava a mulata Rita. In: PINHEIRO, Francisco José (org.). **Os debaixo resistem**: formas de resistência dos escravos no Ceará. Coleção Documentos Históricas. p. 13-16.

No olhar do dominante, Rita teria “aditado a fruta zabumba no caldo a seo senhor para o matar por cauza de huma surra que o senhor lhe havia dado na fazenda dos Óros”<sup>266</sup>. Então foi visto como um caso de tentativa de assassinato. Entretanto, a zabumba não é uma planta que sirva necessariamente para matar alguém. O que ela causa são alucinações, dilatação da pupila dentre outros efeitos que alteram a percepção do tempo e do espaço. Para alguém que a toma sem saber do que se trata e o que esperar de seus efeitos, a sensação é de enorme sofrimento por conta que as alucinações provocadas por ela são bastante intensas.<sup>267</sup>

Muitas vezes quando nos defrontamos com agressões ou com envenenamentos podemos ter a rápida conclusão de que por descontentamento com a situação, o escravizado protestava contra seu senhor tentando matá-lo para poder se livrar daquela situação de abusos. A Rita poderia, nesse caso, apenas querer ver seu senhor sofrer para pagar pela surra que havia lhe dado. Ao manipular a zabumba diariamente na comida dele, Rita se aproveitava de uma leitura específica de sua inserção de trabalho, que era o serviço doméstico, agindo a partir de formas que possivelmente só no contexto dela poderiam ser executadas como foram. As chances de não ter sido descoberta, inclusive, eram bem razoáveis, pois facilmente poderiam achar que o senhor dela estava apenas adoecendo. Rita agiu nessa situação e, em certa medida, conseguiu cumprir um dos possíveis objetivos que era de infligir dor ao seu proprietário.

Quando se fala sobre as noções de punição tolerável e da violência “justa” em relação aos sujeitos escravizados, uma das questões que se pensava era exatamente essa linha tênue entre manter o domínio e não provocar seja costume com a punição ou então alimentar o desejo de vingança. A ideologia senhorial era obrigada a lidar, pois, com o constante medo das reações que os escravizados poderiam vir a ter a depender das injustiças que sofriam. O fragmento que temos sobre o que fora feito por Rita nos revela como os escravizados produziram a partir de suas ações diversos espaços de insegurança por parte de seus proprietários. A capacidade de gerar receio na classe senhorial a partir do medo da fuga, da agressão, do assassinato e do envenenamento eram algumas das armas desses trabalhadores pobres.

De acordo com Ronaldo Vainfas em “Ideologia e escravidão” que analisa como diversos letrados trataram o tema das “normas consideradas justas, racionais e cristãs para o exercício da punição”, pois na visão desses letrados o “castigo sem causa é crueldade e injustiça”. Trazendo reflexão sobre fontes escritas por Jorge Benci e Sebastião da Rocha Pita, o autor propõe entender como esses letrados elaboraram visões e entendimentos sobre como a

---

<sup>266</sup>Idem.

<sup>267</sup>Sobre alguns efeitos e usos da zabumba, ver. Almeida, Mara Zélia de. **Plantas medicinais**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. 221 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/xf7vy/pdf/almeida-9788523212162>.

punição deveria ser um instrumento calculado pela ação dos senhores e não apenas um recurso arbitrário. Isso revela que as relações entre senhores e escravizados não poderia ser de uma ação incondicionalmente verticalizada mesmo em se tratando das punições, já que havia certa noção do que poderia vir a ser justo ou não e ignorar essa balança sensível poderia ser correr o risco de desestabilizar mais intensamente essa relação.<sup>268</sup>

Silvia Hunold Lara, também em diálogo com Benci e Ribeiro Rocha afirma:

Retomando a mesma frase do Eclesiástico utilizada por Benci, Ribeiro Rocha afirma que "aos escravos devem os senhores dar o sustento e a correção assim como lhe dão também o serviço". Igualmente aconselha que a correção, disciplina e castigo dos escravos devem ser aplicados de forma pia, com prudência, "excluídas todas as desordens que no seu uso muitas vezes podem intervir". Deve, portanto, o castigo ser bem ordenado quanto ao tempo (sem vingança ou cólera, não sendo incontinenti mas mediado pelo uso da razão), quanto à causa (averiguando-se bem a culpa e o erro cometido), quanto à qualidade (não devendo passar de palmatória, disciplina, cipó e prisão, sem que os açoites excedam o número de quarenta) e, finalmente, quanto ao modo (sem excesso nas obras ou nas palavras). Assim qualificado, torna-se o castigo não só cristão, mas também instrumento de ensino, zelo, submissão e preservação do escravo, da sua vida e de sua sujeição ao poder senhorial<sup>269</sup>

E continua:

No espaço doméstico a vontade senhorial podia impor-se até o limite da rebelião dos escravos. A moderação e o "tempero" do amor cristão, transformados em virtudes, serviam como mecanismos para manter um equilíbrio sempre precário. De modo semelhante, as cartas régias que no reinado de Pedro II tentavam reprimir os castigos cruéis esbarravam nos reclamos dos moradores das colônias e nos simples boatos de "alvorço" entre a escravaria. Nos dois casos, o exercício destemperado do poder punha em risco sua própria continuidade.<sup>270</sup>

Maria Helena Machado, ao tratar de processos crime, aponta também como essa dimensão das punições sem um cuidado geravam uma situação de forte revolta entre os escravizados que chegaram a assassinar senhores e feitores. E não era pela punição em si, apesar de que cada sujeito vai reagir a isso de uma forma distinta. Se trata, pois, de como existem certas convenções do justo ou ao menos tolerável em certas relações de poder. No caso trazido pela autora, se tratava do número de chicotadas dadas aos escravizados e como isso poderia vir a causar um forte sentimento de revolta e vingança. O caso se agravou ao ponto de que os senhores precisaram fugir das fazendas para que não fossem assassinados. Isso aponta como as relações, apesar de uma dominação estrutural, tem que levar em conta essas dimensões do

<sup>268</sup>VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e Escravidão**. Os Letrados e a Sociedade escravista no Brasil Colonial. Editora Vozes, 1986.

<sup>269</sup>LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa**. 2000. p. 29. Disponível em: [http://www.larramendi.es/i18n/catalogo\\_imagenes/grupo.cmd?path=1000203](http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000203). Acesso em 03 jul. 2019.

<sup>270</sup>Idem. p. 30.

tolerável, pois caso os escravizados se revoltassem com algo, os senhores experimentavam o medo de serem agredidos ou assassinados por aquele ato.<sup>271</sup>

Os letrados do período colonial pensaram as ações da camada senhorial deveria orbitar em uma certa noção de justiça e equivalência do ato cometido e da punição a ser aplicada. Essa lógica, longe de uma tentativa mais humanizada de lidar com os escravizados, revelava o medo e a necessidade de se ter cuidado nessas relações pela constante possibilidade de revolta. Enquanto essa perspectiva ideológica entende que em certos parâmetros de moderação é possível manter as agressões sem reação por parte dos trabalhadores, poderíamos questionar em que medida a reação é muito mais fruto da avaliação que os sujeitos escravizados fazem dos jogos de força e de oportunidade em determinadas situações.

O que aconteceu com Rita foi a percepção de que aquilo extrapolou o tolerável em soma da oportunidade de reação observada por ela por sua situação específica de estar inserida nas dinâmicas do trabalho doméstico que dentre as suas funções estava a de preparar a comida de seu senhor. Nesse sentido, entender o ambiente de trabalho nos ajuda a refletir sobre como eles articulavam suas relações cotidianas, de forma a buscar espaços de ação e de elaboração de suas táticas de resistência. O caso de Rita nos ajuda a pensar como o espaço doméstico, ao invés de um lugar de menos sofrimento para os escravizados em comparação com o “trabalho braçal” poderia ser um local de intenso conflito, pois o contato entre senhores e escravizados era ainda mais estreitado e essa proximidade poderia vir a provocar um maior acirramento das tensões. Após levar a dita surra que seu senhor lhe dera, a noção de tolerável foi extrapolada e partir dali ela planejou uma forma de executar sua vingança em relação ao seu senhor. Por conta do ambiente do trabalho doméstico, ela tinha acesso a certas formas de agir que em outras situações não teria, levemos em conta que ela quem preparava a comida: terreno fértil para formas furtivas de resistência.

Essas dimensões de suas ações nos fazem refletir sobre as formas de resistência e seus objetivos. Os ganhos buscados por Rita ao envenenar seu senhor tinham um aspecto, em certa medida, extremamente imediato, mas que também questionava fortemente as estruturas de poder estabelecidas: o de infligir dor e se vingar pelas agressões sofridas. Nesse sentido, as ações de Rita desestabilizam a noção do escravo enquanto objeto, propriedade, pois contesta a violência sofrida afirmando que, diferentemente de se atacar um ser inanimado, ao se ferir uma pessoa existe a possibilidade e vontade de reação. E mesmo com efeitos mais imediatos e

---

<sup>271</sup>MACHADO, Maria Helena P.T. **Crime e escravidão**: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). São Paulo: Brasiliense, 1987.

cotidianos, essa ação tem também um peso contestatório enorme das relações estruturais tanto por isso a necessidade de se fazer um processo crime e puni-la como forma material e simbólica de controle. E, nesse sentido, chamamos novamente a atenção para a noção que defendemos nesse trabalho de como os escravizados se articulam na compreensão do sistema a partir de ações variadas de sociabilidade, de resistência se utilizando, também, de seus espaços de trabalho para elaborar suas possibilidades de ação.

Outros questionamentos que podem surgir são de como a Rita havia conseguido essa planta? Seria sozinha, por conta do conhecimento aprendido da flora local ou então teria conseguido com outra pessoa? Levando-se em conta de que o chá da zabumba pode ser tanto usado para “envenenar alguém” como também para usos rituais. Seria possível que ela consumisse a zabumba para si? Segundo o relato das testemunhas quem havia lhe dado e indicado a planta “tinha sido Francisco de Paula a que tudo ele testemunha ouviu por ter repetidas ocasiões de falar com ella na Cadeia em razão de ser carcereiro”. Mas quem era Francisco de Paula? Seria ele um possível inimigo do senhor de Rita? Se esse homem chamado Francisco de Paula não era um conhecido daqueles que ali estavam testemunhando, há também a possibilidade de ele não ser da localidade e Rita conhecê-lo por outras redes de sociabilidade. São dados que não pudemos encontrar a partir da investigação documental, mas que lançam diversos questionamentos e possibilidades de pensar as ações dos escravizados de forma multifacetada.

Claro que também há a possibilidade de Rita ter usado da acusação de outro lhe ter dado a fruta como forma até de talvez amenizar sua punição. De qualquer forma, sendo uma outra das possibilidades, o que importa é perceber como os sujeitos escravizados agem seja pelo estabelecimento de redes e contatos ou então pela própria tentativa de driblar a ação punitiva construindo possibilidades de ação no cotidiano. Seja um ou outro, essas são as armas dos fracos<sup>272</sup> que buscamos investigar como forma de perceber esses sujeitos enquanto agentes de escolhas e ações mesmo que de forma constantemente restringida por uma estruturação social. Nesse sentido, fica para a nossa reflexão sobre essas redes de contatos, conflitos, solidariedades e aprendizados sobre o espaço: seus caminhos, seus perigos, sua flora e seus usos. Aprendizados estes pelos quais os sujeitos escravizados estabeleceram possibilidades de ações de resistência visando muitas vezes ganhos imediatos, mas que também tinham o peso de contestação do sistema por colocar em xeque valores de dominação e expectativas de submissão. Nesse

---

<sup>272</sup>Para um maior entendimento dessas formas de resistência cotidianas ver: SCOTT, J. C. **Weapons of the Weak Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven & London: Yale University Press, 1985. p. 274-304.

sentido, a construção dessas oportunidades cotidianas são articuladas a partir do aprendizado, mas também da criatividade destes sujeitos que mesmo em relações de extrema exploração e reificação, afirmaram de formas diversas suas possibilidades de agir e buscar arranjos de contra-ataque, se valendo do cotidiano, do conhecimento prévio e do adquirido na colônia, para as diversas situações de violências que sofreram.

#### ***4.1.5 Tempo de festas, tempo de promessas, tempo de secas: fuga, sociabilidade e solidariedade na construção de espaços de autonomia***

As evidências são claras: o escravo africano soube dançar, cantar, criar novas instituições e relações religiosas e seculares, enganar seu senhor, as vezes envenená-lo, defender sua família, sabotar a produção, fingir-se de doente, fugir do engenho, lutar quando possível e acomodar-se quando conveniente. (REIS, 1983)

Segundo Mari Del Priori, “as festas, além de misturar estilos, sons e partituras, misturavam também os corpos”. Nesse espaço de mistura que tinha como função social permitir “às crianças, jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários”<sup>273</sup> também era um espaço onde a subversão da norma estava nos horizontes de possibilidades.

Segundo Eurípedes Funes, sobre as práticas nos festejos na Amazônia, argumenta que:

Valendo-se das festas religiosas, os escravos faziam devoções a seus santos, cantavam seus cantos e dançavam suas danças. Eram momentos em que as origens africanas se manifestavam, e novas identidades culturais se constituíam. Todavia, mesmo em se tratando de festas de cunho religioso, essas manifestações acabavam por atrair a indignação de curas e da elite local.<sup>274</sup>

De certo modo, esses aspectos das apropriações, dos escravizados, desses espaços de festas, assim como suas presenças e atos causando incomodo para a elite local, não falam apenas da região abordada pelo autor. Nesse sentido, nos ajuda a iniciar o debate pensando, nos festejos, enquanto espaço de polissemia e de constante tensão entre diversos agentes sociais. Os escravizados, por sua vez, tentam se utilizar desse momento de ruptura como forma de manifestar as mais diversas vontades de afeto e tensões. A elite local, por sua vez, em situação de negociação entre as diversas forças também tem que permitir até certo ponto que os escravizados exerçam esses espaços.

<sup>273</sup>PRIORI, Mary del. Festas e Utopias no Brasil Colonial. Editora Brasiliense, 1994.

<sup>274</sup>FUNES, Eurípedes Antônio. Op. Cit., p. 53.

Compreender os aspectos ideológicos, que fundamentam a naturalização de que os escravizados devem seguir determinados conjuntos de comportamentos e reverências, nos ajuda a perceber como a classe senhorial e seu ideário sobre os diversos agentes sociais estavam em constante atrito com as experiências e ações cotidianas nos sujeitos escravizados. Portanto, a própria intenção de naturalizar a dominação e vocacionar a classe senhorial como aquela que traz a ordem e a doutrina, são sintomas de uma sociedade que tenta negar a resistência escravizada, apesar de ela existir materialmente.

Buscaremos, por meio do sumário de querela que nos fornece fragmentos das trajetórias de Francisco, André e Francisca, aguçar nosso olhar para a complexidade e potencialidade de ações dos sujeitos marginalizados, no cenário social do Baixo Jaguaribe. No ensejo de compreender as relações e apropriações, que os sujeitos escravizados fizeram dos tempos de festas.

Por volta de junho de 1780, às “vésperas de Santo Antônio”, em um festejo na matriz de Russas, duas pessoas são vistas conversando, são eles: André e Francisco. Ao avistar esse encontro, uma pessoa se aproxima para tentar ouvir de que estavam falando. Mas por qual motivo a conversa desses dois sujeitos chamou a atenção de alguém? Certamente que estes sujeitos não eram vistos da mesma forma no espaço das festas. Existe diversas formas de controlar os corpos sem a necessidade de grilhões, pois o controle social exerce um forte fator de vigilância e desconfiança das ações e deslocamentos dos sujeitos escravizados. É perceptível, a partir da análise do processo crime em questão, que André e Francisco eram mais dois de diversos corpos que também estavam sob a atenção dos olhares.

Entre o profano e o sagrado, que fará desse processo criminal uma situação bastante curiosa, sobre as articulações feitas em torno dos festejos, das promessas aos santos e das apropriações que os sujeitos escravizados e forros articulam a partir dessa dimensão da vida social na colônia. Dessa forma, tentaremos entender um pouco mais sobre como nessa estrutura de festejos religiosos, de fluxo pelo espaço dos sertões e do comércio do gado, os sujeitos escravizados e forros exerceram suas resistências, de formas plurais, que põem, em xeque, as instituições de domínio mesmo que um tempo depois viessem a serem derrotados.

Quem se aproximara fora “Manoel Pereira do Monte”, um homem branco que morava no Aquiraz, e afirmou que daquela conversa “ouviu estar dizendo o querelado **André** ao mesmo preto **Francisco** que fosse para casa dele”. No dia vinte de março de mil setecentos e oitenta e um, alguns meses após esse festejo, André Gonçalves estava sendo acusado, na situação em

que o testemunho de Manoel Pereira foi apresentado, “por lhe haver induzido e ocultado hum escravo por nome Francisco”.<sup>275</sup>

No processo crime em questão<sup>276</sup>, a riqueza das descrições feitas pelas testemunhas nos chama a atenção para tentarmos perceber o que são os corpos negros e escravizados no espaço do festejo. O olhar do outro, aqui, é um olhar de desconfiança, de vigilância. Então quantos festejos existe nessa mesma festa, já que os sujeitos vivenciam esse espaço de formas completamente diferenciada?

Aquela conversa que começou em um festejo em Russas acabou por possibilitar uma das formas mais comuns de resistência ao escravismo no Brasil: a fuga. O que pretendemos aqui é investigar as trajetórias desses dois indivíduos: André Gonçalves e Francisco pensando, a partir de um processo criminal, como refletir e problematizar essas experiências em uma tentativa de compreender as possibilidades de escolhas e como esses sujeitos criam e percebem fissuras no sistema de dominação, subvertendo a função de controle de certos espaços articulados pelas forças dominantes como neste caso, o festejo, a devoção e a noção de propriedade.

Mas o que mais podemos apreender sobre esses dois homens, André e Francisco, a partir dessa documentação? Por André ofereceria abrigo a um escravizado? Não seria muito arriscado ajudar um escravizado a fugir? O que, então, pode tê-los aproximado e possibilitado essa ação de resistência?

Francisco era um trabalhador escravizado que “que hera do queixoso que naquele tempo estava alugado em casa do Capitam Joze Pinto Lopes todos visinhos da mesma matriz”<sup>277</sup>. André, por sua vez, era um forro, morador da “ribeira do Jaguaribe” termo do Aquiraz. Dentre as possibilidades de uso dos trabalhadores escravizados, havia a possibilidade de locação.

O caso de Francisco, ao nosso ver, não se trata de um “escravo de ganho”, mas sim de “aluguel”. Segundo Leila Mezan Algranti:

Se pensarmos, por um lado, que o escravo de ganho ao sair às ruas em busca de trabalho continuava sendo propriedade de seu senhor, e que enquanto trabalhava para outro estava apenas sendo cedido temporariamente, ou seja, “alugado”, por um período, e que o valor adquirido por esse “aluguel” pertencia a seu proprietário, teríamos então uma situação semelhante à do escravo de aluguel. Daí a confusão que ocorre com frequência entre o escravo de ganho e o escravo de aluguel. Ambos eram

---

<sup>275</sup>Grifo nosso. **Livro Nº12** Autos de Querela. 20 de março de 1781. APEC. Para a transcrição integral do documento ver. PINHEIRO, Francisco José (org). **Os Debaixo Resistem**: as formas de resistência dos escravos no Ceará. Fortaleza, 2012.

<sup>276</sup>**Livro Nº12** Autos de Querela. 20 de março de 1781. APEC.

<sup>277</sup>**Livro Nº12** Autos de Querela. 20 de março de 1781. APEC.

cedidos provisoriamente. No caso do de aluguel era o senhor quem o alugava; quanto ao de ganho, alugava-se a si próprio.<sup>278</sup>

Essa diferenciação, longe de mera formalidade, nos ajuda a refletir sobre as dimensões de controle entre um escravo de ganho e um escravo de aluguel. Enquanto o de ganho tem uma certa margem de para quem iria vender sua força de trabalho; o escravo de aluguel era posto diretamente em um local por seu senhor. A fuga de Francisco, dessa forma, se deu a partir de um local serviço que havia sido alocado por seu senhor.

Voltando à relação dos dois, o que podemos entender a partir das fontes é que André e Francisco, além de uma possível amizade constituída no cativo, tinham em comum a relação com Joze Pinto Lopes. André ao oferecer a possibilidade fuga para Francisco não apenas estabelecia a afirmação da solidariedade entre os trabalhadores pobres, mas também atacava diretamente a autoridade de seu antigo senhor.

André é apontado pelo processo como um sujeito forro e que havia adquirido o crédito de uma dívida com o “Capitão Joze Pinto Lopes” que fora anteriormente seu senhor e que “lhes estava devendo certa quantia de huma promessa por haver feito a Santo Antonio e que depois ele querelado lhe tornaria o resto”. Não temos mais detalhes sobre os contornos dessa promessa que havia sido feita.

Aqui notamos o campo de possibilidade dos sujeitos escravizados se apropriarem de um signo do poder dominante que é a dimensão da fé católica e (re)significá-la como instrumento de barganha pelos trabalhadores pobres. Este aspecto nos leva a perceber a dimensão tática da ação dos sujeitos que estão frequentemente testando os limites da dominação e, por vezes, se apropriando das próprias ferramentas do dominador e subvertendo o sentido inicial conferindo um uso tático<sup>279</sup> deste conhecimento que balança, mesmo que momentaneamente, as relações de poder.

Mas como pensar a relação dos sujeitos escravizados e os usos possíveis da fé dominante como forma de perfurar dimensões cotidianas e forjar relações completamente imprevisíveis à primeira vista? Pois seria equivocado tomarmos uma adesão pura ao catolicismo sem levarmos em consideração a violência implícita de imposição de uma colonização cultural.

Essa questão da ressignificação chama a nossa atenção para pensarmos sobre o aprendizado dos escravizados no espaço colonial. Segundo Robert Slenes:

“Fazendeiros e autoridades do governo tinham um grande interesse prático em conhecer certos aspectos da cultura escrava para assegurar seu controle e evitar

<sup>278</sup>ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**. Estudos sobre a escravidão urbana do Rio de Janeiro – 1808 – 1822. Petrópolis: Vozes, 1988. p.70.

<sup>279</sup>CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. 15. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008

surpresas desagradáveis. Na sua grande maioria, no entanto, esses senhores não tentaram livrar sua visão das lentes escuras de sua própria cultura [...] Enquanto isso, muitos de seus cativos do Além-Atlântico aprenderam a mover-se com certa desenvoltura no mundo dos dominantes”.<sup>280</sup>

Os casamentos, os batismos e os festejos não foram pensados pelos dominantes como espaços que poderiam vir a ser articulados pelos segmentos de trabalhadores pobres. Na verdade, estas foram cavadas e os limites do quanto era possível avançar, resistir e de se apropriar foram testados por esses escravizados ao longo de suas experiências de vida e passadas aos seus companheiros e filhos criando outras possibilidades de usos a seu favor.

Então, qual seria a forma mais apropriada de refletirmos sobre o espaço do festejo para Francisco e André? Nos afastando de uma perspectiva que entende, nos festejos, uma válvula de escape pensamos que o que mais ajuda a refletir sobre essa dimensão da vida social na colônia, seja a de entender limites impostos e como os sujeitos marginalizados se relacionam e tencionam com esses limites.

Segundo James Scott:

Até há muito pouco tempo, a interpretação dominante sobre os rituais de agressão ou inversão era a de que aliviar as tensões engendradas pelas relações sociais hierárquicas servia para reforçar o status quo [...] permitir que os grupos subordinados simulem a rebelião mediante regras e calendários predeterminados ajuda a evitar formas de agressão mais perigosas<sup>281</sup>

As ações de Francisco e André são mais um dos exemplos presentes na historiografia de como a norma está sujeita às diversas tentativas de expressar possibilidades outras de se relacionar socialmente articuladas por sujeitos marginalizados. Nesse sentido, diferentemente de manter o status quo, o festejo para estes dois sujeitos, que acompanhamos a trajetória até então, serviu como um catalisador dos sonhos de liberdade.

Naquele momento de vigilância, mas também de liberação, estes dois homens estabeleceram a possibilidade da ruptura da norma em um espaço instituído na tentativa de controlá-los. Talvez como James Scott aponta, esses momentos de inversão e de tentativa de “alívio” das tensões sociais “não diminuem, antes incrementam, a probabilidade de uma agressão efectiva”<sup>282</sup>. E pensando as relações de hierarquia social em uma sociedade

<sup>280</sup>SLENES, R. W. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, [S. l.], n. 12, p. 48, 28 fev. 1992. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i12p48-67>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25575>.

<sup>281</sup>SCOTT, James C. **A Dominação e a Arte da Resistência**: Discursos Ocultos. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

<sup>282</sup>Idem.

escravocrata, quão agressivo poderia ser o ato de fugir de seu senhor? Talvez tão agressivo quanto feri-lo diretamente.

Nesse sentido entendemos como importante nos debruçarmos um tanto mais na presença de Santo Antônio neste processo. Ele aparece diversos momentos desse acontecimento. O festejo em que eles estão é destinado a Santo Antônio; a dívida que André adquiriu de seu senhor é apontada como algo feito ao santo, como essa figura do panteão católico é articulada desde os agentes dominados e apropriado pelos trabalhadores pobres escravizados?

Santo Antônio era um santo querido entre os escravos. Segundo Marina de Melo e Souza, ao falar da apropriação da imagem do Santo Antônio de nó-de-pinho enquanto objetos mágico religiosos, diz:

As Imagens de Santo Antonio, feitas e utilizadas por africanos e seus decedentes, incorporavam elementos simbólicos de origens diversas, que podiam ser diferentemente interpretados, dependendo do universo cultural – europeu ou africano – de quem as abordava. Frutos de uma mestiçagem cultural, abriam possibilidades de múltiplas leituras, definidas pelo instrumental cognitivo daqueles que com elas se relacionavam.<sup>283</sup>

Sobre o culto a Santo Antônio e sua popularidade entre escravos, Eurípedes Funes afirma que:

O culto a Santo Antônio era uma prática comum entre os escravos. No vale do Paraíba, as pequenas estatuetas, de chifre ou de madeira, desse santo eram muito apreciadas. "Algumas dessas estatuetas lembram e muito, na fisionomia, postura do corpo e desenho dos braços, as figuras minkisi da cultura kongo, usadas no baixo Zaire como fetiches para garantir a boa sorte, evitar a desventura."<sup>284</sup>

Para entendermos um pouco mais essa relação façamos, portanto, um debate sobre o que era a imagem de Santo Antônio e seus significados. Ronaldo Vainfas afirma que “no período colonial, as relações dos fiéis com Santo Antônio eram íntimas. Tão íntimas quanto o eram com Cristo e com a Virgem, sempre invocados a cada dificuldade”<sup>285</sup>. Essa intimidade revela, segundo o autor, “a maleabilidade ou a plasticidade da devoção”. Mas que milagres eram realizados por esse santo? Santo Antônio era reconhecido por um lado, por ser um taumaturgo, ou seja, realizava milagres como ressurreições, curas etc.; por outro, era conhecido por recuperar coisas perdidas.

<sup>283</sup>Mello e Souza, Marina de Santo Antônio de nó-de-pinho e o catolicismo afro-brasileiro *Tempo*, vol. 6, núm. 11, julho, 2001, pp. 171-188 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil. P.180. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4635242/mod\\_resource/content/1/SOUZA\\_Santo%20de%20n%C3%B3%20de%20pinho%20e%20o%20catolicismo%20afro-brasileiro](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4635242/mod_resource/content/1/SOUZA_Santo%20de%20n%C3%B3%20de%20pinho%20e%20o%20catolicismo%20afro-brasileiro). Acesso em: 23 set. 2018.

<sup>284</sup>FUNES, Eurípedes Antônio. Op. Cit., p. 83.

<sup>285</sup>VAINFAS, Ronaldo. SANTO ANTÔNIO NA AMÉRICA PORTUGUESA: religiosidade e política. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 28, 30 maio 2003. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i57p28-37>.

Coisas e pessoas. Dentre essas, ele também foi tido como “deparador” da soberania portuguesa. Luís Motti abre seu texto “Santos e santas no Brasil colonial” com a seguinte citação de Frei Agostinho da Conceição:

“Deus, entre todos os Reinos do mundo escolheu particularmente Portugal para seu Império e própria morada na terra. E tudo isto se deve a Santo Antonio, por ser ele o Sol do mundo e Portugal o Império de Deus”. (Frei Agostinho da Conceição, OFM, Rio de Janeiro, 1674)<sup>286</sup>

Santo Antônio, que na sua hagiografia viria a ser conhecido como o “Martelo dos Hereges” e posteriormente aquele que recuperaria a soberania portuguesa veio a ser, para André, a moeda dos marginalizados a partir do poder celestial, contra o poder local.<sup>287</sup>

Ou seja, em um contexto escravista, um Santo que tem como uma de suas dimensões centrais de ação a recuperação de coisas e pessoas, não seria estranho pensar sobre a requisição de seus milagres em momentos em que escravizados fugissem de seus senhores. Será então que André ao mesmo tempo que ajudava, eventualmente, algum companheiro a fugir poderia também ser alguém em que seu antigo senhor confiava que iria achar um outro escravizado que havia fugido?

Nesse sentido, se faz importante debater como a polissemia em torno da significação do Santo, incorporava também, em suas articulações, uma disputa pela simpatia do santo no campo simbólico e místico. Se ele era usado para encontrar pessoas, o escravo fugido que tinha como seu protetor essa entidade, poderia vir a anular o efeito usado pelo seu senhor. A apropriação, nesse sentido, tinha um caráter tático de sentimento de garantia de uma fuga bem-sucedida, já que a disputa seria a partir de quem tivesse a maior devoção ao santo. Mesmo em relações vertiginosamente desiguais, como é o caso da sociedade escravagista, no campo sagrado, havia a possibilidade de uma disputa mais horizontalizada.

Eurípedes Funes, ao falar sobre os usos de Santo Antônio no Amazonas, afirma que:

Santo Antônio alertava os mocambeiros que as expedições estavam vindo. Quando o santo virava de costa, "o perigo tava pra chegá". Um aviso claro de que os mocambeiros tinham que se proteger. É interessante que essa menção só se faz no tocante ao ataque das tropas repressivas e não aos praticados pelos índios. Isso nos leva a crer numa prática que se apropriou de um poder atribuído a Santo Antônio, na credence popular, para achar coisas perdidas. O senhor, que não sabia para onde fugira o seu escravo, invocava a ajuda desse santo para encontrá-lo. O mocambeiro, por sua

<sup>286</sup>MOTT, Luiz. Santos e Santas no Brasil colonial. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, n. 13, p. 44-66, jun/1994.

<sup>287</sup>Sobre as hagiografias, santos e santidade ver. VARAZZE, Jacobo de. *Legenda Aurea*. Companhia das letras, 2003; VAINFAS, Ronaldo. Santo Antonio na América Portuguesa: religiosidade e política. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 57, p. 28-37, março/maio 2003; FRANCO JÚNIOR, Hilário. A escravidão desejada: Santidade e Escatologia na Legenda Áurea. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.15, nº30, p.101-113,1995. MOTT, Luiz. Santos e Santas no Brasil colonial. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, nº 13, Junho/94, p.44-66.

vez, fez do mesmo o seu santo protetor, invocando sempre a sua ajuda contra as expedições punitivas, anulando, ou pelo menos neutralizando, o poder de ajuda ao senhor, esperando reverter, esse poder a seu favor, livrando-os de infortúnios e possibilitando-lhes encontrar a liberdade que um dia haviam perdido.<sup>288</sup>

O que temos de fato é que André conseguiu, a partir da articulação da fé cristã e possivelmente de outros ganhos que viera a fazer, conquistar: certos bens - como o de ter uma Casa, algumas roupas, até mesmo um local para oferecer a um amigo em fuga onde ali puderam ter seu roçado e vivenciar minimamente uma experiência outra de relação com sua autonomia e horizontes de liberdade.

#### 4.1.5.1 *André, Francisco e Francisca: os quilombos e as zonas de refúgio nos sertões*

Vimos no tópico anterior, o início de uma jornada de André, Francisco e Francisca, que continuará a partir de agora. No festejo de Russas, em que tudo começou e a fuga foi planejada, os acontecimentos que se sucederam em muito nos ajudam a complexificar o olhar sobre as relações sociais estabelecidas nos sertões cearenses.

Poucos dias após o festejo, a fuga de fato se concretizou e ninguém tinha notícias sobre a localização de Francisco que conseguiu se esconder na casa de André por pouco mais de um mês. Ao que sabemos, este o abrigou, deu-lhe um “hum colete vermelho, hum calsam de pano de estopa e huma cachorra que tudo era do mesmo querelado”. A descoberta do paradeiro de Francisco se deu por um esforço coletivo de alguns agentes que apontam que agiram “por sua devossam com disfarse foi vigiar pelos contornos da mesma casa e finalmente achou o dito escravo em pouca distância da casa do querelado metido em um mato em hum **quilombo**”<sup>289</sup>.

A liberdade conquistada pelos escravizados sempre convive com a dimensão da precariedade. Eylo Fagner aponta, ao falar sobre a condição instável do liberto, a seguinte questão:

Se o status de pessoa livre na sociedade escravista era marcado pela escravidão – inclusive, para os trabalhadores livres pobres amiúde ameaçados de escravização – a liberdade deveria ser buscada além dela mesma; no entanto a manumissão, embora conseguida por dentro da legalidade encerrada pelo emancipacionismo do poder público, já constituía um importante passo dado nesse sentido. É certo que, libertar-se nos meandros das leis significava obter condição instável de liberto, pois não foi possibilitado aos escravos nada além de uma liberdade precária<sup>290</sup>

<sup>288</sup>FUNES, Eurípedes Antônio. Op. Cit., p. 83.

<sup>289</sup>**Livro Nº12** Autos de Querela. 20 de março de 1781. APEC. Grifo nosso.

<sup>290</sup>RODRIGUES, E. F. S. **Liberdade ainda que precária**: tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884). 2012. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2012.

Nesse sentido a vigilância toma um contorno de que não se dava apenas por conta da fuga de Francisco. André, apesar de ser forro, tinha uma liberdade precária, e que ainda trazia sobre ele os estigmas sociais da escravidão, apesar de uma certa margem maior de ação. O que nos ajuda a entender também mais elementos sobre a vigilância da conversa que os dois tiveram no festejo. Segundo Silvia Hunold:

[...] até os libertos mantinham diversos laços que os prendiam aos ‘patronos’, e eram cuidadosamente vigiados. Na maioria das vezes, ser forro não significava ser livre, pois a condição de libertos, ou mesmo um tom mais pálido na pele de alguns homens não deixavam de coloca-los sob suspeita. Mesmo soldados de capitão-do-mato, eram olhados como seres a serem controlados”.<sup>291</sup>

A menção ao local onde André estava como “quilombo” chama a atenção, pois aparece também no testemunho de Joze David “casado morador do citio pasta termo do Aquiraz disse vive de suas agencia”. Segundo ele:

E perguntado declarado ella testemunha pelo conteúdo do auto deste sumario que tudo lhe fora lido e declarado pelo Ministro disse pelo sabe por ser publico que o preto Francisco escravo do queixoso desaparecera no tempo declarado no auto e que haver hum mês foi achado em Caza do querelado o preto forro Adnré Gonsalves vivendo **ocultado em hum quilombo** e que ele testemunha tem por certo poque além de ser público lhe tem afirmado o seu sogro Jerônimo Lopes que ajudou a pegar o dito preto, e além disto o mesmo querelado confessou a ele testemunha dizendo que hera verdade ter o dito escravo na sua caza por que o senhor lhe devia<sup>292</sup>

Em relação a essa dimensão da menção daquele local como um quilombo, nos leva a entender que havia uma sensibilidade em relação ao uso do termo que revelava até certa paranoia e temor por concentração, mesmo que mínima, de sujeitos negros. Segundo Manolo Florentino e Márcia Amantino:

Não poderia ser de outro modo, aliás, pois as evasões frequentemente expunham os limites do poder senhorial. Eis a origem de uma espécie de paranoia senhorial, sempre pronta a exagerar a escala real das fugas, revoltas e quilombos nas Américas. Um dos primeiros a trilhar semelhante caminho talvez tenha sido o castelhano, que em meados do século XVI calculou em sete mil o número de cimarrones africanos a habitar assentamentos dispersos pela ilha de La Española, cifra dificilmente aceitável por estudiosos do tráfico atlântico de escravos (Landers, 2001, p.145). Acompanhou a Coroa portuguesa ao determinar que, no Brasil de meados do século XVIII, por quilombo deveria ser entendido todo agrupamento superior a cinco fugitivos que habitasse zona despovoada, mesmo sem nenhuma evidência de que se podiam sustentar por si próprios.<sup>293</sup>

Em debatendo com essa perspectiva podemos entender que havia um certo elemento que talvez aumentasse o temor por parte dos agentes dominantes. André tinha uma casa e nela

<sup>291</sup>Lara, Silvia Hunold. Op. Cit., p.8.

<sup>292</sup>Livro Nº12 Autos de Querela. 20 de março de 1781. APEC. Grifo nosso.

<sup>293</sup>FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p. 259-297.

tinha pequenos roçados, ou seja, naquele local os sujeitos poderiam facilmente se manterem, pois plantavam seus próprios alimentos.

Nessa casa não estavam apenas André e Francisco. Francisca, uma outra mulher negra que aparece no processo apenas enquanto menção de sua existência, não é apontada nem como forra, nem como escravizada. Talvez seja possível que ela também tenha vindo fugida de outro senhor e que não se tinha notícias no momento de feitura desse processo. Ou seja, nesse caso, já havia a presença de três pessoas, uma delas sabidamente fugida e outra que não se foi alvo da querela naquele momento. Nesse sentido, aquela casa poderia gerar o temor de prover habitação e subsistência para ainda mais pessoas fugidas.

Em 1740, o Conselho Ultramarino define quilombo como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham feito ranchos levantados e nem se achem pilões nele”.<sup>294</sup> A subsistência é um agravante, pois agricultura e terra na mão de sujeitos marginalizados levanta o temor dos senhores, já que ali há uma expressão da possibilidade de liberdade em um sentido mais pungente: a afirmação da capacidade de manter a si e, no caso de André, até mesmo de compartilhá-la sem que os agentes dominantes pudessem, além disso, descobrir de imediato fugas de outros sujeitos. Como possivelmente o fez com Francisca e com o escravizado Francisco. Talvez dali até mesmo conseguir alguns pequenos ganhos em trocas, já que sabíamos que ele tinha também outros bens além da terra e da casa. E, nesse caso, poderia facilmente trazer outros companheiros para viverem com ele e isso é um dos grandes temores da classe senhorial não apenas no Ceará

Leila Mezan Algranti aponta como no Rio de Janeiro as fugas eram manifestações contra a violência e o trabalho compulsório e, além disso, aborda como as “áreas ao redor da corte, recobertas de florestas e de montanhas pouco acessíveis, também forneciam refúgio para os escravos fúgidos” e finaliza afirmando que “Essas áreas serviam de ponto de encontro aos escravos, dando origem a vários quilombos. A floresta da Tijuca e o Morro de Santa Tereza tornaram-se conhecidas como zonas de quilombos”<sup>295</sup>. Nesse sentido, aponta as áreas pouco acessíveis enquanto espaços de criação de zonas de refúgio para essas pessoas que vinham fugidas. Sobre isso temos duas considerações em diálogo com o presente caso.

---

<sup>294</sup>CARVALHO, R. M. A.; LIMA, G. F. DA C. Comunidades quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, v. 2, n. 39, 13 dez. 2013.

<sup>295</sup>ALGRANTI, Leila Mezan. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro 1810-1821. In: GUTIÉRREZ, Horacio (org.) **Estudos econômicos**. Instituto de pesquisas econômicas. São Paulo: IPG, 1979. p. 62-63.

Em que medida a dificuldade de fazer justiça nos sertões, assim como os períodos de seca que causavam instabilidade nas relações de produção e sociais podem nos ajudar a pensar a espacialidade e as relações de produção enquanto matéria prima da forja de espaços de agência pelos sujeitos escravizados? Além disso, um dado que chama a atenção é como a fuga e a existência de quilombos se dá numa relação mútua de construção. Fugir pode ser muito arriscado, os conflitos por vezes com povos indígenas, a possibilidade de ser capturado, fora todas as construções sociais de controle desses sujeitos que eram incorporadas ao cotidiano das relações. Por conta disso, parece ser muito mais vantajoso quando se tem espaços em que a fuga não só será efetuada como efetivada. No caso de Francisco, ele tinha a garantia de que em fugindo teria não apenas um local, mas também a possibilidade de construção de uma outra vida no sentido de poder ter um lar, seus companheiros e a produção de sua subsistência, à medida em que aquela casa se configurava enquanto espaço de refúgio.

O Jaguaribe, nesse sentido, toma uma importância enquanto possível rota de fuga não apenas para o caso em questão. Jofre Teófilo, ao falar sobre a rota de um grupo de cativos de 1839, aponta que:

Neste sentido, ao se comparar a rota de fuga dos pretos da Laura, grupo de cativos que em 1839 realizou um motim a bordo da embarcação Laura Segunda, e que depois de ancorar em Arapassú, seguiu em direção à Estrada Real do Aracati, com a rota tomada pelos africanos livres em fuga, notase que há certa convergência. Afinal, todos pareciam seguir em direção à Cascavel ou à Aracati. Será que esta área, como também a própria ribeira do Jaguaribe (parte dela está situada no Aracati) representaria para esses sujeitos uma rota de fuga confiável e segura?<sup>296</sup>

Essa região do Jaguaribe se manifesta, dessa forma, enquanto uma possível “zona de refúgio” para alguns sujeitos fugidos. O quilombo que encontramos em nossa investigação, de certo, não foi o único a ser formado ali e a construção desses espaços acaba por possibilitar a construção de trocas de experiências e conhecimento territorial dos melhores locais se esconder dos olhares dominantes.

James C. Scott desenvolve o entendimento de “zonas de refúgio” a partir da compreensão das experiências populações da região montanhosa da Zomia que se localiza ao longo de Vietname, do Cambodja e da Tailândia. Segundo ele, as pessoas a partir dessas zonas periféricas do controle do Estado, se utilizam do aprendizado sobre as condições geográficas do local, como forma de elaborar mecanismos de subsistência e táticas de manutenção das zonas de poder dominante, distante. Ou seja, a escolha de um local de fuga e refúgio, nesse sentido,

---

<sup>296</sup>VIEIRA, Jofre Teófilo. **Os “Samangolês”**: africanos livres no Ceará (1835-1865). 2017. 319f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2017. p. 184. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/30083>.

pode ser entendida como um conjunto de aprendizados e escolhas, que resultam de acúmulos e de trocas de experiências sobre os condicionantes locais e sobre a capacidade do poder alcançar certas zonas de uma localidade<sup>297</sup>.

A ideia de “zonas de refúgio, nesse sentido, parece bastante interessante para pensar essa construção de espaços de negação e/ou construção de alternativas à ordem vigente. Nesse sentido, ajuda-nos a refletir sobre as relações entre conhecimento da espacialidade, aprendizado sobre os condicionantes locais e a busca por construir certa autonomia contra a capacidade punitiva de controle das elites.

O quilombo nesse sentido tem a potência de ser pensado, para os sujeitos escravizados, enquanto fruto de um aprendizado sobre a espacialidade e sobre a zonas nas quais a capacidade do poder dominante poderia agir mais fortemente. Nesse sentido, também pensamos o quilombo enquanto espaço de (re)construção de formas de vida e que, em sua constituição, acabam por colocar em xeque certos valores dominantes. Para a elite local, a presença de quilombos era duplamente problemática. Em um aspecto pelas fugas já efetuadas e a construção desses espaços de contestação da ordem; por outro, como elemento que construía um atrativo para outras fugas e criação de espaços de certa autonomia por parte desses sujeitos fugidos.

As razões das fugas são diversas, como aponta Margaret Bakos ao revisar a literatura sobre essas ações de escravizados. Ela indica exemplos como o desejo de descansar, escapar do trabalho; a busca de um quilombo como forma de reconstrução de uma vida com independência; tentar se passar por homem livre em outra região ou apenas trocar de um senhor para outro<sup>298</sup>. Independentemente de qual seja a escolha do escravizado, fica claro que a fuga é alimentada por um desejo de construir algum espaço de autonomia e liberdade. Nesse sentido percebemos que dentre as formas de resistência que foram investigadas até então, a ação da fuga é uma das mais afirmativas da agência dos sujeitos escravizados, por questionar profundamente as bases de reificação presentes na estrutura escravagista e, também, por apontar para a construção de horizontes outros, como no caso da formação de quilombos, de existência, de sociabilidade e de afetividade.

Por conta disso que as fugas também precisavam ser discursivamente deslegitimadas. No caso de André e Francisco, apenas aquele é posto como querelado no processo crime. E o

---

<sup>297</sup>SCOTT, J. C. **The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia**. New Haven & London: Yale University Press, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/38DFiRm>. Acesso em: 29 set. 2019. p. 127-178.

<sup>298</sup>BAKOS, M. **Considerações em torno do protesto negro no Rio Grande do Sul (1738-1848)**. In: GUTIÉRREZ, Horacio (org.) **Estudios económicos**. Instituto de pesquisas económicas. IPG: São Paulo, 1979. p. 172-176.

apontamento é que o querelado “o havia induzido (Francisco) para a fuga e o tinha ocultado naquele lugar”<sup>299</sup>. Nesse sentido, ao apontar que a fuga foi fruto de indução se cria simbolicamente a ilegitimidade daquele ato enquanto protesto à estrutura escravista. Segundo Eurípedes Funes:

Ao invocarem a sedução como forma de justificar a fuga, os senhores a desqualificavam enquanto atitude de resistência escrava contra os seus atos, suas truculências e, sobretudo, à quebra de acordos de sua parte, desrespeitando o espaço conquistado pelo escravo em seu cotidiano. Ao alegar ditos argumentos, esvaziavam-se as possibilidades de iniciativas dos escravos em reagirem, de eles mesmos tramarem suas fugas, de reconhecerem o momento e as razões para tal.<sup>300</sup>

Nesse sentido, a fuga tem um caráter profundamente contestatório que tentava ser negado tanto na recuperação do escravizado fugido como também deslegitimar discursivamente como forma de manter a estrutura e ideologia senhorial em legitimidade. Por conta disso uma leitura a contrapelo deve ser feita dessas documentações levando em consideração as ações, mas também como os discursos são elaborados em relação ao que esses sujeitos fizeram buscando compreender como a agência escrava abalava várias camadas do domínio senhorial. Por conta disso podemos pensar a fuga como esse cenário multifacetado de negociação e também de construção de outros espaços mais autônomos. Ainda segundo Funes ao refletir sobre a relação entre senhores e escravizados na Amazônia, argumenta que:

Em seu discurso na Assembléia Provincial em 7-04-1858, o presidente da Província, João da Silva Cerrão, afirmava que "fazendeiros possuidores de escravos têm me comunicado o estado anormal em que a existência conhecida de tais quilombos os tem collocado, impossibilitando a disciplina pelo fundado receio de fuga [...] No estado de penúria de braços que se acha a agricultura, esta causa agrava profundamente o mal não só pela falta de disciplina que conservão, sempre indolentes e ameaçadores. Tal discurso, bem como os espaços de autonomia conseguidos pelos escravos em seu cotidiano, revela que estes tinham noção clara do contexto e se valiam da conjuntura para forçar negociações, conseguir mais autonomia e flexibilidade de ação dentro do próprio sistema escravista, tendo a fuga como arma engatilhada contra as ameaças às suas conquistas.<sup>301</sup>

É importante, nesse sentido, perceber qual o espaço dos quilombos para os escravizados enquanto espaço de construção de novas relações, mas que também devem ser percebidos enquanto espaços com relações com o seu entorno, não havendo uma dicotomia entre as sociedades quilombolas e as sociedades escravagistas.

André, Francisco e Francisca não conseguiram força a ponto de criar um espaço de maior afirmação de autonomia e foram desarticulados. Entretanto, a experiência do quilombo, nesse sentido, afirma novas possibilidades de relações que independentemente de quão

<sup>299</sup>Livro Nº12 Autos de Querela. 20 de março de 1781. APEC.

<sup>300</sup>FUNES, Eurípedes Antônio. Op. Cit., p. 55.

<sup>301</sup>FUNES, E. A. Op. Cit., p. 60.

rapidamente se tenham sido encerradas devem ser vistas como importantes vestígios das formas pelas quais os sujeitos escravizados e libertos construíram possibilidades contestatórias de formas de viver. E que nos quilombos, esse “novo momento de sua história o escravo, agora quilombola, que até então fora ocupado basicamente em atividades agropastoris e domésticas, estava diante de uma nova realidade; além do cultivo, deveria caçar, pescar e praticar o extrativismo para garantir a sua sobrevivência”<sup>302</sup>. O quilombo representa com muita potência a construção desse espaço de trabalho para si e para seus companheiros, da construção de laços de afetividade e da afirmação de outras possibilidades de vida contestando profundamente os valores escravagistas.

Nesse sentido, aquele espaço em que viveram, mesmo que por um tempo, André, Francisco e Francisca pode ser também lido nesses aspectos da resistência e da solidariedade, assim como potencializa a pensarmos quais as formas de articulação das relações de afetividade e criação de espaços de reconstrução dos sentimentos de pertença a uma unidade familiar que lhes proporcionasse algum amparo que poderia afirmar a criação e recriação de uma “cultura própria mesmo que permeada, até certo ponto, por estruturas que encontraram do outro lado do Atlântico”<sup>303</sup>.

A experiência de quilombo, que tivemos conhecimento pelas trajetórias de Francisco e André, terminou pouco mais de um mês depois da fuga daquele. Ao ser capturado por Manoel Pereira do Monte, que “amarrou o escravo e o foi entregar ao dito Capitam Jozé Pinto Lopes”, as perspectivas apontadas sobre a fuga vão tomando contornos diversificados. Segundo as testemunhas temos dois apontamentos de como André e Francisco se posicionaram sobre a fuga. Segundo Joze David, André havia confessado que “que hera verdade ter o dito escravo na sua caza por que o senhor lhe devia”. Segundo Manoel Pereira do Monte, ao capturar Francisco, afirma que o mesmo confessou que o “querelado o havia induzido para a fuga e o tinha ocultado naquele lugar”<sup>304</sup>.

Aqui vemos duas perspectivas sobre o fato e de como os sujeitos articulam o discurso público em suas ações. Francisco, como sujeito escravizado, temendo uma punição maior acabou por articular que havia sido induzido, já que isso tira dele parte do peso e joga em André a responsabilidade maior em relação à fuga. Já André articula uma outra dimensão: a dívida. Esta, que se sucedeu da promessa feita ao Santo, garantiu, a ele, uma casa.

---

<sup>302</sup>FUNES, E.A. Op. Cit., p. 74.

<sup>303</sup>Idem. p. 228.

<sup>304</sup>**Livro N°12** Autos de Querela. 20 de março de 1781. APEC.

Entretanto ele também aponta que por conta de seu antigo senhor ainda lhe dever certa quantia, por este motivo ele havia mantido Francisco em sua casa. Ou seja, com essa narrativa, André se põe como locatário e não como indutor da fuga. Aqui podemos entender que ao articular o discurso público, enquanto responsável pela casa, ele tentava driblar a punição se pondo na condição, também, de alguém de posses, que estava apenas utilizando Francisco enquanto pagamento pela dívida. Isso nos dá indícios de compreender, nas ações dos sujeitos escravizados, interpretações e usos dessas percepções sobre as relações de domínio, articulando-as conforme as possibilidades de cada situação.

Francisco foi capturado e André, ao final do processo em vinte de março de 1781, no Aracati, foi declarado culpado e preso. Esse processo nos ajudou a percebermos o dinamismo dos deslocamentos pelo espaço colonial, levando em conta que estes sujeitos eram de partes distintas do Aquiraz, se encontraram em Russas e tiveram o processo realizado no Aracati.

Ou seja, esses sujeitos estavam se deslocando pelo espaço e esses movimentos, como foi no caso do festejo, acabavam por possibilitar sociabilidades, trocas de conhecimentos e a esperança de horizontes de liberdade. Além disso, nos leva a compreender a potencialidade dos laços de solidariedade formados no ambiente de trabalho e nas oportunidades de trocas de experiências que esses sujeitos tiveram.

Essas trajetórias nos ajudam a pensar não apenas sobre a dimensão individual de escolhas, estratégias, conflitos, aprendizados etc. Mas, também, nos ajudam a investigar sobre a complexidade das relações entre senhores e escravizados. Entender a relação entre religiosidade cristã, suas apropriações e escravidão, é também dar vistas à dinamicidade do Ceará Colonial. O percebendo como um lugar de infinitudes de fluxos em relação às significações do sacro e profano; na territorialidade e, também, nas relações de dominação. Além disso, permite problematizar como a subsistência e a formação de núcleos de estabilidade, pela população escravizada e liberta, eram tidas como grande perigo para a estrutura escravagista, mesmo quando esses espaços ainda eram tão pequenos como no caso de André, Francisco e de Francisca.

Por fim, esse processo nos ajuda a perceber como no Ceará do século XVIII esses trabalhadores buscaram outras formas de se relacionar e de conviver com o espaço; tentaram construir zonas de refúgio para seus companheiros em que eles pudessem ter uma possibilidade outra de vida, com mais autonomia e a possibilidade da criação de uma vida menos violenta.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fio condutor desta pesquisa foi investigar as experiências de escravizados, no intuito de compreender as dinâmicas de negociações, de conflitos, de sociabilidades, de afetos; enfim, da miríade de dimensões que pudessem ampliar o olhar sobre elementos das vidas desses trabalhadores na região do Baixo Jaguaribe, com especial enfoque, no Aracati.

As dinâmicas sociais do Aracati e do Baixo Jaguaribe dificilmente seriam entendidas, sem a compreensão do que foi a charqueada na vida de seus moradores. As relações de trabalho, seus ritmos, seus adoecimentos e a relação que os trabalhadores escravizados construíram ao longo desse período, nos dão pistas para enriquecer o olhar sobre o que foram as suas experiências no século XVIII, nos sertões cearenses.

A partir da problematização de inventários *post-mortem*, dos registros de óbito, dos registros de memória e da documentação administrativa do Aracati; foi possível compreender mais sobre as dinâmicas de trabalho, a presença dos escravizados nos plantéis, assim como nas oficinas de charque, das modalidades de trabalho possíveis, de mesma forma sobre os adoecimentos oriundos dessa dinâmica laboral.

Tendo isso em vista, foi percebido a necessidade de tentar buscar elementos sobre o nascimento, a vida e a morte desses trabalhadores. Um dos pontos importantes, foi também entender sobre os perfis de escravizados a partir da documentação eclesial. A partir dos registros de óbito, uma série de questões puderam ser indagadas como, por exemplo: a expectativa de vida desses trabalhadores, das diferentes formas de morrer, da construção de espaços de homenagem a seus mortos, dos ritos finais, assim como das potencialidades de compreender ações de solidariedade, a partir das irmandades de pessoas negras.

Ainda com os registros de óbito, em adição dos batismos, foi possível construir um panorama sobre aspectos em relação às experiências das crianças cativas, assim como das estratégias familiares em busca de construir espaços de autonomia e liberdade para seus filhos. Entendendo como a expectativa sobre determinada ação, é tão importante quanto seus resultados práticos, no sentido de que mesmo que não tenham ocorrido tantas libertações na pia batismal, o fato de que escravizados se batizavam, assim como seus filhos, do que sujeitos forros, nos revela a via de mão dupla entre a imposição eclesial para a introdução desses trabalhadores nos sacramentos cristãos, assim como da articulação desse espaço como uma zona de conflito e potencial para se conquistar algum ganho.

Mais adiante, foi possível problematizar os espaços dos festejos religiosos, os entendendo como afirmação da doutrina cristã, mas, também, enquanto espaço de trocas de

experiências, formações de companheirismos e potente momento de articulação de resistências, possibilitando afetos e questionamentos do poder vigente, a partir de sua estrutura interna de funcionamento.

Por fim, as trajetórias individuais, que tivemos o privilégio de ter acesso a partir da documentação criminal, nos revelam fragmentos de trajetórias, de escolhas e de situações que em muito complexificam o olhar sobre as relações sociais no Aracati. Demonstrando, a partir da documentação e de sua análise, que as formas de construir espaços de autonomia eram diversas e extremamente interessantes, para nos ajudar a pensar as relações cotidianas. Desta forma, as experiências desses sujeitos devem ser pensadas como um constante emaranhado de conflitos e negociações, sendo a vida do escravizado uma marcada pela busca de forjar espaços, nos quais se possa ter uma vida melhor do que anteriormente.

Portanto, os sertões do Ceará e o período colonial, são cenários potentes para ampliar o olhar sobre as relações sociais, a partir de uma sociedade escravagista. As fontes são diversas, assim como as potencialidades de questionamento destas experiências. O que a primeira vista pode parecer desafiador, por conta de que a documentação colonial demanda certos processos como a paleografia, que acabam por trazer uma camada a mais no trabalho investigativo, se revela como grande recompensador pela riqueza dessas fontes.

Nesse sentido, pesquisas que intentem a se aventurar nesse complexo cenário de relações sociais, estarão muito bem supridos pelas diversas documentações administrativas, criminais, eclesiais, registros de viagem, de memórias, enfim, de uma quantidade e qualidade ainda a serem bastante exploradas, para construirmos entendimentos cada vez mais complexos e multifacetados sobre o que foram as experiências de trabalhadores escravizados e pobres no período colonial cearense.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**. Estudos sobre a escravidão urbana do Rio de Janeiro – 1808 – 1822. Petrópolis: Vozes, 1988. 70 p.

ALGRANTI, Leila Mezan. Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro 1810-1821. *In*: GUTIÉRREZ, Horacio (org.). **Estudos econômicos**. Instituto de pesquisas econômicas. São Paulo: IPG, 1979.

ALMEIDA, Mara Zélia de. **Plantas medicinais**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. 221 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/xf7vy/pdf/almeida-9788523212162>

ALVES, Maíra Chinellato. **Cativeiros em conflito**. Crimes e comunidades escravas em Campinas (1850-1888). 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALVES, Maíra Chinellato. **Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores: Campinas, 1840/1870**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2014. 238p.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiro de. **Os caminhos de riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos**. São Paulo: Hucitec, 2006.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. **O muro do demônio: economia e cultura na guerra dos bárbaros no Nordeste colonial do Brasil: séculos XVII e XVIII**. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2007.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Monumenta, IPHAN, 2009. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat7\\_EngenhosReconcavoBaiano\\_m](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat7_EngenhosReconcavoBaiano_m).

BAKOS, Margaret. **Considerações em torno do protesto negro no Rio Grande do Sul (1738-1848)**. *In*: GUTIÉRREZ, Horacio (org.). **Estudos econômicos**. Instituto de pesquisas econômicas. IPG: São Paulo, 1979.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A festa do Santo de Preto**. Rio de Janeiro: FUNARTE; Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1985.

BARROSO, Gustavo. **À margem da História do Ceará**. Imprensa Universitária do Ceará, 1962. 425 p.

BEZERRA, Analúcia Sulina. **A confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quixeramobim (Ceará - Brasil): identidades e sociabilidades**. (2009). 323f. Tese

(Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2009.

CAMPOS, Eduardo. **As Irmandades Religiosas do Ceará provincial**: apontamentos para sua história. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas américas. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. 212p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, R. M. A.; LIMA, G. F. DA C. Comunidades quilombolas, territorialidade e legislação no Brasil: uma análise histórica. **Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 2, n. 39, 13 dez. 2013.

CASTRO, Antonio Barros de *et al.* **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAVES, Elisgardenia de Oliveira. **População e família mestiça nas freguesias de Aracati E Russas-Ceará 1720/1820**. 2016. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos**: a família escrava no Cariri cearense (1850 - 1884). 2008. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. **"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais te vê, Amaru Mambirá"**: o Ceará no tráfico interprovincial - 1850-1881. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social) –

Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FUNES, E. A. Negros no Ceará. *In*: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo amazonas.** 1995. 456 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro, v.19, supl., p. 259-297, dez. 2012.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A escravidão desejada: Santidade e Escatologia na Legenda Áurea. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 15, n.º 30, p. 101-113, 1995.

FREIRE, Jonis. **Batismos de inocentes e adultos entre escravos do Norte fluminense – Rio de Janeiro, 1808 e 1858.** *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL HISTÓRIA & PARCERIAS, 2., 2019, Rio de Janeiro. **Anais [...].** Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2019. p. 1-11.

FREIRE, Jonis. Para além da partilha: divisão e manutenção de famílias escravas (minas gerais, século XIX). **História Unisinos,** São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 23-30, 6 maio 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/htu.2011.151.03>.

FREITAS, Iohana Brito de. **Cores e olhares no Brasil oitocentista: os tipos negros de rugendas e debret.** 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

GALDINO, Maria Rakel Amancio. **Mulheres escravas e forras na Ribeira do Acaraú (1750-1788).** 2013. 277 f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2013.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As oficinas ou charqueadas no Ceará.** 1982. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1982.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Estudos históricos e de evolução urbana da cidade do Aracati. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, p. 37-38, 2001. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2001/2001-EstudosHistoricosEvolucaoUrbanaAracati>.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1922.

GORENDER, Jacob. A forma plantagem de organização da produção escravista. *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOULART, José Alípio. **Da Fuga ao Suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

GOMES, Flávio Dos Santos. **A Hidra e os pântanos**. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

GUDEM, Stephen e SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. *In*: REIS, João José (org.) **Escravidão e a Invenção da Liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. Editora brasiliense, São Paulo, 1988.

GUTIÉRREZ, Horacio (org.). **Estudos econômicos**. Instituto de pesquisas econômicas IPG: São Paulo, 1979.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Primórdios da rede urbana cearense. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 8, n. 16, p. 88, 2009. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2691/1/2009\\_art\\_crJucaNeto](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2691/1/2009_art_crJucaNeto).

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. **Primórdios da urbanização no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A urbanização do Ceará Setecentista: as vilas de nossa senhora da expectativa do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. 2007. Tese (Doutorado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/305>. Acesso em: 3 set. 2019.

LARA, Silvia Hunold. **Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa**. Madrid, Fundación Histórica Tavera, 2000. p. 29. Disponível em [http://www.larramendi.es/i18n/catalogo\\_imagenes/grupo.cmd?path=1000203](http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000203). Acesso em: 3 set. 2019.

LARA, Silvia Hunold. **Trabalhadores escravos**. Campinas: Trabalhadores, 1991.

LIMA, Solimar Oliveira; SILVA, Rodrigo Caetano (org.). **Do norte ao sul: escravidão Brasil séc. XVI – séc. XIX**.- Teresina: EDUFPI, 2018. p. 607.

MACHADO, Maria Helena P.T. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. Tradução: James Amado. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MATTOSO, Kátia Queiroz. O filho da escrava. *In*: Mary del Priore (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MEDEIROS, Andréia Medolago de. **Técnicas de produção de açúcar no Brasil colonial**: as edições do livro Cultura e opulência do Brasil. 2012. 102 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da Longevidade de Escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 13, n. 1. p. 151-179, jan./abr. 1983. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268340271>. Acesso em 8 dez. 2020.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços da cura. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

MOREIRA, Carlos Eduardo et al. **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006. 174 p.

MOTT, Luiz. Santos e Santas no Brasil colonial. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 13, p. 44-66, jun/1994.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do rio piranhas, 1700-1750. 2009. 134 f. (Dissertação de Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

NOBRE, Gerardo Da Silva. **As oficinas de Carnes do Ceará**: uma solução local para uma pecuária em crise. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977. 221 p.

OLIVEIRA, Almir Leal de. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. *In*: DORÉ, Andréa. SANTOS, Antônio César de Almeida (org.). **Temas setecentistas**: Governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR; Araucária: FCHLA/Funart, 2008. p. 505-516. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/As-carnes-secas-do-Cear%C3%A1-e-o-mercado-Almir-Leal-de-Oliveira>. Acesso em 8 dez. 2020.

OLIVEIRA, Almir Leal. **A força periférica da empresa comercial do charque**: o Ceará e as dinâmicas do mercado atlântico (1767-1783). João Pessoa: UFPB, 2011. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-for%C3%A7a-perif%C3%A9rica-da-empresa-comercial-do-charque-Almir-Leal-de-Oliveira>. Acesso em 8 dez. 2020.

OLIVEIRA, Antônio José de. **Os Kariri - resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. 2017. 313f. Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de (org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 300p.

PALACIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil**: agricultores livres e pobres na Capitania Geral do Pernambuco (1700-1817). Tradução de Walter Sotomayor. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004. 380 p.

PALERMO, Luís Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. **Dimensões**, Vitória, ES, v. 39, jul/dez. 2017, p. 324-347. ISSN: 2179-8869. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/18638/12660>.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará**: 1680-1820. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINHEIRO, Maria Cristina Luz. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. **Afro-Ásia**, [S. l.], v. 1, n. 32, p. 159-183, 27 jan. 2005. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/aa.v0i32.21091>. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21091/13682>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PRIORE, Mary Del. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. Editora Brasiliense, 1994. 136p.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2008.

REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo negocia. *In*: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques (org). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 262 p.

ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 175-192, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n52/a08v2652.pdf>

RODRIGUES, Eylo Fagner Silva. **Liberdade ainda que precária**: tornando-se livre nos meandros das leis, Ceará (1868-1884). 2012. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2012.

ROLIM, Leonardo Cândido. **Tempo das carnes no Siará Grande**: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c.1690-c.1802). 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ROLIM, Leonardo Cândido. O trabalho nas oficinas de carnes secas da Vila de Santa Cruz do Aracati: trabalhadores livres e escravos (1710-1799). **Mneme - Revista de Humanidades**,

Natal, v. 10, n. 25, 05 set. 2010. Disponível em:  
<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/377>.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Carlos Moisés Silva. “**No Tempo das Irmandades**”: Cultura, Identidade e Resistência nas irmandades religiosas do Ceará (1864-1900). São Paulo: PUC, Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, 2005. Dissertação.

RUSSELL-WOOD, A. J. R., 1939- **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. Tradução de Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1998. 136 p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Rafael Domingos Oliveira da. Negrinhas e negrinhos: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes (Brasil, século XIX). **Revista de História**, Salvador, v. 5, n. 1-2, p. 107-134, 2013. Disponível em: [http://www.revistahistoria.ufba.br/2013\\_1/a07](http://www.revistahistoria.ufba.br/2013_1/a07). Acesso em: 29 set. 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. “Gente da terra braziliense da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C. G. (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001. 300p

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na Sociedade Colonial (1550 - 1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988,

SCHWARTZ, Lilia M; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, J. C.; MENEZES, M. A. DE; GUERRA, L. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, 13 jun. 2002.

SCOTT, J. C. **Weapons of the Weak Everyday Forms of Peasant Resistance**. New Haven & London: Yale University Press, 1985.

SCOTT, J. C. **The art of not being governed: An anarchist history of upland Southeast Asia**. London: Yale University Press, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/38DFiRm>. Acesso em: 29 set. 2019.

SCOTT, J. C. **A Dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução: Pedro Serras Pereira. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Empresa Litteraria Fluminense, 1890.

SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII - séc. XX). **Anais do Museu Paulista**: História e Cultura Material, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 81-119, jun. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-47142006000100004>.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Brasil**: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **A escravidão no Ceará**: o Trabalho e a Abolição. Edição comemorativa do primeiro centenário do Instituto do Ceará. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1986.

SILVA, Rafael Ricarte da. **Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça**: terra, família e poder (Século XVII). 2010. 188f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2010.

SLENES, R. W. **Na Senzala, uma Flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert W. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. **Revista USP**, [S. l.], n. 12, p. 48, 28 fev.1992. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i12p48-67>. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i12p48-67. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25575>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SOUZA, Raimundo Nonato Rodrigues de. **Minha riqueza é fruto do meu trabalho**: negros de cabedais no Sertão do Acaraú (1709-1822). 2015. 223f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE), 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150-267.

UJVARE, Stefan Cunha. **A História e suas epidemias**: a convivência do homem com os microrganismos. Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2003.

VAINFAS, R. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VAINFAS, R. SANTO ANTÔNIO NA AMÉRICA PORTUGUESA: religiosidade e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 57, p. 28, 30 maio 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i57p28-37>.

VARAZZE, Jacobo de. **Legenda aurea**. Companhia das letras, 2003.

VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 187-214, dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18931>. Acesso em: 23 nov. 2020.

VIEIRA, Jofre Teófilo. **Os “Samangolês”**: africanos livres no Ceará (1835-1865). 2017. 319f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2017.

VIEIRA, Jofre Teófilo. **Uma tragédia em três partes**: o motim dos pretos da Laura em 1839. 2010. 302 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

XIMENES, Expedito Eloísio. **Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas do judiciário colonial brasileiro**. 2009. 414 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

## APÊNDICE A – FONTES

### 1 Arquivo Público do Estado do Ceará

#### 1.1 Inventários *post mortem*

- Inventário de Antônio Francisco Bastos, 1819, Aracati. CX.01. PROC.12. 26p.
- Inventário de Carlos Lins de Vasconcelos, 1796, Aracati. CX.1. PROC.5. 38p.
- Inventário de Felipa Maria da Conceição, 1819, Aracati. CX.01. PROC. 14. 30p.
- Inventário de João dos Reis do Valle, 1801, Aracati. CX.01. PROC. 07. 26p.
- Inventário de José Cardoso, 1776, Aracati. CX.1. PROC.2. 14p.
- Inventário de José da Costa Moreira, 1812, Aracati. CX.01. PROC. 08. 46p.
- Inventário de Manoel Carneiro Rios, 1812, Aracati. CX.01. PROC.10. 68p.
- Inventário de Manoel da Fonseca Martins, 1762, Aracati. CX.1. PROC.1. 79p.
- Inventário de Manoel de Oliveira Porto, 1800, Aracati. CX.01. PROC. 06. 15p.
- Inventário de Manoel Gomes Pereira, 1782, Aracati. CX.1. PROC.3. 45p.
- Inventário de Maria Florência de Jesus, 1812, Aracati. CX.01. PROC.09. 50p.
- Inventário de Quitéria Maria “casada que foi com com Antonio José Barbosa.”,1820, Aracati. CX.01. PROC. 15. 21p.
- Inventário de Thereza Lopes da Guia, 1819, Aracati. CX. 01. PROC. 13. 26p.
- Inventário do Pai de (não consta seu nome) Joaquim José Ferreira, 1793, Aracati. CX.01. PROC. 04. 9p.

#### 1.2 Autos *sumários de querela*

- Auto Sumário de Querela de 14 de fevereiro de 1780, Aracati. Livro Nº13 Autos de Querela p.53v.
- Auto Sumário de Querela de 20 de março de 1781, Aquiraz. Livro Nº12 Autos de Querela. P.104v.
- “Sumário de Querela e denuncia que da Albano da Costa dos Anjos desta Villa de Manoel Ignacio pardo forro casado (restante do cabeçalho ilegível por ferrugem)”. Aracati, 09 de março de 1782.
- “Sumário de querela e denuncia que da Cosme Pereira Gonçalves pardo cazado de Manoel Antonio homem branco solteiro ambos desta vila por ferimentos e confuzoens”. Aracati, 10 de fevereiro de 1751.
- “Sumário de querela e denuncia que da Antonio Ferreira dos Santos Crioulo forro e cazado morador nas margens do Jaguaribe deste termo do Cabra José da Cruz e

Domingos (1 palavra) Pereira moradores na mata (1 palavra) termo da villa do Aquiraz”. Aracati, 27 de março de 1751.

## **2 Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate**

### ***2.1 Documentação administrativa***

- “CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei, sobre a conta que deu o ouvidor do Ceará, Vitorino Soares Barbosa, acerca da aplicação da justiça naquela capitania, em especial os procedimentos contra Domingos José dos Nascimento, mulato das margens do Jaguaribe, ladrão público de gado e bestas”. AHU\_CU. CX. 7. Doc. 469.
- “CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei, sobre a necessidade de se criar uma nova vila em Aracati de Jaguaribe”. AHU\_CU\_017. CX. 5.
- “LIVRO DE REGISTROS de provisões régias dirigidas a várias entidades de diferentes capitancias”. AHU\_ACL\_CU\_Códice 261. P.24 e 24v.
- “OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a proibição da matança do gado nos portos de Mossoró e Açu, deixando livre os da vila de Aracati, suficiente para o abastecimento da dita capitania e da Bahia”. AHU\_ACL\_CU\_015, Cx. 169, D. 11956.

## **3 Diocese de Limoeiro do Norte**

### ***3.1 Documentação eclesial***

- Livro de batismos no Aracati entre 1742-1788. 5.304 registros.
- Livros 12 e 13 de óbitos do Aracati 1780-1807.

## **4 Revista do Instituto do Ceará**

- D’ALMEIDA, Manoel Esteves. Registro de memória dos principais estabelecimentos – fatos e casos raros acontecidos nesta vila de Santa Cruz do Aracati feita segundo a ordem de S.M., de 27 de julho de 1782, pelo vereador Manoel Esteves D’almeida desde a fundação da dita vila, até o ano presente. Revista do Instituto do Ceará. Ano I, 1887. P. 80-81

- Mapa populacional da gestão do Governador Sampaio [1813]
- Revista do Instituto do Ceará (RIC), Tomo XXIX [1925] p.79

## 5 Transcrições

- “Auto de segunda Audiência geral que requereu a Camara nesta Vila do Aracati”. Livro de autos e provimentos das audiências gerais na Vila do Aracati, aberto em 26 de novembro de 1758 – fls. 76v a 83. Disponível. *In:* NOBRE, Gerardo Da Silva. **As oficinas de Carnes do Ceará: uma solução local para uma pecuária em crise**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977. p. 83-92.
- “Registro de huma Carta que escreveo a Camara ao Snr. D. or Ouv. Or. G.L. e corregedor da comarca”. Livro de Registro das escrituras dos Foros pertencentes ao Senado da Vila do Aracati, aberto em 11 de setembro de 1756 – fls. 167 e 168v. Disponível. *In:* NOBRE. G. S. **As Oficinas de Carnes do Ceará**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977. p. 76-77.
- Auto de audiência geral de 12 de fevereiro de 1781. Livro de Provimentos em Audiências Gerais na Vila de Santa Cruz do Aracati, aberto em 26 de novembro de 1758 – fls. 74 a 75v. Disponível. *In:* NOBRE. G. S. **As Oficinas de Carnes do Ceará**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977. p. 80-82.
- Auto de audiência geral de 18 de junho de 1767. Livro dos Provimentos em Audiências Gerais na Vila de Santa Cruz do Aracati – aberto em 26 de abril de 1758 – fls. 31 e 31v. Disponível. *In:* NOBRE. G. S. **As Oficinas de Carnes do Ceará**. Gráfica editorial cearense LTDA. Fortaleza, Ceará – 1977. P. 74-75.
- SUMÁRIO DA QUERELA que dá nesse Juízo Paulo Martins da Silva branco casado negociante desta vila de sua escrava a mulata Rita. *In:* PINHEIRO, Francisco José (org.). **“Os debaixo resistem: formas de resistência dos escravos no Ceará”**. Coleção Documentos Históricas. p.13-16.

## 6 Livros

- BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil. Ensaio estatístico da província do Ceará. Tomo I. Biblioteca Básica Cearense, Fundação Waldemar Alcântara. 1997.
- FEIJÓ, João da Silva. Memória sobre a capitania do Ceará e outros trabalhos. Biblioteca Básica Cearense, fundação Waldemar Alcântara. 1997.

## 7 Mapas

- Caminhos “de dentro” e “de fora” dos sertões. JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Primórdios da urbanização no Ceará. - Fortaleza: edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012. P. 239
- Estradas da capitania do Siará Grande. Disponível em: NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império**: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). 2010. 358 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2877>. Acesso em 03 out. 2017.
- Mapa elaborado por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio por seu ajudante de ordens Antonio José D.A.S. Paulet. 1818. Disponível em [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart354224.htm41](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart354224.htm41)

## 8 Fontes impressas

- Descrição Geografica Abreviada da Capitania do Ceara pelo Coronel de Engenheiros Antonio Jozé da Silva Paulet. *In*: Documentação Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. – Ed. Fac-sim. – Fundação Waldemar Alcântara: Fortaleza,1977.
- VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>
- Quadro de secas do Ceará. *In*: POMPEU SOBRINHO, Thomaz. O Ceará no começo do século XX. Fortaleza: Tip. Lythographia a Vapor, 1909. P.282-283